

ALFA
Revista de Linguística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Vice-reitora

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe
Pró-Reitoria de Pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 1981-5794 (ONLINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.59	n.1	p.1-222	2015
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editor responsável
Roberto Gomes Camacho

Odilon Helou Fleury Curado
Rosane de Andrade Berlinck

Diagramação
Eron Pedroso Januskevitz

Coeditor
Gladis Massini Cagliari

Revisão Geral
CCLi Consultoria Linguística

Assessoria de Informática
Luiz Borges

Editoria Executiva
Erotilde Goreti Pezatti
Luciani de Paula

Assessoria Técnica
Ana Paula Menezes Alves

Capa
Adriana Bessa Damman

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Christian Lehmann (Universität Erfurt), Claudia Maria Xatara (UNESP), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Lachlan Mackenzie (ILTEC), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Kees Hengeveld (Universidade de Amsterdã), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosemary Arrojo (State University of New York), Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS), Seung Hwa Lee (UFMG), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Revisores da versão em Língua Inglesa

Álvaro Luiz Hattner (UNESP-São José do Rio Preto); Aduari Brezolin (UNIMEP); Deusa Souza-Pinheiro-Passos (USP); Erika Nogueira de Andrade Stupiello (UNESP-São José do Rio Preto); Ernesto Sergio Bertoldo (UFU); Maralice de Souza Neves (UFMG); Marleide Esqueda (UFU); Reynaldo Pagura (PUC-SP)

Publicação quadrimestral/Quarterly publication

Alfa: Revista de Linguística / Universidade Estadual Paulista. – Vol. 1
(1962)–. – São Paulo : UNESP, 1962–

Quadrimestral

A partir de 2014 a publicação passa a ser apenas *Online*.

ISSN impresso: 0002-5216

ISSN eletrônico: 1981-5794

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara.

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:

The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature; CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Francis Database; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé; LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts; MLA – International Bibliography; ProQuest; SciELO – Scientific Eletronic Library Online

APRESENTAÇÃO

Em 2012, a *Alfa* celebrou 50 anos de sua heroica resistência como periódico científico, num mercado editorial nem sempre especialmente propício a esse tipo de publicação. Este número, que abre o volume 59/2015, é uma verdadeira amostra da plenitude acadêmica que a revista atingiu. Essa longa linha de continuidade, muito longe de mostrar conservadorismo e estagnação, acaba por representar também um processo de ruptura e inovação. Se o volume 58 inaugurou uma nova periodicidade que, de semestral, passou para quadrimestral, o volume 59, que este número introduz, representou a conversão da *Alfa* para uma publicação bilíngue, editada tanto em português quanto em inglês.

Essa inovação, não apenas põe a *Alfa* em rota de internacionalização, mas também representa uma abertura significativa do conteúdo da revista para um público muito mais amplo, especialmente os pesquisadores do exterior que se interessam pela estrutura do português, especialmente da variedade brasileira.

Considerando, agora, o conteúdo deste número, basta um rápido olhar nos textos, para perceber que, além de certa diversidade temática, estão contemplados os diferentes níveis de análise linguística. A ordenação dos artigos se apoia numa perspectiva nitidamente descendente de gramática, que incorpora as motivações discursivas, passando pelas unidades morfossintáticas em si mesmas, para chegar ao léxico e, finalmente, desaguar nas unidades fônicas.

Pode-se notar outro aspecto revelador na diversidade dos temas. Com efeito, o texto de Machado traz uma reflexão teórica sobre uma leitura estruturalista de Benveniste, que se preserva saussuriana, embora abra uma janela para o discurso, e para a análise psicanalítica freudiana. A sintaxe funcionalista, com um pé na linguística cognitiva, faz-se presente no texto de Carrascossi e no de Ferrari & Almeida, enquanto Menuzzi & Teixeira se apoiam na teoria gerativa para aplicá-la à análise dos chamados efeitos de exaustividade, que, envolvendo vários tipos de inferências, sugerem um novo ponto de vista sobre a semântica e a pragmática das sentenças clivadas. O léxico especializado do domínio médico, um ramo da Terminologia, recebe um olhar computacional na contribuição de Orellana.

Reduzindo um pouco mais o escopo do objeto, Britto Leite assume um olhar variacionista para os róticos no falar compineiro, enquanto Alves & Zimmer postulam uma concepção dinâmica da aquisição de L2, avaliando a percepção e

a produção, por crianças brasileiras, de padrões de Voice Onset Time das plosivas iniciais do inglês. Fechando o número, Neuschrnk, Matzenauer *et alii* focalizam o comportamento fonético da palatal líquida, buscando formalizar a relação de assimetria mediante a qual, nas posições de *onset*, esse segmento mostra estabilidade fonética e, na posição de coda, certo grau de variação.

Como pode testemunhar o leitor, o presente número apresenta um conjunto expressivamente relevante de contribuições, especialmente em função da diversidade teórica das propostas, da variedade dos fenômenos envolvidos e dos diferentes níveis de análise. Como editor, deixo registrada a esperança de que a leitura dos artigos aqui publicados estimule um debate com outras propostas e com outras posições teóricas, que forneça as sementes para uma reflexão sempre crítica e fecunda.

Roberto Gomes Camacho

SUMÁRIO / CONTENTS

- Benveniste, Lacan e o estruturalismo: sobre o sentido antitético das palavras primitivas
Benveniste, Lacan and structuralism: about the opposite meanings of primitive words
Bruno Focas Vieira Machado 11

- O desenvolvimento da expressão modalizadora “pode ser”. Um caso de (inter) subjetivização no Português
The development of modalized expression *pode ser*: a case of (inter)subjectification in portuguese
Cibele Naidhig de Souza 29

- Diferentes efeitos de exaustividade em clivadas: um estudo descritivo de casos
Different exhaustivity effects in clefts: a descriptive study of cases
Mariana Teixeira e Sergio Menuzzi 59

- Subjetividade e intersubjetividade em condicionais: alternâncias entre presente e futuro no português brasileiro
Subjectivity and intersubjectivity in conditionals: temporal backshifting strategies in Brazilian Portuguese
Lilian Ferrari e Paloma de Almeida 89

- Propuesta de extracción automática de candidatos a término del dominio médico procesando información lingüística. Descripción y evaluación de resultados
Proposal for an automatic extraction for medical term candidates processing linguistic information. Description and evaluation of results
Walter Koza Orellana 113

- Estudo da variação linguística dos róticos no falar campineiro
Study of the linguistic variation of rhotics in Campinas native accent
Cândida Mara Britto Leite 129

- Percepção e produção dos padrões de VOT do inglês por aprendizes brasileiros: o papel de múltiplas pistas acústicas sob uma perspectiva dinâmica
Perception and production of English VOT patterns by Brazilian learners: the role of multiple acoustic cues in a DST perspective
Ubiratã Kickhöfel Alves e Márcia Cristina Zimmer 157

- A formalização da assimetria da lateral em *onset* e em coda de sílaba no português dos Campos Neutrais pela OT estocástica
 The formalization of the lateral asymmetry in the syllable onset and coda by the stochastic OT in Portuguese spoken in the southern Campos Neutrais
Aline Neuschrnk, Carmen Lúcia B. Matzenauer, Javier E. S. Luzardo, Miriam C. Carniato, Raquel Menezes Vaz e Roberta Quintanilha Azevedo 181

- ÍNDICE DE ASSUNTOS..... 205
- *SUBJECTS INDEX*..... 207
- ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*..... 209
- NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS 211

**ARTIGOS ORIGINAIS /
*ORIGINAL ARTICLES***

BENVENISTE, LACAN E O ESTRUTURALISMO: SOBRE O SENTIDO ANTITÉTICO DAS PALAVRAS PRIMITIVAS

Bruno Focas Vieira MACHADO*

- RESUMO: Este artigo pretende evidenciar determinados aspectos da leitura estruturalista de Benveniste sobre as fundamentações linguísticas encontradas em Freud, mais propriamente em seu texto “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas”. Coloca-se em diálogo o artigo de Benveniste intitulado “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” com as teorizações linguísticas apresentadas por Freud em seu texto supracitado. Busca-se, assim, uma interface entre os estudos linguísticos e psicanalíticos, problematizando a noção de **língua primitiva** trazida por Freud e confrontando-a com pressupostos da Linguística Estrutural defendida por Benveniste. A abordagem tecida é eminentemente teórica, buscando iluminar os pontos de divergência entre a concepção de linguagem na perspectiva de Freud e de Benveniste. Para atingir esse objetivo, buscou-se o estudo sobre a negação desenvolvida por Freud em seu texto “A negativa” e colocou-a em relação com as observações de Benveniste sobre o linguista Carl Abel, forte influência linguística no pensamento freudiano desenvolvido no texto “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas”. Como conclusão, torna-se possível compreender que, se a língua é uma estrutura e um sistema, ela possui um caráter universal e a-histórico, o que contesta a tese freudiana sobre a existência de línguas primitivas.
- PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Estrutura. Inconsciente. Negação. Enunciação.

Benveniste: breves dados históricos

Émile Benveniste (1902-1976) é reconhecido como o principal representante da Linguística da Enunciação e da corrente que se tornou conhecida como **teorias da enunciação**. Foi um linguista comparatista, saussureano e um importante especialista em indo-europeu. Judeu nascido em Alep, Síria, dedicou-se aos estudos iranianos, da gramática comparada das línguas europeias e à linguística em geral. Especialista em indo-europeu, o maior indo-europeísta do século vinte ao lado de Jerzy Kurylowicz, comparatista de inúmeras línguas antigas e modernas, Benveniste é, sobretudo, reconhecido e valorizado por reintroduzir no campo da Linguística o sujeito, até então recalcado, por meio de sua abordagem enunciativa. Dosse (1993) se vale de um testemunho de Ducrot que declara que

* Doutor em Linguística do Texto e do Discurso. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – b_machado@uol.com.br.

Benveniste é o linguista a quem ele mais deve, por demonstrar que o sistema linguístico, sem deixar de constituir um sistema, devia levar em consideração os fenômenos da enunciação.

O conceito de **enunciação** é, sem dúvida, a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da linguística da língua. Nesse contexto histórico, Benveniste foi o primeiro linguista a desenvolver uma teoria linguística que engloba as dimensões do **sujeito** e do **discurso**, a partir do pensamento de Saussure. Por essa razão, mas não apenas por ela, Dessons (2006) define Benveniste como **um linguista à parte**. Por ser o introdutor da noção de **enunciação**, na Linguística de seu tempo, ele exerceu importante influência na elaboração do conceito fundamental nos estudos da linguagem: o **discurso**. Benveniste demonstrou muito precocemente uma percepção aguda da noção de discurso ao explicitar a insuficiência do conceito de **fala** no aparato conceitual de Saussure, ainda que a fala trilhe o caminho para o universo do discurso.

Para Dessons (2006), a noção de **discurso** abre o caminho para se refletir sobre a atividade da linguagem no conjunto das ciências humanas e sociais. De fato, a obra de Benveniste reverbera de maneira nítida não apenas no campo dos estudos linguísticos ao constituir uma antropologia histórica da linguagem que afetou a filosofia, a sociologia, a psicanálise e a literatura. Esse transbordamento para outros campos das ciências humanas e sociais é evidenciado nas palavras de Dosse (1993), ao colocar que Benveniste deixou uma imagem de pesquisador independente, não pertencendo a nenhuma escola e tendo sobre a linguagem pontos de vista originais e, por vezes, revolucionários. Ele foi conhecido por atravessar sua carreira sem se comprometer com movimentos específicos de cada época, mantendo-se firme em seu próprio horizonte teórico como um autêntico pensador solitário. No entanto, ainda que suas reflexões possuam uma originalidade muito evidente, é certo que seu pensamento não pode ser desvinculado do contexto histórico, mais especificamente, o Estruturalismo. O contexto histórico no qual suas teorias sobre o sujeito e a enunciação foram desenvolvidas consistiu, no auge do Estruturalismo, o que confere ao linguista ser reconhecido por François Dosse (1993) como **a exceção francesa**.

A fundamental inovação de Benveniste, que lhe confere o reconhecimento de ser **a exceção francesa**, é explicada pelo fato de articular sujeito e estrutura, assim como fez Lacan posteriormente no campo da Psicanálise. O linguista propôs uma ruptura conceitual na comunidade linguística de seu tempo: manter-se fiel ao pensamento de Saussure e a sua noção de estrutura e, no mesmo âmbito do projeto saussurerano, tratar do sujeito e da enunciação. É um posicionamento paradoxal que Benveniste compartilha com Lacan no que pese as devidas diferenças que separam ambos os pensadores, pois, a rigor, a estrutura não se volta para o sujeito e para a própria enunciação.

Na década de cinquenta, há outro texto que, além de ser fundamental no que diz respeito à teoria da enunciação, é particularmente importante para o diálogo de Benveniste com a Psicanálise. Trata-se do artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, escrito em 1956 e publicado em *Problemas de Linguística Geral I* (BENVENISTE, 2005). Nesse texto, em particular, Benveniste desenvolve as noções de diálogo, intersubjetividade, sujeito e discurso; articulando suas implicações para a Psicanálise e para o próprio campo dos estudos da linguagem.

Ainda a respeito do texto supracitado, é importante frisar que se trata de uma colaboração feita a convite do próprio Lacan e publicada no primeiro volume da revista *La psychanalyse*, em 1956. Lacan solicita a intervenção de Benveniste devido ao seu interesse pela questão do sujeito, questão que, nos anos cinquenta, os aproximou. O objetivo do artigo de Benveniste é comentar a tese lacaniana de que **o inconsciente é estruturado como uma linguagem**. Nesse artigo, dentre outras coisas, Benveniste aborda o texto freudiano de 1910 “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas”, esboçando uma crítica sobre esse autor. Freud, nesse texto, fundamenta o funcionamento do inconsciente e do sonho, que desconhece o princípio da contradição, estabelecendo uma analogia com algumas línguas egípcias primitivas. Ele toma como ponto de partida o trabalho do linguista Carl Abel, que observa nessas línguas primitivas a existência de uma única palavra que denota sentidos opostos, e aplica esse princípio ao funcionamento do sonho e do inconsciente, com o objetivo de assim explicar como nos sonhos uma mesma representação significa duas coisas diametralmente opostas.

Benveniste ressalta que as especulações de Abel não têm sentido porque toda língua, por ser um sistema, funciona a partir desse princípio básico de contradição, que não é uma prerrogativa das línguas primitivas. A partir dessa crítica, o autor ressalta a retórica a-histórica do inconsciente lacaniano, cuja estrutura de linguagem é compreendida como um sistema que não depende de uma língua específica, inscrita em um período primitivo ou contemporâneo da história. Essa perspectiva a-histórica do inconsciente e da concepção de linguagem lacaniana converge com a crítica que Benveniste esboça a Abel em seu texto. De acordo com Benveniste, toda língua é marcada pela anomalia, pela assimetria e pela antítese, que são características inerentes ao sistema linguístico. As línguas arcaicas, diferentemente do que pensaram Abel e Freud, não são mais ou menos singulares do que são as faladas atualmente. Nas palavras de Benveniste, imaginar um estágio de linguagem, por mais **original** que seja, é pura quimera.

Segundo a pesquisa de Dosse (1993), Benveniste estabeleceu a história do desenvolvimento da Linguística a partir de uma tripartição de idades: a idade

filosófica (que corresponde ao período da reflexão dos pensadores gregos sobre a língua); a idade histórica a partir do século XIX com a descoberta do sânscrito e a idade estruturalista do século XX, na qual, em suas palavras, a noção positiva do fato linguístico é substituída pela relação. Esse terceiro tempo dá acesso ao complexo campo da cultura que é o fenômeno simbólico que interessa tanto a Benveniste quanto a Lacan, mais propriamente ao **primeiro classicismo lacaniano**, expressão cunhada por Milner (1996). Na visão de Dosse (1993), o domínio do simbólico manteve, pelo período da década de cinquenta, ambos os pensadores em uma estreita proximidade e diálogo, articulando questões linguísticas e psicanalíticas a partir da doutrina do sujeito.

Benveniste com Lacan: a questão sobre o sujeito

O texto freudiano “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas” (FREUD, 2013) é uma referência fundamental para aqueles que se interessam pela interface entre Linguística e Psicanálise. Da mesma maneira que Benveniste é um dos linguistas mais citados por Lacan, Abel é o linguista de Freud por excelência. Como testemunha a pesquisa de Arrivé (1999), Abel não é somente o linguista mais citado por Freud, após descobrir o trabalho de Abel, Freud o cita com grande frequência, por ser uma teoria que lhe permite situar as relações entre linguagem e inconsciente. Logo, há uma interessante articulação que aproxima Abel, linguista mais citado por Freud, e Benveniste, um dos linguistas mais citados por Lacan. Benveniste, até onde se sabe, só toma conhecimento de Abel a partir do artigo de Freud e sua interferência é fruto de uma solicitação por parte de Lacan.

O fato de Lacan solicitar a intervenção de Benveniste precisamente sobre o texto freudiano do significado antitético das palavras primitivas certamente não é por acaso. Isso se torna ainda mais notável se admitirmos, como o faz Arrivé (1999), que esse peculiar texto de Freud se mantém até os dias de hoje como um ponto de passagem obrigatório para quem se interessa pelas relações entre Psicanálise e Linguagem.

Benveniste e Lacan formaram uma interlocução, ao menos parcial, no decorrer da década de cinquenta, período em que Lacan esteve intimamente próximo da Linguística. A referência e deferência de Lacan a Benveniste e seu reconhecimento como grande linguista são anteriores ao convite para a publicação no primeiro número de *La Psychanalyse*. Na citada lição *De locutionis significatione*, de 23 de junho de 1954, pertencente ao Seminário 1, “Os escritos técnicos de Freud”, Lacan comenta a teoria do signo de Saussure e apóia seus comentários na autoridade linguística de Benveniste. Lacan se apóia em Saussure e em Benveniste para legitimar a pertinência de termos como **significante, significado, discurso, significação e semântica** para a situação analítica.

Logo no início de sua exposição, Lacan comenta uma entrevista que tivera com Benveniste sobre a questão da significação e se refere a ele como “a pessoa mais eminente no domínio linguístico francês”. Ao prosseguir sua exposição, o psicanalista atribui a “um homem tão eminente quanto o Sr. Benveniste” a descoberta inédita de uma dupla zona de significação na língua. Por fim, Lacan diz a seu público que tal descoberta do linguista fora confiada a ele como um encaminhamento atual de seu pensamento e é algo que é feito para nos inspirar mil reflexões.

É notável o alto grau de respeito e admiração que Lacan deposita em Benveniste nesse momento de seu ensino e de seu pensamento. Isso é reafirmado na nona nota de pé de página de “O seminário sobre ‘A carta roubada’”, de 1954, onde Lacan denomina **magistral** a retificação feita por Benveniste a respeito da falsa via filológica traçada por Freud sobre o sentido antitético de certas palavras, primitivas ou não. É conhecido que o diálogo e a parceria de Lacan com Benveniste e os demais linguistas se encontravam mais concentrados na década de cinquenta, momento em que o psicanalista se apoiava no estruturalismo linguístico para o seu retorno a Freud, sendo que, posteriormente, vieram rupturas, discordâncias e dissabores.

Lacan, posteriormente, explicita esse descontentamento, no ano de 1970, em *Radiofonia*, ao atacar Benveniste e sua contribuição para o primeiro número de *La Psychanalyse*. Ao comentar que a Linguística não tem sobre o inconsciente nenhuma influência, por deixar em branco o que nele surte efeito, o **objeto a**, Lacan (2003, p.408) assim se expressa: “Essa carência do linguista, pude verificá-la por uma contribuição que pedi ao maior que existiu entre os franceses, para ilustrar o lançamento de uma revista de minha criação [...] – a psicanálise, nada menos.” A despeito da clara insatisfação que Lacan mais tardiamente demonstra pela contribuição de Benveniste, como atesta a expressão **carência do linguista**, o grande linguista da Enunciação permanece sendo reconhecido como **o maior que existiu entre os franceses**, demonstrando um provável misto de admiração e desprezo por parte de Lacan.

Independente de tais questões, nesse momento dos anos cinquenta, rico no diálogo lacaniano com vários linguistas, Benveniste ocupa de fato uma posição diferenciada, como atesta Arrivé:

Agora, em que sentido é tomada a oposição linguagem/língua/ discurso? Exatamente no sentido de Benveniste. Porque Benveniste? A razão da escolha é evidente: com Saussure e Jakobson, é o linguista mais continuamente alegado por Lacan. (ARRIVÉ, 2001, p.114).

Dessa forma, o diálogo com a Psicanálise, como observa Dosse (1993), oferece a Benveniste um meio a se fazer valer e reconhecer suas posições a respeito

da enunciação e da emergência do sujeito na linguagem, posições recusadas pelo campo linguístico dessa época. Benveniste, em seu texto, não apenas articula a psicanálise com as questões da linguagem em seu escopo teórico, mas, inclusive, estabelece sua importância no centro da conduta clínica, da relação analista-analisando, ou seja, coloca em evidência as noções de **diálogo e intersubjetividade**. Dessa forma, é localizável no texto de 1956 a presença de uma teoria enunciativa envolvendo linguagem e sujeitos ou envolvendo palavra e subjetividade que, no caso específico ilustrado pela relação analista-analisando, envolve sujeitos parceiros em uma situação dialógica e comunicacional¹. Sobre essa situação dialógica, Benveniste, inclusive, questiona a especificidade dessa linguagem analítica como instâncias de representação do sujeito (analisando) e do/para o outro (analista):

Tudo anuncia aqui o advento de uma técnica que faz da linguagem o seu campo de ação e o instrumento privilegiado da sua eficiência. Surge então uma questão fundamental: qual é essa “linguagem” que age tanto quanto exprime? É idêntica à que se emprega fora da análise? É a mesma apenas para os dois parceiros? (BENVENISTE, 2005, p.83).

Percebe-se nesse trecho uma preocupação em articular e ao mesmo tempo distinguir a linguagem para o campo analítico e a linguagem cotidiana, a concepção de linguagem operada pela Psicanálise e a concepção operada pelas teorias linguísticas. Benveniste (2005, p.93), ao comentar a linguagem dos sonhos, coloca ainda que: “Na área em que se revela essa simbólica inconsciente, poder-se-ia dizer que ela é ao mesmo tempo infra – e supra linguística.”, articulando explicitamente o inconsciente com a linguagem e, de maneira mais específica, com a própria Linguística.

Em “Saussure após meio século”, texto de 1963, Benveniste (2005, p.44) não se furta a dizer que “Todos os aspectos da linguagem que temos como dados são o resultado de operações lógicas que praticamos inconscientemente.” E prossegue sua assertiva com uma irônica frase que divide e perturba o leitor: “Tomemos consciência disso.” (BENVENISTE, 2005, p.44). O leitor é jogado em um embaraçoso paradoxo, ao ser convidado a tomar consciência de que todos os aspectos da linguagem em uso são praticados sob o pano de fundo de um saber não sabido, de um saber inconsciente. Como tomar consciência de algo que é inerentemente inconsciente? A construção textual de Benveniste opera à maneira de um chiste. Todavia, essa aproximação de Benveniste entre a linguagem e o inconsciente, como seus próprios textos e sua teoria da enunciação esclarecem,

¹ Lacan recusa-se a situar a cena analítica nas vertentes do diálogo e da comunicação, sempre insistindo na posição dessubjetivada do analista (primeiro como grande Outro, depois como semblante do **objeto a**).

não se dá pela língua como pura estrutura, mas pela mediação do discurso e da linguagem em uso, o que conflui para a perspectiva da prática analítica.

Em outro momento do texto, é possível localizar Benveniste antecipando questões cruciais amplamente elaboradas em 1970 no seu famoso e tardio artigo “O Aparelho formal da enunciação”, sobre a distinção entre língua como sistema e língua em uso por um sujeito no contexto da enunciação:

A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua. (BENVENISTE, 2005, p.84).

Freud, Benveniste e o significado antitético das palavras primitivas

Benveniste foi convidado por Lacan para dar sua contribuição ao primeiro número da revista *La Psychanalyse*, em 1956, por demonstrar adesão às teses discutidas em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, de 1953, um dos textos lacanianos mais fortemente ancorados em pressupostos linguísticos. A contribuição de Benveniste para a revista em questão é o texto “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, um comentário crítico sobre o texto freudiano de 1910 “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas” e igualmente um tributo à *talking cure* analítica. O linguista trabalha a dimensão subjetiva da linguagem cuja análise convida um sujeito a experimentar e discute a concepção de cura calcada na possibilidade de se reescrever e de se reposicionar frente à sua própria história, partindo de um processo narrativo biográfico. Benveniste ainda define o que Freud denominou de **realidade psíquica**, ao enunciar que a dimensão operada pela Psicanálise não trata da dimensão da realidade empírica e sim da dimensão do discurso, sendo esse que vem conferir autenticidade à experiência:

De fato, se ele precisa de que o paciente lhe conte tudo – mesmo que se expresse ao acaso e sem propósito definido – não é para reconhecer um fato empírico que não haja sido registrado em parte nenhuma a não ser na memória do paciente: é porque os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no – e pelo – ‘discurso’, que lhes confere a autenticidade da experiência, sem consideração da sua realidade histórica, e mesmo (é preciso dizer: sobretudo) que o discurso evite, transponha ou invente a biografia que o sujeito se atribuiu. (BENVENISTE, 2005, p.83).

A dimensão ética da linguagem em uso é constantemente ressaltada por Benveniste em seus textos, ao colocar em cena a responsabilização do sujeito em sua enunciação. Benveniste ainda demonstra interesse pelas análises freudianas e suas íntimas relações com o universo da palavra e da subjetividade. Ressalta que o analista deve estar atento não apenas ao discurso, mas às rupturas do discurso, demonstrando sua adesão a uma concepção de discurso não ancorada em sua compreensão fechada. Ainda segundo o linguista, Freud lançou luzes decisivas sobre a atividade verbal, tal como se revela na associação livre, sendo que toda a força da linguagem é intimamente atrelada à hipótese do inconsciente. O processo analítico é um fenômeno de discurso marcado por uma tomada particular da palavra, a palavra que marca cada sujeito de maneira estritamente particular. Isso acentua um ponto de contato entre a teoria da enunciação de Benveniste e as elaborações lacanianas vigentes na época. Tal encontro conceitual é justificado por Dosse:

Esse encontro entre as teses lacanianas e Benveniste não é fortuito: é uma decorrência, para além do interesse mútuo de estabelecer a cientificidade dos respectivos discursos, da vontade comum de subtrair o continente de saber de cada um da sua dependência da história, quer seja o filogeneticismo freudiano para um ou a filologia histórica para outro. (DOSSE, 1993, p.63).

Benveniste propõe nesse texto uma reflexão sobre a relação entre Freud e o linguista Carl Abel. Ele, dessa forma, mostra-se interessado pelas reflexões de Abel, mas um interesse mediado por Freud: trata-se de problematizar a influência que Abel tivera sobre Freud. Em uma nota de rodapé, adicionada em 1911 à terceira edição de *A interpretação de sonhos*, Freud se vale das teses de Abel para justificar suas hipóteses sobre a dinâmica do inconsciente, estabelecendo um paralelismo entre as teses de Abel sobre a natureza antitética das palavras em algumas línguas primitivas com a maneira pela qual as representações opostas convivem harmonicamente no inconsciente. Essas representações opostas são apresentadas por um único elemento, na medida em que o inconsciente desconhece o **não**, qualquer princípio de contradição e os índices de positividade e negatividade. Em suas palavras, os sonhos se sentem livres para representar qualquer elemento por seu oposto, tornando impossível decidir à primeira vista se qualquer elemento que admita um contrário está presente no trabalho do sonho como positivo ou negativo.

Pode-se lançar mão de um exemplo freudiano muito frequentemente citado, um sonho onde a cor branca representa ao mesmo tempo a inocência e a impureza sexual. Freud conclui que, sobre esse aspecto, o sonho se comporta da mesma forma que essas línguas primitivas pesquisadas por Abel.

Percebe-se que o interesse pela questão da linguagem, especificamente pelo linguista Abel, é algo que o próprio Freud fundamenta no início de suas teorizações e remete ao momento da própria criação da Psicanálise. Tendo consciência disso, Benveniste não se furta de trazer *A interpretação de sonhos* em seu artigo e fazer referência à lógica particular dos sonhos para discutir as teses de Freud. Segundo Milner (2008), parecia a Freud que Abel propunha dois paralelos exatos dentro de um domínio estritamente lexical: o que é verdadeiro no sonho sobre a relação entre material representante (a cor branca) e a significação representada (inocência ou impureza) é igualmente verdadeiro na língua sobre a relação entre material fônico e coisa significada.

Assim, partindo de sua descoberta no egípcio antigo, um mesmo material fônico pode significar realidades opostas. Freud exemplifica com determinadas palavras que podem significar ao mesmo tempo **forte** ou **fraco**, **comandar** ou **obedecer**; e compostos como **velho - jovem** ou **longe - perto**. Conclui que esses compostos exprimem, no uso da língua, a significação de uma de suas partes contraditórias, uma parte que teria tido a mesma significação só por si. Abel justifica esse curioso fenômeno linguístico de uma forma que, a despeito de vários aspectos diferentes em seu raciocínio sobre a língua, possibilita considerá-lo como um saussureano *avant la lettre*. Ele não deixa de observar, e Freud segue sua trilha, que nossos conceitos devem sua existência a comparações. Em suas palavras, tudo no mundo é relativo e tem uma existência independente apenas na medida em que se diferencia quanto a suas relações com as outras coisas.

Dessa forma, a palavra que, a princípio, parece significar simultaneamente **forte** e **fraco**, designa na realidade a relação e a diferença entre ambos. Eis, de certa maneira, um paralelismo com o clássico princípio estrutural proposto por Saussure: a língua é um sistema de diferenças em que não há positividade ou negatividade em si. Prossequindo com o raciocínio de Abel, essa forte ambiguidade linguística foi solucionada pelos falantes via uso de gestos que indicariam o pólo significativo da palavra a ser utilizada em cada contexto de comunicação.

Milner (2008) opina que, nas pesquisas de Abel sobre o egípcio antigo, o dado importante é da ordem da indistinção e não da oposição, pois a indistinção descarta a existência do **não**, assim como ocorre com a lógica dos sonhos. Na lógica onírica, como já se sabe, um elemento é representado pelo seu oposto de modo que não há como decidir, a princípio, se esse elemento que admite o contrário está presente no sonho como positivo ou negativo.

A lógica da oposição, por sua vez, força Freud a limitar sua tese sobre a ausência de contradição nos sonhos e já anuncia a noção de **denegação**, desenvolvida no importante artigo *Die Verneinung*, de 1925; publicado com o título de "A negativa" (FREUD, 2007). Nesse artigo, Freud observa que o uso do **não** no discurso dos analisados é um índice do recalque, ou seja, o inconsciente

só se faz reconhecer no discurso sobre a marca de uma negação. Apropriando-se do exemplo citado pelo próprio Freud, quando um paciente ao relatar um sonho diz sobre determinado personagem: **não é a minha mãe**, o que se tem é um **não** seguido por uma afirmação **é a minha mãe**. A lógica da oposição vale-se do mesmo princípio da denegação: utiliza-se do **não** para designar algo positivamente. O que Freud encontra em Abel, por sua vez, são situações marcadas por uma ausência do paradigma linguístico da oposição entre os nomes e da própria negação. Abel, em resumo, não coloca em causa a negação. Sobre essa questão, Milner (2008) constata um paradoxo de Freud, que faz referência a Abel precisamente no momento em que a tese da inexistência do “não” no sonho é afirmada por ela mesma. O que Abel ilustra, por sua vez, é a impossibilidade de se demarcar, à primeira vista, o significado de um elemento determinado.

Ao se utilizar do apoio das teorias linguísticas de Abel, Freud cria um impasse. Se por um lado a inexistência do **não** e do princípio da contradição no sonho é afirmada e endossada a partir de Freud, ela é igualmente limitada de diversas maneiras, pois o sonho opera condensações e deslocamentos de representações que supõem os princípios da contradição e da negação. Se Freud afirma que um elemento do sonho pode ser representado pelo seu oposto, como afirmar então que ele desconhece os princípios da contradição e da negação? Da mesma forma que se o mecanismo onírico da condensação supõe duas representações opostas representadas no mesmo elemento, como novamente excluir os princípios da contradição e da negação? O argumento procurado em Abel é ao mesmo tempo relevante e frágil e a contradição aparece no próprio Freud.

A respeito desse impasse, Milner (2008) propõe uma leitura para solucioná-lo, ao postular que a *Interpretação de Sonhos* funciona como se tudo no texto operasse como uma *Verschiebung*, um deslocamento no sentido cunhado por Freud, em que o fundamental não é o que é destacado como tese direta, mas sua consequência: a indecidibilidade². O prosseguimento das elaborações de Milner permite uma íntima articulação entre *A interpretação de sonhos*, o paradigma estruturalista e o último ensino de Lacan: se detendo ao essencial, a tese de Freud nos diz que o sonho é analisável em termos cada vez mais minimalistas. Essa hipótese minimalista é o que Milner chama de os **Uns** do sonho: o desejo, o pensamento e os elementos mínimos dos sonhos. Da mesma forma que a língua e a realidade são também analisáveis nos termos dos **Uns**: a palavra, a coisa, o ato.

O inconsciente se faz assim um sistema no qual se supõe o mínimo possível de propriedades. A Linguística Estrutural, por ser um paradigma de redução dos elementos a um critério de pura diferença em um sistema,

² Indecidibilidade: termo buscado em Milner, que significa um impasse na interpretação, uma dificuldade em decidir-se por um dos pólos interpretativos.

sustenta-se em determinadas teses minimalistas. As propriedades mínimas do sistema linguístico são passíveis de serem decompostas em elementos igualmente mínimos, sendo que o elemento do sistema tem suas propriedades determinadas pelo próprio sistema. Por outro lado, encontramos a noção de registro do **Um** nos trabalhos de Lacan, a partir do *Seminário 19 ... ou pior*. O **Um** é solidário com as noções de gozo e de real da língua, por implicar uma vertente da interpretação não mais ancorada no discurso do Outro. Partindo dessas pontuais considerações, é possível localizar, então, na *Interpretação de Sonhos* as duas faces dialéticas da linguagem que são objeto da Psicanálise: a linguagem simbólica que oferece base para a leitura estruturalista de Lacan, amplamente abordada no trabalho de interpretação e de produção de sentido nos sonhos; e o real irrepresentável da língua, correlato ao **umbigo do sonho**, tal como expressa Freud:

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é freqüente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. (FREUD, 1976, p.482).

Os **Uns** podem também se confundir com o registro do simbólico, se partimos das leis da condensação e do deslocamento que governam a dinâmica onírica. O que no sonho pode ser representado por um elemento, quantitativamente na realidade pode representar uma infinidade de elementos, o que é próprio da condensação. Do ponto de vista qualitativo, uma representação que seja fundamental no sonho pode ser sem importância na realidade ou inversamente, o que é próprio do deslocamento. Por fim, algo que possa ser confundido no sonho pode ser distinto ou mesmo opositivo na realidade, que é próprio do significado antitético como cunhado por Abel.

Segundo um comentário de Milner (2008) que, na verdade segue a mesma via associativa proposta por Freud, a não coincidência quantitativa e qualitativa entre os diversos **Uns** pode ser concebida como o ponto crucial da análise, em que um desejo único pode ser enunciado de diversas maneiras, ser expresso em múltiplos e diversos atos. Ao se deter na expressão **não coincidência**, plenamente desenvolvida pelos trabalhos de Authier-Revuz (2001), entende-se melhor por que razão o sonho é considerado um discurso heterogêneo. O sonho é um Outro, uma alteridade para o próprio sujeito sonhador, é o lugar privilegiado da encenação do inconsciente, que Freud denominou, a partir de Fechner, de **uma outra cena** (*ein anderer Schauplatz*). O registro do sonho e o registro da realidade formam uma cena discursiva heterogênea marcada pela não coincidência de suas

respectivas enunciações. O trabalho do sonho projeta, assim, em um plano único de representação, os vários **Uns** e suas correspondências.

Voltando à pesquisa de Abel sobre o sentido antitético das palavras primitivas e sua leitura empreendida por Freud, observa-se que o psicanalista encontrou elementos no artigo de Abel para legitimar suas teorias sobre a linguagem no inconsciente, mas de maneira a especificar a própria não coincidência dos **Uns** e sua indecidibilidade. A não coincidência e a indecidibilidade podem ser ilustradas em Abel a partir de sua hipótese sobre o uso de sinais na linguagem falada no Egito antigo. Em sua opinião, era através do gesto que a significação desejada da palavra antitética poderia ser explicitada. A interpretação dos sonhos, ao contrário, não se vale de um elemento exterior à linguagem falada para escandir as significações e os sentidos das representações. Os **Uns** do sonho também se confundem em sua extensa rede associativa de condensações e deslocamentos, mas é no trabalho da própria linguagem, a partir da interpretação, que uma significação pode ser escandida, traçando o caminho da indecidibilidade rumo a não coincidência dos **Uns**. A interpretação, assim como o gesto na linguagem primitiva, introduz uma distinção e não confunde a indecidibilidade; mas através de um elemento da própria linguagem falada e não exterior a ela. São duas modalidades distintas de explicitar a não coincidência em Abel e em Freud.

Benveniste contra Freud: a questão da estrutura

É proposto agora se valer de um termo de Milner (1987) e se interrogar pelo **desejo do linguista**. Para Milner (2008), há algo em Abel que opera para Benveniste como da ordem de um choque. A partir da leitura de seu texto, é notável em Benveniste um grande incômodo com relação às elaborações de Abel e um esforço para desqualificá-las: ele não se furta em dizer que nenhum linguista qualificado, seja na época em que Abel escrevia ou posteriormente, conservou este texto sobre as palavras primitivas, seja em seus métodos ou em suas conclusões. Não deixa igualmente de afirmar que os dados de Abel são falsos e que há razões, ao se reportar à história das línguas, para tirar todo o crédito às especulações etimológicas de Abel que seduziram Freud.

Os ataques a Abel ganham contornos muito diretivos e pessoais se lembrarmos da passagem em que Benveniste, de uma maneira bastante irônica, expressa que se há insensibilidade à contradição ela não está na língua, mas na figura do próprio pesquisador. Há um forte aspecto das postulações de Abel que provoca séria resistência em Benveniste, que é sua hipótese sobre o uso de gestos para explicitar o pólo opositivo da palavra antitética. As construções teóricas de Benveniste podem ser aproximadas do axioma laciano que enuncia que **não há metaligagem**, o que quer dizer que, para ele, a Linguística não tem nada a

saber de uma instância externa à língua. Para Abel, o recurso ao gesto consiste em introduzir diferenciações no signo linguístico a partir de um elemento exterior à língua. Para Benveniste, sendo fiel à sua herança saussureana, a língua executa por si própria todas as diferenças que ela tem a conhecer. Esse princípio é tão essencial que Saussure chega a afirmar que a língua pode se contentar com a oposição de algo com nada: há uma diferença pura inscrita no próprio sistema linguístico.

Se compreendermos que a língua é um sistema minimalista marcado pela relação de oposição entre seus termos, torna mais clara a compreensão de que as línguas primitivas não têm uma lógica particular que as diferenciem das línguas faladas atualmente. Da mesma maneira que a contradição e o ilogismo estão inscritos na própria natureza do signo linguístico e não podem ser particularizados para uma língua específica inscrita em determinado tempo histórico. É possível ler o axioma lacaniano **o inconsciente é estruturado como uma linguagem** à luz das críticas de Benveniste em relação a Abel. Conceber o inconsciente estruturado como uma linguagem tem uma importante consequência: o algoritmo se refere a uma linguagem qualquer, sem qualquer especificidade. Em um momento mais tardio de seu ensino, no decorrer de uma lição do *Seminário 19 ...ou pior*, esse ponto de vista estruturalista sobre a linguagem aparece de forma explícita no discurso de Lacan em uma passagem que, embora longa, merece ser transcrita:

[...] se uma coisa digna do título de 'linguística como ciência' se sustentou, algo que parece ter a língua ou a fala como objeto, foi sob a condição de os linguistas jurarem uns aos outros nunca, nunca mais – porque não se fizera senão isso durante séculos- nunca mais, nem mesmo de longe, aludir à origem da linguagem. Essa foi uma das palavras de ordem que dei a esta forma de introdução que se articulou em minha formulação 'o inconsciente é estruturado como uma linguagem'. [...] Não se trata, de modo algum, de especular sobre alguma origem da linguagem. (LACAN, 2012, p.67).

A solidariedade de Benveniste com o Estruturalismo coloca-o em uma relação de proximidade com Lacan e Saussure e em uma relação de distanciamento com Freud. Dentre esses três pensadores, Freud foi o único que não renunciou à questão das origens e submeteu o inconsciente, ao menos em um período de sua teoria, à conformação de operar dentro da particularidade de uma "língua primitiva" e não no universal da linguagem humana. Benveniste é claro e direto sobre essa questão:

Essas confusões parecem nascer, em Freud, do seu constante recurso às "origens": origens da arte, da religião, da sociedade, da linguagem... Freud transpõe constantemente o que lhe parece

“primitivo” no homem em um primitivo de origem, pois é exatamente na história deste mundo que ele projeta aquilo a que se poderia chamar uma cronologia do psiquismo humano. (BENVENISTE, 2005, p.90).

Freud, um verdadeiro apaixonado pela questão das origens, como denuncia o prefixo alemão *Ur*, frequentemente empregado em seus conceitos, (*Ursprache, Urvater, Urverdrängung, Urzene*³), desconhecia essa característica universal e estrutural do signo linguístico, apesar de, no texto sobre as palavras primitivas, demonstrar um grande interesse por essas propriedades da linguagem. As críticas esboçadas por Benveniste endossam a tese lacaniana do inconsciente estruturado como uma linguagem, pois se trata para ambos da linguagem como um sistema.

É possível encontrar em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” algumas passagens em que Lacan também se posiciona criticamente em relação à ideia de uma linguagem primitiva e a uma perspectiva historicizante dos fenômenos linguístico e psíquico. Nesse texto, Lacan fala de um **inconsciente histórico**, mas em um sentido bastante diferente daquele tratado por Freud em sua solidariedade conceitual com Abel. Lacan aproxima a Psicanálise e a História de uma maneira que pode ser considerada inovadora, por postular que ambas sejam ciências do particular, que lidam com fatos puramente acidentais e factícios, cujo valor último se reduz ao aspecto bruto do trauma.

É uma conceitualização do fenômeno histórico bastante diferente da concepção cronológica que geralmente se aprende a construir a seu respeito. Um certo caráter atemporal da história, próprio do inconsciente, é igualmente formulado por Lacan (1998, p.262): “Os acontecimentos se engendram numa historicização primária, ou seja, a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita, no foro íntimo e no foro externo.” Lacan é ainda bastante diretivo ao dizer, no encadeamento de sua exposição, que o que na Psicanálise se ensina o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história. O analista ajuda o sujeito a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de reviravoltas históricas. Se esses fatos têm o sentido de fatos históricos, são como reconhecidos ou censurados em uma certa ordem discursiva já inscrita no inconsciente. Lacan (1998, p.294) reafirma, assim, a estrutura de linguagem no simbolismo inconsciente, mas esse simbolismo “[...] tem o caráter universal de uma língua que se fizesse ouvir em todas as outras línguas, mas que, ao mesmo tempo, por ser a linguagem que capta o desejo no ponto exato em que ele se humaniza, [...] é absolutamente peculiar ao sujeito.” Logo a seguir, encontramos em Lacan (1998, p.295) uma crítica velada a Freud, o que difere da crítica severa e diretiva que fez a Benveniste: “Linguagem primeira,

³ Língua primitiva, pai primeiro, recalque originário, cena primária. O prefixo alemão *Ur* remete a algo que é original, primitivo.

dizemos também, com o que não queremos dizer língua primitiva, uma vez que Freud [...] decifrou-a por inteiro nos sonhos de nossos contemporâneos.” Não é difícil perceber o quanto Benveniste se ancorou nessas colocações lacanianas ao criticar o tema das origens em Freud.

Se por um lado é evidente, nesse período, o interesse de Lacan pela linguística pós- saussureana e estruturalista, os métodos próprios dessa linguística não são utilizados por ele. Para Milner (2008), podemos concluir que Lacan se interessa pelo fato geral de que a língua tem propriedades estabelecidas pela linguística estruturalista, mas não se interessa pelos seus métodos. Dessa forma, Milner (2008) ainda propõe um modo de interpretar o axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” que parece relevante: admitindo-se que uma linguagem tem propriedades de estrutura (conforme demonstra a Linguística), o inconsciente tem as mesmas propriedades. Em contrapartida, para que isso seja verdadeiro, não são relevantes os processos pelos quais essas propriedades são estabelecidas. A linguística que interessa a Lacan, e que é a mesma recuperada por Benveniste em seu artigo, é aquela que conhece a linguagem concentrando-se em reter dela somente as propriedades mínimas de um sistema **qualquer**. Se a linguagem é um sistema, Benveniste e Lacan, ambos seguindo a trilha de Saussure, demonstram a incorreção do pensamento freudiano ao articular os processos inconscientes com uma linguagem especificamente primitiva.

Para concluir, é importante chamar a atenção para o fato de que a decisão de Lacan de convocar um linguista para comentar o texto freudiano “Sobre o sentido antitético das palavras primitivas” não é casual, já que trata-se de um texto estranhamente silenciado na obra do próprio Lacan. É um desafio localizar em sua obra, ao menos em seus textos e seminários até o momento estabelecidos, qualquer referência a esse pequeno texto freudiano, que tem maior reconhecimento no meio linguístico que no psicanalítico. Coube a Benveniste comentar esse opaco texto e nesse comentário encontramos, nas palavras de Milner (2008), um momento benvenisteano por excelência no que diz respeito aos sentidos opostos.

MACHADO, B. F. V. Benveniste, Lacan and structuralism: about the opposite meanings of primitive words. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.11-27, 2015.

- *ABSTRACT: This article intends to make clear some given aspects of Benveniste's structuralist interpretation about Freudian linguistic reasoning, mainly in his text 'Opposite meanings of primitive words'. Benveniste's text 'Observations about the language function in Freudian discovery' is placed in dialogue with linguistic hypotheses developed by Freud in his aforementioned text. Thus, a link between linguistic and psychoanalytic fields is pursued, searching Freud's notion of primitive language and comparing it with Structural Linguistic assumptions supported by Benveniste. The approach is strictly theoretical, in order to enlighten*

the divergences between language reasoning in Freud and Benveniste. In order to achieve this aim, Freud's examination about the negation was searched, and it was put in touch with Benveniste's examinations about linguist Carl Abel, a strong linguistic influence on Freud's work, mainly in his text 'Opposite meanings of primitive words'. As a conclusion, it becomes possible to assert that, as being a system and a structure, language has an universal and non-historical quality, which refutes the Freudian thesis concerning the existence of primitive languages.

- **KEYWORDS:** Language. Structure. Unconsciousness. Negation. Enunciation.

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, M. **Linguística e psicanálise:** Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros. Tradução de M. Laranjeira et al. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente:** Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Tradução de L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de C. Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral.** Tradução de M. da G. Novak et al. Campinas: Pontes, 2005.

DESSONS, G. **Émile Benveniste:** L'invention du discours. Paris: Éditions in Press, 2006.

DOSSE, F. Benveniste: a exceção francesa. In: _____. **História do estruturalismo.** Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Ensaio, 1993. p.61-72.

FREUD, S. Sobre o sentido antitético das palavras primitivas. In: FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud:** v. observações sobre um caso de neurose obsessiva e outros textos. Tradução P. C. Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2013. p.302-312.

_____. A negativa. In: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente.** Tradução de L. A. Hanns et al. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p.145-157.

_____. **A interpretação de sonhos.** Tradução de J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LACAN, J. **Seminário 19:** ...ou pior. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

_____. Radiofonia. In: LACAN, J. **Outros escritos.** Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.400-447.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.238-324.

MILNER, J. C. **Le périple structural**: figures et paradigme. Paris: Verdier, 2008.

_____. **A obra clara**: Lacan, a ciência e a filosofia. Tradução de P. Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. **O amor da língua**. Tradução de Â. C. Jesuino. Porto Alegre: ARTMED, 1987.

Recebido em agosto de 2013

Aprovado em dezembro de 2013

O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO MODALIZADORA “PODE SER”. UM CASO DE (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS

Cibele Naidhig de SOUZA*

- RESUMO: Comprometido com um enfoque funcionalista, o trabalho analisa a expressão modalizadora **pode ser** como predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁) e como construção independente (**pode ser**₂), em textos contemporâneos do português brasileiro, de fala e de escrita. Busca-se identificar graus de (inter)subjetividade reveladores de um processo de (inter)subjetivização, conforme proposta de Traugott (2010). Sustentam a análise parâmetros de (inter)subjetividade de elementos modalizadores indicados especialmente em Traugott e Dasher (2002) e a noção de modalidade como categoria multifuncional, que não apenas codifica atitude do falante em relação ao conteúdo modalizado, mas que também atua como estratégia pragmática, como reguladora da situação comunicativa. A pesquisa revela **pode ser** como uma fórmula de grande aproveitamento no jogo discursivo, um conjunto bastante solicitado, produtivo e útil nas relações interpessoais. O estudo de propriedades semânticas, discursivas e morfossintáticas indica deslizamento na operação da construção, da sintaxe (**pode ser**₁) para o discurso (**pode ser**₂), interpretado como próprio de (inter)subjetivização.
- PALAVRAS-CHAVE: Modalização. Pode ser. (Inter)subjetivização. Funcionalismo.

Introdução

A expressão modalizadora **pode ser** é um conjunto bastante solicitado nas relações interpessoais. São familiares aos usuários contemporâneos do português usos de **pode ser** como em (1) e em (2¹), entre outros.

- (1) Doc – pra fora você diz do Brasil?
F2 – pro exterior é **pode ser** que eu não tenha tido ainda condição financeira de ir pra fora (NURC/ RJ D2 158)
- (2) — Você está querendo provar que Deus é justo.
O estrangeiro pensou um pouco.
— **Pode ser**. (DSP).

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – cibelenasouza@gmail.com.

¹ As ocorrências são retiradas do corpus da pesquisa, apresentado adiante. As siglas entre parênteses após as ocorrências identificam o texto de onde foram extraídas. O enunciado (1) é do NURC, entre parênteses indicam-se a cidade (RJ), o tipo de inquérito (D2) e o número do inquérito (158). O enunciado (2) é retirado do corpus de língua escrita e as letras entre parênteses indicam uma abreviatura do nome da obra, como consta no banco de dados do Laboratório de Lexicografia (LabLex) da UNESP, FCL, Araraquara. Ao final do artigo, encontra-se uma lista com os nomes das obras citadas.

Em enunciados como esses, **pode ser** é uma marca modal, por meio da qual o enunciador imprime um posicionamento epistêmico. Em ambos os casos, a construção sinaliza descomprometimento do falante com a verdade do conteúdo proposicional sob seu escopo, que é, então, avaliado como uma eventualidade, como algo possível, do ponto de vista do enunciador. Em (1), **pode ser** é um predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁), portador da atitude do enunciador em relação ao conteúdo proposicional encaixado. Em (2), **pode ser** é uma construção independente (**pode ser**₂) não apenas sintática, mas também ilocucional e pragmaticamente atua como um ato de fala atitudinal completo com incidência sobre outro ato de fala, do interlocutor. O valor semântico da expressão, nesses enunciados, aproxima-a de um advérbio modalizador como **talvez**.

O desenvolvimento de outras construções de modalidade, tais como **(eu) acho (que)** (GALVÃO, 1999), **parece (que)** (GONÇALVES, 2003), em que as formas mais livres são posteriores às formas encaixadoras de orações completivas, faz parecer natural que **pode ser**₂ represente um estágio do desenvolvimento de **pode ser**₁ em que a sentença matriz se desprende da sentença encaixada, tornando-se uma fórmula avulsa de modalidade com grande produtividade discursiva. Os casos citados são reconhecidos como gramaticalização e encaminhamentos próprios desse processo também podem ser identificados em **pode ser**².

A verificação da hipótese de gramaticalização em **pode ser** é uma interessante direção de pesquisa³. No entanto, essa não será tarefa reservada a este artigo⁴, cujo objetivo é estudar trajetos de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002) presentes nesses contextos e que, conforme será argumentado, bem explicam o desenvolvimento da expressão **pode ser**. Investigam-se propriedades sintáticas, semânticas e discursivas da construção nos dois contextos sintáticos privilegiados pela investigação (predicado encaixador de proposição e construção independente), que indicam um processo de (inter)subjetivização em **pode ser**.

O artigo está comprometido com uma orientação funcionalista da linguagem sem filiação rígida a nenhuma corrente teórica funcionalista particular, tal como Neves (2006, 2011). Em uma perspectiva funcionalista, as formas de uma língua são meios para um fim e não um fim em si mesmas, devendo a explicação para as estruturas ser buscada nos usos. A análise inclui, então, além da estrutura

² **Pode ser** refere-se aos dois usos sob exame. Para referência específica, utilizam-se as indicações **pode ser**₁ e **pode ser**₂.

³ **Pode ser** no paradigma da gramaticalização é analisado em Carrascossi (2014).

⁴ As considerações deste artigo são parte revista de tese, Carrascossi (2011), desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, com apoio do CNPq (processo 141343/2008-7).

linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e o conteúdo discursivo.

O corpus da pesquisa é constituído por textos contemporâneos do português brasileiro de língua falada e escrita. Com a preocupação de tomar um conjunto de textos que representasse, de forma mais ampla possível, a língua portuguesa do Brasil, optou-se primeiramente pelo banco de dados do Laboratório de Lexicografia (LabLex) da UNESP de Araraquara. Utilizou-se o chamado CP2 (corpus principal 2) do LabLex, que reúne textos escritos produzidos no período compreendido entre 1950 e 2000 e diversificados pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco e jornalístico, totalizando 15.378.424 palavras.

A partir da descrição dos usos nos dados de língua escrita, pretendia-se buscar comprovação em dados de língua falada. Para tanto, analisaram-se 60 inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) distribuídos igualmente pelas cinco capitais (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e pelos três tipos de inquéritos (elocução formal, diálogo entre informante e documentador, diálogo entre dois informantes) abarcados pelo projeto. Os textos de fala examinados são compostos por 392.510 palavras.

Realizou-se exaustivo levantamento de ocorrências de **pode ser**₁ e **pode ser**₂ nos textos selecionados. Para controle de variáveis, utilizaram-se alguns dos programas do aplicativo computacional GOLDFARB, especificamente aqueles que estimam frequência e cruzamento entre diferentes fatores de análise. Nas análises apresentadas neste artigo, as seguintes variáveis foram verificadas em cruzamentos por meio do GOLDFARB: tipo de **pode ser** (**pode ser**₁, **pode ser**₂), valores modais, flexão modo-temporal da oração encaixada (apenas para **pode ser**₁) e tipo de discurso (contínuo, interlocução).

Em relação à estrutura do artigo, primeiramente, busca-se delimitar a base teórica que sustentará a análise. Desse modo, na seção seguinte, realiza-se uma leitura crítica do conceito de modalidade e se propõe a consideração da categoria a partir de sua multifuncionalidade. As seções seguintes são dedicadas à discussão da tipologia da modalidade e a considerações sobre (inter)subjetividade e (inter)subjetivização, conforme proposta de Traugott. Seguem o exame de **pode ser** as considerações finais que encerram o texto.

A modalidade

Dada a complexidade do tema, a investigação sobre modalidade sempre é tarefa árdua e exigente para o analista. Entre tantas metáforas que já se arrolaram a fim de expressar a dificuldade de apreensão da categoria, destaca-se a de Perkins (1983), para quem pesquisar modalidade é como andar em uma sala superlotada sem pisar em nenhum pé.

Uma questão inicial envolve a definição da categoria e por aí já se entra em território conflituoso, pois não é pacífica a conceituação de modalidade. Além disso, e apesar do grande volume de trabalhos produzidos, não se prevê adequadamente a modalização que opera no nível discursivo, e nisso está uma dificuldade teórica para o estudo de **pode ser**, como será argumentado.

As primeiras reflexões originam-se dos estudos aristotélicos, em que se propõem as noções modais de possibilidade e de necessidade, e a ideia de que esses conceitos são interdefiníveis a partir da negação. Na tradição da análise lógica, as modalidades se caracterizam em termos de relações de verdade, independentemente do enunciador e, por isso, as relações estabelecidas na Lógica não se mantêm nos estudos linguísticos. Não obstante, como observa Neves (2006), os estudos linguísticos são muito influenciados pela visão lógica e dificilmente os conceitos de possibilidade e de necessidade não estão presentes na definição de modalidade.

A factualidade é critério utilizado em outra forma de delimitar a modalidade (LYONS, 1977; NARROG, 2005). Referida também pelos termos **real/irreal** (PALMER, 1986) ou **validade** (KIEFER, 1987), a factualidade, de acordo com Narrog (2005), é o único critério capaz de distinguir entre o que pertence e o que não pertence à categoria. De modo bastante geral, a modalidade seria marcada pela não factualidade, ou seja, pela indeterminação em relação ao estatuto factual, o que significa que um enunciado modalizado não é nem positiva nem negativamente factual. Porém, como observa Palmer (1986), as declarações factuais, como as sentenças que marcam opinião ou julgamento do enunciador (não factuais), são subjetivas, representam pontos de vista do falante e, então, limitar um estudo de modalidade à não factualidade não parece pertinente.

Assume-se, neste estudo, que a subjetividade é critério essencial para a definição da modalidade. A conceituação baseada nesse critério é, em geral, bastante aceita e encontra-se diferentemente expressa nas definições de teóricos e estudiosos: “[...] um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve.” (LYONS, 1977, p.436)⁵; “[...] o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa.” (QUIRK et al., 1985, p.219).

Esse modo de compreender a modalidade liga-se à ideia, bastante antiga e tradicional, de subdivisão do enunciado em duas partes constitutivas, o *dictum* (proposição, parte descritiva) e o *modus* (não proposição, modalidade, ponto de vista do sujeito falante sobre o dito) (LYONS, 1977). Ou seja, todos os enunciados que possuem proposição são constituídos por *modus* e *dictum*, e os que não são

⁵ A autora do artigo se responsabiliza pelas traduções das citações em língua estrangeira.

explicitamente modalizados contêm um operador de julgamento em sua estrutura semântica.

Embora a noção de subjetividade esteja na essência da modalidade, que envolve a expressão de algo que passa pelo conhecimento do enunciador, tal entendimento não prevê a atuação da categoria em determinadas situações de interlocução, o que é outro importante aspecto a ser lembrado. A modalidade marca a participação do enunciador na comunicação, que é realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos. Especialmente na conversação, a modalidade pode assumir a função de reguladora da interação verbal, e esse aspecto não é contemplado por conceituações tais como as anteriormente citadas. A definição da modalidade como atitude ou opinião do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado por ele proferido tem alcance restrito, afinal, a modalidade:

- a) não é só atitude/opinião do falante em relação ao seu enunciado, pode ser atitude/opinião em relação ao enunciado do interlocutor também;
- b) não incide necessariamente sobre um conteúdo proposicional;
- c) pode estar fortemente ligada ao domínio discursivo, em determinados enunciados e, por isso, nesses casos, sua principal função não é expressar um posicionamento de quem fala, e sim gerenciar a interação verbal.

A modalidade expressa por **pode ser**₂, tal como (2), apresentado na introdução, é um exemplo do que se está afirmando em (a), pois nesses casos o falante utiliza a construção para marcar um posicionamento epistêmico em relação ao enunciado do interlocutor (no caso, “Você está querendo provar que Deus é justo”).

Considere-se, ainda, outra ocorrência:

- (3) — Você é virgem, Severina?
— Virgem nasci / Virgem me criei / Se comigo não casares / Virgem morrerei – parodiava Severina, inspirada.
Flodoaldo ria, coçava-lhe a vaidade:
— Você é vida como o diabo, Severina!
E ia trepando como gato no cio aquele muro escuro e sólido de resistência. Adoçava a voz.
— **Pode ser** ou está difícil, coração? (CR).

Pode ser₂, em (3), incide sobre um conteúdo que não é expresso linguisticamente, mas está implicado na situação comunicativa, pode ser captado pelo contexto interacional (“você se deitar comigo”). A modalização, nesses casos, representa uma estratégia pragmática de atenuação. O enunciador sabe que sua

interlocutora oferece resistência às suas intenções, e a modalização é um dos recursos que o enunciador utiliza na tentativa de diminuir, ou talvez evitar, a reação contrária àquilo que deseja obter. Assim, a modalidade em (3) é principalmente uma estratégia de persuasão, uma forma de gerenciar a interação verbal. Com isso, ficam justificadas as afirmações (b) e (c) sobre a modalidade.

As reflexões de Hoffnagel (1997) e de Miranda (2000) oferecem apoio para a proposta de tratamento da modalidade como orientadora da interação verbal.

Ao analisar a modalidade epistêmica em dados de língua falada, Hoffnagel põe em evidência o caráter intersubjetivo da modalização: “[...] além de explicar as atitudes do falante com respeito às proposições propostas, os modalizadores epistêmicos são empregados, também, para comunicar atitudes do falante, em relação a seus interlocutores.” (HOFFNAGEL, 1997, p.150). Hoffnagel (1997) analisa duas funções pragmáticas da modalidade. A primeira delas consiste em marcar a falta de adesão em relação à verdade das proposições como parte de uma estratégia facilitadora de uma discussão mais aberta. A outra função apontada pela autora envolve a redução da força dos enunciados para proteger a face do falante e do destinatário, quando o tópico é delicado.

Opondo-se completamente ao entendimento da modalidade como uma propriedade da frase, do enunciado, Miranda (2000) defende, em um enfoque sociocognitivista, que a categoria deve ser compreendida como a intenção ou a atitude do enunciador em relação à enunciação (não em relação à proposição ou ao enunciado). A modalidade é um operador sobre domínios dentro da cena comunicativa, ela “gerencia a interação” (MIRANDA, 2000, p.144), ou seja, ela sinaliza o trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. A modalidade é compreendida como a semiose da face, pois na interação há um jogo de preservação/ameaça de face, e a modalidade, uma categoria linguística, marca essa construção dramática. Nesse conflito comunicativo, a categoria é um operador de imposição de forças/suspensão de barreiras (TALMY, 1988).

Um tratamento adequado da modalidade deve ser capaz de considerar seu papel no processamento textual, na interação – ou “tensão” – comunicativa que se estabelece entre os interlocutores. A proposta neste estudo é que a modalidade seja analisada considerando-se duas direções que, saliente-se, embora distintas, não são dicotômicas:

- a) a **orientada para o falante** – refere-se àquilo que o falante tem em mente (atitudes, crenças, julgamentos, etc.), serve para codificar experiência, especificar atitude em relação à validade do conteúdo modalizado no nível do conteúdo;
- b) a **orientada para o ouvinte** – marca estratégia comunicativa do falante, serve para regular a interação verbal, influir sobre os interlocutores.

No primeiro caso, a modalidade corresponderia ao entendimento mais convencional que a define como atitude ou opinião do sujeito enunciador em relação ao seu enunciado (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985). Nesse caso, a modalidade marca subjetividade.

Orientada para o ouvinte, a modalidade assume a função destacada por Hoffnagel (1997) e Miranda (2000), ou seja, é reguladora da situação comunicativa, sinalizando o trabalho de defesa e de proteção de faces (BROWN; LEVINSON, 1987). Nesse caso, o caráter intersubjetivo da modalidade está encarecido.

Compreende-se que essas duas direções da modalidade correspondem, respectivamente, às funções ideacional e interpessoal, tal como definidas por Halliday (1970), que não são excludentes, mas complementares. As sentenças são construídas simultaneamente como mensagem e como evento de interação e “[...] há uma região semântica em que as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem, aquela do comentário do falante sobre o conteúdo.” (HALLIDAY, 1970, p.349).

As duas funções são como pontos extremos de um *continuum*, dentro do qual não há fronteiras rígidas entre o domínio ideacional e o interpessoal. Ou seja, não há relação dicotômica entre as duas funções, embora uma delas possa ser preponderante em determinado contexto.

Na função ideacional, a linguagem serve para expressar conteúdo, relacionado às experiências do falante, do mundo real ou mental (HALLIDAY, 1970). Neves (1997) esclarece que, no componente ideacional, as experiências do mundo mental podem envolver reações, cognições, percepções, assim como atos linguísticos de falar e de entender.

Na função interpessoal, por outro lado, a linguagem é utilizada como um meio de participação na situação de fala, ou seja, a linguagem relaciona-se com o estabelecimento de papéis sociais na comunicação, é um meio de estabelecer relações entre falante e ouvinte (HALLIDAY, 1970). O elemento interpessoal serve, “[...] num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem.” (NEVES, 1997, p.13).

Modalidades deontica e epistêmica

Embora haja multiplicidade de propostas tipológicas para as modalidades, os domínios deontico e epistêmico – os que interessam a este estudo – representam, em geral, a distinção básica.

A modalidade deontica situa-se no eixo da conduta, expressando valores como obrigação e permissão. Caracteriza-se pela presença de alguma fonte de autoridade

(deôntica), de predicados dinâmicos (ações) e de sujeitos controladores. Tais particularidades são reconhecidas pelos estudiosos e aparecem diferentemente em seus trabalhos. Para Lyons (1977), a modalidade deôntica indica a necessidade ou a possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Quirk et al. (1985) associam essa modalidade a um sujeito controlador, e Palmer (1986) a relaciona a um elemento de vontade (*will*).

A modalidade epistêmica situa-se no eixo do conhecimento, refere-se ao (des) comprometimento do enunciador em relação a determinado conteúdo, envolvendo crença, julgamento, opinião (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985; PALMER, 1986; HENGEVELD, 1988, 2004). Uma discussão pertinente para este estudo concerne à distinção entre a modalidade epistêmica subjetiva e a modalidade epistêmica objetiva.

Para tratar da modalidade alética, Lyons (1977) propõe uma subdivisão dentro da categoria epistêmica entre objetivo e subjetivo. Definida na lógica modal, a alética refere-se ao eixo da existência e envolve a determinação do valor de verdade dos enunciados. A modalidade epistêmica objetiva, que Lyons equipara à modalidade alética, expressa conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. A modalidade epistêmica subjetiva, que abrange a postura do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, é expressão da opinião do falante. Na leitura epistêmica subjetiva de uma sentença como *Alfred may be unmarried* (Alfred pode ser solteiro), utilizada por Lyons (1977, p.797), o enunciador estaria indicando sua incerteza sobre o estado civil de Alfred e, assim, “ser solteiro” seria um fato hipotético. Na leitura epistêmica objetiva, o falante estaria expressando uma possibilidade matematicamente computável de que Alfred fosse solteiro e, nesse caso, o falante saberia, não simplesmente pensaria ou acreditaria, que há uma possibilidade de Alfred ser solteiro.

A distinção entre uma modalização epistêmica objetiva e subjetiva, nesses termos, é mantida por Hengeveld (1988, 2004). Hengeveld (1988) explica que, na modalidade epistêmica objetiva, o falante procede a uma avaliação do estatuto de realidade do estado de coisas designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o estado de coisas designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as situações possíveis ou os “estados de mundo”. A modalidade epistêmica subjetiva caracteriza-se em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado; “[...] o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação.” (HENGEVELD, 1988, p.233).

Nuyts (1992, 1993, 2001) reconhece a distinção entre uma qualificação modal objetiva (proveniente de resultados matematicamente estimados e de possibilidades verificáveis da ocorrência de um estado de coisas), e uma

qualificação modal subjetiva (resultante de suposições subjetivas de que o estado de coisas pode ocorrer), mas critica a distinção entre modalidades epistêmica objetiva e subjetiva, como definida por Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Para Nuyts, essa diferença é advinda de distintas origens da informação e não de diferentes tipos de modalidade, como pretendem Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Para Nuyts, todo julgamento modal está baseado em uma evidência e o que pode variar é a qualidade da evidência, mas “[...] sem evidência, nenhuma avaliação de estado de coisas é possível, pode-se simplesmente dizer que não se sabe.” (NUYTS, 1993, p.946).

A proposta de Nuyts (1992, 1993, 2001) é tratar a diferença entre a interpretação objetiva e a subjetiva em termos de subjetividade e intersubjetividade⁶ (o autor prefere esse termo ao termo objetividade). Na interpretação epistêmica subjetiva, o falante é a fonte do conhecimento e, na interpretação intersubjetiva, a fonte é uma comunidade, podendo estar incluído o falante. Essa parece ser uma forma adequada de entender a distinção entre epistêmico subjetivo e epistêmico objetivo e é com base nesse entendimento que serão analisadas as ocorrências de **pode ser** em termos da distinção entre epistêmico objetivo e epistêmico subjetivo.

Subjetivização, intersubjetivização e modalização

Nos trabalhos de 1982, 1989, 1995a e 1995b, Traugott estuda o processo de subjetivização de modo bastante atrelado à gramaticalização, diferentemente de trabalhos mais recentes da autora (TRAUGOTT, 2010, por exemplo), em que, embora ainda se defenda estreita correlação entre os processos, a fronteira entre eles está mais bem definida.

A gramaticalização é compreendida como o processo de mudança linguística pelo qual uma palavra ou expressão lexical torna-se gramatical ou, se já gramatical, torna-se cada vez mais gramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Traugott (1982, 1989, 1995a, 1995b) relaciona a subjetivização à gramaticalização, postulando que as mudanças ocorridas na gramaticalização acontecem em direção ao aumento de subjetividade, na interação entre falante e ouvinte.

Apoiando-se nos três domínios funcionais da linguagem propostos por Halliday e Hasan (1976) (**ideacional**, que serve à denotação; **textual**, que se refere à organização do discurso; **interpessoal**, que se relaciona à atitude do falante), Traugott (1982) indica que, nos primeiros estágios de gramaticalização,

⁶ Observe-se que Nuyts (1992, 1993, 2001) utiliza os termos subjetividade e intersubjetividade em um sentido totalmente diferente de Traugott (2010), cujos postulados sustentarão a análise de **pode ser**. Nuyts define (inter)subjetividade em termos do tipo de conhecimento que um enunciador possui para a sua qualificação modal. Para Traugott (2010), subjetividade refere-se à codificação de significado baseado na atitude do falante e intersubjetividade diz respeito aos significados que indexam a atenção do falante em relação ao ouvinte.

o principal caminho da mudança é a passagem de itens que possuem significado proposicional para itens com significado textual ou com significado expressivo, ou ambos, na seguinte ordem: **(proposicional) > [(textual) > (expressivo)]**. A hipótese é que a mudança é unidirecional; por exemplo, a direção contrária, expressivo > textual > proposicional, é altamente improvável na história de qualquer item gramatical (TRAUGOTT, 1982, 1989). Traugott (1989) propõe três tendências de mudanças semântico-pragmáticas: a) significados baseados em descrições de situações externas > situações internas (avaliativa / perceptual / cognitiva); b) significados baseados em descrições de situações externas ou internas > situações textuais e metalinguísticas; c) significados tendem a se tornar fortemente baseados na atitude subjetiva de crença do falante em relação à proposição. Nesse percurso de mudança semântico-pragmática, os significados vão tendendo a se referir menos a descrições de situações concretas e mais a situações discursivas, menos a situações objetivas e mais a situações subjetivas. Ou seja, os significados revelam cada vez mais o modo como o falante constrói o enunciado em relação ao ouvinte, por isso se diz que há uma **pragmatização do significado** (TRAUGOTT, 1995b).

Apesar da inter-relação, os dois processos são compreendidos como independentes e a forte ligação entre os dois processos, observa Traugott (2010), fica sugerida porque a gramaticalização envolve recrutamento de itens para marcar a perspectiva do falante sobre diversos fatores, entre os quais “[...] se a situação é relativizada em relação às crenças do falante (modalidade, modo).” (TRAUGOTT, 2010, p.40).

Em Traugott e Dasher (2002) está contemplada a distinção entre **subjetividade** e **intersubjetividade**. A tese dos autores é a de que a mudança semântica segue caminhos previsíveis nas línguas, revelando significados cada vez mais baseados em atitude subjetiva e intersubjetiva do falante.

Traugott (2010) define o processo de intersubjetivização como posterior à subjetivização, afirmando que são mecanismos pelos quais “[...] significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjetivização) [...]”, e “[...] uma vez subjetivizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no interlocutor (intersubjetivização).” (TRAUGOTT, 2010, p.35). A intersubjetivização, portanto, não ocorre sem a subjetivização. Dessa forma, Traugott (2010, p.35) indica que os significados dos itens se desenvolvem seguindo a direção:

não subjetivo/menos subjetivo > subjetivo > intersubjetivo

É preciso observar que, embora a (inter)subjetivização seja um processo histórico de mudança das formas, verificado ao longo do tempo, é possível

também organizar um *cline* sincrônico de (inter)subjetividade (TRAUGOTT, 2010), baseado em critérios que determinam uma gradação do menos para o mais (inter)subjetivo.

Por hipótese, os processos ocorrem no fluxo da fala, na interação verbal, por meio daquilo que Traugott e Dasher (2002) chamam **inferência sugerida pelo contexto**, um processo metonímico, largamente aceito como importante mecanismo por trás dos processos de gramaticalização e (inter)subjetivização. A noção de metonímia é estendida de contextos concretos para contextos pragmáticos de inferência conversacional e convencional. A contiguidade envolvida nesse caso é baseada no mundo discursivo. Um exemplo seria o desenvolvimento de *since*, no inglês, analisado por Traugott e König (1991). Inicialmente, a preposição estabelecia apenas relação temporal. Em determinado momento, uma leitura causal pôde ser inferida da leitura temporal. Em alguns contextos, as duas leituras são possíveis. Por meio do uso frequente, a interpretação causal torna-se convencionalizada e o conectivo passa a ser usado em contextos cuja única interpretação é a causal.

O desenvolvimento de significados epistêmicos a partir dos significados deônticos, historicamente comprovado em línguas como o inglês (TRAUGOTT, 1989; SWEETSER, 1990; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002), é entendido como resultante de um processo de subjetivização (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; DASHER, 2002) e, também, é preciso citar, de gramaticalização.

Em relação à subjetivização dos elementos modais, a mudança deôntico > epistêmico já revela, por si, um processo de subjetivização, pois, nesse percurso, os significados tornam-se mais centrados nas atitudes e crenças do enunciador. Mas o caráter gradual da subjetividade deve ser acentuado e, por isso, Traugott (1989) refere-se à modalidade em termos de “mais” ou “menos” subjetiva ou, ainda, “fracamente” ou “fortemente” subjetiva. A autora observa que, quando os significados epistêmicos surgem, são fracamente subjetivos e, à medida que se desenvolvem, tornam-se mais fortemente subjetivos.

É em Traugott e Dasher (2002) que se encontra uma análise mais detalhada dos significados modais revelando subjetivização. Dois fatores são definidos para a aferição de graus distintos de subjetividade: a) o tipo de força modal (deôntica, epistêmica); b) a natureza da força modal (externa ao falante – religião, leis, regras sociais, etc. – ou interna ao falante). No caso dos significados deônticos, por exemplo, o modal é mais subjetivo se a força deôntica é o próprio falante e menos subjetivo se há uma força social, religiosa ou outra força externa implicada ou especificada. Os significados epistêmicos também revelam uma escala em termos de subjetividade, sendo mais subjetivos quando a qualificação modal é baseada em uma expectativa pessoal do falante ou reveladora de uma confiança

do enunciador e menos subjetivos quando baseados em uma expectativa de um grupo ou se envolvem uma opinião mais geral. Relacionada a essa gradação de subjetividade está a distinção entre epistêmico objetivo e epistêmico subjetivo, como proposta na seção anterior,

Os significados intersubjetivos, de acordo com Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2002), referem-se a certo cuidado do falante com a recepção de seu enunciado pelo ouvinte, mais particularmente, relacionam-se com a noção de *hedges*, com a proteção da face do interlocutor.

Com base nessas considerações, busca-se identificar graus de (inter)subjetividade nas ocorrências de **pode ser**, os quais podem ser interpretados como indícios de um processo de (inter)subjetivização.

A gradação de (inter)subjetividade em pode ser

Apresentados os pressupostos teóricos da pesquisa, analisa-se nesta seção a expressão modalizadora **pode ser**, buscando-se ressaltar o deslizamento da construção em direção ao componente discursivo da linguagem, interpretado como (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

As 357 ocorrências de **pode ser** localizadas no corpus, sendo 333 da amostra de escrita e 24 da amostra de fala, distribuem-se entre os dois contextos sintáticos privilegiados pela investigação da seguinte forma: 63% (226/357) são predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁), como no enunciado (4); 37% (131/357) são construção independente (**pode ser**₂), como nos enunciados (5) e (6).

- (4) — Somos eternos, Talbo. As Vozes me contaram isto, no tempo em que eu podia ver seus corpos e seus rostos.
Talbo conhecia o Dom de sua mulher. Mas fazia muito tempo que ela não tocava no assunto. Talvez fosse o delírio.
— Mesmo assim, nenhuma vida é igual à outra. E **pode ser** que não nos encontremos nunca mais. Preciso que você saiba que te amei a minha vida inteira. Te amei antes de te conhecer. Você é parte de mim. (BRI)
- (5) Inf – o::sim o cavalo ele naturalmente ele tem o::...ou o freio ou bridão...são duas coisas diferentes também...agora...o que usa normalmente aqui::no interior...é o freio...e o::o freio é...ahn consiste vamos dizer num metal...que entra na boca do cavalo...esse é o freio propriamente dito...agora...para manter esse metal na boca do cavalo...existe::uma cabeçada...feita de couro...que muitas vezes é chamada em conjunto com o freio de freio...mas quando se quer distinguir...o::...aquilo que...o

ferro...que entra na boca do cavalo...do restante do freio...então usa-se a palavra cabeçada...a cabeçada por sua vez tem::também algumas partes...porque tem uma que vem...logo::na frente do::...da cabeça do cavalo...que se chama::...cabeção...depois tem uma que vai mais em cima da própria cabeça do cavalo que é a testada...e além disso tem uma...um outro courinho que sai...de cima...e passa por baixo do...da cabeça...ah...próximo ao pescoço...que também tem um nome ahn::... --puxa eu não sei como é que eu posso ter esquecido esse nome...-- é alguma coisa como::...gargantilha mas não é gargantilha hoje é...((risos)) é o que as mulheres usam

Doc – **pode ser**...daí o exemplo

Inf – mas poderia ser mesmo...talvez até...a::a palavra fosse essa gargantilha...e que agora esteja lembrando mas estou ligando com a coisa que as mulheres estão usando né? (NURC/SP DID 18)

(6) — Tem anil?

— É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.

— Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.

O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:

— Dupla?

— **Pode ser**. (BH).

As ocorrências de **pode ser**₁ sempre têm interpretação epistêmica, como em (4). Verificou-se que **pode ser**₂, por outro lado, expressa, além do valor epistêmico (ocorrência 5), o valor deôntico (ocorrência 6). Os enunciados examinados distribuem-se entre os dois domínios modais, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Pode ser nos domínios epistêmico e deôntico

	Epistêmico	Deôntico	Total
Pode ser ₁	226 (100%)	-	226 (100%)
Pode ser ₂	111 (85%)	20 (15%)	131 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

O eixo do conhecimento predomina não só em **pode ser**₁, uma forma consolidada de avaliação epistêmica, mas também em **pode ser**₂: apenas 20 (15%) das ocorrências são deônticas, como no enunciado (6).

A avaliação epistêmica marcada por **pode ser** sempre tem relação com ausência de certeza. Com **pode ser**, o enunciador avalia o conteúdo sob seu

escopo como possível, não se comprometendo com a verdade do que é dito e, assim, revelando baixo grau de adesão ao enunciado. Observe-se em (4) que a oração encaixada (“não nos encontremos nunca mais”) é apresentada como um julgamento do enunciador, que considera o conteúdo proposicional incerto. De modo semelhante, em (5), com **pode ser**₂ o enunciador admite como possível o dito de seu interlocutor (o nome do objeto descrito pode ser gargantilha).

A natureza avaliativa, hipotética, solicita uma organização modo-temporal específica para **pode ser**₁. Observa-se, então, que as orações encaixadas ocorrem, na grande maioria dos casos, no presente do subjuntivo, como em (4). A tabela 2 apresenta os resultados do exame modo-temporal da oração encaixada nas ocorrências de **pode ser**₁:

Tabela 2 – Tempo e modo do verbo da oração encaixada em **pode ser**₁

Presente do subjuntivo	176 (80%)
Pretérito perfeito composto do subjuntivo	18 (8%)
Pretérito imperfeito do subjuntivo	11 (5%)
Pretérito perfeito do indicativo	7 (3%)
Presente do indicativo	4 (2%)
Futuro do presente do indicativo	1 (menos de 0,5%)
Total	216 (100%) ⁷

Fonte: Elaboração própria.

A alta frequência do presente do subjuntivo (80%) revela uma correlação modo-temporal entre a matriz e a encaixada em que o valor semântico da matriz **pode ser** (eventualidade, dúvida, incerteza) determina o modo e o tempo verbal da encaixada. Considere-se que as ocorrências de **pode ser**₁ com a sentença encaixada no modo indicativo são pouco frequentes, enquanto as no modo subjuntivo somam 93% (80% do presente do subjuntivo, 8% do pretérito perfeito composto do subjuntivo, 5% do pretérito imperfeito do subjuntivo). Essa é uma propriedade das orações completivas: a semântica do predicado matriz implica determinações na oração encaixada (NOONAN, 1985; GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2008).

Diferentes graus de subjetividade podem ser identificados a depender do tipo de conhecimento no qual o enunciador se baseia para expressar sua avaliação,

⁷ Analisaram-se 226 ocorrências de **pode ser**₁, e houve casos em que a oração encaixada foi interrompida (por exemplo: *Estas figuras giram; se tiverem algum parafuso no centro, pode ser que...*) ou não apresenta verbo expresso (por exemplo: *pode ser que sim*) daí ser considerado o total de 216 na tabela 2.

que determina a natureza da força modal. Note-se, inicialmente, o enunciado (7), com **pode ser**₁:

- (7) Infelizmente a tendência atual não é esta. A constante pressão do marketing da indústria farmacêutica aliada à falta de informações e conscientização sobre o problema da resistência bacteriana por parte da classe médica já estão levando a um uso abusivo da gentamicina com o conseqüente aparecimento de patógenos a ela resistentes. Isto pode levar a uma modificação do quadro e **pode ser** que tenhamos que utilizar, em primeira escolha, os novos aminoglicosídeos. (ANT-T).

Nessa ocorrência, **pode ser**₁ marca avaliação baseada em dados, em fatos objetivos e expressa possibilidade contextualizada em razão lógica: com o aparecimento de patógenos resistentes à gentamicina, é possível que seja necessária a utilização de novos aminoglicosídeos. Trata-se da apreciação de um especialista fundamentada em conhecimentos científicos sobre a resistência bacteriana. Em (8), **pode ser**₁ revela maior grau de subjetividade, pois o enunciador apoia-se em seu conhecimento de mundo e infere estimativas sobre o que seja possível ocorrer:

- (8) Chorar é a sua manifestação de desagrado diante de sensações que para ele são insuportáveis. A maior parte das vezes esta inquietação está relacionada com a hora da mamada e pode ser traduzida como fome. Mas **pode ser** que o bebê chore e se desespere depois de mamar. Serão cólicas, alguma sensação desagradável relacionada com seu tubo digestivo? (PFI).

Na ocorrência (8), **pode ser**₁ não sinaliza que se trata de um pensamento particular do enunciador, mas algo que ele sabe ser possível baseado em seu conhecimento sobre o mundo, sobre o comportamento de um bebê, na situação descrita no enunciado (o bebê chorar e se desesperar depois de mamar).

Em ocorrências como (7) e (8), **pode ser**₁ configura a modalidade epistêmica objetiva, em que a fonte da informação é externa ao falante. Nesse tipo de modalização, o falante avalia o estatuto de realidade do estado de coisas baseado em seu conhecimento de mundo, de situações possíveis. A ocorrência em (8) é entendida como mais subjetiva que (7), pois se refere a um conhecimento do domínio comum, pertencente ao repertório de uma comunidade da qual o falante faz parte, enquanto (7) envolve um conhecimento pertencente ao domínio científico, totalmente independente do enunciador.

Pode ser₁ configura também a modalidade epistêmica subjetiva, em que a fonte da informação é o próprio enunciador, que transmite uma crença particular, como em (9):

- (9) Uma vez no Rio, eu estava de férias passeando no carro da Nesita, quando parou um ônibus ao meu lado. Olhei e tinha uma menina linda me olhando. Dei uma piscada pra ela e ela retribuiu com um beijinho. Então dei uma lambida nos meus lábios e ela me fez uma careta. Depois rimos, e, quando o ônibus partiu, ela mandou um tchauzinho bem íntimo. Fiquei morrendo de vontade de parar o carro, subir no ônibus pra conhecer a garota. Deve ser uma menina legal, pra corresponder assim a uma brincadeira. Mas deixa ela ir embora. **Pode ser** que uma palavra estrague tudo. Essa cena nunca mais saiu da minha cabeça, nem o rostinho bonito dela. (FAV).

Com **pode ser**₁, em (9), o falante expressa uma conjectura, uma suposição sobre determinada situação (uma palavra estragar tudo), algo que ele crê que seja possível.

Pode ser₁ sinaliza, portanto, aquilo que o falante sabe que é possível, como em 7 e 8 – modalidade epistêmica objetiva – ou aquilo que ele crê que seja possível, como em 9 – modalidade epistêmica subjetiva –, o que reflete diferentes graus de subjetividade do enunciador (menor nos primeiros casos e maior no último). Seja expressando uma opinião pessoal, seja emitindo uma avaliação baseada em dados externos ao falante ou baseada em razão lógica, **pode ser**₁ marca o descomprometimento do falante com relação ao conteúdo avaliado, e esse traço se mantém em **pode ser**₂, como nas ocorrências epistêmicas (2) ou (5), apresentadas, respectivamente, na introdução e no início desta seção.

Entretanto, não se verifica em **pode ser**₂ a mesma gradação em termos de subjetividade que se ressalta no exame de **pode ser**₁. **Pode ser**₂ epistêmico é sempre expressão de avaliação do enunciador baseada em seu próprio conhecimento, ou seja, é sempre expressão de um posicionamento particular, configurando a modalidade epistêmica subjetiva. Na interlocução, como retomada de um dito do interlocutor, **pode ser**₂ representa concordância, assentimento em relação ao ato de fala expresso anteriormente. Ou seja, **pode ser**₂ é um uso fortemente subjetivo, pois revela sempre uma crença particular do falante e, ao mesmo tempo, indexa sempre intersubjetividade, pois representa uma avaliação do enunciador em relação ao interlocutor. Casos em que **pode ser**₁ expressa posicionamento do enunciador em relação ao dito do interlocutor (como **pode ser**₂), pouco frequentes, são exemplificados em:

- (10) — Mas ‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!
— Sei lá... **pode ser** que não, mas **pode ser** também que sim.
(CHA).
- (11) Luiz Raul – Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós... Tão superior, tão grave, tão coerente...
Léo – Isso não é verdade.
Luiz Raul – **Pode ser** que não seja, mas é a minha impressão...
(RE-D).

Em (10) e (11), o enunciador utiliza **pode ser**₁ para se posicionar em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor, o que torna o caráter intersubjetivo dessas duas ocorrências bastante claro.

Mas atente-se, ainda, para outra escala de intersubjetividade que esses enunciados põem em evidência. Em (10), **pode ser**₁ introduz palavras vicárias (sim, não) que retomam o ato de fala do interlocutor expressando sua (não) validade. As duas sentenças modais, negativa (“pode ser que não”) e afirmativa (“pode ser também que sim”), estão reiterando a expressão de dúvida (“sei lá”) marcada no início da fala da personagem. Considere-se ainda que as sentenças estão relacionadas pela conjunção adversativa **mas**, cujo efeito de sentido envolve certa desconsideração do fragmento anterior (NEVES, 1984). Esses elementos, juntos, revelam que o enunciador não tem opinião certa sobre o que lhe foi apresentado (“‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!’”) e, nesse caso, o enunciado está modalizado para marcar, da parte do falante, um posicionamento epistêmico de descomprometimento em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor (modalidade orientada para o falante).

No enunciado (11), por outro lado, a modalização assume outra função, orientada para o ouvinte. O falante retoma o argumento do interlocutor, atribui-lhe alguma validade (“pode ser que não seja” (verdade)), e em seguida introduz o argumento definitivo (“mas é a minha impressão”), que reforça o posicionamento assumido anteriormente (“sempre tive a impressão de que você sente um profundo desprezo pela gente”). Nesse caso, **pode ser**₁ representa uma admissão falsa, situada no mundo conversacional, em que o enunciador finge concordar com uma opinião divergente a fim de diminuir o impacto negativo que sua declaração possa ter. Esse movimento de “avanço e recuo” constitui uma estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes no discurso, e envolve o trabalho de defesa e de proteção de faces.

O fato de **pode ser**₁, em ocorrências como em (11), ser utilizado como um recurso na tentativa de evitar possíveis reações desfavoráveis do interlocutor, ou seja, envolve preocupação do falante com a recepção de seu enunciado pelo

ouvinte, com a imagem do ouvinte, o leva a ser considerado mais fortemente intersubjetivo do que ocorrências como em (10).

A análise das ocorrências do corpus revela **pode ser**₂ como uma peça do discurso, das relações interpessoais. Considere-se que **pode ser**₂ é utilizado, também, para expressar a concordância do enunciador em relação a situações que implicam controle. Nesses contextos, o enunciador configura uma fonte deôntica, com poder para autorizar, ou não, a realização de determinadas ações que envolvem oferecimentos, propostas, convites, etc., como em (12), adiante. Em razão de a fonte deôntica, nesses casos, ser o próprio falante, **pode ser**₂ transmite um significado deôntico de caráter mais subjetivo.

- (12) W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!
P: Eu?
O: **Pode ser**... Pá animar!
P: Mas Waldemar!
W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel. (PED-D).

Embora **pode ser**₂, como em (12), represente admissão do enunciador em grau bastante elevado, podendo, inclusive, ser comparado a um advérbio, como **sim**, o valor de dúvida, incerteza, em algum grau, está presente. Ao utilizar a forma **pode ser** para permitir a realização de uma ação, aceitar um convite, o enunciador revela certa indiferença em relação ao processo, falta de convicção em relação ao que deseja ou, ainda, admissão a contragosto.

Os usos de **pode ser**₂ deôntico com grau bastante elevado de intersubjetividade marcam a preocupação do enunciador com a recepção de seu enunciado pelo interlocutor. São enunciados em que **pode ser**₂ ocorre em final de frase, como uma indagação. Essa é uma fórmula utilizada para atenuar o ato de fala anterior que é ameaçador à face negativa do interlocutor, pois diz respeito sempre a algo que o falante deseja obter do ouvinte (um pedido, um oferecimento, uma imposição, etc.). A utilização de **pode ser** com a função de atenuação e/ou polidez, nesses casos, reflete a previsão do enunciador de que o ouvinte pode ter uma objeção ou uma rejeição àquilo que o falante deseja obter:

- (13) No copo dela, a cereja nadava no Martini. Parecia ótima, também.
— Escute, estou duro. — esclareci.
— Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.
— Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini, **pode ser**?

Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC).

Em (13), **pode ser₂** é um marcador de atenuação que visa a diminuir a força negativa que o enunciador sabe que pode surgir com o pedido (“queria que você me pagasse um Martini”). Com a frase interrogativa **pode ser?**, o falante altera a força ilocucionária do ato de fala anterior, tornando o pedido mais polido. Esses usos de **pode ser₂** correspondem às **indagações pospostas**, tal como consideradas por Fraser (1980). Para esse autor, as indagações pospostas estão entre os recursos de atenuação, pois diluem a força ilocutória das asserções que as precedem, amenizando seu caráter impositivo. Dik (1989) descreve essa operação gramatical como conversão ilocucionária, que consiste na modificação da ilocução básica da sentença anterior em algum valor ilocucionário derivado. A modalização, em casos como (13), claramente desempenha papel na preservação da face do interlocutor sendo, portanto, orientada para o ouvinte.

Conforme foi demonstrado, os dois usos, **pode ser₁** e **pode ser₂**, expressam subjetividade e intersubjetividade, mas as análises indicam que **pode ser₁** tende à subjetividade e **pode ser₂** se firma como marca de intersubjetividade. Em outras palavras, **pode ser₁**, em geral, marca posicionamento do falante em relação a um conteúdo proposicional por ele apresentado (subjetividade) e **pode ser₂** expressa sempre posicionamento em relação a um interlocutor ou a um ato de fala (intersubjetividade). Embora os dois usos possam assumir funções fortemente pragmáticas, tais como evitar rejeição e busca de aprovação, **pode ser₂** parece ser a forma mais empregada nesses casos.

O contexto de ocorrência prototípico de **pode ser** são as situações de interlocução, o que se reflete nos dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela 3 – A distribuição de **pode ser** em discurso contínuo e em interlocução

	Pode ser₁	Pode ser₂ epistêmico	Pode ser₂ deôntico	Total
Discurso contínuo	89 (39%)	24 (22%)	-	113 (32%)
Interlocução	137 (61%)	87 (78%)	20 (100%)	244 (68%)
Total	226 (100%)	111 (100%)	20 (100%)	357 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que o uso da expressão está fortemente relacionado ao fluxo da conversação (real, no caso de textos falados, ou simulada, no caso de textos escritos), especialmente quando ela não está ligada a uma oração encaixada (**pode ser**₁) e atua como uma peça avulsa (**pode ser**₂). As situações interlocutivas predominam nos contextos de ocorrência de **pode ser**₁ e de **pode ser**₂ epistêmicos (61% e 78%, respectivamente) e prevalecem absolutas em **pode ser**₂ deôntico (100%). Observe-se, por outro lado, que a frequência de ocorrências em discurso contínuo é significativa para **pode ser**₁ (39%), pequena com **pode ser**₂ epistêmico (22%) e é nula com **pode ser**₂ deôntico.

Revelador da natureza interativa de **pode ser**₂ é o fato de que a frequência desse uso em discurso contínuo deve ser relativizada, porque, mesmo nesses casos, a expressão representa um ato de fala em resposta a outro ato de fala, muitas vezes, em uma simulação do que seria uma conversa. O discurso contínuo é, em princípio, discurso de uma só voz, porém, nas ocorrências com **pode ser**₂, o falante estabelece um diálogo consigo mesmo ou traz diferentes vozes para seu enunciado e com elas interage. É o caso das ocorrências (14) e (15).

- (14) Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar – tal como mencionado no Livro das Origens (“Quando o Mal atingir o clímax, o Messias chegará, montado em seu cavalo branco, separando com sua espada de luz os justos dos pecadores”)? **Pode ser**. De qualquer forma, porém, e considerando o que já aconteceu, o Messias está atrasado. O que não seria de admirar, com este infernal trânsito paulista. Como conseguirá ele subir até aqui? Entrará, a cavalo, no elevador? (CEN)
- (15) Fecho a cortina do box, e o vapor vai me comendo. Vou perdendo de vista o meu corpo e o resto. Um dia, na sauna, meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos. **Pode ser**. Não sei o que uma coisa tem a ver com a outra. Só sei que vou levar uns bons anos até acertar com outro chuveiro igual a este. (EST).

Em (14), o enunciador considera diferentes argumentos por meio de um diálogo consigo mesmo, ou seja, **pode ser**₂ é um ato de fala apreciativo de outro ato de fala, ambos produzidos pelo mesmo enunciador. Trata-se de um raciocínio em que o falante faz um questionamento (“Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar – tal como mencionado no Livro das Origens(...)?”) que é respondido por ele próprio com **pode ser**.

A situação mais comum de **pode ser**₂ em discurso contínuo envolve a referência a um ato de fala que não é do falante e sim trazido para o enunciado por meio de discurso indireto, como em (15) (“meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos”). São enunciados que se aproximam bastante das situações dialógicas, pois, neles, insere-se indiretamente o dizer de outra pessoa.

Desse modo, **pode ser**₂ define-se como uma peça com funcionamento ligado à interação comunicativa, implicando, necessariamente, interlocução, troca e é uma fórmula que indexa intersubjetividade. Sendo uma expressão cuja operação ocorre no nível discursivo, seu âmbito de incidência pode tornar-se difuso, captável apenas no fluxo interacional, como por exemplo, na ocorrência (3), anteriormente analisada e repetida por conveniência, em que **pode ser**₂ modaliza um conteúdo que é identificado pelo contexto interacional, mas não está expresso linguisticamente.

- (3) — Você é virgem, Severina?
— Virgem nasci / Virgem me criei / Se comigo não casares / Virgem morrerei – parodiava Severina, inspirada.
Flodoaldo ria, coçava-lhe a vaidade:
— Você é vida como o diabo, Severina!
E ia trepando como gato no cio aquele muro escuro e sólido de resistência. Adoçava a voz.
— **Pode ser** ou está difícil, coração? (CR).

As análises revelam, então, uma gradação em termos de (inter)subjetividade, que é interpretada como evidência de que está atuante nos contextos de **pode ser** um processo de (inter)subjetivização, como definido por Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2002), afinal, verifica-se aumento de (inter)subjetividade (**pode ser**₁ tende à expressão de subjetividade e **pode ser**₂ é intersubjetivo), que se reflete em diferentes direções de modalização (**pode ser**₁ marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o falante, enquanto **pode ser**₂ marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o ouvinte).

Há, ainda, mudança no nível de atuação da expressão. **Pode ser**₁ incide sobre o conteúdo proposicional da sentença encaixada, atuando, assim, no nível proposicional. **Pode ser**₂, por outro lado, modaliza o enunciado anterior ou um conteúdo implicado na interação verbal, operando, então, no nível discursivo, dos atos de fala. Essa alteração é prevista por Traugott e Dasher (2002), segundo os quais as mudanças no processo de (inter)subjetivização tipicamente envolvem o desenvolvimento de significados que funcionam no nível proposicional para significados com âmbito de incidência sobre a proposição, e daí para significados com escopo sobre unidades discursivas (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p.40). Essas trajetórias estão esquematizadas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Trajetos correlacionados de direcionalidade na mudança semântica

Verdade condicional		>		Verdade não condicional
Representacional	>	Representacional/processual	>	Processual
Escopo dentro da proposição	>	Escopo sobre a proposição	>	Escopo sobre o discurso
Não subjetivo	>	Subjetivo	>	Intersubjetivo

Fonte: Traugott e Dasher (2002, p.40).

Os valores (inter)subjetivos observados em **pode ser** corresponderiam, de modo geral, às duas últimas colunas desse esquema. De um valor subjetivo (**pode ser**₁), com escopo sobre a proposição, o item teria desenvolvido um valor intersubjetivo (**pode ser**₂), absolutamente ligado à comunicação, com escopo sobre unidades discursivas.

Segundo Traugott e Dasher (2002), os processos de subjetivização e de intersubjetivização estão, por hipótese, relacionados à díade falante-ouvinte, e derivam do mecanismo de inferência metonímica, um tipo de inferência pragmática, uma associação conceptual que se estabelece no contexto discursivo. De acordo com o que os autores chamam de **teoria de inferência sugerida da mudança semântica**, os significados dos itens se tornam cada vez mais pragmáticos e processuais, ou seja, cada vez mais passam a ser utilizados para a organização da comunicação.

Entende-se que a convencionalização de implicatura conversacional (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002) pode estar na base das alterações em **pode ser**. Considerem-se as ocorrências seguintes, repetidas por conveniência:

- (10) — Mas ‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!
— Sei lá... **pode ser** que não, mas **pode ser** também que sim.
(CHA)
- (5) Inf – [...] além disso tem uma...um outro courinho que sai...de cima...e passa por baixo do...da cabeça...ah...próximo ao pescoço...que também tem um nome ahn:... --puxa eu não sei como é que eu posso ter esquecido esse nome...-- é alguma coisa como:...gargantilha mas não é gargantilha hoje é...((risos)) é o que as mulheres usam
Doc – **pode ser**...daí o exemplo (...) (NURC/ SP DID 18)

- (12) W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!
 P: Eu?
 O: **Pode ser**... Pá animar!
 P: Mas Waldemar!
 W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel. (PED-D)
- (13) — Escute, estou duro. — esclareci.
 — Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.
 — Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini, **pode ser**?
 Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC).

Hipotetiza-se que a mudança seria desencadeada pelos contextos em que **pode ser**₁, expressão de modalidade epistêmica, é usado para expressar uma admissão do falante em relação ao interlocutor, como em (10). Nesse caso, **pode ser**₁ não introduz um conteúdo proposicional, mas sim retoma o enunciado do interlocutor, admitindo sua validade e situando-a no campo da incerteza.

O valor de admissão com o interlocutor está convencionalizado em **pode ser**₂ epistêmico, que é uso prototípico de situações de interlocução, como em (5). Sendo uma expressão convencionalizada com o valor de admissão em situações de interação verbal, em determinados usos **pode ser**₂ deixa de implicar consentimento no campo do conhecimento (epistêmico) e passa a implicar admissão no campo das ações (deôntico), como na ocorrência (12).

Convencionalizado como um consentimento em relação a uma ação, **pode ser**₂ deôntico passa a ser utilizado em enunciados interrogativos que representam um recurso pragmático, uma estratégia de atenuação de um ato de fala que pode ser ameaçador ao interlocutor, como em (13).

De epistêmico a deôntico?

A pesquisa indica que os usos deônticos de **pode ser** são mais recentes que usos epistêmicos, o que revelaria um percurso bastante interessante e, na verdade, inesperado, considerando-se os estudos históricos sobre o desenvolvimento dos significados modais.

Os linguistas que se dedicaram a buscar as origens dos elementos modalizadores comprovaram que o desenvolvimento nesse campo se dá do domínio deôntico para o epistêmico, e não o contrário (TRAUGOTT, 1989;

SWEETSER, 1990; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002). A esse respeito, diz Traugott:

A história dos auxiliares modais no inglês (ou mesmo em qualquer língua) é muito complexa, e qualquer discussão breve, certamente, será muito simplificadora. Entretanto, diversas mudanças parecem razoavelmente sólidas. É, por exemplo, bem conhecido que, na história do inglês, os auxiliares em questão já foram verbos principais, e que significados deônticos dos modais são mais antigos que os significados epistêmicos. (TRAUGOTT, 1989, p.36).

No entanto, nesses trabalhos a tensão comunicativa que se estabelece entre falante e ouvinte, em que se encaixam os elementos modalizadores, não parece estar privilegiada. Guo (1995, p.229) observa que “[...] dada suas limitações metodológicas, estudos históricos raramente investigam o papel desempenhado pelas funções discursivas, interpessoais na mudança semântica [...]” e postula que as funções comunicativas dos modais ajudam a estruturar o conteúdo semântico do item e têm influência na mudança semântica. Analisando o modal *néng* do mandarim, correspondente ao inglês *can*, o autor aponta que a função discursiva do modal constitui uma parte essencial, inalienável do significado do item e forma uma importante origem para a mudança semântica, afinal: “[...] o que se iniciou como um significado contextual frequentemente associado com a forma tornou-se convencionalizado e incorporado ao conteúdo semântico daquela forma [...]” (GUO, 1995, p.230), por meio de um processo metonímico (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991).

Sweetser (1990) analisa os significados epistêmicos como extensão metafórica dos significados de raiz (que inclui habilidade/capacidade e valores deônticos). A mudança é entendida como envolvendo uma transferência de conceitos do domínio sociofísico para o domínio mental, do conhecimento. Atente-se, então, que as motivações de um processo metafórico são cognitivas e, nesse domínio, parece lógico que os significados epistêmicos sejam posteriores aos significados de raiz. Há um raciocínio por trás dessa transferência: por exemplo, quando se diz que é provável (epistêmico) que alguém ande de bicicleta, isso significa que não há nenhuma autoridade (deôntico) que impeça essa ação e que essa pessoa está capacitada (capacidade/habilidade) para isso. É preciso observar, entretanto, que nesses casos a modalidade se realiza no nível das proposições (entendidas como emissão de um juízo).

Considere-se, então, que a expressão **pode ser**₂ não estabelece relação modal canônica, no nível das proposições, mas atua no nível dos atos de fala, das relações interpessoais e, nesse caso (salvo erro), desconhecem-se estudos comprovando o trajeto deôntico>epistêmico.

É possível que a função pragmática de **pode ser**₂, (como marca de admissão do falante com o interlocutor) tenha “saturado” seu conteúdo semântico epistêmico, resultando em um novo significado (deôntico). A ideia é a de que, quando a expressão passa a ser utilizada apenas na interação verbal (**pode ser**₂), o valor modal de avaliação epistêmica (de **pode ser**₁), que implica admissão de algo em termos de conhecimento, pode ter se rotinizado possibilitando a utilização de **pode ser**₂ também para admissão pragmática de uma ação ou de um ato (valor deôntico). Está fora do alcance deste estudo buscar comprovação histórica para o trajeto epistêmico > deôntico em **pode ser**, mas fica sugerido que essa é uma forte hipótese.

Conclusões

Como explicitado no resumo, o objetivo deste estudo foi examinar, em um enfoque funcionalista, a expressão **pode ser** como predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁) e como construção independente (**pode ser**₂), ressaltando-se nesses contextos encaminhamentos do processo de (inter)subjativização (TRAUGOTT, 2010). De acordo com Traugott (2010), os significados são considerados cada vez mais subjetivos, à medida que se tornam mais baseados nas crenças e nas atitudes dos falantes, e mais intersubjetivos quanto mais envolvem a atenção do falante em relação a seu ouvinte.

Foram parâmetros para análise de graus de subjetividade em **pode ser** o tipo de força modal (deôntica, epistêmica) e a natureza da força modal (legal, social, religiosa, conhecimento compartilhado, crença, opinião, etc.). Os significados modais são entendidos como intersubjetivos quando estão a serviço de estratégias pragmáticas de polidez, de atenuação, que visam à proteção da imagem do ouvinte.

Sustentou também a análise a noção de modalidade como categoria multifuncional. Orientada para o falante, a modalidade serve essencialmente para marcar um posicionamento atitudinal dele. Orientada para o ouvinte, a modalidade serve como estratégia comunicativa, como um recurso de defesa e proteção de faces. Essas duas direções de modalidade se combinam nos enunciados e uma delas pode estar encarecida, o que também revela graus de (inter)subjetividade.

As análises indicam uma gradação em termos de (inter)subjetividade, na qual se observa que:

- **pode ser**₁ é sempre expressão de subjetividade do enunciador, sinalizando atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional apresentado. Tal subjetividade pode ser maior ou menor, dependendo da evidência que o enunciador possua para a qualificação modal;

- **pode ser₁** também marca intersubjetividade do enunciador, ao expressar uma admissão em relação ao ato de fala de seu interlocutor;
- **pode ser₂** firma-se como uma fórmula avulsa do discurso, típica de situações interacionais; o posicionamento epistêmico não é mais em relação à proposição expressa pelo enunciador (como em **pode ser₁**), mas é em relação ao ato de fala do interlocutor; dado o grande aproveitamento de **pode ser₂** nos discursos, em alguns casos a construção deixa de implicar conhecimento (domínio epistêmico) e passa a implicar controle sobre as ações (domínio deontico);
- **pode ser₂** passa a representar uma estratégia pragmática de atenuação, reveladora da preocupação do falante com a recepção do enunciado pelo interlocutor.

A gradação aponta para um processo de (inter)subjetivização, afinal, **pode ser₂** é, em relação a **pode ser₁**, mais subjetivo (porque a força modal é o próprio enunciador) e também mais intersubjetivo (porque ocorre no fluxo conversacional, como reação a um ato de fala anterior e, também, como estratégia pragmática).

Verificaram-se, ainda, alterações no nível de atuação de **pode ser**, que deixa de atuar no nível proposicional (**pode ser₁**) para atuar no nível dos atos de fala (**pode ser₂**). No primeiro caso, a modalidade tende a se manifestar orientada para o falante, enquanto no segundo caso tende a se manifestar orientada para o ouvinte. As mudanças, por hipótese, ocorrem na interação entre os participantes da comunicação e envolvem a convencionalização de inferências conversacionais (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

O exame indicou **pode ser** deontico como extensão do uso epistêmico. Supõe-se que o desenvolvimento se dê na díade falante-ouvinte, desencadeado pelo mecanismo de **inferência sugerida da mudança semântica** (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Tal hipótese, embora lançada na “contramão” daquilo que os estudos históricos nesse campo comprovam, deveria ser verificada em uma investigação de base diacrônica, que fica por se fazer.

SOUZA, C. N. de. The development of modalized expression *pode ser*: a case of (inter)subjectification in portuguese. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.29-58, 2015.

- **ABSTRACT:** *Based on a functionalist approach, this paper analyzes the modalized expression 'pode ser' as a complement-taking predicate which embeds a proposition (pode ser1) and as an independent structure (pode ser2), in contemporary written and spoken Brazilian Portuguese texts. We aim to identify degrees of (inter)subjectivity, revealing a process of (inter)subjectification (TRAUGOTT, 2010 among others). The analysis carried out in this paper is supported by parameters of (inter)subjectivity of modal elements (Traugott; Dasher, 2002) and by the notion of modality as a multifunctional category, serving not only to encode the speaker's attitude regarding the modalized content, but also as a pragmatic strategy, as a regulator of communicative situation. The exam reveals 'pode ser' as a strongly demanded structure in interaction, a fairly requested set and also productive and useful for interpersonal*

relationships. The examination of semantic, discursive and morphosyntactic properties indicates a shift from syntax (pode ser1) to discourse (pode ser2), interpreted as a development of (inter)subjectification

- **KEYWORDS:** Modalization. *Pode ser.* (Inter)subjectification. Functionalism.

REFERÊNCIAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness:** some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BYBEE, J. L.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar:** tense, aspect and modality in the language of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARRASCOSSI, C. N. S. Usos discursivos e os postulados da gramaticalização: um estudo da expressão modalizadora *pode ser*. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.207-236, jan./jun. 2014.

_____. **Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português:** um estudo de *pode ser*. 2011. 170f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar.** Part 1: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

FRASER, B. Conversational Mitigation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.4, n.4, p.341-350, 1980.

GALVÃO, V. C. C. **O achar no português do Brasil:** um caso de gramaticalização. 1999. 156f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade:** um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. As subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil:** classes de palavras e processos de construção. v.2. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p.1021-1084.

GUO, J. The interactional basis of the mandarin néng ‘can’. In: BYBEE, J.; FLEISCHMANN, S. (Ed.). **Modality in grammar and discourse.** Amsterdam: John Benjamins Company, 1995. p.205-238.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, Dordrecht, v.6, p.322-361. 1970.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HEINE, B. Agent oriented vs. epistemic modality: some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p.17-54.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. v.2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1201.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Semantics**, [s.l.], v.6, n.1, p.227-269, 1988.

HOFFNAGEL, J. C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: KOCH, I. G. V.; BARROS, K. S. M. (Org.). **Tópicos em linguística do texto e análise da conversação**. Natal: EDUFERN, 1997.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KIEFER, F. On defining modality. **Folia linguística**, The Hague, v.21, n.1, p.67-93, 1987.

LYONS, J. **Semantics 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MIRANDA, N. S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 2000. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NARROG, H. On defining modality again. **Language Sciences**, Tokyo, v.27, n.2, p.165-192, 2005.

NEVES, M. H. M. Linguística funcional: princípios, temas, objetos e conexões. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v.13, n.1, p.23-38, 2011.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. **Alfa**, São Paulo, v.28, p.21-42, 1984.

- NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.43-140.
- NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.33, n.3, p.383-400, 2001.
- _____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, Hawthorne, v.31, n.5, p.933-969, 1993.
- _____. Subjectivity vs objectivity modality: what is the difference? In: FORTESCUE, M. et al. (Ed.). **Layered structure and reference in a functional perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p.73-97.
- PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PERKINS, M. R. **Modal expressions in English**. London: Frances Pinter, 1983.
- QUIRK, R. et al. **A grammar of contemporary English**. London: Longman, 1985.
- SWEETSER, E. E. Modality. In: **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: University Press, 1990. p.49-75.
- TALMY, L. Force-dynamics in language and cognition. **Cognitive Science**, Norwood, v.12, n.1, p.49-100, 1988.
- TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (Inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Ed.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010. (Topics in English Linguistics, 66).
- _____. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (Ed.). **Subjectivity and subjectivization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. p.31-54.
- _____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995b. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- _____. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, Baltimore, v.65, n.1, p.31-55, 1989.
- _____. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p.245-271.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C., KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to grammaticalization**: Focus on theoretical and Methodological issues. v.I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

ABREVIações DAS OBRAS CITADAS

ANT-T – *Antibióticos na clínica diária*. FONSECA, A. L. 2. Ed. Epume, 1984.

BH – *Balbino, O homem do mar...* LESSA, O. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

BRI – *Brida*. COELHO, P. Rio de Janeiro: Rocco Ltda., 2002.

CEN – *Cenas da vida minúscula*. SCLIAR, M. Porto Alegre: L&PM, 1991.

CHA – *Chapadão do Bugre*. PALMÉRIO, M. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CR – *Cabra das Rocas*. HOMEM, H. São Paulo: Ática, 1973.

DSP – *O demônio e a Srta. Prym*, COELHO, P. Rio de Janeiro: Rocco Ltda., 2000.

EST – *Estorvo*. HOLANDA, F. B. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

FAV – *Feliz Ano Velho*. PAIVA, M. R. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LC – *Lobos e cordeiros*. LOPES, E. São Paulo: Moderna, 1983.

PED-D – *Pedro pedreiro*. PALLOTTINI, R. *Revista de Teatro*. Rio de Janeiro, n. 458, 1986.

PFI – *Pais e Filhos*. Várias edições. Rio de Janeiro: Block, 1972. // Propagandas, 1989.

RE-D – *A resistência*. AMARAL, M. A. S. Rio de Janeiro: MEC/DAC/Funarte, 1978.

Recebido em: agosto de 2013

Aprovado em janeiro de 2014

DIFERENTES EFEITOS DE EXAUSTIVIDADE EM CLIVADAS: UM ESTUDO DESCRITIVO DE CASOS

Mariana TEIXEIRA *
Sergio MENUZZI **

- **RESUMO:** O objetivo do presente artigo é mostrar que há “efeitos de exaustividade” no uso das clivadas que diferem da “identificação por exclusão” – o efeito mais conhecido pela literatura (ATLAS; LEVINSON, 1981; HORN, 1981; KISS, 1998; WEDGWOOD; PETHŐ; CANN; 2006; BÜRING; KRIZ, 2013). Para atingir esse objetivo, apresentamos um estudo descritivo detalhado de casos, por meio do qual verificamos os efeitos contextuais de exemplos encontrados em jornais e revistas da imprensa brasileira. Utilizamos, para isso, modificadores associados pela literatura aos efeitos das clivadas sobre o “conjunto contextual de alternativas” – como “somente” e “e ninguém mais” (ATLAS; LEVINSON, 1981; HORN, 1981), “exatamente” e “precisamente” (MENUZZI; ROISENBERG, 2010a). Nossa conclusão é a de que os “efeitos de exaustividade” envolvem vários tipos de inferências acerca da estrutura do domínio de referentes do discurso e podem modificar essa estrutura de diversos modos. Esse resultado coloca sob nova perspectiva algumas das questões acerca da semântica e da pragmática das clivadas; em particular, a de saber quanto dos “efeitos de exaustividade” tem algum caráter “convencional” (como as pressuposições e as implicaturas generalizadas), e quanto é derivado por inferência pragmática particularizada.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sentenças clivadas. Efeitos de exaustividade. Identificação por exclusão. Conjunto contextual de alternativas. Inferências pragmáticas.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo descritivo sobre “os efeitos de exaustividade” em sentenças clivadas, uma das propriedades semântico-pragmáticas das clivadas que mais tem recebido atenção da literatura (HALVORSEN, 1978; ATLAS; LEVINSON, 1981; HORN, 1981; KISS, 1998; BÜRING, 2010; BÜRING; KRIZ, 2013). Tais efeitos podem ser caracterizados como uma inferência pela qual uma única entidade (ou um único grupo de entidades) satisfaz a predicação expressa pela clivada. Por exemplo, na sentença em (1a) abaixo, a predicação expressa

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Porto Alegre – RS – Brasil. 91540-000 – mterrateixeira@gmail.com.

** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Porto Alegre – RS – Brasil. 91540-000 – smenuzzi@gmail.com.

pela clivada pode ser representada por “x encontrou o João”; (1a), interpretada exaustivamente, é compreendida como (1b), isto é, de (1a) pode-se inferir algo como (1c):

- (1) a. Foi a Maria que encontrou o João.
- b. Foi a Maria, **e ninguém mais**, que encontrou o João.
- c. **Somente** Maria (e ninguém mais) encontrou o João.

Como veremos nas próximas seções, a principal discussão que se encontra na literatura sobre a “inferência de exaustividade” das clivadas diz respeito à natureza dessa inferência – se se trata de uma inferência semântica (um acarretamento) ou pragmática (uma pressuposição, uma implicatura, etc.). Quanto a essa questão, não há consenso. Mas há pouca divergência quanto ao “conteúdo geral” da inferência de exaustividade – normalmente presume-se algo como o expresso em (2b). Isto é, em geral, acredita-se que os efeitos de exaustividade podem ser caracterizados como uma “identificação por exclusão” do referente expresso pelo constituinte clivado – para usar os termos de Kiss (1998). Há discussão sobre como precisamente formular esse efeito (para a definição de Kiss, ver (4), na próxima seção; para a discussão ver Halvorsen (1978), Atlas e Levinson (1981), Buring (2010), Buring e Kriz (2013)); mas não há dúvida, ao menos na literatura precedente, de que os efeitos sobre o termo clivado sejam de “exaustividade” – isto é, envolvem algum tipo de exclusão de alternativas¹.

Nosso objetivo, no presente artigo, é mostrar, a partir do estudo conjunto de casos de clivadas encontrados em textos de jornais e revistas, que tais “efeitos” são mais complexos do que a mera “exclusão de alternativas contextualmente dadas”. Os chamados “efeitos de exaustividade” podem envolver vários tipos de inferências acerca do domínio de referentes do discurso e resultar em vários tipos de modificação de sua estrutura. A nosso ver, isso recoloca algumas questões acerca das clivadas, especialmente: quanto dos “efeitos de exaustividade” devem ser codificados como parte “convencional” das clivadas (por exemplo, como uma pressuposição) e quanto devem ser derivados por cálculo pragmático?

“Exaustividade”: sempre “identificação por exclusão”?

Para Kiss (1998) – um dos trabalhos mais influentes da literatura, especialmente da literatura sintática sobre “foco” –, os efeitos de exaustividade são o que fazem

¹ Há, também, a presunção geral de que a “identificação por exclusão” é resultado da “focalização” do constituinte clivado – isto é, resultado do fato de que esse constituinte é “informação nova contrastiva” nas clivadas (KISS, 1998). Adotaremos essa presunção, já que os exemplos que discutiremos satisfazem todos a essa caracterização – embora seja perfeitamente claro que nem sempre o constituinte clivado é o foco da sentença (PRINCE, 1978; ROISENBERG; MENUZZI, 2008).

o “foco” das clivadas ser diferente do “foco normal”, isto é, o “foco puramente informacional”. Por isso, clivadas normalmente não são adequadas em contextos que pedem foco puramente informacional, como em (2) abaixo, mas apenas quando há a “identificação por exclusão”, como em (3):

- (2) A: Quem Maria encontrou?
B (Maria encontrou) o JOÃO.
B': #Foi o JOÃO (que Maria encontrou).
- (3) A: Quem Maria encontrou, o Paulo ou o João?
B: Foi o JOÃO (que ela encontrou).

Kiss define “foco identificacional” do seguinte modo (KISS, 1998, p.245):

- (4) Foco identificacional é o subconjunto S de um conjunto C de elementos contextualmente dados aos quais o predicado de uma asserção poderia potencialmente se aplicar; S é identificado como o subconjunto exaustivo ao qual o predicado realmente se aplica, excluindo os demais elementos de C.

Com o exemplo abaixo, podemos entender melhor a noção “foco identificacional” de Kiss:

- (5) “Yasser Arafat fez seu mais elevado e difícil gesto quando aceitou a existência de Israel [...] As negociações de paz estão há muito paralisadas, a violência predomina, os Estados Unidos de George W. Bush – única força capaz de arrancar uma solução – nada fazem; e o próprio Arafat colecionou fracassos e torpezas. Mas **foi o seu gesto de grandeza que lhe garantiu um lugar honroso numa história** que tem tantos personagens mais importantes do que ele².”

Em (5), a predicação feita pela clivada corresponde a “x garantiu a Arafat um lugar honroso na história”. Há um conjunto C de alternativas contextuais que poderiam satisfazer essa predicação: “o elevado e difícil gesto” de Arafat, seus “fracassos” e suas “torpezas”. Desse conjunto de candidatos, o subconjunto S identificado exaustivamente pela clivada é “o gesto de grandeza”: do contexto, infere-se que “só” este gesto (o reconhecimento do estado de Israel) satisfaz a predicação “x garantiu a Arafat um lugar honroso na história”; a predicação “não” se aplica aos demais membros do conjunto C – os “fracassos” e as “torpezas” de Arafat. O efeito pode ser diagnosticado pelo uso de advérbios de exclusão, como “somente”, “exclusivamente”, etc., ou pela expressão “e não seus fracassos e torpezas”.

² As ocorrências de clivadas autênticas que discutiremos neste artigo pertencem a um corpus levantado em textos publicados nas versões on-line de jornais e revistas brasileiros em 2004. Forneceremos apenas uma referência abreviada da fonte dessas ocorrências. No caso de (5), a fonte é: “Yasser Arafat, uma era que se acaba”, *Veja*, 10 de novembro de 2004.

Assim, segundo a caracterização de Kiss, pode-se dizer que a “exaustividade” das clivadas é composta de três elementos: (i) a presença de um conjunto contextual de alternativas às quais a predicação da clivada poderia se aplicar; (ii) a identificação de “uma” das alternativas como a única que satisfaz contextualmente a predicação relevante; e, conseqüentemente, (iii) a exclusão das demais alternativas contextuais, isto é, a negação de que a predicação se aplica a tais alternativas. Como veremos, diferentes estudos dos efeitos de exaustividade das clivadas reiteram, em larga medida, essa caracterização, ainda que com nuances (em relação, por exemplo, aos efeitos de pluralidade sobre a exaustividade, conforme notas 4 e 5 abaixo).

Recentemente, Menuzzi e Roisenberg (2010a), investigando diferentes usos das clivadas, observaram que nem sempre os “efeitos de exaustividade” envolvem exclusão de alternativas “contextualmente dadas³”. Nos casos discutidos por Menuzzi e Roisenberg, o contexto não apresenta um conjunto C de alternativas explícito. Considere o exemplo:

- (6) “Diz um provérbio oriental que bambu enverga mas não quebra. A trajetória de vida do atual chefe da Casa Civil [José Dirceu] pode ser considerada a encarnação desta metáfora [...] É um articulador por excelência, elogiado até pelos inimigos, com uma visão única e completa de governo, do conjunto da sociedade e da classe política com quem lida diariamente. [...] Mas **foi (exatamente) diante deste tripé – sociedade, Congresso e governo – que ele viveu seu dia de bambu⁴**”.

No contexto acima, não se trata de identificar um referente que satisfaz a predicação por exclusão a outros candidatos contextuais. O trecho inicial do texto induz o leitor a ter em mente a predicação “José Dirceu viveu seu dia de bambu na situação x”. A seguir, o texto sugere que essa situação “não” seria “diante do tripé sociedade, congresso e governo”. Assim, até o ponto em que a clivada é proferida, o texto deixa indeterminado o referente que satisfaz a predicação, apenas criando a expectativa de que “não” é diante do tripé sociedade, congresso e governo. A clivada encerra o trecho – em contraste com a expectativa criada e, por isso, inesperadamente para o leitor – identificando precisamente o tripé sociedade, congresso e governo como valor de x em “José Dirceu viveu seu dia de bambu diante de x”.

³ Menuzzi e Roisenberg (2010a) partem de uma presumida diferença, em relação aos “efeitos de exaustividade”, entre clivadas “conclusivas” e “não conclusivas”. Os autores utilizam esses termos para opor clivadas que encerram ou não um segmento temático do texto. A constatação inicial de uma diferença foi o ponto de partida do trabalho; mas se revelou infundada; ver Menuzzi e Teixeira (No prelo) para discussão.

⁴ “O Brasileiro do Ano: José Dirceu”, *Isto É*, 15 de dezembro de 2004.

A “ênfase” ou “contraste”, em casos como o do exemplo (6) acima, não parece estar na oposição entre o referente identificado e um conjunto explícito de alternativas; antes, parece estar no fato de que o referente que satisfaz a predicação pertinente é “inesperado” em função das expectativas criadas pelo segmento precedente do texto. Essa identificação de um “referente inesperado” é diagnosticada pelo uso de advérbios como “exatamente”, “precisamente”, etc., que indicam que o referente relevante é “exatamente” aquele que “não” se esperava que fosse. Por essa razão, Menuzzi e Roisenberg (2010a) chamaram esse caso particular de “efeito de exaustividade” de “identificação por exatidão”. Trata-se de um efeito diferente do de “identificação por exclusão”, ilustrado por (5): em (5), pode-se usar advérbios como “somente”, “exclusivamente”, mas não “exatamente”, “precisamente”, etc.; em (6), acontece o contrário.

Por outro lado, é de se observar que, embora “somente” e “exclusivamente” sejam pouco aceitáveis no contexto (6), ainda assim há, em certo sentido, alguma noção de “exclusão” em jogo também nesse exemplo: o contexto é compatível com a expressão “e ninguém mais” – a mesma que utilizamos em (1b,c) acima para explicitar o “efeito de exaustividade” de (1a). Isso indica que modificadores como “somente” e “e ninguém mais” não são totalmente equivalentes e incorporam elementos específicos à noção geral de “exclusão” que a literatura presume ser caracterizada, por exemplo, pelas condições expressas em (4) acima.

Levando-se em conta apenas (5) e (6), poder-se-ia imaginar que “somente” é “anáforico” no sentido de exigir a presença de alternativas contextuais; “e ninguém mais”, por outro lado, parece não exigir tais alternativas, mas apenas que o valor identificado seja único, excluindo a possibilidade de valores alternativos – ainda que não disponíveis contextualmente. Seja qual for exatamente a diferença, o fato é que a noção de “exclusão” expressa por “e ninguém mais” é compatível com (6) acima, mas não a expressa por “somente”; já o contexto em (5), obviamente, é compatível com ambas as noções – mas não, reiteramos, com a noção de exclusão que é expressa por “exatamente”, “precisamente”, etc. Assim, levando-se em conta a noção de “identificação por exclusão” proposta por Kiss, somos obrigados a reconhecer pelo menos um outro “efeito de exaustividade” que não pode ser caracterizado daquele modo: o de “identificação por exatidão”, observado por Menuzzi e Roisenberg (2010a).

Curiosamente, a possibilidade de que os “efeitos de exaustividade” possam ser vários, tanto quanto saibamos, não é discutida explicitamente na literatura: como veremos a seguir, autores que discutiram a noção de “exaustividade” questionaram vários de seus aspectos semântico-pragmáticos, mas não a caracterização geral sintetizada por Kiss (1998). Entretanto, nas próximas seções, apresentaremos um estudo descritivo de casos reais extraídos de jornais e revistas, com os quais procuraremos mostrar que não só encontramos os efeitos de “identificação por

exclusão” e de “identificação por exatidão”, mas também outros, que não são apropriadamente descritos por essas noções. Para finalizar, apresentaremos uma primeira análise informal dos vários casos, tentando identificar o que possuem em comum.

“Exaustividade” em outros estudos sobre clivadas

A literatura sobre as “inferências de exaustividade” das clivadas (ou seu *exhaustivity claim*, segundo Büring (2010)) é, em geral, dirigida a um objetivo: tentar esclarecer a natureza semântico-pragmática dessa inferência – se se trata de um acarretamento, de uma pressuposição, de uma implicatura. Em geral, a literatura pouco discute o conjunto de efeitos potenciais identificados com essas inferências: há uma certa concordância de que podem ser caracterizados com alguma variante da noção de “identificação por exclusão”.

Horn (1981): “exaustividade” como implicatura conversacional generalizada

Por exemplo, Horn (1981) discute a exaustividade nas clivadas, preocupado em compreender a tipologia das inferências semântico-pragmáticas e a relação entre suas propriedades (cancelabilidade, destacabilidade, etc.). Em particular, Horn argumenta contra a análise de Atlas e Levinson (1981), para quem a inferência de exaustividade é um acarretamento das clivadas; para Horn, trata-se de uma inferência pragmática, como proposto por Halvorsen (1978) e como veremos na discussão de (11) e (12) abaixo.

Na análise de Atlas e Levinson, uma clivada como (7a) e sua negação em (7b) teriam a elas relacionadas as inferências em (8), conforme a análise em (9):

- (7) a. *It was a pizza that Mary ate.*
b. *It wasn't a pizza that Mary ate.*
- (8) a. *Mary ate a pizza.*
b. *Mary ate something.*
c. *Mary ate (exactly) one thing.*
- (9) a. (7a) acarreta (8a), mas não vice-versa.
b. (7a) acarreta (8b), e sua negação (7b) “pressupõe” (8b).
c. (7a) acarreta, mas não pressupõe (8c).

Essa análise permite a Atlas; Levinson explicar um dos principais problemas enfrentados pela proposta de Halvorsen, segundo a qual a exaustividade (expressa

em (8c)) é uma pressuposição da clivada em (7a): sendo uma pressuposição, a inferência de exaustividade deveria ser preservada sob negação (ou sob a interrogação, etc.), mas esse não é o caso.

(10) *It wasn't a pizza that Mary ate, it was a sausage sub and spaghetti.*

Tratando (8c) como um acarretamento de (7a), Atlas e Levinson explicam por que a exaustividade, tal como expressa em (8c), “não” é preservada sob a negação, como (10) mostra.

Horn (1981, p.130), por outro lado, comenta que:

[...] [a]inda que a semântica de Halvorsen não possa ser mantida *in toto*⁵, a inferência de exaustividade associada às clivadas de fato atua como algum tipo de implicatura ou pressuposição pragmática no sentido de ser material não controverso, informação velha ou parte do *common ground*, e não material novo, assertado e, por isso, potencialmente controverso.

Se a exaustividade fosse parte da asserção de uma clivada, mas não da sentença “normal” correspondente, a clivada poderia ser utilizada para adicionar a exaustividade à sentença normal. Mas, isso não acontece, conforme exemplifica (11a) abaixo; note-se, em particular, o contraste com (11b), na qual *only* é o elemento que assera a exaustividade:

- (11) a. *#I knew Mary ate a pizza, but I just discovered it wasn't a pizza that she ate.*
b. *I knew Mary ate a pizza, but I just discovered it wasn't only a pizza that she ate.*

Horn conclui que a inferência de exaustividade deve ser uma inferência pragmática – algum tipo de implicatura ou pressuposição que não faz parte do “conteúdo assertado”.

⁵ Atlas e Levinson (1981) e Horn (1981) rejeitam a análise de Halvorsen (1978) justamente em virtude da aceitabilidade de (10). Para Halvorsen, uma clivada da forma “*It was α that Mary ate*” pressuporia não que “*Mary ate only α* ”, mas que “*Mary ate at most n things*”, em que n é a cardinalidade de α . Os efeitos que Halvorsen tenta expressar desse modo têm a ver com os problemas colocados pela pluralidade para a caracterização da exaustividade (ver a nota 6 abaixo para referências). Mas, a proposta de Halvorsen é incompatível com (10): afinal, se o falante de (10) pressupusesse que “*Mary ate most one thing*” (sendo $\alpha =$ “a pizza”, a cardinalidade de α é $n = 1$), ele não afirmaria a seguir que Mary comeu duas coisas – “*a sausage sub and spaghetti*”. A literatura que discute tais problemas interessa-se em caracterizar como a pluralidade afeta a exaustividade, e não em desafiar a ideia de que exaustividade é identificação por exclusão; por essa razão, não discutiremos esses problemas aqui. Uma breve ressalva adicional: para Halvorsen, a inferência em questão não é uma “pressuposição”, mas uma implicatura convencional no sentido de Karttunen e Peters (1979). Horn mostra, entretanto, que essas implicaturas convencionais têm as propriedades tradicionalmente atribuídas às pressuposições.

Quanto às duas possibilidades que considera, Horn sustenta – contrariamente a Halvorsen – que se trata de uma implicatura generalizada, e não de uma pressuposição. Uma das propriedades presumidas das pressuposições é a de que seriam “convencionalmente ligadas à expressão”; desse modo, também seriam “destacáveis”. Uma inferência é “destacável” se “não” é preservada na troca da expressão a que está associada por outra expressão de significado similar. No caso da inferência de exaustividade das clivadas, entretanto, Horn argumenta que é “não destacável”, sendo encontrada com várias construções de focalização contrastiva:

- | | | |
|---------|---|---|
| (12) a. | <i>It was a pizza that Mary ate.</i> | [clivadas] |
| b. | <i>What Mary ate was a pizza.</i> | [pseudoclivadas] |
| c. | <i>The thing that Mary ate was a pizza.</i> | [“ <i>th-clefts</i> ”] |
| d. | <i>A PIZZA Mary ate.</i> | [“ <i>Y-movement</i> ” ou “ <i>focus shift</i> ”] |
| e. | <i>Mary ate A PIZZA.</i> | [foco contrastivo] |

Assim, Horn (1981, p.132) sugere que:

[...] [a inferência de exaustividade] é antes uma implicatura conversacional generalizada, uma suposição pragmática que surge naturalmente (e não convencionalmente) de construções de focalização ou de listagem exaustiva na ausência de um gatilho ou um bloqueio contextual específico.

O “princípio” que expressaria o raciocínio pragmático generalizado em questão seria o seguinte (HORN, 1981, p.132):

- (13) O enunciado no contexto C de qualquer sentença que acarreta F(a) e pressupõe $\exists x F(x)$ induz a uma implicatura conversacional generalizada de que $\sim \exists x [x \neq a \ \& \ F(x)]$, em que x varia sobre as entidades de um conjunto determinado por C.

Para nossos fins, o importante é ressaltar que o “princípio” postulado por Horn incorpora todos os aspectos que caracterizam a “identificação por exclusão”: (i) há um conjunto S “contextualmente determinado” de alternativas; (ii) a “proposição aberta” se aplica a apenas um (subconjunto) dos elementos de S; e (iii) infere-se que todos os demais elementos de S são “excluídos”, isto é, que a proposição aberta é falsa em relação a eles. Portanto, a caracterização que Horn propõe é essencialmente equivalente à de Kiss – salvo que, para Horn, trata-se de uma implicatura conversacional generalizada, e não de um acarretamento.

Wedgwood, Pethő e Cann (2006): “exaustividade” como “pressuposição de unicidade”

Um trabalho mais recente que mantém uma caracterização similar é o de Wedgwood, Pethő e Cann (2006). Esse trabalho compara os usos discursivos das clivadas do inglês com os da construção chamada de “posição de foco” do húngaro por meio de um estudo de ocorrências naturais, isto é, por meio de um estudo de corpus. Grande parte da literatura sobre a construção húngara sustenta que ela codifica o mesmo tipo de “efeito focalizador” que as clivadas do inglês – em particular, ambas as construções estariam convencionalmente associadas à exaustividade, seja como um acarretamento (SZABOLCSI, 1981; KISS, 1998), seja como uma pressuposição (KENESEI, 1986; SZABOLCSI, 1994).

Segundo Szabolcsi (1994), a exaustividade da “posição de foco” húngaro e das clivadas inglesas resultaria de uma “pressuposição de unicidade”. Em sua análise, essa pressuposição é incorporada à semântica de um “operador de exaustividade” subjacente à forma lógica tanto da “posição de foco” húngara quanto das clivadas inglesas. Especificamente, a pressuposição é o conteúdo ao qual se aplica o “operador iota” na fórmula abaixo, que expressa a denotação do operador de exaustividade (semanticamente, uma relação entre indivíduos e predicados) (SZABOLCSI, 1994; WEDGWOOD; PETHŐ; CANN, 2006):

$$(14) \llbracket \text{Op}_{\text{exhaust}} \rrbracket = \lambda z \lambda P [z = \iota x [P(x) \ \& \ \forall y [P(y) \rightarrow y \subseteq x]]]$$

Segundo (14), o operador de exaustividade é uma relação entre indivíduos z e predicados P que leva à verdade se e somente se z é o único x que satisfaz a seguinte condição: P é verdadeiro de x e para todo y , se P é verdadeiro de y , y é igual ou está contido em x ⁶. Com essa semântica para o “operador de exaustividade”, uma clivada seria interpretada como em (15) abaixo (ignoraremos a sintaxe subjacente à análise de Szabolcsi):

$$(15) \llbracket [\text{Foi João que saiu}] \rrbracket = 1 \text{ sse } [\text{João} = \iota x [\text{Saiu}(x) \ \& \ \forall y [\text{Saiu}(y) \rightarrow y \subseteq x]]]$$

De acordo com a análise de Szabolcsi, “Foi João que saiu” é verdadeira se e somente se João é o (único) indivíduo que satisfaz a seguinte condição: é um indivíduo que saiu e, para todo indivíduo y tal que y saiu, y é igual a (ou está contido em) João. Se João não é o único indivíduo que satisfaz essa condição, então a frase “Foi João que saiu” não pode ter seu valor de verdade determinado; isto é, não pode ser usada adequadamente em contextos em que João não satisfaça a

⁶ A condição de que todo y seja igual “ou esteja contido” em x se deve ao fato de que o constituinte clivado pode denotar um indivíduo plural, como em “Foram os rapazes que saíram”. Trata-se de um dos modos de tentar resolver os problemas criados pela pluralidade na caracterização da exaustividade, conforme a nota 5 acima. Ver Büring (2010) e Büring e Kriz (2013) para referência e discussão dos problemas envolvidos.

condição introduzida pelo operador *iota*⁷. É esse o efeito de tomar a condição de exaustividade como uma pressuposição, e não como parte da asserção da clivada. Para ver a diferença, suponha que substituíssemos o operador *iota* por um quantificador existencial:

(16) [[Foi João que saiu]] = 1 sse $\exists x[\text{João} = x \ \& \ \text{Saiu}(x) \ \& \ \forall y [\text{Saiu}(y) \rightarrow y \subseteq x]]$

Por essa semântica, o valor de “Foi João que saiu” é sempre determinável: será verdadeira se João foi o único que saiu; e falsa de outro modo. Isto é, a clivada teria basicamente a mesma semântica que uma sentença modificada por “somente”, e os argumentos de Horn contra a exaustividade como um acarretamento se aplicariam (ver discussão de (11) acima).

Wedgwood, Pethő e Cann (2006) argumentam “contra” a análise em (15) acima para a “posição de foco” húngara, demonstrando que há vários contextos em que a “pressuposição de unicidade” das clivadas inglesas deve ser respeitada, mas nos quais o uso da construção húngara não parece sofrer restrição similar. Segue um exemplo de um desses contextos:

(17) A meccs hóse a mindössze húszéves, hirtelen növése miatt állandó izomproblémákkal küzdő Steve Gerrard volt.

‘The hero of the game was 20-year-old Steve Gerrard, who is continuously suffering from muscle problems because of his sudden growth.’

A 16. percben [harminc méterről] vágta be a labdát Barthez
the 16th minute-in 30 metres-from smashed VM the ball-ACC Barthez
kapujába, igényt formálva az Év gólja címre.
goal-POSS3SG-into claim-ACC forming the year goal-POSS3SG title-for

‘In the 16th minute of the game, he kicked the ball [from 30 metres] right into Barthez’s net, thus claiming the title for the Goal of the Year.’

‘In the 16th minute of the game, # it was from 30 metres that he kicked the ball right into Barthez’s net, thus claiming the title for the Goal of the Year.’

Observe-se que o contexto torna saliente que Steve Gerrard fez algo de especial que o tornou o herói do jogo; mas não há indício, antes da última sentença, de que o que ele fez foi chutar a bola de uma distância *x* diretamente nas redes de Barthez. Portanto, a proposição expressa pela oração clivada “não” é pressuposta. Por isso, em inglês a clivada não se adequa ao contexto – como não é em português. Uma clivada adequada ao contexto acima seria: “Foi aos 16 minutos que Gerrard fez sua jogada de mestre: [...]”. Como a “posição de foco” húngara é uma construção adequada ao contexto, Wedgwood, Pethő e Cann

⁷ Para uma discussão introdutória sobre NPs (ou DPs) pressuposicionais, bem como referências bibliográficas sobre o tópico, ver Heim e Kratzer (1998) e referências lá citadas.

(2006) concluem que a “pressuposição de unicidade” não é uma condição *sine qua non* para seu uso⁸.

Assim, Wedgwood, Pethó e Cann (2006) concluem que a posição de foco húngara é uma construção semanticamente mais subespecificada do que as clivadas, em que o efeito de exaustividade expresso pela “pressuposição de unicidade” pode ser implicado contextualmente; não é um requisito inerente à construção. Mais importante para nós é que os autores também concluem que, diferentemente da posição de foco húngara, as clivadas inglesas são convencionalmente ligadas à “pressuposição de unicidade” tal como expressa em (14) e (15) – em seus próprios termos, as clivadas do inglês “são mais inerentemente pressuposicionais”.

Note-se, agora, que a descrição dos efeitos de exaustividade expressa em (14) incorpora muito do que é descrito por Kiss e Horn – ainda que a natureza da inferência postulada seja, novamente, diferente: como vimos, para Wedgwood, Pethó e Cann (2006), é uma pressuposição, e não um acarretamento ou uma implicatura conversacional generalizada. Considere-se, novamente, o que (15) diz: deve haver (no contexto) um e somente um indivíduo (possivelmente plural) x que satisfaça a proposição “[Saiu(x) & $\forall y$ [Saiu(y) $\rightarrow y \subseteq x$]]”; se essa condição for satisfeita e se João é igual a x , então “Foi João que saiu” é verdadeira; se a condição em questão não for satisfeita, então “Foi João que saiu” não possui um valor de verdade determinável.

De acordo com essa análise, “não há referência explícita a um ‘conjunto de alternativas contextuais’” que inclua João e outros indivíduos. Se houver tal conjunto, então o que a pressuposição exige é que João seja o único que satisfaz a proposição “Saiu(x)” – ou seja, pressupõe-se que “Saiu(x)” é falsa para todas as demais alternativas contextuais. Nesse caso, portanto, (14) é equivalente às propostas de Kiss e de Horn – salvo que se trata de uma pressuposição, e não de um acarretamento ou uma implicatura generalizada.

Por outro lado, se “não” houver um conjunto de alternativas contextuais e apenas João satisfaz “Saiu(x)”, a condição expressa em (15) será satisfeita trivialmente – já que nada há para ser excluído no contexto. Mas, nesse caso, há uma diferença: contrariamente às formulações de Kiss e Horn, (14) se aplicará mesmo a contextos em que “não há um conjunto explícito de alternativas”. Assim, a análise baseada em (14) e em (15) parece, a princípio, ser compatível com o efeito “identificação por exatidão” observado por Menuzzi e Roisenberg (2010a).

⁸ De fato, em português, a sentença seria contextualmente adequada com um mero deslocamento à esquerda: “Aos 16 minutos de jogo, a uma distância de 30 metros, ele deu um chute direto para as redes de Barthez.” Wedgwood, Pethó e Cann (2006) e Wedgwood (2005) desenvolvem uma semântica específica para a “posição de foco” húngara; não entraremos em detalhes porque a análise nada diz a respeito das questões que discutimos aqui.

De fato, se presumirmos que uma das diferenças entre “somente” e “exatamente” é que o primeiro pressupõe um conjunto não vazio de alternativas e o segundo não, a abordagem da “pressuposição de unicidade” parece nos indicar, inclusive, um modo de entender por que apenas “exatamente” é compatível com o contexto (6). Considere o seguinte contraste:

- (18) A: Por que os pais de Maria ficaram tão tristes com o casamento?
B: #Com tantos candidatos maravilhosos, **somente** o Paulo casou com ela.
Com tantos candidatos maravilhosos, **exatamente** o Paulo casou com ela.

Claramente, a inadequação de “somente” no contexto acima se deve ao fato de que o contexto sugere que A sabe com quem Maria casou; não se poderia pressupor que, sabendo disso, A ainda pensasse na possibilidade de Maria ter casado com outros – isto é, que houvesse um “conjunto de alternativas contextuais” a Paulo. Afinal, pela definição jurídica corrente, o casamento de uma pessoa ocorre apenas com uma única outra pessoa.

Na seção seguinte, apresentaremos exemplos de ocorrências naturais de clivadas que demonstram que mesmo a análise em (14) e em (15) não é suficiente para capturar todos os “efeitos de exaustividade” encontrados no português padrão escrito no Brasil.

Diferentes efeitos de exaustividade em clivadas

O que são, mesmo, “identificação por exclusão” e “por exatidão”?

Entre as ocorrências de nosso corpus (ver nota 4 acima), encontramos casos de efeitos de exaustividade como os acima discutidos, isto é, de “identificação por exclusão”, como em (5), e de “identificação por exatidão”, como em (6). Mas, é preciso dizer, especialmente, que casos de identificação por exclusão como em (5) – simultaneamente compatíveis com a exclusão de alternativas contextuais e com “somente” e “e ninguém/nada mais” – não são tão comuns como se poderia esperar. Considere-se o seguinte exemplo:

- (19) Manoel de Oliveira acredita ter livrado seu trabalho do claustro do entretenimento:
Eu sempre procuro tirar de meus filmes o lado espetacular para poder me concentrar no que há de mais humano⁹.
- a) É sobre a humanidade que acredito que o cinema deva falar.
 - b) É sobre a humanidade, e não sobre o espetacular, que o cinema deve falar.
 - c) #É sobre a humanidade, e sobre nada mais, que o cinema deve falar.
 - d) #É somente sobre a humanidade que o cinema deve falar.

⁹ “Vitalidade”, *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 2004.

Aparentemente, no contexto acima, o que realmente importa é a exclusão “apenas” da alternativa contextual, conforme a adequação de (19b), e não de outras alternativas potenciais, como (19c,d). Especialmente quanto às últimas, há outras alternativas que se poderia dizer que são “subcasos” de “a humanidade” em (19), em que parece ser interpretada em sentido metonímico – parece significar algo como “a humanidade e o que lhe concerne”, o que incluiria, por exemplo, a humanidade e seus dramas, a humanidade e seus desejos, a humanidade e seus tabus, etc. É exatamente porque o falante não gostaria de excluir, no contexto, tais alternativas que o uso de modificadores como “e sobre nada mais” e “somente” é inadequado.

O exemplo (19) nos indica algumas coisas importantes. Em primeiro lugar, é preciso entender como funciona a identificação do “conjunto de alternativas contextuais” nos casos de operadores de exclusão. Por (19c,d), parece que, para “somente” e “e nada mais”, hipônimos da alternativa assertada (“a humanidade e seus dramas”) é hipônimo de “a humanidade e o que lhe concerne”), devem ser alternativas contextualmente relevantes; mas para a clivada, como em (19a), não. Ou seja: se admitirmos que as alternativas pertinentes a operadores como “somente” e “e nada mais” são também “determinadas contextualmente”, abordagens como a de Kiss ou a de Horn não serão suficientes porque não fornecem elementos para sabermos “quais” as alternativas contextuais são relevantes ou não para as clivadas.

Observe-se que, por outro lado, se a generalização correta acerca do exemplo acima for a de que, em certos contextos, não se deve excluir do conjunto de alternativas os “hipônimos” da alternativa assertada, a análise de Wedgwood, Pethó e Cann (2006), expressa por (14) acima, dará conta do caso. Por ela, a alternativa assertada será exaustiva não apenas se for a única (no caso de não haver outras alternativas contextuais que satisfaçam a predicação), mas também se todas as alternativas não excluídas da predicação forem “partes” dela – é isso o que diz a condição “ $\& \forall y [P(y) \rightarrow y \subseteq x]$ ”, em (14) acima.

Ao mesmo tempo e inversamente, deve-se também observar que a proposta de Wedgwood, Pethó e Cann (2006) para as clivadas “não” poderá ser diretamente estendida para a semântica de “somente”, por exemplo: se a única diferença entre as clivadas e “somente” diz respeito ao status do requisito de unicidade – para as clivadas seria uma pressuposição, e para “somente”, parte do conteúdo assertado –, então “somente” deveria ser aceitável em (19)¹⁰.

¹⁰ Uma observação final sobre o exemplo (19): trata-se de um caso em que a asserção feita pela sentença clivada não é, precisamente, “informação nova”; o enunciado apenas reforça o que já fora “implicado” pelo enunciado prévio de Manoel de Oliveira. Portanto, é informação acessível, não indeterminada, no contexto. Isso possivelmente explica a impropriedade do uso de “exatamente”, que é usado em contextos em que há indeterminação acerca de que alternativa satisfaz a predicação – ver discussão do exemplo (6) acima.

Seja como for, a conclusão a que chegamos, com o exemplo (19), é que os casos de “identificação por exclusão” por meio das clivadas podem diferir quanto ao que excluem: quanto a isso, (19) é diferente de (5), por exemplo.

De modo similar, observemos que o caso de “identificação por exatidão” que apresentamos em (6) acima também não é um “tipo geral”: novamente, encontramos ocorrências que, embora satisfazendo um mesmo caráter geral – compatibilidade com “exatamente”, “precisamente”, etc. –, ainda assim apresentam nuances em seus “efeitos de exaustividade”. Por exemplo, no caso de (6) acima, vimos que não há propriamente “identificação por exclusão”: não há um conjunto de alternativas contextuais que sejam excluídas. Além disso, o contexto é incompatível com “somente”, “unicamente”, etc.; mas é compatível com a expressão “e nada mais”. A conclusão é similar à da discussão sobre (19): é preciso que a identificação do “conjunto de alternativas relevantes” seja tal que nos permita explicar a impossibilidade de uso de “somente”, “unicamente”, e ao mesmo tempo a adequação da expressão “e nada mais”.

Agora, considere-se o exemplo em (20) abaixo:

(20) Raras vezes a humanidade presenciou a multiplicação de tantas iniciativas simultâneas em favor da implantação e da consolidação de uma verdadeira cultura de paz. No Brasil, marcado por desigualdades crônicas de renda, [...] a preocupação se amplia sobretudo devido a consequências diretas ou indiretas dessa realidade. [...] Em outras nações, como as que acabam de definir uma trégua no Oriente Médio, as razões são igualmente desafiadoras¹¹. [...]
A incorporação da paz ao cotidiano precisa ser assumida como um compromisso de cada um, todos os dias.

- a) É essa disposição que permitiu o acordo de paz no Oriente Médio.
- b) É exatamente essa disposição que permitiu o acordo de paz no Oriente Médio.
- c) #É somente essa disposição que permitiu o acordo de paz no Oriente Médio.
- d) #É essa disposição, e nada mais, que permitiu o acordo de paz no Oriente Médio.
- e) Sem essa disposição, não teria havido o acordo de paz no Oriente Médio.

Nota-se, em primeiro lugar, que a possibilidade de uso de “exatamente” no contexto sugere que se trata de um caso como (6), de “identificação por exatidão”. De fato, não há um conjunto explícito de alternativas contextualmente relevantes, o que novamente aproxima (20) de (6). Mas, há uma diferença importante: em (20), diferentemente de (6), o efeito de “identificação por exatidão” parece ser incompatível com “todos” os “diagnósticos” de “identificação por exclusão” – não apenas com “somente” e “unicamente”, mas também com “e nada mais”.

¹¹ “Visão solidária”, *Zero Hora*, 9 de fevereiro de 2005.

Intuitivamente falando, parece que o problema em (20) é que as alternativas que o falante “não” deseja excluir da predicação não são apenas os “hipônimos” de “essa disposição”: incluem todas as coisas que, juntamente com a “disposição de incorporar a paz ao cotidiano”, levaram ao acordo de paz no Oriente Médio – a necessidade de resolver problemas sociais no caso das autoridades palestinas, a necessidade dos EUA de se restabelecerem como a liderança estratégica da região, etc. De fato, a clivada em (20) parece ter um papel, no contexto, semelhante a (20e): o que se quer dizer é que, “sem” a “disposição de incorporar a paz ao cotidiano”, todos os demais fatores juntos seriam insuficientes para garantir o acordo de paz.

(20) é um exemplo importante em dois sentidos. Em primeiro lugar, sugere que o “efeito de exaustividade”, quando é de “identificação por exatidão”, pode ser compatível com o que mais parece ser a “inclusão” da alternativa assertada num conjunto de alternativas (em (20), implícito, mas inferível). Isto é, ao menos as clivadas com “identificação por exatidão” podem não envolver exclusão alguma. E, obviamente, coloca-se a questão de entender melhor qual a contribuição tanto da clivada quanto de operadores como “exatamente”.

Em segundo lugar, se a observação correta acerca de (20) for a de que os elementos que “não” devem ser excluídos do conjunto de alternativas “não” são meros “hipônimos” de “a disposição para incorporar a paz ao cotidiano”, então definitivamente estamos diante de um caso que “não” é coberto pela análise de Wedgwood, Pethó e Cann (2006): a clivada em (20) não satisfaz a condição “ $\& \forall y [P(y) \rightarrow y \subseteq x]$ ” de (14).

Os casos discutidos nesta seção parecem indicar que as noções de “identificação” e/ou “exaustividade” pertinentes ao uso das clivadas, embora tenham relação com noções como “exclusão” e “exatidão” diagnosticadas por modificadores como “somente” e “exatamente”, não podem ser reduzidas a nenhuma delas, nem são uma mera disjunção de ambas (como foi sugerido por Menuzzi e Roisenberg 2010a). De fato, parece que as noções de “exaustividade” ou “identificação” expressas pelas clivadas têm colaboração direta de fatores contextuais ainda não investigados satisfatoriamente, fatores que são seletivamente afetados por modificadores como “somente”, “exatamente”, etc. Além do mais, parece certo também que tais fatores estão diretamente relacionados com a constituição contextual do “conjunto de alternativas” pertinente ao “efeito de exclusão/identificação” obtido contextualmente pela clivada. Os casos que discutiremos nas próximas seções confirmam essa conclusão.

Estrutura contextual dos referentes e o conjunto de alternativas, 1

Considere-se o seguinte caso:

(21) “[...] *O Quinto Império* é seu 37º [filme de Manoel de Oliveira] e lhe rendeu um prêmio especial pelo conjunto da obra no último Festival de Veneza, em setembro. Antes, fez dois filmes que permanecem inéditos no circuito carioca: *O Princípio da Incerteza* (2002), que talvez seja sua obra-prima, e *Filme Falado* (2003). Segundo Manoel, as histórias dessas fitas são impulsionadas pela curiosidade”¹²:

— É a dúvida que me norteia. Ela é um estímulo porque não tenho certeza de nada, só de que duvido.

- a) #É exatamente a dúvida que me norteia.
- b) É, mais exatamente, a dúvida que me norteia.
- c) #É a dúvida, e não a curiosidade, que me norteia.
- d) #É somente a dúvida que me norteia.
- e) #É a dúvida, e nada mais, que me norteia.

Numa primeira aproximação, parece tratar-se de um caso de “identificação por exatidão”: não é compatível com operadores de exclusão, mas é compatível com algo próximo a “exatamente” – embora não exatamente “exatamente”. A alternativa assertada, “a dúvida”, possui um “termo de comparação” no contexto, que é o que parece justificar o uso da clivada – “a curiosidade”¹³. Mas, a relação entre “a curiosidade” e “a dúvida” claramente não é a de “alternativas entre si”. Antes, novamente temos de algum tipo de relação lexical, neste caso provavelmente de “metonímia”, entre os dois termos comparados: a “curiosidade” significa algo como “o desejo de saber algo”; e a dúvida sobre alguma coisa é, evidentemente, uma das possíveis razões pelas quais desejamos saber algo sobre aquela coisa. Isto é, a dúvida pode ser uma “fonte ou causa” da curiosidade. Portanto, a primeira conclusão: ao “opor” “dúvida” a “curiosidade” em (21), o

¹² “Vitalidade”, *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 2004.

¹³ Aqui se coloca uma questão empírica e, também, de método: a clivada é uma sentença reportada em discurso direto, precedida de uma sentença que não é do mesmo falante – mas de quem reporta a fala do falante. A questão é: estamos autorizados a interpretar o enunciado que contém a clivada como “constituindo um discurso ‘coeso’ – sujeito às mesmas leis de coerência e fluxo de informação, etc. – com a sentença reportiva que o precede? Nesse contexto, suporemos que sim, com base em três fatos: (a) intuitivamente, o leitor sente que “a dúvida” de fato tem relação com “a curiosidade”; (b) como veremos na discussão a seguir, o uso de “mais exatamente” de fato se esclarece por meio desta relação; e (c) finalmente, se a sentença reportiva não tivesse o “termo de comparação” para estabelecer a relação com a clivada, a aceitabilidade do enunciado reportado degradaria sensivelmente, e o uso de “mais exatamente” *se tornaria desconexo*:

[...] Segundo Manoel, as histórias dessas fitas são impulsionadas por seu humanismo/sua indignação com a sociedade moderna/etc.:

- a) – # É a dúvida que me norteia. Ela é um estímulo porque não tenho certeza de nada...
- b) – # É, mais exatamente, a dúvida que me norteia. Ela é um estímulo porque ...

Esse tipo de exemplo coloca questões interessantes sobre a natureza das relações entre enunciados reportivos e reportados quando unidos em um texto. Mas, não discutiremos tais questões neste trabalho.

objetivo do texto não é “excluir” o “termo de comparação”, mas antes precisar melhor porque a curiosidade motiva o cineasta: ela o motiva porque é causada pela dúvida.

Observe-se: em (21), não apenas o termo assertado (“a dúvida”), mas “também” o termo de comparação (“a curiosidade”) satisfaz a predicação da clivada (“x me norteia”); e a relação de metonímia entre ambos delimita, por meio do termo assertado (“a dúvida”), o modo como o termo de comparação (“a curiosidade”) satisfaz a predicação. Nessas circunstâncias, não parece adequado dizer que se trata de “identificar (por exatidão) o que fora deixado indeterminado” pelo contexto precedente. (Ver, especialmente, a discussão do exemplo (6), bem como a nota 9.) Antes, trata-se de “‘precisar mais’ o que já havia sido parcialmente identificado”.

Possivelmente porque a função da clivada, no trecho, “é precisar que elemento, dentro do conjunto das causas/fontes da curiosidade”, norteia o cineasta, “não há exclusão de outras possíveis ‘fontes de motivação’ que estejam ‘no mesmo nível’ da curiosidade” – isto é, que “estejam em relação de alternativa” à curiosidade. Com efeito, parece compatível com o discurso em (21) que não apenas a curiosidade – por meio da dúvida – seja uma das motivações que norteiam o trabalho de Manoel de Oliveira, mas também, por exemplo, o desejo de compartilhar suas dúvidas; de levar sua audiência a refletir sobre elas, etc.

Portanto, não há um efeito de exclusão no conjunto de alternativas ao qual “curiosidade” pertence a (21). Na verdade, detecta-se um “efeito de exaustividade” ou de “exclusão” em (21) “no domínio das fontes/causas de curiosidade” – isto é, no domínio de alternativas a “dúvida” – que é um conjunto “inexplícito” em (21). Assim, em (21) pode-se inferir que é a dúvida e não, por exemplo, um desejo de conhecer a intimidade sexual dos indivíduos, ou de obter o prazer com o que é inusitado, etc., que causa a curiosidade de Manoel de Oliveira e, portanto, que o norteia. Isto é, a clivada parece ser usada para sugerir que é a “dúvida”, “e não alguma outra fonte/causa de curiosidade”, que orienta o cineasta.

O exemplo (21) é um caso importante porque revela a complexidade do “cálculo” envolvido nos chamados “efeitos de exaustividade”. Em particular, é um caso em que é preciso distinguir pelo menos dois conjuntos de alternativas pertinentes – que nos casos mais típicos talvez não precisem ser distinguidos. Há o conjunto de “termos de comparação” com relação ao qual o elemento clivado é “focalizado”, isto é, o termo contextual que justifica a focalização do termo clivado. Em (21), esse conjunto parece ser constituído por “curiosidade” e suas alternativas (que podem, juntamente com a curiosidade, orientar Manoel de Oliveira). Mas, há outro conjunto, mais relevante para os efeitos da clivada e não necessariamente coincidente com o primeiro: é o “conjunto de alternativas” ao qual o termo clivado pertence e de cujos termos é preciso verificar se a predicação da clivada se aplica ou não – isto é, o conjunto para o qual se deve calcular os efeitos de exaustividade.

Esse conjunto, no contexto acima, é “evocado por curiosidade” e sua relação metonímica com “dúvida”, e inclui as fontes/causas da curiosidade.

Mais genericamente: o “conjunto de alternativas” pertinente aos “efeitos de exaustividade” pode ser evocado por relações lexicais que são fornecidas contextualmente e que parecem estruturar o domínio de referentes do discurso. Essa conclusão não chega a surpreender: em nossa discussão dos exemplos anteriores, já havíamos visto que as relações de metonímia e de hiponímia são pertinentes – não por acaso, as últimas têm sido importantes na formulação das várias abordagens (ver as notas 5 e 6 acima, para questões relacionadas), embora a relevância dos processos de metonímia, em particular, não tenha sido apontada.

Além disso, é preciso dizer, neste ponto, que parece que estamos diante de dois processos distintos envolvidos na interpretação de clivadas e de operadores como “somente”, “exatamente”, etc. Um deles é a identificação do conjunto de alternativas relevantes: ele não é simplesmente “contextualmente dado”, como se sugere de modo vago na literatura. (Isso se aplica à teoria de Horn (1981), de Rooth (1992) e a de Kiss (1998), por exemplo.) Antes, parece resultar de algum processo inferencial que tem base numa estrutura contextual dos referentes do discurso bastante articulada, envolvendo relações de hiponímia, metonímia e possivelmente outras. Os exemplos que discutimos até aqui e os que virão a seguir mostrarão isso de modo muito claro.

O segundo processo – que parece ser o mais diretamente ligado à semântica da clivada e de “somente”, “exatamente”, etc. – é precisamente o “efeito” (de exaustividade?) que tais construções e operadores executam no domínio de alternativas identificado. O exemplo em (21) parece confirmar que, no caso da clivada, trata-se de um “efeito de exaustividade” – neste caso, de “identificação por exclusão”. Mas, exemplos como (20) acima parecem levantar dúvida sobre essa conclusão; ver também a discussão do exemplo (23), na seção abaixo¹⁴.

Estrutura contextual dos referentes e o conjunto de alternativas, 2

Na presente seção, discutiremos um exemplo que confirma a importância das relações lexicais, bem como a necessidade de distinguir o conjunto de termos que “justifica a focalização” e o conjunto de alternativas relevantes para

¹⁴ Apenas para registro: a possibilidade de uso do modificador “mais precisamente” em (21) sugere que a clivada, nesse contexto, é utilizada com função similar à da conhecida “negação metalinguística”, discutida por Horn (1985). De fato, “mais precisamente” poderia ser substituído, no mesmo contexto, por “melhor dizendo” – uma expressão que explicita nitidamente o caráter de “correção do como se diz” que tem a clivada. Outros exemplos que discutiremos abaixo têm o mesmo *feeling*, mas não poderemos explorar essas conexões neste trabalho.

o “efeito de exaustividade”. Como veremos, trata-se de um caso ainda mais surpreendente. Segue:

(22) “A Ancinav é um desejo comum. Todo mundo quer uma Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual. Só que há inúmeras lendas em torno dela. Uma é que ela é uma idéia que partiu de nossa classe [dos cineastas brasileiros]. [...] A classe reivindicava, sim, a criação de um organismo específico para o cinema ligado à Presidência da República. [...] Quando se formou o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica [...] para discutir a criação desse organismo, chegou-se à conclusão de que deveria ser uma agência nacional de cinema e trabalhou-se essa ideia. **Foi o ministro das Comunicações Pimenta da Veiga quem levantou e falou:** “Por que não fazer uma agência abrangente que pegue cinema e televisão, para fazer logo o casamento entre essas mídias?” Nós, do cinema, [...] dissemos: “Olha! É muita areia pro nosso caminhão.” Mas, não adiantou”¹⁵.

- a) Mas foi o ministro Pimenta da Veiga que levantou e falou: ...
- b) #(Mas) Foi o ministro Pimenta da Veiga, e não a classe dos cineastas, que levantou e falou: ...
- c) (Mas) Foi o ministro Pimenta da Veiga, e não um dos cineastas, que falou: ...
- d) #(Mas) Foi somente o ministro Pimenta da Veiga que falou: ...
- e) (Mas foi o Governo, e não a classe dos cineastas, que teve a ideia de criar a Ancinav:) Foi ministro Pimenta da Veiga que levantou e falou: ...
- f) (Mas foi somente o governo que teve a ideia de criar a Ancinav:) Foi ministro Pimenta da Veiga que levantou e falou: ...

A primeira observação importante acerca da clivada em (22) é que ela, de fato, envolve um “contraste” entre o termo clivado e algum outro termo de comparação, que deve ser identificável pelo contexto: isso é diagnosticado pela possibilidade de uso do nexos “mas”, como indicado em (22a) (MENUZZI; ROISENBERG, 2010b). Evidentemente, no caso típico, esse termo de comparação deveria, juntamente com o termo focalizado “o ministro Pimenta da Veiga”, constituir o conjunto de alternativas no qual se realiza a operação de “identificação por exclusão”. Mas, que termo é esse?

O candidato mais imediato seria “a classe dos cineastas”, já que é o outro termo saliente, “tópico”, do trecho. Mas, observe-se a infelicidade pragmática do enunciado em (22b) – em que se procura focalizar “o ministro” e excluir explicitamente “a classe dos cineastas”: isso parece mostrar que “a classe de cineastas” não é um termo apropriado para pertencer ao conjunto de alternativas correspondentes ao “ministro Pimenta da Veiga”. Por analogia com o exemplo (21), poderíamos dizer: “a classe dos cineastas” pode ser o termo de comparação que “motiva a focalização” de “o ministro Pimenta da Veiga”; mas não é uma das

¹⁵ “DVD dá mais lucro”, *Jornal do Brasil*, 17 de novembro de 2004.

alternativas do conjunto no domínio do qual “o ministro Pimenta da Veiga” aciona o “efeito de exaustividade”.

(22c) mostra que uma alternativa relevante poderia ser “um dos cineastas”, um hipônimo de “a classe dos cineastas”. Isso faz sentido: “a classe dos cineastas” é o termo que justifica a focalização de “o ministro” porque determina o conjunto de indivíduos que participaram das reuniões de que o ministro participou; e o texto afirma que é o ministro, e não algum destes indivíduos, que sugeriu a ideia de que a Ancinav fosse criada desse ou daquele modo.

Nessa interpretação, o “efeito de exaustividade” que justificaria a clivagem de “o ministro Pimenta da Veiga” seria o de identificar (por exclusão) o ministro como o único, presente nas reuniões entre governo, cineastas, etc., a fazer a proposta discutida. Mas, a estranheza de (22d), a uma primeira leitura, sugere que esta não é a interpretação mais adequada do texto: “somente” aplicado “ao ministro” sugere que a proposta é somente do ministro; com isso, o enunciado significaria, aproximadamente, algo como “Mas foi o ministro, ‘pessoalmente, enquanto indivíduo’ – e não enquanto representante do governo – que levantou e falou...”

(22e) indica que há outra leitura do texto – possivelmente, mais apropriada – em que a clivada “Foi o ministro etc.” é apenas o evento concreto pelo qual se revelou a ideia que algum grupo político diferente da classe dos cineastas – digamos, o governo – tinha em relação à Ancinav. Crucialmente, o ministro, nessa leitura, está em relação de “hiponímia” (ou metonímia?) com esse outro grupo, isto é, o governo. Em outros termos, pode-se dizer que a clivada “Foi o ministro que...” tem o papel de evocar, na verdade, o “hiperônimo” do ministro, o governo, e, assim, também implicar qual é a predicação realmente relevante para o “efeito de exaustividade” no contexto – “x teve a ideia de criar a Ancinav (como ela é)”.

(22f) parece confirmar essa interpretação: mostra que “o governo”, sim, seria um termo próprio para ser uma alternativa contextual à “classe dos cineastas”. Mais que isso, mostra que seria um termo próprio com relação ao qual faria sentido, no contexto, a “identificação por exclusão” – o que é demonstrado pela aceitabilidade de “somente”. E mostra ainda que a predicação relevante é, na verdade, “x teve a ideia de criar a Ancinav (como ela é)”. De fato, essa era a “*question under discussion*” do trecho, como o início do texto deixa claro.

Em resumo: a sentença “Foi o ministro Pimenta da Veiga que...” pode ser interpretada como uma clivada em que há “identificação por exclusão” em (22) – de fato, provavelmente essa é a melhor interpretação contextual para ela. Mas, esse efeito é “indiretamente” obtido pelo enunciado. Na interpretação em que esse efeito emerge claramente, o papel da clivada é “evocar” uma outra predicação – a que foi exposta, no começo do texto, como a questão em discussão: “quem (isto é, que x) teve a ideia de criar a Ancinav (como ela é)”. Nessa interpretação, a

clivada também evoca um conjunto de alternativas que não é o que diz respeito, diretamente, ao ministro Pimenta da Veiga – que é o constituinte clivado. A predicação implícita deve ser avaliada em relação a este outro conjunto de alternativas. Explicitamente, o resultado seria (22f) – um enunciado totalmente coerente no contexto.

Não pretendemos discutir todas as ramificações dessa análise. Mas, aponta-se uma conclusão teórica que parece inevitável diante da possibilidade de (22) ter a leitura que acima apresentamos: “os chamados efeitos de exaustividade, mesmo nos casos presumivelmente mais básicos de ‘identificação por exclusão’, podem envolver um cálculo inferencial complexo a partir das informações contextuais, tanto relativas à estrutura do domínio de referentes quanto à predicação relevante para ‘o efeito de exaustividade’. Nesse sentido, a “identificação por exclusão” pode resultar de operações que “se inferem” a partir da clivada proferida, e não que resultam diretamente de sua semântica composicional.

A estrutura do conjunto de alternativas

Em todos os casos analisados até agora, o conjunto de alternativas sobre o qual o “efeito de exaustividade” é definido é um conjunto “não estruturado”: não há relação alguma entre as alternativas exceto a de pertencerem, potencialmente, ao conjunto de coisas que satisfazem a predicação da clivada (por exemplo, “x teve a ideia de criar a Ancinav” em (22f)). Sobre esse conjunto não estruturado de alternativas, a asserção feita pela clivada opera alguma modificação: tipicamente exclui as alternativas não assertadas pela clivada, embora a interação com a estrutura de referentes contextuais possa ser mais complexa – até mesmo levando, em alguns casos, à “inclusão” de uma alternativa no conjunto relevante (como em (20)).

Nos casos previamente discutidos, como dissemos, parece não ser relevante atribuir alguma estrutura interna ao conjunto de alternativas. Considera-se, então, o seguinte exemplo, aparentemente simples, de “identificação por exclusão”¹⁶:

- (23) O artista que se desdobrava em engenheiro era uma figura comum na Renascença. O que era e é incomum, quase milagroso, é ter todos esses talentos na intensidade em que Da Vinci os tinha. Embora tivesse uma assombrosa habilidade matemática, diz-se que Leonardo não criou algo que se pudesse chamar de “teorema de Leonardo”¹⁷ [...]

¹⁶ No texto abaixo, a oração clivada foi adaptada para revelar mais claramente o efeito que nos interessa. No texto original, a clivada é: “É na arte de Leonardo que se combinam de maneira definitiva sua imaginação e seu poder de desvendar e retratar o mundo”. Nessa versão, o modificador “de maneira definitiva” tende a obscurecer o caráter gradual da predicação da clivada e a correspondente ordenação que impõe aos termos que a satisfazem.

¹⁷ “A modernidade de Leonardo da Vinci”, *Veja*, 27 de outubro de 2004.

- a) É na arte de Leonardo que se percebe mais claramente o modo como se combinam sua imaginação e seu poder de retratar o mundo. [...]
- b) É na arte de Leonardo, e não em sua ciência, que se percebe mais claramente o modo como se combinam sua imaginação e seu poder de retratar o mundo. [...]
- c) #É somente na arte de Leonardo que se percebe mais claramente o modo como se combinam sua imaginação e seu poder de retratar o mundo. [...]
- d) É mais claramente na arte do que na ciência de Leonardo que se percebe o modo como se combinam sua imaginação e seu poder de retratar o mundo. [...]

Numa primeira leitura, o texto parece simples: trata-se de opor a arte de Leonardo da Vinci à sua ciência; e a “questão sob discussão” é qual das duas mais revela o modo como se combinam a imaginação e o poder de descrição de Leonardo. À primeira vista, parece que o significado da clivada (23a) é: é a arte de Leonardo que mais revela etc. Por efeito de exclusão, não é a ciência de Leonardo que mais revela etc. Essa primeira interpretação da clivada em (23a) parece, inclusive, permanecer em (23b), que pareceria “excluir” a ciência de Leonardo das alternativas que satisfazem a predicação “em x mais se percebe...”.

Mas, (23c) indica que há algo de errado com esse modo de analisar em (23a) – de analisá-la como contendo, simplesmente, a exclusão da alternativa “a ciência de Leonardo” do conjunto de alternativas das quais é verdadeiro dizer que “em x se percebe mais claramente como se combinam a imaginação e o poder de descrição de Leonardo”. A observação fundamental é a seguinte: o uso de “somente” em (23c) “parece implicar que, na ciência de Leonardo, não se perceberia claramente” como se combinam a imaginação e o poder de descrição de Leonardo. Mas, isso não parece ser o mesmo que se diz em (23a) ou (23b). Nessas duas últimas, não há a implicação de que não se perceba bem a combinação “também” na ciência de Leonardo. De fato, (23a) e (23b) poderiam ser parafraseadas por algo como (23d) – que, crucialmente, também não carrega a implicação que “somente” aciona em (23c).

O que (23d) parece sugerir acerca de (23a) e (23b) é o seguinte: a predicação que define o conjunto de alternativas no qual se dá o “efeito de exaustividade” em (23a) e em (23b) não divide esse conjunto entre alternativas que a satisfazem e alternativas que não a satisfazem. Mais concretamente: a oração clivada em (23a) e (23b) não divide o conjunto de alternativas entre aquelas em que se percebe mais claramente e aquelas em que “não” se percebe mais claramente como se combinam a imaginação e o poder de descrição de Leonardo. Antes, “mais claramente” tem o efeito de “ordenar o conjunto de alternativas” em relação “ao quanto” nelas se percebe a combinação da imaginação e do poder de descrição de Leonardo. Isto é:

- (i) a predicação pertinente em (23) parece ser “em x se percebe como se combinam a imaginação e o poder de descrição de Leonardo”; e
- (ii) o efeito composicional da clivada com o modificador “mais claramente” parece ser o de ordenar o conjunto de alternativas em relação ao grau com que satisfazem essa predicação;

Por essa linha de análise, pode-se vislumbrar uma explicação para o fato de que (23d), mas não (23c), seja uma paráfrase mais próxima de (23a,b).

Importa enfatizar uma consequência dessa descrição: se ela estiver correta, ou próxima disso, então somos obrigados a abandonar a ideia de que os “efeitos de exaustividade” envolvam, “necessariamente”, a identificação de uma alternativa, ou de um subconjunto de alternativas, para as quais a predicação se aplica, implicando ou pressupondo com isso a “exclusão” de outras alternativas. No caso de (23), trata-se antes de “ordenar o conjunto de alternativas em relação ao grau em que satisfazem a predicação” – portanto, não há exclusão de alternativas, mas ordenamento e comparação delas.

Síntese e conclusões

A fim de ver melhor o que os vários casos particulares discutidos sugerem, fazemos a seguir uma representação esquemática deles. O que procuramos representar, nos esquemas, é a estrutura dos referentes do discurso no momento em que antecede a clivada, e a estrutura resultante do “efeito de exaustividade”. Os esquemas são compostos do seguinte modo:

- (i) os círculos indicam “conjuntos de alternativas” definidos pelos termos, sendo considerados como possíveis valores para a predicação da clivada (ou subconjuntos desses);
- (ii) termos no interior desses conjuntos são as alternativas que os constituem;
- (iii) reticências indicam alternativas implícitas, não diretamente manifestas no contexto;
- (iv) em cada gráfico, o esquema à esquerda indica a situação da estrutura relevante de referentes no momento em que a clivada é proferida; e o esquema à direita indica o resultado, o “efeito de exaustividade”, da clivada sobre essa estrutura;
- (v) termos “riscados” em um conjunto são termos considerados, mas excluídos, contextualmente (seja no momento que precede ou que segue a clivada).

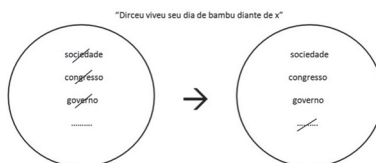
Apresentamos a seguir os esquemas¹⁸ na ordem de apresentação dos exemplos discutidos:

¹⁸ Todos os esquemas são de elaboração própria.

Esquema 1 – Exemplo (5):
“identificação por exclusão”



Esquema 2 – Exemplo (6):
“identificação por exatidão”



Esquema 3 – Exemplo (19):
“identificação por exclusão, mas não de todas as alternativas potenciais”



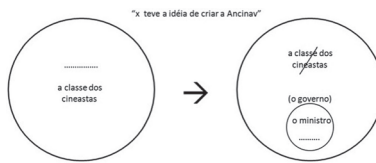
Esquema 4 – Exemplo (20):
“identificação por exatidão, sem exclusão de alternativas potenciais”



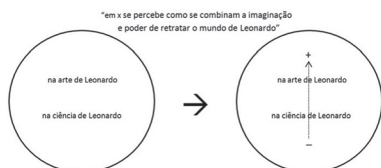
Esquema 5 – Exemplo (21):
“identificação, por “maior exatidão”, de hipônimo e exclusão de hipônimos”



Esquema 6 – Exemplo (22):
“identificação por exclusão por evocação de hiperônimo a partir de hipônimo”



Esquema 7 – Exemplo (23):
“identificação por meio de ordenação e comparação de alternativas”



Os esquemas referem-se apenas a alguns dos exemplos que encontramos de clivadas em textos reais da língua portuguesa. Poderíamos adicionar outros casos, com efeitos ainda assim diferentes. Admitindo que nossa descrição dos fatos é adequada para pelo menos uma das leituras dos textos, o quadro geral parece indicar o seguinte:

- (i) O termo “efeitos de exaustividade” é impróprio para caracterizar o conjunto de efeitos contextuais acionados pela focalização do termo clivado. Nos exemplos acima, são poucos os casos em que o efeito se restringe a “delimitar exaustivamente” o domínio de aplicação da predicação da clivada. Em sentido estrito, isso só parece acontecer no exemplo do esquema 1.
- (ii) Mesmo o termo “exclusão” (do conjunto de alternativas que satisfazem a predicação) também parece impróprio como elemento constante dos “efeitos de exaustividade”. Embora a maioria dos casos de fato envolva algum tipo de exclusão (exemplos dos esquemas 1, 2, 3, 5 e 6), há pelo menos dois em que isso parece não acontecer (exemplos dos esquemas 4 e 7).
- (iii) Em todos os casos, há a “identificação” de pelo menos um valor que satisfaz a predicação da clivada. Mais especificamente: em todos os casos, a clivada pressupõe que (pelo menos) uma coisa satisfaz a predicação, e afirma que entre as coisas que a satisfazem está a denotação do termo clivado. Às vezes, infere-se a exclusão de quaisquer outros valores; às vezes, de apenas alguns dos valores; às vezes, não se infere exclusão alguma; e às vezes infere-se a “inclusão” de um valor num conjunto de alternativas.
- (iv) O outro elemento constante dos esquemas é que, em todos, a clivada é assertada num contexto em que não apenas o conteúdo da oração clivada é pressuposto (sob quantificação existencial, no mínimo); também há pressuposições ou expectativas acerca dos valores que satisfazem a predicação da clivada – isto é, acerca do conjunto de alternativas. E a asserção da clivada, “em todos os casos”, modifica tais expectativas – de um modo ou de outro.
- (v) De fato, pode-se dizer que, em todos os casos, o termo clivado é “anafórico” no sentido de ter sido previamente introduzido no discurso, ou ser inferível (por estar, por exemplo, relacionado por metonímia com um referente introduzido, como “a dúvida” no esquema 5)¹⁹. Além disso, em geral, o termo havia sido introduzido “em conexão com a questão do que satisfaz ou não a predicação da clivada” (a exceção é, talvez, o exemplo do esquema 4).

É verdade que frequentemente o efeito da clivada sobre a estrutura de referentes do discurso é o de restringir, de algum modo, o conjunto de alternativas à que a predicação da clivada se aplica. Mas, isso nem sempre acontece. Uma

¹⁹ A observação de que o termo clivado, quando focalizado, tende a ser anafórico não é nova, evidentemente; veja-se, por exemplo, Givón (1992) e (1993) para discussão.

melhor caracterização geral para os “efeitos de exaustividade” das clivadas parece ser a seguinte:

- são “operações de correção” da estrutura R dos referentes do discurso, no que concerne às expectativas E do contexto. Expectativas que dizem respeito a quais referentes satisfazem a predicação expressa pela clivada;
- a operação de correção é “implícada” por meio da asserção da clivada – em que há a identificação de um dos valores que satisfazem a predicação;
- a operação de correção específica obtida em R deve ser “calculada pragmaticamente” a partir da estrutura de R e das expectativas E.

Possivelmente essa caracterização é fraca demais. Por exemplo, pode-se manter que a clivada porta, no mínimo, uma pressuposição de existência. Isso nos sugere que uma análise dos efeitos que descrevemos poderia ser obtida por algum “enfraquecimento” da proposta de Horn em (13) acerca da inferência obtida, acompanhada de um refinamento do que ele entende pelo “conjunto de entidades determinado pelo contexto C”. Seria preciso ainda determinar se se trata de uma implicatura conversacional generalizada, como quer Horn, ou algum outro tipo de inferência. Mas, não tentaremos explorar essa possibilidade, nem outra qualquer. Nosso objetivo, mais modesto, era mostrar que os “efeitos de exaustividade” envolvem tipos diferentes de efeitos sobre uma estrutura de referentes contextualmente articulada, que interage com vários tipos de informações e expectativas contextuais.

Além das questões já mencionadas, outras evidentemente surgem: (i) Qual, precisamente, a semântica/pragmática de expressões como “somente”, “e nada mais”, “exatamente”, “mais exatamente”, etc.? Exatamente que tipo de efeitos decorrem de sua semântica, que efeitos são inferências pragmáticas? (ii) Pode-se manter a tese, incorporada à proposta de Horn, de que o principal elemento caracterizador das clivadas – além da asserção de identidade expressa pela cópula – é uma simples “pressuposição de existência”? Isto é, é possível dispensar com caracterizações mais fortes, como a proposta de que a pressuposição é de “unicidade”, conforme visto em Szabolcsi (1994) e Wedgwood, Pethő e Cann (2006)? Essas e as demais questões que mencionamos antes são algumas das que pretendemos enfrentar nos próximos trabalhos.

Agradecimentos

Agradecemos às audiências do X Encontro do CELSUL (outubro de 2012, Cascavel PR), e do Seminário de Teoria e Análise Linguística (PPGL/UFRGS, maio de 2013) pelo *feedback* a versões preliminares deste trabalho. Qualquer problema remanescente é de nossa inteira responsabilidade. A primeira

autora, Mariana Teixeira. deve sua participação no trabalho a uma bolsa do programa PIBIC/UFRGS-CNPq (período de março de 2012 a março de 2013); e o segundo autor, Sergio Menuzzi, à bolsa de produtividade do CNPq (Processo nº 311160/2010-7).

TEIXEIRA, M.; MENUZZI, S. Different exhaustivity effects in clefts: a descriptive study of cases. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.59-87, 2015.

- **ABSTRACT:** *In this article, we show that cleft sentences may have 'exhaustiveness effects' quite different from the 'identification by exclusion' – which is the effect usually discussed by the literature (ATLAS; LEVINSON, 1981; HORN, 1981; KISS, 1998; WEDGWOOD; PETHŐ ; CANN, 2006; BÜRING; KRIZ, 2013). To show this, we present a detailed study of cases in which we test the contextual effects triggered by clefts found in Brazilian magazines and newspapers. Our testing tools are modifiers that the literature associates with exhaustiveness, such as 'only' and 'and nobody else' (ATLAS; LEVINSON, 1981; HORN, 1981), and 'exactly' and 'precisely' (MENUZZI; ROISENBERG, 2010a). On the basis of such tests, we conclude that 'exhaustiveness effects' involve various types of inferences about the structure of the domain of the discourse referents, and may modify such a structure in many different ways. We believe this result puts into a new perspective many of the questions about the semantics and the pragmatics of clefts, in particular whether 'exhaustiveness effects' are conventionalized pragmatic inferences (such as a presupposition, or a generalized implicature), or particularized implicatures.*
- **KEYWORDS:** *Cleft sentences. Exhaustiveness effects. Identification by exclusion. Contextual set of alternatives. Pragmatic inferences.*

REFERÊNCIAS

ATLAS, J.; LEVINSON, S. *It*-clefts, informativeness, and logical form: radical pragmatics. In: COLE, P. (Ed.). **Radical Pragmatics**. Nova Iorque: Academic, 1981. p.1-61.

BÜRING, D. **Conditional exhaustivity presuppositions in clefts (and definites)**. Berlim, 2010. Trabalho manuscrito.

BÜRING, D.; KRIZ, M. It's that, and that's it! Exhaustivity and homogeneity presuppositions in clefts (and definites). **Semantics & Pragmatics**, [s.l.], v.6, n.6, p.1-29, 2013. Disponível em: <<http://homepage.univie.ac.at/daniel.buring/phpsite/content/allpapers.html#clefts>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

GIVÓN, T. **English grammar: a function-based introduction**. Amsterdã: John Benjamins, 1993.

_____. The grammar of referential coherence as mental processing instructions. **Linguistics**, Antuérpia, v.30, n.1, p.5-55, 1992.

HALVORSEN, P. K. **The syntax and semantics of cleft constructions**. 99f. 1978. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics, University of Texas, Austin, 1978.

HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in generative grammar**. Oxford: Blackwell, 1998.

HORN, L. Metalinguistic negation and pragmatic ambiguity. **Language**, Washington, DC, v.61, n.1, p.121-174, 1985.

_____. Exhaustiveness and the semantics of clefts. In: BURKE, V. A.; PUSTEJOVSKY, J. (Eds.) **Proceedings of the Annual Meeting of the North-East Linguistic Society (NELS)**, vol.11. Amherst: University of Massachusetts, 1981. p.125-142.

KARTTUNEN, L.; PETERS, S. Conventional implicature. In: OH, C.-K.; DINNEEN, D. A. (Ed.). **Syntax and Semantics: Presupposition**. v.11. New York: Academic Press, 1979. p.1-56.

KENESEI, I. On the logic of word order in Hungarian. In: ABRAHAM, W.; MEY, S. (Ed.). **Topic, focus and configurationality**. Amsterdã: J. Benjamins, 1986. p.143-159.

KISS, K. É. Identificational focus and information focus. **Language**, Washington, v.74, n.2, p.245-273, 1998.

MENUZZI, S. M.; ROISENBERG, G. **A articulação informacional das clivadas e das pseudoclivadas**. Porto Alegre, RS, 2010a. Trabalho apresentado no Seminário de Teoria e Análise Linguística do PPGL/UFRGS.

_____. Tópicos contrastivos e contraste temático: um estudo do papel discursivo da articulação informacional. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.52, n.2, p.233-253, 2010b.

MENUZZI, S. M.; TEIXEIRA, M. T. **Há diferenças de “exaustividade” entre clivadas conclusivas e não-conclusivas?** Porto Alegre: Ed. da UFRGS. No prelo.

PRINCE, E. A comparison of WH-clefts and *It*-clefts in discourse. **Language**, Washington, v.54, n.4, p.883-906, 1978.

ROISENBERG, G.; MENUZZI, S. **Pressuposição, exaustividade, denegação nas clivadas**. Porto Alegre, RS, 2008. Trabalho apresentado no VIII Encontro do CELSUL.

ROOTH, M. A theory of focus interpretation. **Natural Language Semantics**, Dordrecht, v.1, n.1, p.75-116, 1992.

SZABOLCSI, A. All quantifiers are not equal: the case of focus. **Acta Linguistica Hungarica**, Dordrecht, v.42, p.171-187, 1994.

_____. The semantics of topic-focus articulation. In: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, T.; STOKHOF, M. (Ed.). **Formal methods in the study of language**. Amsterdã: Matematicisch Centrum, 1981. p.513-541.

WEDGWOOD, D. **Shifting the focus**: from static structures to the dynamics of interpretation. Oxford: Elsevier, 2005.

WEDGWOOD, D.; PETHŐ, G; CANN, R. **Hungarian 'focus position' and English *It*-clefts**: the semantic underspecification of 'focus' readings. Edinburgo: University of Edinburgh, 2006. Trabalho manuscrito.

Recebido em agosto de 2013

Aprovado em janeiro de 2014

SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE EM CONDICIONAIS: ALTERNÂNCIAS ENTRE PRESENTE E FUTURO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Lilian FERRARI*
Paloma de ALMEIDA**

- RESUMO: Este trabalho enfoca construções condicionais do português brasileiro, sob a perspectiva teórica da Linguística Cognitiva. A investigação tem como base a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER; SWEETSER, 1996), a partir de estudos sobre relações causais entre espaços condicionais (SWEETSER, 1990; DANCYGIER, 1998; DANCYGIER; SWEETSER, 2005), de contribuições recentes sobre subjetividade e intersubjetividade (LANGACKER, 1990; TRAUGOTT; DASHER, 2005; VERHAGEN, 2005) e seus desdobramentos em termos da noção de Base Comunicativa (SANDERS, J.; SANDERS, T.; SWEETSER, 2009; FERRARI; SWEETSER, 2012). A partir de *corpora* escritos formados por textos jornalísticos e literários, a pesquisa enfoca condicionais que admitem alternância entre futuro do subjuntivo e presente do indicativo, na prótase, e entre futuro do indicativo e presente do indicativo, na apódose. As condicionais foram classificadas em quatro grupos, identificados a partir das relações entre seleções modo-temporais específicas e motivações cognitivas. A principal contribuição do trabalho consiste na utilização do modelo dos espaços mentais para propor um tratamento unificado das alternâncias modo-temporais nas condicionais investigadas, em que se evidenciam diferentes graus de sinalização da perspectiva (inter) subjetiva do falante.
- PALAVRAS-CHAVE: Linguística Cognitiva. Espaços mentais. Condicionais. Tempo verbal. Subjetividade. Intersubjetividade.

Introdução

A Linguística Cognitiva caracteriza-se por investigar operações cognitivas da mente humana, a fim de compreender a maneira pela qual ocorre a construção do significado a partir das estruturas linguísticas. As estruturas normalmente investigadas incluem itens lexicais, constituintes sintagmáticos, construções de estrutura argumental e construções complexas. No âmbito das estruturas sintáticas complexas, as construções condicionais têm recebido especial

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Linguística. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – lilianferrari@uol.com.br

** UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Linguística. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – paloma_ug@yahoo.com.br

atenção na literatura. Em particular, estudos recentes têm detalhado mecanismos cognitivos associados a essas construções, descrevendo processos de construção de espaços mentais e relações entre forma e significado na expressão da condicionalidade (DANCYGIER; SWEETSER, 2005).

Na esteira desses estudos, o objetivo deste trabalho é analisar as condicionais [Se P, Q] do português brasileiro que permitem alternâncias entre futuro do subjuntivo/presente do indicativo na prótase e futuro do indicativo/presente do indicativo na apódose. O uso do presente do indicativo nos contextos citados tem sido tratado como “recurso temporal” (*temporal backshifting*) nos trabalhos cognitivistas (DANCYGIER, 1998; DANCYGIER; SWEETSER, 2005), e será associado, de modo pioneiro, às noções de subjetividade e intersubjetividade na presente investigação.

O trabalho está organizado em três seções principais. Na seção 2, são apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, enfocando-se a contribuição da Teoria dos Espaços Mentais para a descrição das estruturas condicionais do inglês e do português (FAUCONNIER, 1994, 1997; DANCYGIER; SWEETSER, 2005; FERRARI, 2000, 2001, 2012; GOMES, 2008), e para o tratamento de fenômenos de subjetividade e intersubjetividade (SANDERS, J.; SANDERS, T.; SWEETSER, 2009; FERRARI; SWEETSER, 2012). Na seção 3, apresenta-se a metodologia da pesquisa, com a descrição do objeto de estudo, da coleta de dados e da delimitação de objetivos e hipóteses. A seção 4 apresenta análise de dados representativos da modalidade escrita do português brasileiro, retirados de textos jornalísticos e literários. Os resultados da análise permitem a classificação das condicionais em quatro grupos distintos, definidos a partir da associação entre características formais e graus de subjetividade e/ou intersubjetividade na construção cognitiva dos eventos descritos.

Pressupostos teóricos

Estudos cognitivistas sobre as categorias dêiticas, de um modo geral, e sobre tempos verbais, em particular, descrevem a organização radial dessas categoriais em termos de elementos prototípicos e menos prototípicos (MARMARIDOU, 2000). No caso específico dos tempos verbais, Langacker (1991) argumenta que, em linhas gerais, presente/passado estabelecem o contraste proximal/distal na esfera epistêmica, tendo o modelo cronológico como valor prototípico. No caso do presente do indicativo em português, isso significa que seu uso prototípico indica simultaneidade ao evento de fala (ex. **Estou com fome**), enquanto usos menos prototípicos podem evidenciar diferentes tipos de proximidade epistêmica, como é o caso do uso do presente para referência a eventos passados (ex. **Brasil ganha a Copa**).

No caso das estruturas condicionais, o uso do presente também pode codificar eventos cronologicamente distanciados do evento de fala, mas apresentados como próximos do ponto de vista epistêmico. O conceito de proximidade cognitiva, na verdade, faz referência implícita a processos de raciocínio realizados pelo falante e/ou ouvinte durante o evento de fala. Tais processos têm sido descritos na literatura cognitivista com base na Teoria dos Espaços Mentais, a partir de dois eixos principais. Em primeiro lugar, as prótases condicionais são consideradas ‘introdutores de espaços mentais’, enquanto as apódoses são concebidas como expansões desses espaços iniciais. Além disso, são previstos diversos tipos de projeção de informação entre espaços, que têm sido recrutados na literatura recente para explicar fenômenos de subjetividade e intersubjetividade.

O presente trabalho propõe uma integração entre esses dois eixos, com vistas ao desenvolvimento de uma análise que dê conta das relações entre alternâncias modo-temporais, construção de espaços condicionais e sinalização de subjetividade e intersubjetividade. A seguir, esses aspectos serão detalhados.

Abordagem das condicionais na teoria dos espaços mentais

A Teoria dos Espaços Mentais propõe que domínios e modelos cognitivos contribuem de diferentes maneiras para a construção do significado. Espaços Mentais são domínios cognitivos locais que refletem o fracionamento da informação à medida que o discurso acontece. Esses domínios são organizados por meio de estruturas estáveis conhecidas como MCIs – Modelos Cognitivos Idealizados -, que organizam os sistemas de conhecimento relacionados a crenças e valores compartilhados por indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade.

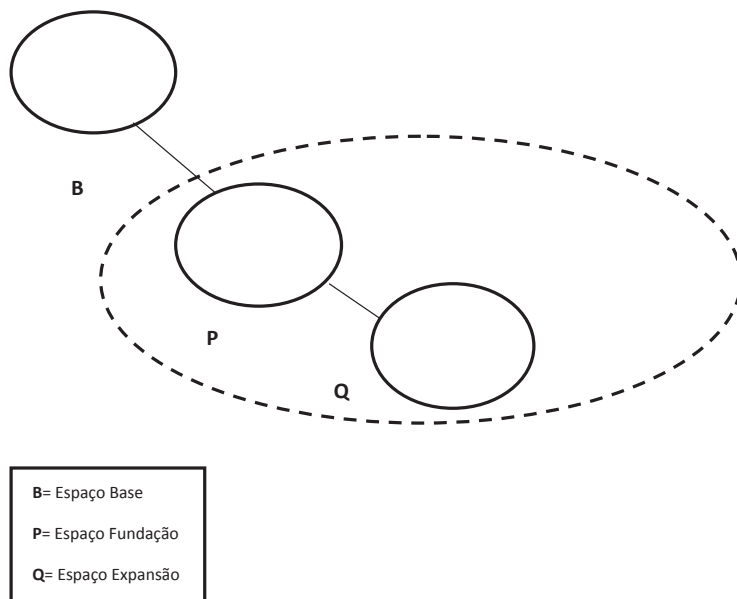
Na construção dos Espaços Mentais, há o espaço associado à situação comunicativa do momento da enunciação; esse é chamado de Espaço Base. A partir da Base, outros espaços são criados a fim de acomodar informações que transcendem o contexto imediato. Os elementos contidos no Espaço Base podem ser acessados e projetados para outros espaços a qualquer instante e, dessa forma, cada novo espaço formado apresenta uma parte da estrutura do espaço anterior.

A criação dos Espaços Mentais se dá a partir de pistas linguísticas, tecnicamente denominadas “construtores de espaços mentais” (*spacebuilders*), que geralmente se apresentam por meio de sintagmas preposicionais, morfemas modo-temporais e orações temporais e condicionais. Os espaços criados por esses elementos constituem domínios alternativos em relação ao Espaço Base.

Em relação às orações condicionais [Se P, Q], a oração antecedente é responsável por introduzir o Espaço Mental que funciona como “Fundação”; a oração conseqüente, por sua vez, apresenta o espaço caracterizado como

“Expansão”. Assim, para cada construção condicional, são construídos dois espaços, com informações fornecidas por pistas linguísticas específicas e estruturas herdadas dos MCIs relacionados à situação comunicativa em questão. Na condicional, “Se chover, o jogo vai ser cancelado”, por exemplo, a oração introduzida pela conjunção **se** (prótase) constrói o Espaço Fundação, que por sua vez, estabelece o enquadre referencial para a construção do Espaço Expansão (apódose). A representação diagramática é a seguinte:

Diagrama 1 – Espaços constituintes das Construções Condicionais



Fonte: Fauconnier (1997, p.132).

O Diagrama 1 representa, de forma esquemática, a configuração de espaços ativados por condicionais [Se P, Q]. Nesse modelo, o Espaço Base é o **Ponto de Vista** (PV), por ser o espaço a partir do qual os espaços P e Q são criados e causalmente relacionados. Os espaços P e Q, por sua vez, são aqueles aos quais se adiciona conteúdo informacional, e por isso são denominados **espaços Foco**. No que se refere à conjunção **se**, Dancygier (1998) a caracteriza a partir de três diferentes níveis: (a) cognitivo – a conjunção funciona como operador de encaixe, introduzindo dois espaços hipotéticos, de maneira que o segundo esteja subordinado ao primeiro; (b) lexical – a conjunção opera como marcador de não-assertividade, indicando para o ouvinte que a proposição P deve ser considerada, mas não pode ser afirmada; (c) construcional– a conjunção introduz uma das orações da construção condicional.

Com relação ao nível cognitivo, Fillmore (1990) propõe a noção de postura epistêmica, que diz respeito à associação mental do falante em relação ao evento descrito na prótase. O autor contrasta construções introduzidas por *when* ('quando') e *if* ('se') em inglês, destacando que *when* sinaliza postura epistêmica positiva (ex. o falante toma como certo o evento sob escopo da conjunção), enquanto *if* indica postura epistêmica neutra (ex. o falante não manifesta crença ou descrença em relação à ocorrência do evento sob escopo da conjunção).

No que se refere à relação causal entre P e Q, Sweetser (1990) classifica as orações condicionais em três tipos: condicionais de conteúdo, epistêmicas e pragmáticas.

No domínio das condicionais de conteúdo, os eventos descritos estão em uma relação causal e condicional. São modelos de situações do mundo real e o conteúdo da apódose apresenta relação de dependência em relação ao que é enunciado na prótase. Observemos o exemplo a seguir:

(1) Se o time ganhar, receberá o troféu.

No domínio epistêmico, por sua vez, a relação que se estabelece é entre a premissa hipotética expressa na prótase e a conclusão no nível do raciocínio expressa na apódose, ou seja, entre o conhecimento do falante a respeito de um determinado evento e a conclusão do indivíduo a partir desse conhecimento, como exemplificado em (2):

(2) Se eles comeram biscoito, é porque estavam com fome.

Finalmente, no domínio pragmático, há casos em que a prótase da condicional constitui um comentário que circunscreve um ato de fala a ser realizado na apódose; não há relação de causalidade entre eventos descritos, mas entre um estado de coisas e um ato de fala. É o que se observa no exemplo a seguir, em que o pedido para desligar o ventilador está relacionado a uma pré-condição:

(3) Se não for muito incômodo, você poderia desligar o ventilador?

Dancygier e Sweetser (2005) afirmam ainda que uma das funções centrais das condicionais de conteúdo é a predição. Já as condicionais epistêmicas e pragmáticas não são, em geral, preditivas; ainda que envolvam algum tipo de predição, priorizam a apresentação condicional de um padrão de raciocínio e de um ato de fala, respectivamente. Tendo em vista que as relações causais em construções condicionais podem associar diferentes domínios cognitivos, as autoras ressaltam que a estrutura linguística constitui pista importante para a

construção do significado condicional. Assim, marcas linguísticas, tais como forma verbal, escolha da conjunção, entre outros aspectos, apontam para a construção complexa de espaços mentais e constituem ferramentas importantes na análise dessas construções.

No que se refere às construções que são objeto do presente artigo, a análise evidenciou que as alternâncias modo-temporais observadas podem ocorrer em condicionais de conteúdo, epistêmicas ou pragmáticas, desde que essas estruturas apresentem características preditivas, envolvendo eventos não anteriores ao momento da fala.

Estudos cognitivistas das condicionais no português brasileiro

Em relação ao tratamento das orações condicionais no Português Brasileiro, Ferrari (2000) assume uma abordagem que busca combinar elementos formais, como tempos verbais e tipos de conjunções, com aspectos contextuais. A autora ressalta que tanto aspectos formais como parâmetros de significado devem ser investigados para que se possam estabelecer correlações entre ambos.

Com relação às variações formais, Ferrari (2001) destaca que a diversidade pode ocorrer tanto na apódose (por ex., orações declarativas, interrogativas ou imperativas) quanto na prótase, que pode ser introduzida por uma conjunção (ou locução conjuntiva) diferente de “se”, como “caso” ou “a menos que”; ou ainda a conjunção “se” pode se apresentar acompanhada de outros itens lexicais (“mesmo se”, “só se”, etc.).

Essas variações formais, associadas à escolha dos tempos verbais, afetam diretamente a interpretação das condicionais. Tendo em vista que as orações condicionais apresentam uma hipótese que poderia ser confirmada sob condições apropriadas, a codificação do conhecimento do falante a respeito da hipótese se dá por meio dos tempos verbais utilizados.

Vejamos os exemplos a seguir:

- (4) Se o time *ganhar* o jogo amanhã, *ficará/ vai ficar* em 1º lugar no torneio.
- (5) Se o time *ganhasse* o jogo amanhã, *ficaria/ ficava* em 1º lugar no torneio.

As condicionais (4) e (5), de acordo com a classificação de Sweetser (1990), são exemplos de condicionais de conteúdo, pois os eventos descritos apresentam uma relação condicional e causal no mundo descrito. Além disso, a variação nos tempos verbais da prótase sinaliza diferentes tipos de postura epistêmica, nos termos propostos por Fillmore (1990). Assim, o uso do futuro do subjuntivo em (4) indica que o falante adota postura epistêmica neutra em relação ao fato de o time

ganhar o jogo; por outro lado, o pretérito imperfeito do subjuntivo em (5) sinaliza postura epistêmica distanciada ou negativa (por ex., o falante não acredita que o time ganhe o jogo amanhã).

O português brasileiro admite, ainda, o uso do presente do indicativo na prótase, em contextos como (4). No artigo “*Three types of conditionals in English and Portuguese*”, publicado na *CognitiveLinguistics*, Gomes (2008) apresenta uma proposta para análise das escolhas modo-temporais nas condicionais em português, focalizando a alternância entre o presente do indicativo e o futuro do subjuntivo na prótase da condicional. Assim, se X diz a Y que Maria tem estudado bastante, Y pode responder:

(6) Se ela *estiver* cansada, é melhor parar.

No entanto, se X diz a Y que Maria está cansada, pois tem estudado bastante, Y pode responder:

(7) Se ela *está* cansada, é melhor parar.

De acordo com Gomes (2008), o uso do futuro do subjuntivo na prótase indica dúvida por parte do falante de que Maria esteja realmente cansada, embora esteja estudando bastante. Já com relação à segunda situação descrita acima, Y já tem o conhecimento de que Maria está cansada e o uso do presente do indicativo reflete esse fato. Dessa maneira, no que se refere à possibilidade de escolha entre o presente do indicativo e o futuro do subjuntivo nas prótases condicionais em português, Gomes (2008) propõe que essa escolha está ligada à aceitação/não aceitação da proposição P. Segundo o autor, se o falante considera a proposição como um **fato aceito**, escolherá utilizar o verbo no presente do indicativo, mas se a considerar um **fato incerto**, utilizará o verbo no futuro do subjuntivo.

Gomes (2008) conclui, portanto, que o tratamento dado pelo falante ao evento descrito na prótase (fato aceito ou fato incerto) determina o grau de realidade ou de aceitabilidade pelo falante de que a proposição expressa é verdadeira. Entretanto, essa proposta levanta algumas questões importantes: a) que fatores levariam o falante a tratar um determinado evento como fato aceito? b) Inversamente, o que o levaria a tratá-lo como fato incerto?

Neste trabalho, buscamos responder a essas questões, deslocando o foco de interesse das noções de verdade/falsidade com relação a fatos do mundo, para enfocar a perspectiva do falante na construção cognitiva da condicionalidade. Partindo de *insights* iniciais sobre condicionais que apresentam sequências temporais aparentemente incongruentes, na modalidade falada (FERRARI, 2012),

o presente artigo propõe uma análise que busca articular versões recentes do modelo dos espaços mentais às noções de subjetividade e intersubjetividade, descritas na seção a seguir.

Subjetividade e intersubjetividade na visão cognitivista

No âmbito dos estudos sobre mudança semântica e gramaticalização, Traugott e Dasher (2005) propõem que tais processos podem ser associados às noções de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. O ponto de vista objetivo é descrito como aquele no qual o falante pretende (ou finge) descrever as situações da forma como elas se apresentam na realidade. Já a subjetividade envolve um sujeito de consciência que desenvolve uma visão pessoal e subjetiva dos fatos, representando-a no discurso por meio de recursos linguísticos específicos, tais como dêixis espacial e temporal explícitas, marcadores explícitos da atitude do falante/redator em relação à proposição e à estrutura discursiva, entre outros. Por fim, a intersubjetividade diz respeito à atenção que o falante dispensa ao ouvinte enquanto participante do evento de fala, e pode ser ilustrada por casos de dêixis social explícita (**você x senhor**), marcas de polidez, honoríficos, entre outros.

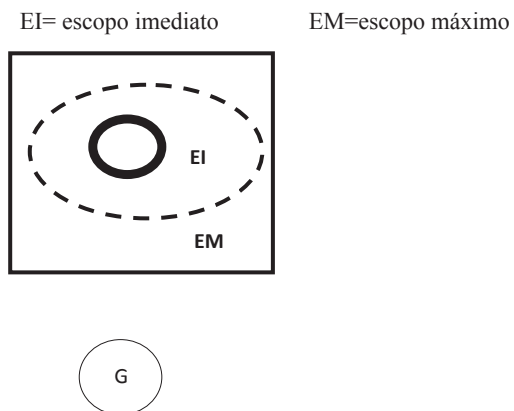
Em que pese a relevância dos estudos sobre gramaticalização para a delimitação dos fenômenos de objetividade e (inter)subjetividade, o tratamento cognitivista sobre o assunto se afasta, em pontos importantes, da proposta delineada por esses estudos. No âmbito da Linguística Cognitiva, a proposta seminal de Langacker (1990) sobre o assunto representa um redirecionamento da questão, na medida em que busca relacionar o modo pelo qual o conceptualizador escolhe construir a situação e a maneira pela qual essa situação é retratada na linguagem.

Langacker (1990) propõe que o contraste entre uma construção objetiva e uma construção subjetiva reflete a assimetria entre a proeminência do conceptualizador e a proeminência da entidade conceptualizada. Essa assimetria é ainda maximizada quando o observador se encontra tão absorto na experiência perceptiva que acaba “esquecendo-se” de si mesmo (subjetividade), ou quando o objeto percebido é bem delimitado e distinto daquele que o percebe (objetividade). A partir do termo técnico *Ground*, que indica o evento de fala no qual há o falante, o ouvinte e o contexto interacional em que estes participantes se encontram, Langacker descreve três maneiras pelas quais o *Ground* se reflete na codificação linguística.

Vejamos:

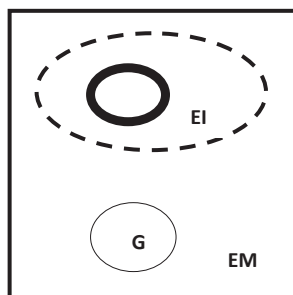
- a) *Ground* apresenta-se externo ao escopo da predicação, como em nomes e verbos quando isolados, como representado a seguir:

Figura 1 – *Ground* externo ao escopo da predicação



- b) O *Ground* pode representar um ponto de referência não perfilado, como em expressões dêiticas (“ontem”, “amanhã”, “ano passado”), exemplificado na representação a seguir:

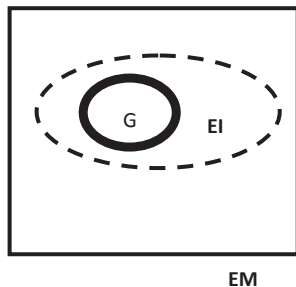
Figura 2 – *Ground* não perfilado



Fonte: Langacker (1990, p.10).

- c) Uma faceta do *Ground* é perfilada e colocada em destaque, como em expressões com “aqui”, “eu”, “agora”, entre outras. Vejamos:

Figura 3 – *Ground* perfilado

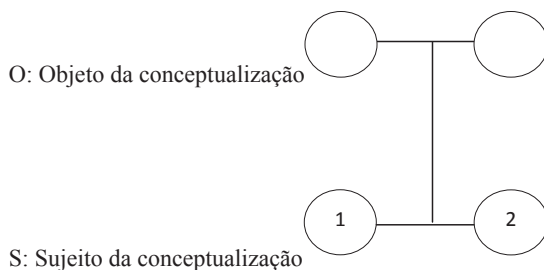


Fonte: Langacker (1990, p.10).

Segundo Langacker, (a) e (b) são representações de subjetividade, pois o *Ground* está mais implícito em relação ao Escopo Máximo da predicção. Já o diagrama em (c) representa uma estrutura mais objetiva, uma vez que o *Ground* é colocado em proeminência no Escopo Imediato. É importante ressaltar que os esquemas apresentados em (a), (b) e (c) representam uma gradação do mais subjetivo até o mais objetivo.

Embora o trabalho de Langacker (1990) não contemple a noção de intersubjetividade, sua proposta lançou bases para o tratamento posterior desse fenômeno. Assim, Verhagen (2005) sugere que o *Ground* não é um todo homogêneo, mas envolve, na verdade, maior complexidade, já que qualquer uso linguístico inclui dois conceptualizadores: o responsável pela produção linguística e aquele que a interpreta de um modo particular. Assim, o autor argumenta que os sujeitos da conceptualização se engajam em coordenação cognitiva com relação a um objeto de conceptualização por meio da produção linguística, conforme ilustra a Figura 4:

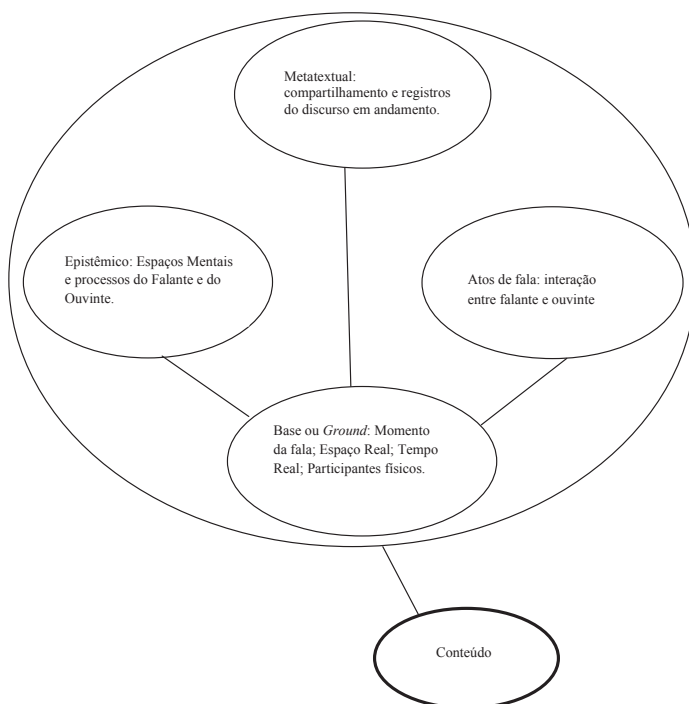
Figura 4 – Elementos básicos da conceptualização



Fonte: Verhagen (2005, p.31).

A coordenação cognitiva é intersubjetiva, já que ocorre quando o primeiro conceptualizador convida o segundo a observar conjuntamente um objeto de conceptualização de uma forma específica, atualizando o ‘*common ground*’ (conhecimento que os conceptualizadores compartilham mutuamente, incluindo modelos de um e de outro e da situação discursiva). Esse detalhamento do *Ground*, proposto por Verhagen, foi posteriormente aprofundado por Sanders J., Sanders T. e Sweetser (2009), no âmbito da Teoria dos Espaços Mentais. Os autores propuseram que o Espaço Base (correspondente ao *Ground* no modelo) constitui uma rede conceptual básica de espaços de comunicação, o BCSN (*Basic Communicative Spaces Network*), que inclui, além da Base ou *Ground* que representa os modelos espacial e temporal de realidade relevantes para Falante e Ouvinte: (1) o Espaço de Ato de Fala (ou de interação conversacional), em que Falante e Ouvinte participam de ações comunicativas; (2) um ou mais Espaços Epistêmicos, contendo processos de raciocínio do Falante, e possivelmente do Ouvinte; (3) o Espaço Metatextual, que contém os registros do discurso compartilhado, entre outros. A organização do BCSN pode ser esquematizada da seguinte forma:

Diagrama 2 – Representação da Rede de Espaços Comunicativos Básicos (BCSN)



Fonte: Ferrari e Sweetser (2012, p.49).

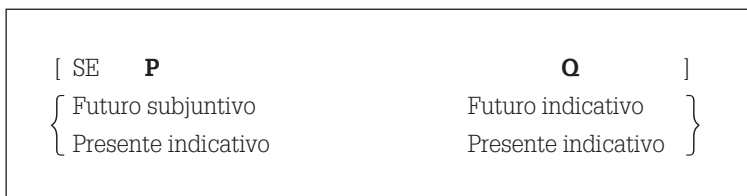
Com base no modelo BCSN, Ferrari e Sweetser (2012) analisam fenômenos de subjetificação em inglês, apoiadas na hipótese de que o Espaço Base tende a ser menos subjetivo, enquanto o Espaço de Ato de Fala, o Espaço Epistêmico e o Espaço Metatextual tendem a ser mais implícitos e, portanto, mais subjetivos. Isto ocorre porque o Espaço Base é mais intersubjetivamente verificável pela experiência do que os espaços mais abstratos responsáveis pela construção de estados mentais ou de interação discursiva.

A conexão entre o conteúdo do Espaço Foco e o Espaço Epistêmico do falante é mediada pela interação no Espaço Base. O maior grau de subjetividade envolve esses espaços superiores. Dessa forma, o significado que depende desses espaços é mais subjetivo do que aquele que depende apenas do Espaço Base.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de *corpora* escritos, incluindo textos jornalísticos publicados no jornal “O Globo” e na “Revista Época”, que fazem parte do “Corpus LINC- modalidade escrita” (PINHEIRO, 2010), e textos literários brasileiros (século XX), retirados do “Corpus do Português” (DAVIES; FERREIRA, 2006). Foram selecionadas construções condicionais do tipo [Se P, Q] que admitem alternâncias entre futuro e presente na prótase e/ou na apódose, de acordo com o esquema genérico a seguir:

Esquema 1 – Alternâncias modo-temporais



Fonte: Elaboração própria.

O esquema acima reflete casos em que, na prótase P, há a possibilidade de escolha entre dois tempos verbais: o futuro do subjuntivo ou o presente do indicativo. Semelhantemente, a apódose Q também permite alternância entre tempos do indicativo que indicam futuro (futuro simples/futuro perifrástico) e o presente do indicativo.

O trabalho tem por objetivo explicitar os processos de construção do significado nas construções investigadas, fornecendo um modelo explicativo para as escolhas modo-temporais do falante em contextos reais de uso, com base na hipótese

de que as alternâncias modo-temporais mencionadas constituem diferentes estratégias de sinalização de processos de subjetividade e/ou intersubjetividade, a partir dos quais os eventos condicionais são retratados.

A seguir, passamos à análise dos dados.

Alternâncias entre presente e futuro em condicionais

A análise de condicionais em contextos de uso evidenciou uma relação paradigmática entre tempos de presente e futuro, que se caracterizam como alternativas para a prótase ou apódose. Em relação a essas alternâncias modo-temporais foram identificados quatro diferentes grupos, que serão apresentados e discutidos a seguir.

Grupo I: Futuro-Futuro

No grupo I, os tempos verbais da prótase e da apódose são, respectivamente, o futuro do subjuntivo e tempos de futuro no modo indicativo. Os pareamentos forma-significado são indicados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Futuro do subjuntivo – Futuro do indicativo

	PRÓTASE	APÓDOSE
MORFOLÓGICO	Futuro do subjuntivo	Futuro simples/perifrástico
SEMÂNTICO	Evento não anterior ao <i>Ground</i>	Predição

Fonte: Elaboração própria.

O exemplo a seguir ilustra a combinação Futuro do subjuntivo e Futuro simples:

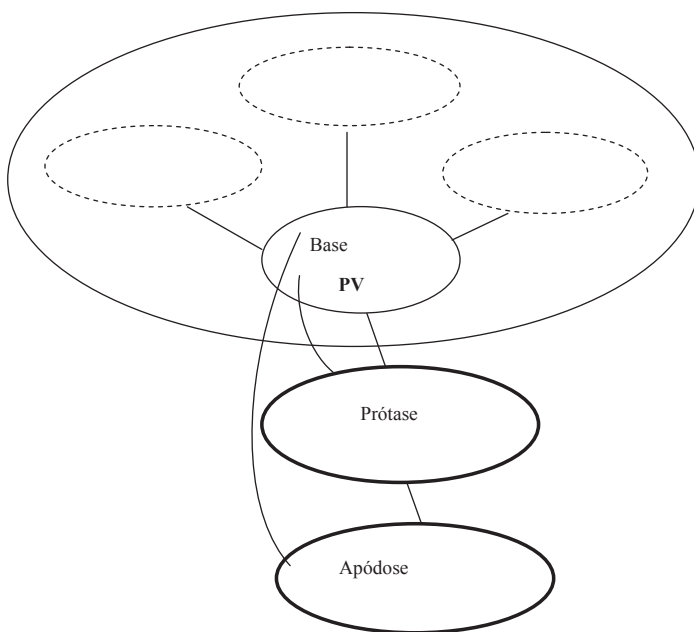
- (8) Cameron quer inquirido sobre suposta relação do MI-6 com regime líbio. Se a ação *prosperar, ficará* proibida a venda das ações do governo líbio nas duas empresas, e eventuais dividendos terão de ser depositados em juízo. A decisão do Brasil foi baseada em resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. (Corpus LINC)

A combinação Futuro do subjuntivo e Futuro perifrástico pode ser ilustrada pelos seguintes exemplos:

- (9) A maioria dos endocrinologistas espera que a droga continue liberada no Brasil. “Se esse remédio *for proibido, vamos perder* um produto extremamente útil no combate à obesidade”, diz Ricardo Meirelles, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. (Corpus LINC)
- (10) Além da superlotação, há os abusos de praxe, como espancamentos e humilhações. Se a denúncia feita pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos à ONU *for* adiante, o Brasil *poderá sofrer* sanções da Organização dos Estados Americanos (OEA). (Corpus LINC)

Nos exemplos (9) e (10), as perífrases de futuro na apódose apresentam o auxiliar “ir” e o modal “poder”¹. Em termos de Espaços Mentais, as condicionais do Grupo I podem ser representadas da seguinte forma:

Diagrama 3 – Construção do significado por condicionais do Grupo I



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Diagrama 3, as condicionais do Grupo I adotam a Base como Ponto de Vista (PV), tanto para a construção da prótase quanto da apódose,

¹ Para discussão sobre o futuro perifrástico em português, ver Ferrari e Alonso (2009), em que se argumenta que as perífrases [ir/poder/dever +Verbo Infinitivo] sinalizam a perspectiva implícita do falante em relação a eventos futuros, diferindo com relação ao grau de certeza que cada um dos verbos auxiliares projeta, de forma ascendente, para o *Ground*.

sobre as quais recai o Foco. Embora apresentem algum grau de subjetividade, já que a Base é um dos espaços implícitos da Base Comunicativa (BCSN), essas construções são menos subjetivas do que aquelas incluídas nos demais grupos, por não estarem ancoradas nos espaços superiores (ainda mais implícitos).

Grupo II: Presente-Futuro

O segundo grupo analisado difere do primeiro, por apresentar o presente do indicativo na prótase. O pareamento forma-significado é o seguinte:

Quadro 2 – Presente do indicativo – Futuro do indicativo

	PRÓTASE	APÓDOSE
MORFOLÓGICO	Presente do indicativo	Futuro simples/perifrástico
SEMÂNTICO	Evento não anterior ao <i>Ground</i>	Predição

Fonte: Elaboração própria.

Tal como as condicionais do grupo anterior, as condicionais desse grupo estabelecem uma predição. Mas, nesse caso, o presente do indicativo agrega novas informações ao processo de construção do sentido, já que aponta para uma ideia já mencionada anteriormente no discurso. Assim, o falante/escritor, por meio do tempo verbal utilizado, demonstra levar em conta o compartilhamento intersubjetivo do discurso precedente com o ouvinte/leitor. Dessa forma, a noção de “fato aceito”, proposta por Gomes (2008), pode ser reformulada para “fato aceito intersubjetivamente”, não refletindo necessariamente apenas a crença do falante ou os fatos concebidos como reais, mas também aquilo que é ‘realidade’ no discurso.

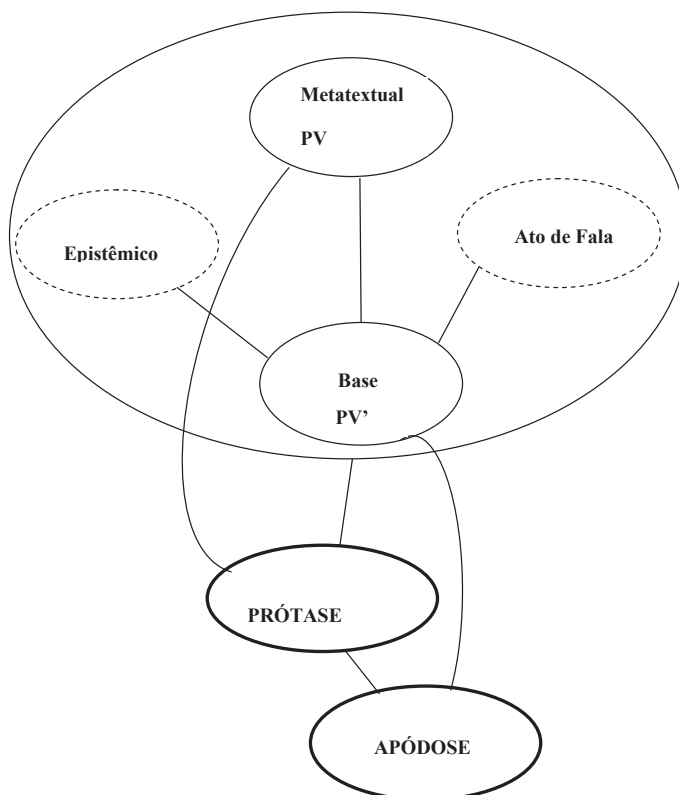
Vejamos:

- (11) “Há algum tempo estou para lhe dizer isso, mas não me atrevia. Não me parece bonito que nosso Bentinho ande metido nos cantos com a filha do Tartuga, e esta é a dificuldade, porque se eles *pegam* de namoro, a senhora *terá* muito que lutar para separá-los”. (Corpus do Português)

O exemplo (11) destaca um trecho do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, em que José Dias alerta à mãe do personagem principal, Bentinho, sobre a possibilidade de surgir um namoro entre o rapaz e sua amiga Capitu. Nesse caso, o uso do presente indica o desdobramento de uma inferência ativada pelo discurso precedente, em que o falante relata que Bentinho “anda metido nos cantos” com Capitu.

Em termos de Espaços Mentais, as condicionais do Grupo II podem ser assim representadas:

Diagrama 4 – Construção do significado por condicionais do Grupo II



Fonte: Elaboração própria.

O Diagrama 4 indica que a prótase condicional é construída a partir de Espaço Metatextual (registros compartilhados do discurso em andamento), enquanto a apódose adota a Base como ponto de vista. As condicionais do Grupo II são mais subjetivas do que aquelas do Grupo I, já que acionam um espaço mais implícito da Base Comunicativa (BCSN) para a construção do Espaço Fundação.

Grupo III: Futuro-Presente

O terceiro grupo, por sua vez, apresenta o presente do indicativo na apódose da condicional. O pareamento forma-significado é indicado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Futuro do subjuntivo – Presente do indicativo

	PRÓTASE	APÓDOSE
MORFOLÓGICO	Futuro do subjuntivo	Presente do indicativo
SEMÂNTICO	Evento não anterior ao <i>Ground</i>	Conclusão

Fonte: Elaboração própria.

As construções condicionais (12), (13) e (14) exemplificam a estrutura apresentada no Quadro 3:

- (12) “Ex-comandante militar da Amazônia e da Força de Paz no Haiti, o general Augusto Heleno entrou de cabeça na política depois que foi reformado, em maio. Armado com o Twitter, ele atira para todos os lados. Eis um de seus petardos: “Se o Brasil um dia *for* sério, o mensalão *vira* um ‘case’ para mostrar como o judiciário era lento, inepto e ‘engavetador’.” (Corpus LINC)

Em (12), o falante reportado abre um espaço hipotético (“se o Brasil *for* sério”) para, em seguida, apresentar uma conclusão no presente sobre um evento futuro (“virar um ‘case’...”).

- (13) “Longe, em algum lugar, a mulher se revolta, os filhos brigam, ninguém sabe o que fazer agora que a escola vai começar. Júnior José Guerra está encurralado. *Se voltar, morre*. Ele denunciou – e está sozinho.” (Corpus do Português)

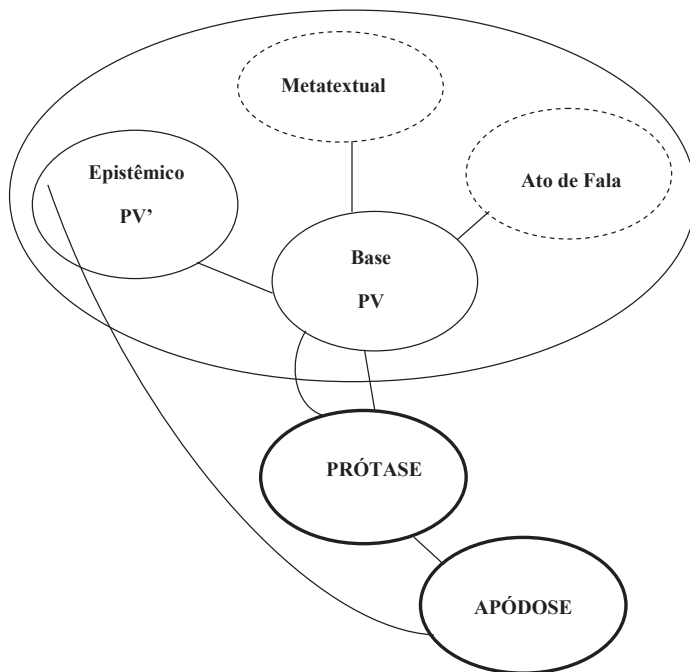
O exemplo (13) apresenta o trecho de uma narrativa. A condicional ilustra a situação mencionada (“Júnior José Guerra encurralado”), sinalizando uma das opções de ação do personagem (“se voltar”) e sua conclusão sobre as consequências dessa ação (“morre”).

- (14) “Se nenhum concorrente *fizer* oferta sobre o último lance colocado pelo sistema eletrônico, a Aneel *retoma* o valor apresentado anteriormente e parte para uma nova forma de disputa, a das rodadas discriminatórias.” (Corpus LINC)

Em (14), o presente na apódose indica um planejamento pré-existente (“retomar o valor apresentado”) na eventualidade de um acontecimento futuro (“nenhum concorrente fazer a oferta”).

O uso do tempo presente na apódose, nos exemplos acima, sinaliza uma conclusão por parte do falante, realizada no presente (momento do discurso), a respeito de um evento posterior ao evento de fala; portanto, a indicação de uma perspectiva mais subjetiva em relação ao evento da apódose caracteriza essas construções. Vejamos a representação diagramática:

Diagrama 5 – Construção do significado em condicionais do Grupo III



Fonte: Elaboração própria.

O Diagrama 5 demonstra que, para a construção de condicionais do Grupo III, a âncora discursiva é a Base e, em seguida, o Espaço Epistêmico é adotado como ponto de vista para a introdução da apódose.

Grupo IV: Presente-Presente

O quarto grupo apresenta presente do indicativo tanto na prótase quanto na apódose da condicional, como indicado pelo quadro a seguir:

Quadro 4 – Presente do indicativo-Presente do indicativo

	PRÓTASE	APÓDOSE
MORFOLÓGICO	Presente do indicativo	Presente do indicativo
SEMÂNTICO	Evento não anterior ao <i>Ground</i>	Conclusão

Fonte: Elaboração própria.

Neste grupo, ocorrem simultaneamente as duas possibilidades observadas nas condicionais dos grupos II e III. Na prótase, o uso do presente remete a uma ideia já disponível no discurso e, na apódose, a escolha do presente revela uma conclusão proferida no presente a respeito de um evento posterior ao evento de fala.

Levando-se em conta que as construções remetem implicitamente ao falante tanto na prótase quanto na apódose, as construções condicionais deste grupo são consideradas ainda mais subjetivas do que as condicionais dos grupos II e III.

As condicionais (15) e (16) exemplificam a combinação modo-temporal indicada pelo quadro apresentado acima. Em matéria jornalística sobre meteorologia, a condicional em (15) apresenta o presente na prótase, indicando a ativação de conhecimento intersubjetivamente compartilhado (“data do término do verão”), e o presente na apódose, enquadrando subjetivamente a desordem na praia como uma conclusão presente do falante sobre um evento futuro:

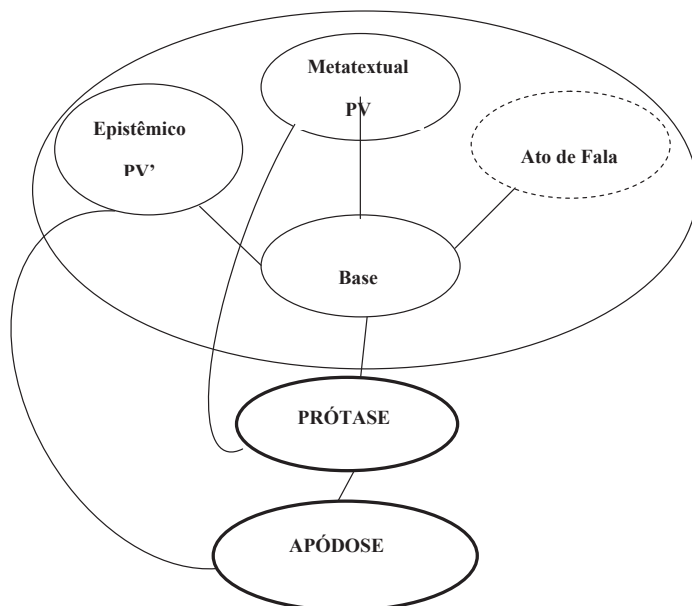
- (15) “... a frente fria deve derrubar as temperaturas e trazer mais chuvas até sexta-feira, segundo os meteorologistas. Se o verão *se despede* dos cariocas no próximo sábado, a desordem nas praias, mesmo as beneficiadas pelas operações Choque de Ordem da prefeitura, *continua*”. (Corpus LINC)

O exemplo (16) reporta o discurso de um personagem narrativo que se apresenta como fugitivo, levantando uma hipótese (“se me pegam”) e concluindo (“me penduram”):

- (16) “Graças a Deus que já posso dizer – “não estou com os mascates”, dissera o matuto, penetrando na mata. Eu sei bem que se eles me *pegam*, me *penduram* logo no primeiro pé de pau que encontrarem; porque antes de tudo, eu sou desertor.”(Corpus do português)

O diagrama a seguir representa as condicionais do Grupo IV:

Diagrama 6 – Construção do significado em condicionais do Grupo IV



Fonte: Elaboração própria.

O Diagrama 6 demonstra que as condicionais do Grupo IV são as mais subjetivas, visto que tanto a prótase quanto a apódose são introduzidas a partir de espaços mais implícitos da Base Comunicativa – respectivamente, Metatextual e Epistêmico.

Considerações finais

O presente trabalho adotou o referencial da Teoria dos Espaços Mentais para propor uma análise descritiva e explicativa das construções condicionais [Se P, Q] do português brasileiro que apresentam presente do indicativo e/ou futuro do subjuntivo, na prótase, e presente do indicativo e/ou futuro simples, na apódose.

Os resultados da análise demonstram que a escolha dos tempos verbais na prótase e na apódose das condicionais indica diferentes graus de subjetividade e/ou intersubjetividade na construção cognitiva dos eventos descritos. Por um lado, o uso do presente do indicativo na prótase indica uma construção mais intersubjetiva (em relação ao uso do futuro do subjuntivo), na medida em que o falante leva em conta informações anteriormente expressas no discurso e

compartilhadas com o interlocutor. Por outro lado, a escolha do presente do indicativo na apódose da condicional, em lugar de tempos de futuro, sinaliza uma conclusão estabelecida pelo falante no presente (perspectiva subjetiva) sobre um evento futuro. Por fim, os casos em que o presente do indicativo ocorre na prótase e na apódose podem ser caracterizados como mais subjetivos do que os demais, pois sinalizam a perspectiva do falante em ambas as partes da condicional.

Com base nos resultados descritos, as condicionais sob estudo foram organizadas em um *continuum* de subjetividade, que vai das condicionais do Grupo I (menos subjetivas) às condicionais do Grupo IV (mais subjetivas), passando pelas estruturas intermediárias pertencentes aos Grupos II e III. Por outro lado, os Grupos II e IV evidenciam também intersubjetividade.

Em termos de sua contribuição analítica, o artigo lança luz sobre o fato de que as alternâncias modo-temporais investigadas não representam opções equivalentes para expressar o mesmo conteúdo, mas sinalizam processos cognitivos específicos de construção do significado cujas implicações semântico-pragmáticas ainda não haviam sido devidamente consideradas na descrição das condicionais do português brasileiro. A partir de desenvolvimentos recentes do modelo dos espaços mentais, o trabalho apresenta uma proposta de análise que associa escolhas modo-temporais a diferentes graus de sinalização da perspectiva (inter)subjetiva com que o falante constrói cognitivamente relações condicionais. Nesse sentido, o modelo aqui proposto abre novas perspectivas de análise das relações entre tempo/modo verbal e significado condicional, não apenas no que se refere à ampliação da análise das alternâncias modo-temporais discutidas no presente artigo para outros tipos de *corpora*, mas também no que se refere às alternâncias modo-temporais observadas em outros tipos de condicionais, como, por exemplo, as contrafactuais.

FERRARI, L.; ALMEIDA, P. Subjectivity and intersubjectivity in conditionals: temporal backshifting strategies in Brazilian Portuguese. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.89-111, 2015.

- **ABSTRACT:** *This work takes a Cognitive Linguistics perspective on Brazilian Portuguese conditional constructions. Based on mental spaces theory (FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER; SWEETSER, 1996) and on mental spaces work on conditionals (SWEETSER, 1990; DANCYGIER, 1998; DANCYGIER; SWEETSER, 2005), the research relied on recent contributions on subjectivity and intersubjectivity (LANGACKER, 1990; TRAUOGOTT; DASHER, 2005; VERHAGEN, 2005), and its developments based on the notion of Basic Communicative Space Network (BCSN) (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009; FERRARI; SWEETSER, 2012). Drawing on written corpus data, which includes journalistic and literary texts, we focus on conditionals which may alternate between the future of the subjunctive and the present of the indicative, in the protasis, and between the present and the future of the indicative, in the*

apodosis. Four groups of conditionals that displayed distinct relations between mood/tense selection and cognitive motivations were identified. The main contribution of the paper is that it provides a unified framework for relating mood/tense alternations in conditionals to the speaker's subjective and/or intersubjective perspective.

- **KEYWORDS:** *Cognitive Linguistics. Mental spaces. Conditionals. Tense. Subjectivity.*

REFERÊNCIAS

DANCYGIER, B. **Conditionals and prediction.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. **Mental spaces in grammar:** conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português.** 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Mental spaces:** aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; SWEETSER, E. **Spaces, worlds and grammar.** Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FERRARI, L. Acrobacias cognitivas: ponto de vista e subjetividade em redes condicionais. In: MOURA, H.; GABRIEL, R. (Org.). **Cognição na linguagem.** Florianópolis: Insular, 2012. p.43-62.

_____. Construções gramaticais e a gramática das construções. **Scripta**, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.143-150, 2001.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. **Veredas**, Juiz de Fora, v.4, n.6, p.21-30, 2000.

FERRARI, L.; ALONSO, K. Subjetividade em construções de futuro no português do Brasil. **Alfa**, São Paulo, v.53, n.1, p.223-241, 2009.

FERRARI, L.; SWEETSER, E. Subjectivity and upwards projection in mental space structure. In: DANCYGIER, B; SWEETSER, E. (Ed.). **Viewpoint in language:** a multimodal perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.47-68.

FILLMORE, C. Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences. In: REGIONAL MEETING OF THE CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 26., 1990, Chicago. **Papers...** Chicago: University of Chicago, 1990. p.137-162.

GOMES, G. Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese. **Cognitive Linguistics**, Berlin; New York, v.19, n.2, p.219-240, 2008.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar**. v.2. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

_____. Subjectification. **Cognitive Linguistics**, Berlin; New York, v.1, n.1, p.5-38, 1990.

MARMARIDOU, S. **Pragmatic meaning and cognition**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2000.

PINHEIRO, D. Corpus LINC – modalidade escrita: textos jornalísticos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, n.610-621, 2010.

SANDERS, J.; SANDERS, T.; SWEETSER, E. Causality, cognition and communication: a mental space analysis of subjectivity in causal connectives. In: SANDERS, T.; SWEETSER, E. (Ed.). **Causal categories in discourse and cognition**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009. p.19-59.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VERHAGEN, A. **Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Recebido em agosto de 2013

Aprovado em fevereiro de 2014

PROPUESTA DE EXTRACCIÓN AUTOMÁTICA DE CANDIDATOS A TÉRMINO DEL DOMINIO MÉDICO PROCESANDO INFORMACIÓN LINGÜÍSTICA. DESCRIPCIÓN Y EVALUACIÓN DE RESULTADOS¹

Walter KOZA ORELLANA*

- **RESUMEN:** Se presenta la descripción de un método de extracción automática de candidatos a términos del área médica a partir del procesamiento de información lingüística. Para ello, se trabajó con reglas en el nivel léxico, morfológico y sintáctico. En primer lugar, se realizó la detección aplicando un diccionario estándar, el cual asignó a las palabras consideradas términos, la etiqueta MED (MÉDICO). Luego, para las palabras que no estaban contempladas en el diccionario (PNCD), se dedujeron las categorías gramaticales apelando a reglas morfológicas y sintácticas. Posteriormente, se procedió a la conformación de sintagmas nominales que involucraban PNCD y MED, para extraerlos como candidatos a términos del dominio. Se utilizaron los softwares Smorph y Módulo Post Smorph (MPS), que trabajan en bloque, y Xfst. Smorph realiza el análisis morfológico y MPS trabaja sobre gramáticas locales. Xfst, por su parte, es una herramienta de estados finitos que opera sobre cadenas de caracteres, a las que asigna categorías previamente declaradas. El método se probó en una parte del corpus de casos clínicos compilado por Burdiles (2012), que contenía 217258 palabras, y los resultados arrojaron una precisión de 92,58%, una cobertura de 95,02% y una medida f de 93,78%.
- **PALABRAS CLAVE:** Terminología médica. Extracción automática. Información lingüística. Candidatos a término.

Introducción

El desarrollo sin precedente de las tecnologías de la comunicación ha permitido, principalmente a partir de Internet, la producción, el acceso y el intercambio de un enorme flujo de información y conocimiento científico a usuarios de todo el mundo. No obstante, para acceder a esa gran masa de datos, se hace necesario disponer de herramientas que puedan procesarlos y que cuenten con sistemas de almacenamiento y de recuperación de la información (LÓPEZ-HUERTAS, BARITÉ; TORRES, 2004). Al mismo tiempo, también es fundamental desarrollar recursos que regulen y analicen los conceptos de

* PUCV – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje. Facultad de Filosofía y Educación. Viña del Mar – Valparaíso – Chile. 2530388 – walter.koza@ucv.cl.

¹ Proyecto FONDECYT, n° 11130469.

las distintas áreas del conocimiento, así como también la asignación de denominaciones nuevas para los nuevos conceptos que están surgiendo, con el objetivo de garantizar una adecuada comunicabilidad científica. Ante este nuevo panorama, las investigaciones en el área de la lingüística computacional han realizado diversos aportes a los sistemas de recuperación de información (VILLAYANDRE, 2010) logrando que los usuarios puedan acceder a los datos de manera más rápida y más precisa. Una de las actividades principales en el desarrollo de dichos sistemas es la detección automática de términos de dominios específicos. Un término es una unidad léxica que designa a un concepto en un campo temático particular (SAGER, 2000; MARINCOVICH, 2008), a la vez, desde la perspectiva de la lingüística de corpus, se puede considerar término al *output* de un proceso terminológico (JACQUEMIN; BORIGAULT, 2005).

La extracción de términos representativos de un área suele constituir el punto de partida para realizar tareas más complejas, como ser la elaboración de listas de entradas para diccionarios especializados, creación de base de datos o de ontologías y taxonomías, que organizan y especifican el campo de conocimiento, etcétera. Entre los inconvenientes principales, se encuentra el cambio constante de la terminología, lo que impide mantener bases terminológicas actualizadas inmediatamente por medios manuales e implica la necesidad de herramientas que puedan detectar tanto los términos nuevos que se creen, así como también las variaciones que puedan observarse en ellos (KRAUTHAMMER; NENADIĆ, 2004). Por otro lado, las tareas de extracción, sobre todo las que apelan a técnicas de análisis lingüístico, suelen enfocarse en áreas de conocimiento específicas, con el objeto de adaptarse a los requerimientos y particularidades propias de cada una de ellas.

Ahora bien, una de las fundamentales es la de la medicina, no solo por la función social que cumple, conservar la integridad física de los seres humanos, sino también por la creciente producción y circulación de textos del área (artículos, casos clínicos, informes, etcétera). A tales efectos, en el presente trabajo, se describe el método desarrollado de extracción de candidatos a términos del dominio médico a partir del procesamiento de información lingüística. Este trabajo se enmarca en el ámbito la lingüística informática, por un lado, y, por otro, en las tareas de minería textual.

De acuerdo con Cabré (2006), la complejidad que entraña la detección automática de términos implicaría el desarrollo de un procesador con las mismas habilidades de un especialista humano; dicha postura podría resultar extrema en la medida en que sería imposible dotar a un extractor con dichas habilidades. No obstante, es posible que las máquinas procesen algo de la misma información que los especialistas; se trataría de información léxica, morfológica y sintáctica. A tales

propósitos, las reglas elaboradas en el método que aquí se presenta estuvieron basadas en estos niveles, y se probaron en una parte del corpus compilado por Burdiles (2012) de casos clínicos.

Para el nivel léxico, la detección fue realizada mediante la aplicación de un diccionario estándar, en este caso, el *Diccionario esencial de la Lengua Española* (2006), que le fue cargado al software analizador, el cual asignó a las palabras consideradas términos la etiqueta MED (MÉDICO); en esta tarea se contó con el asesoramiento de expertos del dominio, quienes señalaron los lemas del diccionario de la RAE que pertenecían al área de la medicina. Para las palabras no contenidas en el diccionario (PNCD), se consideró el siguiente planteo: las PNCD que se pueden identificar como nombres o partes de un sintagma nominal son, en su mayoría, expresiones específicas del dominio médico. Vale aclarar que, en el presente trabajo, se tuvo en cuenta el planteo de Moreno-Sandoval (2009), que establece que, por lo general, los sintagmas nominales se corresponden con los términos. A tales efectos, las tareas de extracción se focalizaron en dichos sintagmas.

Se intentó, entonces, deducir la categoría gramatical de las PNCD mediante reglas de formación de palabras y sintácticas. Posteriormente, se procedió a la conformación de sintagmas nominales que involucraban PNCD y MED, extrayéndolos como candidatos a términos del dominio. Finalmente, se evaluó la precisión, la cobertura y la medida F del método.

El trabajo computacional se realizó con las herramientas Smorph (AÏT MOKTHAR, 1998), Módulo Post Smorph (MPS) (ABACCI, 1999) y XFST (BEESLEY; KARTTUNEN, 2003). El primero permite analizar morfológicamente la cadena de caracteres, dando como salida la asignación categorial y morfológica correspondiente a cada ocurrencia de acuerdo con los rasgos declarados. MPS, por su parte, tiene como *input* la salida de Smorph y, a partir de reglas de recomposición, descomposición y correspondencia declaradas por el usuario, analiza la cadena de lemas resultante del análisis morfológico. Xfst es una herramienta de estados finitos que opera sobre cadenas de caracteres, a las que asigna categorías previamente declaradas, para luego, dar lugar al análisis automático de expresiones; para ello, es necesario elaborar un conjunto de reglas que interactúen determinando combinaciones posibles de categorías.

El trabajo se organiza de la siguiente manera. En la sección 2, se presentan los antecedentes en el área. En la sección 3, se describe la metodología y el trabajo realizado; y, en la sección 4, los resultados obtenidos. Finalmente, en la sección 5, se presentan las conclusiones derivadas de la investigación.

Extracción de términos en el área médica

En el campo médico, Krauthamer y Nenadić (2004) mencionan que las barreras para una extracción de términos exitosa incluyen variaciones léxicas, la sinonimia y la homonimia. Por otro lado, el mantenimiento de los recursos terminológicos se dificulta ante el constante cambio de la terminología, algunos términos aparecen solo por un período corto de tiempo y se introducen nuevos en el vocabulario del dominio, prácticamente, a diario. A la vez, a eso hay que sumarle la falta de convenciones firmes en la nomenclatura, pues, si bien existen directrices para algunos tipos de entidades médicas, estas no imponen restricciones a los expertos del dominio, quienes no están de ningún modo obligados a usarlas cuando se acuña un nuevo término. Consecuentemente, junto con los términos “bien formados” existen nombres *ad-hoc*, los cuales son problemáticos para los sistemas de identificación de términos. No obstante, a pesar de las dificultades mencionadas, se han venido desarrollando diversos sistemas de reconocimiento de términos para muchas clases de entidades médicas. Estos se basan tanto en características internas de clases específicas o en pistas externas que pueden ayudar al reconocimiento de secuencias de palabras que representan conceptos del dominio. Para ello, se utilizan diferentes tipos de características, tales como ortografía (mayúsculas, dígitos, caracteres griegos) y pistas morfológicas (añijos específicos y formantes cultos) o información proveniente del análisis sintáctico. Además, se sugieren diferentes medidas estadísticas para promover candidatos a términos a términos.

Para el caso del español, pueden mencionarse los trabajos realizados por López, Tercedor y Faber (2006), para el proyecto Oncoterm. Se trata de una investigación interdisciplinaria sobre terminología con el propósito de elaborar un sistema de información sobre el subdominio médico de la oncología en donde los conceptos se vinculen a una ontología. Para ello, recurren a información extraída de diccionarios y de corpus textuales especializados como así también proporcionada por expertos.

Castro et al. (2010), por su parte, presentan una propuesta para la detección de conceptos de notas clínicas, implementando una herramienta para la identificación de conceptos biomédicos en la ontología SNOMED CT (IHTSDO, 2013). Para ello, describen el proceso de anotación semántica de los términos de dicha ontología en un corpus compuesto por notas clínicas. Los experimentos se centraron en ver qué tan estrechamente el etiquetado automático de conceptos que realiza SNOMED CT se refleja en la anotación manual llevada a cabo por expertos del área. De acuerdo con los autores, las funcionalidades de la herramienta permiten la obtención de un mayor conocimiento semántico, que influyen en el establecimiento de nuevas relaciones que permitan la minería de texto en las notas clínicas.

A su vez, tomando como base SNOMED CT y otras ontologías como UMLS (NLM, 2013), se han realizado estudios de reconocimiento automático de similitud semántica. Entre ellos, se pueden mencionar los llevados a cabo por Sánchez, Batet y Valls (2010), y Garla y Brandt (2012). Ambos trabajos están enfocados en analizar automáticamente la relación entre conceptos que comparten el mismo contexto.

Por otro lado, recurriendo a información semántica extraída de la Wikipedia, Vivaldi y Rodríguez (2010) presentan un sistema de extracción de términos probado en un corpus médico. Los experimentos consisten en tomar un documento y el correspondiente conjunto de candidatos a términos y comparar los resultados que se obtienen recurriendo a EuroWordNet y Wikipedia. Esto consiste en explorar el segundo recurso con el fin de obtener un coeficiente de dominio equivalente al obtenido con EuroWordNet. Este método, consiste en, para un candidato a término dado, (i) encontrar una página de Wikipedia que se corresponda con este, (ii) encontrar todas las categorías de Wikipedia asociadas a tal página, y, por último, (iii) explorar la Wikipedia siguiendo recursivamente todos los links de categorías encontrados en (ii) a fin de enriquecer el borde de dominio. Según los autores, los resultados demuestran que este recurso puede utilizarse para tareas de extracción automática de términos.

Por último, ya en el ámbito de la traducción y la lingüística de corpus, Moreno-Sandoval y Campillo-Llanos (2013) elaboran un corpus compuesto por textos biomédicos en español, árabe y japonés. Los textos incluidos en dicho corpus no son extremadamente técnicos, sino dirigidos a estudiantes de medicina y al público en general, como, por ejemplo, manuales y revistas médicas no especializadas. El propósito de los autores es desarrollar un buscador de términos en dicho corpus para las tres lenguas y poder compararlas.

En lo que atañe a los métodos basados exclusivamente en el procesamiento de información lingüística, estos pueden dividirse en dos enfoques: los basados en diccionarios y los basados en reglas morfológicas y sintácticas.

Por un lado, los métodos constituidos a partir de diccionarios utilizan recursos terminológicos existentes con el propósito de localizar las ocurrencias de términos en los textos. La limitación, obvia, que presentan es que muchas ocurrencias pueden no ser reconocidas si se recurre a diccionarios o bases de datos estándares, no obstante, en el presente trabajo, se puede apreciar que contar con la información lexicográfica de los diccionarios proporciona una base idónea para las tareas de extracción de términos. Por otro lado, también puede influir negativamente factores como la homonimia y las variaciones en el deletreado de los términos, por ejemplo, variaciones en la puntuación (*bmp-4/bmp4*), uso de diferentes numerales (*syt4/syt iv*), diferencias en la transcripción de letras del alfabeto griego (*ig α /ig alpha*) o variaciones en el orden (*integrin alpha 4/integrin4 alpha*) (TUASON et al., 2004).

Por otro lado, los enfoques basados en reglas morfológicas, por su parte, intentan recuperar términos por el restablecimiento asociado a los patrones de formación que han sido utilizados para construir los términos en cuestión. Se trata de desarrollar reglas que describan las estructuras de denominación común para ciertas clases de términos usando pistas ortográficas o léxicas, como así también, características morfosintácticas más complejas. Desde esta perspectiva, se puede mencionar el trabajo de Segura, Martínez y Sami (2008), focalizado en la detección automática de fármacos genéricos mediante la utilización del metatesauro ULMS y reglas de nomenclatura para la formación de fármacos genéricos propuestas por el consejo United States Adoptated Names (USAN) (AMA, 2013), el cual permite la clasificación de los fármacos en familias farmacológicas. Con esta técnica, se pueden detectar fármacos no incluidos en UMLS. Los autores logran un 100% de cobertura y un 97% de precisión utilizando UMLS, y 99,3% de precisión y un 99,8% de cobertura recurriendo a una combinación de información lexicográfica propuesta por UMLS y reglas de formación de nombres de fármacos propuestas por USAN. Posteriormente, Gálvez (2012) propone un trabajo similar aunque basado solamente en reglas morfológicas, al igual que Segura, Martínez y Sami (2008), propuestas por USAN, y recurriendo a la herramienta de estados finitos NooJ (2013). De esta manera, la autora logra 99,8% de precisión y 92% de cobertura.

Pues bien, en el método aquí presentado, se emplean los dos enfoques mencionados, es decir, tanto información brindada por diccionarios, en este caso, se optó por un diccionario estándar no especializados, como así también, la deducción de palabras no incluidas en dicho diccionario mediante pistas morfológicas. Además, se recurre también a información brindada por el contexto sintáctico. A continuación se describe el trabajo realizado.

Modelización e implantación en máquina

Para desarrollar el método de detección automática de candidatos a términos del dominio médico, se llevó a cabo la elaboración de un conjunto de reglas lexicográficas, morfológicas y sintácticas que permitan detectar las expresiones propias de dicha área.

La metodología del presente trabajo se basa en dos aspectos fundamentales: (i) la asignación de la etiqueta MED (MÉDICO) a las entradas del diccionario de Smorph con el objeto de reconocer, en los textos, aquellos términos específicos del dominio médico que se encontraban en un diccionario estándar, y (ii) deducir la categoría de las palabras que no se encuentran en el diccionario fuente de Smorph mediante: (a) su estructura morfológica y (b) su contexto sintáctico. Para el primer aspecto, se cotejaron los términos propios del área incluidos en el *Diccionario esencial de la lengua española* (2006) (por ejemplo, 'enfermedad', 'médico',

'cáncer', 'presión baja', etcétera); en esta tarea se contó con el asesoramiento de expertos del dominio, quienes señalaron los lemas del diccionario de la RAE que pertenecían al área de la medicina. Para el segundo, se tomaron en consideración los estudios de formación de palabras generales (VARELA, 2005) y propias de la medicina (DURUSSEL, 2006); la relación entre morfología y terminología (CABRÉ, 2006) y los análisis sobre la conformación de sintagmas (NUEVA..., 2010).

Para el trabajo informático, se recurrió a las herramientas Smorph (AÏT MOKTHAR, 1998), Módulo Post Smorph (MPS) (ABACCI, 1999) y Xfst (BEESLEY; KARTTUNEN, 2003) de Xerox.

Smorph es un analizador y generador textual que, en una única etapa, realiza la delimitación previa de los segmentos textuales a considerar y el análisis morfológico, dando las formas correspondientes a un lema con los valores correspondientes. Este programa es una herramienta declarativa, y la información utilizada está separada de la maquinaria algorítmica. Esto hace que se la pueda adaptar al uso que quiera darse, ya que con el mismo software se puede tratar cualquier lengua si se le cambia la información lingüística.

Las fuentes declarativas de Smorph están constituidas por 5 archivos: (i) `ascii.txt`: contiene los códigos `ascii` específicos tales como los separadores de oración y de párrafo; (ii) `rasgos.txt`: incluye etiquetas de rasgos morfológicos a aplicar en el análisis de las cadenas de caracteres con sus posibles valores (ej.: EMS: 'nombre', 'verbo'; Género: 'masculino', 'femenino', etcétera); (iii) `term.txt`: carga las diferentes terminaciones que cada lema puede presentar en su derivación morfológica (ej.: -o, -a, -os, -as); (iv) `entradas.txt`: es el listado de lemas y modelos correspondientes de derivación (ej. `casar v1`), y (v) `modelos.txt`: define las clases de acuerdo con los parámetros de concatenación regular de cadenas a partir de las entradas y las terminaciones (ej.: `modelo v1`: raíz + terminaciones de la 1ª conjugación regular + rasgos). Una característica del programa es que se puede asignar categorías por defecto, en este caso, a aquellas palabras de los textos que no están en su diccionario, les asigna automáticamente la etiqueta PD (palabra desconocida). A la vez, también puede clasificar palabras de acuerdo con su terminación, lo que Ait Mokthar (1998) denomina 'terminaciones distinguidas', por ejemplo, todas las palabras en español terminadas en '-ción' son nombres femeninos, con lo cual, no sería necesario cargar los nombres con dicha terminación, puesto que bastaría con indicar esa información en el archivo `term.txt`.

Por su parte, MPS realiza tratamientos previos a los de la sintaxis general de la oración, con el objetivo de normalizar la entrada de la sintaxis estándar, como ser fechas, cantidades, cuestiones relativas a la sufijación y prefijación, el tratamiento de los clíticos y de las contracciones. Este programa, al igual que SMORPH, también es una herramienta declarativa, con la que, mediante ciertas reglas, se pueden expresar los valores de entradas (sobre dos o más

estructuras de datos de la salida de Smorph) y los valores de salida sobre la estructura reagrupada.

Las fuentes declarativas de MPS, a diferencia de Smorph, están constituidas por un único tipo de archivo, rcm.txt, que incluye un listado de reglas que especifican cadenas posibles de lemas con una sintaxis informatizada. Las reglas pueden ser de tres tipos:

1. De reagrupamiento: Determinante + Nombre = Sintagma Nominal
2. De descomposición: Contracción = Preposición + Determinante
3. De correspondencia: Artículo = Determinante

Por último, para el caso de Xfst, la aplicación se presenta como una implementación de autómatas de estados finitos, cuyo objetivo es producir análisis morfológico y generación. Esta herramienta trabaja con archivos fuentes en los que se declara la información lingüística en un editor de textos planos (.txt). Entre las herramientas que utiliza este programa, se encuentran los tokenizadores de estados finitos, que ejecutan la segmentación del texto de acuerdo con la información morfosintáctica almacenada. En este caso, se utilizó esta herramienta para localizar aquellos términos médicos que contenían algún tipo de formante propio de la medicina, como, por ejemplo, '-algia', para el caso de 'neuralgia', 'gastralgia'; '-blasto', para el caso de 'blastocito', 'blastoma', etcétera.

El proceso de reconocimiento de PD y posterior extracción de candidatos a términos se abarcó las siguientes etapas:

- **Etapas I:** Análisis morfológico y reconocimiento de los signos de puntuación por medio de Smorph. Aquí se les asignó a las palabras desconocidas la etiqueta 'PD'.
- **Etapas II:** Modificación del archivo term.txt mediante la asignación de terminaciones distinguidas con su correspondiente clasificación morfológica. Posteriormente, se volvió a pasar el corpus por Smorph a fin de obtener las categorías que se ajusten a dichas terminaciones. También en esta etapa se consideró la posibilidad de que la PD sea un nombre propio o una sigla a partir de si presenta o no caracteres en mayúscula.
- **Etapas III:** Reconocimiento de candidatos a términos a partir de estructuras morfológicas, mediante Xfst. En esta etapa se pasó el corpus por la herramienta Xfst con el propósito de detectar aquellas palabras que contengan en su estructura alguna particularidad con los términos médicos. Para ello, a modo de ejemplo, se declaró en el archivo fuente reglas del tipo: 'necro + letra(s) = término médico' (ejemplo: 'necropsia', 'necrosis'); 'letra(s) + cardio + letra(s) = término médico' (ejemplo: 'microcardiopatía', 'electrocardiograma'). A las palabras reconocidas mediante este método, se les asignó la etiqueta CT y se adecuó al formato de salida de Smorph.

- **Etapla IV:** Creación y aplicación de reglas sintácticas que permitan deducir la categoría de las PD. Aquí se hizo hincapié en la estructura del sintagma nominal (SN) (Ej.: Det + PD + Adj = SN/ART+NOM+ADJ).
- **Etapla V:** Extracción de los SN que involucran PD, en calidad de candidatos a términos. Aquí los términos fueron simplificados con la técnica de *stemming* (MANNING; RAGHAVAN; SCHÜTZZE, 2009), que consiste en reducir las palabras a sus formas no flexivas y no derivativas.
- **Etapla VI:** Evaluación de las categorizaciones y de los candidatos a términos extraídos mediante las medidas de precisión, cobertura y medida F.

El método propuesto se probó en parte del corpus de casos clínicos, CCCM-2009, compilado por Burdiles (2012). Sobre dichos textos, los expertos elaboraron listas de referencias con los términos que allí se encontraban. En estas se incluyeron conceptos propios de la anatomía, síntomas, compuestos químicos, nombres de enfermedades y todo aquello que los expertos consideraban de uso habitual y específico de la medicina.

A continuación se ejemplifica la extracción realizada con un breve fragmento del corpus en donde se reconoció una serie de términos específicos.

Figura 1 – Fragmento del CCCM-2009 analizado

Enfermedad de tricocefalosis es la infección por **Trichuris trichiura**, parásito que se ubica en el intestino grueso, que con frecuencia se comporta como comensal, pero puede originar sintomatología cuando está presente en gran número, especialmente en niños con deficiencias nutritivas. (Boletín Chileno de Parasitología, v.54, n.3-4, 1999).

Fonte: apud Burdiles (2012).

Aquí, Smorph etiquetó como candidatos a términos ‘enfermedad’, ‘infección’, ‘parásito’, ‘intestino grueso’, ‘comensal’, ‘sintomatología’ y ‘deficiencias nutritivas’, debido a que dichos términos se hallaban dentro del diccionario fuente. A su vez, etiquetó como palabras desconocidas ‘tricocefalosis’, ‘Trichuris’ y ‘trichuria’. La identificación de estas últimas fue realizada en las etapas posteriores, aquí explicitadas:

1. Se pasó el texto por xfst, en donde el archivo con las reglas de nivel morfológico contenía la siguiente:

$$\text{letra} \geq 1 + \text{cefal} + \text{osis} + \text{letra} \geq 1 = \text{'CT'}$$
 Vale aclarar que las expresiones ‘cefal’ y ‘osis’ estaban contenidas en la lista de raíces médicas.

2. Se pasó el texto por MPS, en donde el archivo rcm.txt de reglas sintácticas incluía las siguientes:
 Preposición + PD + PD + Signo de puntuación = Prep_SNMED_SigP
 CT + preposición 'de' + CT = Trigrama
3. En el caso de las expresiones etiquetadas como Prep_SNMED_SigP, se eliminó la preposición y el signo de puntuación obteniendo el bigrama 'Trichuris trichuria'.

Como se mencionó, el método propuesto fue evaluado mediante las medidas de precisión, cobertura y medida f. En la sección siguiente, se presentan los resultados obtenidos.

Evaluación de resultados

Los resultados de los experimentos fueron evaluados mediante las medidas de precisión, cobertura y medida f. Los expertos del dominio elaboraron una lista de referencia con un total de 10092 términos distribuidos de la siguiente manera:

- Unigramas: 2367
- Bigramas: 5084
- Trigramas: 2641

Del total de la lista, se reconocieron 9590 y se marcaron erróneamente 769, lo que implicó una precisión de 92,58%, una cobertura de 95,02% y una medida f de 93,78%. A continuación se presenta una tabla en la que están discriminados los resultados en unigramas, bigramas y trigramas.

Tabla 1 – Resultados obtenidos

	Unigramas	Bigramas	Trigramas
Precisión	79,65%	96,96%	99,25%
Cobertura	97,08%	91,48%	96,02%
Medida F	87,50%	94,14%	97,61%

Fonte: Elaboración propia.

Como se puede apreciar, la mejor precisión la obtuvieron los trigramas, mientras que la mejor cobertura se logró para los unigramas; asimismo, la medida F más adecuada se dio en el caso de los trigramas.

Se detectaron algunos inconvenientes en la precisión de los unigramas, una de las causas fueron algunas palabras comunes que tenían algunos elementos en común con los términos, como por ejemplo 'fotografía'. Para el caso de la cobertura, los problemas se derivaron de palabras médicas no consideradas como tales en el diccionario de la RAE, por ejemplo 'diámetro'. Otro de los problemas fueron los errores de ortografía cometidos por los autores del texto.

No obstante, de acuerdo con los resultados obtenidos, puede considerarse válido el método propuesto.

Consideraciones finales y trabajos futuros

Se presentó un método de detección automática de candidatos a términos del dominio médico mediante la aplicación de técnicas lingüísticas. Se trabajó con reglas en el nivel lexicográfico, morfológico y sintáctico, recurriendo a los programas Smorph, Módulo Post Smorph (MPS) y Xfst.

El método propuesto fue probado en una parte del corpus de casos clínicos, CCCM-2009 compilado por Burdiles (2012), logrando un 95,02% de cobertura, un 92,58% de precisión y una medida F de 93,78%. Los resultados obtenidos permiten suponer que se está ante un método a grandes rasgos efectivo y que abre nuevas perspectivas en torno a la extracción automática de candidatos a términos.

Una cuestión a destacar es que se optó por un diccionario estándar a fin de probar la efectividad de las reglas del orden morfológico y sintáctico. A partir de los resultados obtenidos, se pudo apreciar que, aproximadamente, el 50% de los términos no hallados en el *Diccionario esencial de la lengua española* (DICCIONARIO..., 2006) fueron detectados mediante dichas reglas. No obstante, en una experimentación futura, se trabajará con un diccionario del dominio, *Diccionario de términos médicos* (2012), de la Real Academia Nacional de Medicina y se compararán los resultados.

Las detecciones erróneas se debieron, principalmente, a PD que no presentaban una estructura morfológica propia de la medicina y, a la vez, se hallaban aisladas o los demás elementos que las rodeaban no eran suficientes para deducir su categoría gramatical, por ejemplo en una lista vertical o entre paréntesis. Por otro lado, también hay que señalar los casos de nombres propios que, en algunas ocasiones, pueden ser términos, como por ejemplo 'Alzheimer', lo que implica que no se pueden descartar desde un primer momento. Por último, hay que mencionar que los errores de ortografía y de tipado que presentaban algunos textos.

La ventaja principal en este tipo de métodos es que puede demostrar su efectividad no solo en grandes masas textuales, sino también en corpus más pequeños, con menor cantidad de palabras, se supone que esto ayudaría a las tareas de clasificación automática de documentos a partir de los términos extraídos.

El presente trabajo pretende ser un aporte a las tareas de extracción de información, como así también para los estudios de terminología médica, al presentar el análisis de la estructura morfológica de los textos y estudiar los contextos sintácticos en los que dichas construcciones aparecen.

El trabajo a futuro se organiza en torno a los siguientes ejes. En primer lugar, se pretende adicionar información léxica específica del *Diccionario de términos médicos* (2012). En segundo lugar, se intentará adicionar al método propuesto técnicas de nivel estadístico. En tercer lugar, se realizará el análisis y desarrollo de reglas para la captura automática de la variación denominativa. Finalmente, en cuarto lugar, se considerarán posibles técnicas de clasificación automática de documentos a partir de los términos extraídos con el presente método.

KOZA ORELLANA, Walter. Proposal for an automatic extraction for medical term candidates processing linguistic information. Description and evaluation of results. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.113-127, 2015.

- **ABSTRACT:** *The description of a method for automatic extraction of term candidates from the medical field by applying linguistic information is presented. Lexicography, morphological and syntactic rules were used. First, the detection was performed by applying a standard dictionary that assigned the tag 'MED' ('MEDICAL') to the words that could be considered terms. Morphological and syntactic rules were used to try to deduce the part of speech of the words that were not considered in the dictionary (WNCD). Afterwards, nominal phrases that included WNCD and MED were gathered to extract them as term candidates of the field. Smorph, Post Smorph Module (MPS) – both working in groups – and Xfst were the software used. Smorph performs the morphological analysis of character strings and MPS works on local grammar. Xfst is a finite state tool that works on character strings assigning previously stated categories to allow the automatic analysis of expressions. This method was tested on a section of the corpus of clinical cases collected by Burdiles (CCCM - 2009) containing 217,258 words. The results showed 92.58% of precision, 95.02% of recall and 93.78% of F-measure.*
- **KEYWORDS:** *Medical terminology. Automatic extraction. Linguistic information. Terms candidate.*

REFERENCIAS

ABACCI, F. **Développement du module post-smorph**. 1999. Tesis (Maestría en Informática) – Memoria del DEA de Lingüística e Informática, Universidad Blaise-Pascal, Clermont-Ferrand, 1999.

AÏT MOKTHAR, S. **SMORPH**: guide d'utilisation: rapport technique. Clermont: Universidad Blaise Pascal: GRILL, 1998.

AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION [AMA]. **United States adopted names council**. Disponible en: <<http://www.ama-assn.org/ama/pub/physician-resources/medical-science/united-states-adopted-names-council.page>>. Acceso en: 15 nov. 2013.

BEESELEY, K.; KARTTUNEN, L. **Finite state morphology**. Stanford: CSLI Stanford University, 2003.

BURDILES, G. **Descripción de la organización retórica del género caso clínico de la medicina a partir del corpus CCCM-2009**. 2012. 199p. Tesis Doctoral – Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje, Facultad de Filosofía y Educación, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, 2012.

CABRÉ, M. Morfología y terminología. In: FELÚ, E. **La morfología a debate**. Jaén: Universidad de Jaén, 2006. p.131-144.

CASTRO, E. et al. Automatic identification of biomedical concepts in Spanish language unstructured clinical texts. In: CASTRO, E. et al. In: ACM INTERNATIONAL HEALTH INFORMATICS SYMPOSIUM, 1., 2010, Nueva York. **Proceedings...** Nueva York: ACM, 2010. p.751-757.

DICCIONARIO esencial de la lengua española. Madrid: RAE, 2006.

DICCIONARIOS de términos médicos. Buenos Aires: Editorial Médica Panamericana, 2012.

DURUSSEL, B. **Terminología médica**. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2006.

GÁLVEZ, C. Reconocimiento y anotación de nombres de fármacos genéricos en la literatura biomédica. **Acimed**, La Habana, v.23, n.4, p.326-345, 2012.

GARLA, V.; BRANDT, C. Semantic similarity in the biomedical domain: an evaluation across knowledge sources. **BMC Bioinformatic 2012**, Londres, v.13, n.261, 2012. Disponible en: <<http://www.biomedcentral.com/1471-2105/13/261>>. Acceso en: 30 nov. 2013.

IHTSDO. **SNOMED**: The global language of healthcare. Disponible en: <<http://www.ihtsdo.org/snomed-ct/>>. Acceso en: 15 nov. 2013.

JACQUEMIN, C.; BORIGAULT, D. Term extraction and automatic indexing. In: MITKOV, R. (Ed.). **The Oxford Handbook of Computational Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p.599-615.

KRAUTHAMMER, M.; NENADIĆ, G. Term identification in the biomedical literature. **Journal of Biomedical Informatics**, San Diego, v.37, n.6, 512-526, 2004.

LÓPEZ, C.; TERCEDOR, M., FABER, P. Gestión terminológica basada en el conocimiento y generación de recursos de información sobre el cáncer: el proyecto Oncoterm. **Revista E-Salud**, Málaga, v.2, n.8, p.228-240, 2006.

LÓPEZ-HUERTAS, M.; BARITÉ, M.; TORRES, I. Terminological representation of specialized areas in conceptual structures: the case of gender studie. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.; BARITÉ, M.; TORRES, I. INTERNATIONAL ISCO CONFERENCE, 8., 2004, London. **Proceedings...** London: Ia C. McIlwaine, 2004. p.263-268.

MANNING, C.; RAGHAVAN, P.; SCHÜTZE, H. **Introduction to information retrieval**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARINCOVICH, J. Palabra y término: ¿Diferenciación o complementación?. **Revista Signos**: Estudios de Lingüística, Valparaíso, v.41, n.67, p.119-126, 2008.

MORENO-SANDOVAL, A. Panorama actual de la ingeniería lingüística. In: AMPARO, A.; RAMBLA, E.; VALERO, E. (Ed.). **Terminología y sociedad del conocimiento**. Berlín: Peter Lang Bern, 2009. p.99-116.

MORENO-SANDOVAL, A.; CAMPILLOS-LLANOS, L. Desing an annotation of multimedica: a multilingual text corpus of the biomedical domain. **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, Amsterdam, v.95, p.33-39, 2013.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE [NLM]. **Unified Medical Language System (UMLS)**. Disponible en: <<http://www.nlm.nih.gov/research/umls/>>. Acceso en: 15 nov. 2013.

NOOJ. Disponible en: <<http://www.nooj4nlp.net/pages/nooj.html>>. Acceso em: 15 nov. 2013.

NUEVA gramática de la lengua española. Madrid: RAE, 2010.

SAGER, J. Pour une approche fonctionnelle de la terminologie. In: BÉJOINT, H.; THOIRON, P. (Ed.). **Le sens en terminologie**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p.40-60.

SÁNCHEZ, D.; BATET, M.; VALLS, A. Web-based semantic similarity: an evaluation in the biomedical domain. **Int. J. Software and Informatics**, Beijing, v.4, n.1, p.39-52, 2010.

SEGURA, I.; MARTÍNEZ, P.; SAMY, D. Detección de fármacos genéricos en textos biomédicos. **Procesamiento del lenguaje natural**, Jaén, v.40, p.27-34, 2008.

TUASON, O. et al. Biological nomenclature: a source of lexical knowledge and ambiguity. In: PACIFIC SYMPOSIUM OF BIOCOMPUTING, 9., 2004, Oak Ridge. **Proceedings...** Oak Ridge: PSB, 2004. p.238-249.

VARELA, S. **Morfología lexica**: la formación de palabras. Madrid: Gredos, 2005.

VILLAYANDRE, M. **Aproximación a la lingüística computacional**. León: Universidad de León, 2010.

VIVALDI, J.; RODRÍGUEZ, H. Using Wikipedia for term extraction in the biomedical domain: first experiences. **Procesamiento del Lenguaje Natural**, Jaén, v.45, p.251-254, 2010.

Recebido em dezembro de 2013

Aprovado em fevereiro de 2014

ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA DOS RÓTICOS NO FALAR CAMPINEIRO

Cândida Mara Britto LEITE*

- RESUMO: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que buscou investigar a variação de um segmento linguístico do falar campineiro: o /R/ em posição de coda silábica. Como hipótese principal deste estudo, assumiu-se que o rótico produzido pelos informantes campineiros estaria em um estado mais avançado, se comparado a outras cidades do interior paulista, no que se refere ao enfraquecimento desse segmento, tendendo à vocalização ou ao apagamento. Esse enfraquecimento seria o responsável pela impressão, de oitiva, dos informantes que julgam pronunciar uma variante de /R/ avaliada como “intermediária” e indicada como característica do falar campineiro. O corpus selecionado consta de dados coletados junto a doze informantes naturais do interior paulista. Esses dados foram gravados e submetidos à análise acústica e estatística. Para análise dos dados, o referencial teórico adotado foi o da Teoria Acústica de Produção da Fala, conforme Fant (1970), somado aos pressupostos da Sociolinguística. Os resultados alcançados nesta pesquisa mostram que há variação linguística do rótico e que a variante mais frequente é o /R/ caipira. Esse resultado contraria a alegada existência de um /R/ característico do falar campineiro.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Róticos. Fonética acústica.

Considerações iniciais

Todas as variedades de uma língua são bem estruturadas e formam um complexo sistema linguístico que, certamente, será adequado às necessidades daqueles que deles se utilizam. Apesar dessa adequação, os estudos linguísticos relatam o quanto algumas variantes linguísticas são alvo de avaliações, sejam valorativas ou depreciativas. O impacto causado por tais avaliações pode contribuir para a manutenção ou para o desaparecimento de traços linguísticos e, sendo assim, essas questões são sempre atuais e significativas para aqueles que se dedicam ao estudo da variação e/ou mudança linguística. No que se refere ao dialeto paulista, sabe-se que o /R/² que ocorre em coda³ silábica medial e final,

* UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Vitória da Conquista – BA – Brasil. 45083-900 – candidamara@gmail.com.

² Em função da variabilidade dos sons dos róticos, da dificuldade apontada pelos estudos fonológicos em precisar quantos e quais são os fonemas róticos em posição intervocálica, e da perda de contraste entre esses sons em posição de coda silábica, o arquifonema /R/ será adotado, neste texto, para representar tal neutralização.

³ Conforme Selkirk (1982), uma sílaba consiste em um ataque (A) e em uma rima (R); a rima, por sua vez, consiste em um núcleo (Nu) e em uma coda (Co). Qualquer categoria, exceto Nu, pode ser vazia.

denominado /R/ caipira, é largamente estereotipado, como atestam as pesquisas realizadas por Amaral (1982), Head (1973, 1978), Leite (2004), Castro (2006), entre outras. A pronúncia do /R/ característica do falar¹ da cidade de Campinas², uma das mais prósperas do interior paulista, é apontada pelos campineiros entrevistados nesta pesquisa como “intermediária”.

Em entrevista realizada com informantes naturais de Campinas, ao serem convidados a opinar a respeito de uma possível caracterização do falar campineiro, responderam:

LF (M – 26 anos³): é o meio termo entre o / o caipira e o paulistano ((risos)) /.../ é intermediário (++) não é muito arrastado mas também não é muito certinho (+) não é muito:: eu não tô sabendo / eu não tô sabendo explicar direito a:: / o jeito de falar do campineiro (+) mas é / é uma coisa que você não fala: um /R/ muito forçado (+) é:: muito ACENTUADO como:: fala:: alguém mais do interior e também eles não fala um /R/ muito CORTADO como fala alguém da / da capital (+) eu percebo que o:: / o: paulista ele gosta de alongar as: consoantes e o paulistano ele gosta de cortar elas no meio

Ou, ainda:

SA (F – 37 anos): eu acho que é mais interiorana (+) levemente mais interiorana (+) eu acho que ela recebe mais influência do interior

Quanto à cidade de Campinas, é atribuída a esta o título de capital do interior paulista. Essa designação é encontrada em notícias veiculadas no jornal *Correio Popular*⁴ em edição especial de comemoração do aniversário da cidade, por exemplo. Campinas é a única Região Metropolitana cujo núcleo não é também capital estadual. O economista Ulysses Semeghini (1991) afirma que a cidade de Campinas ocupa uma posição de “interface” (entre o interior e a capital),

¹ Para Dubois et al. (1998, p.266): “O falar é uma forma da língua utilizado num grupo social determinado ou como signo de pertencer ou da vontade de pertencer a este grupo social. Cada um destes falares possui regras sintáticas e vocábulos que lhe são específicos e muitos outros que são comuns a muitos falares da língua ou mesmo a todos.” Tomo aqui o termo “falar campineiro” para me referir à variedade do português falada na cidade de Campinas.

² A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é constituída pelo agrupamento de 19 municípios, cujo núcleo é o município de Campinas – situado no Estado de São Paulo – e que ocupa área de 3.673 km² e conta com 2,3 milhões de habitantes. Segundo Cano e Brandão (2002, p.403), entre as doze RMs apontadas pelo trabalho *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* (IPEA; IBGE; NESUR), essa é a única RM cujo núcleo não é também capital estadual.

³ A identidade dos informantes foi preservada e eles, portanto, são indicados por parte das iniciais de seus nomes, acompanhados da referência do sexo (M para masculino e F para feminino) e da idade na época da coleta.

⁴ *Correio Popular*, 14 de julho de 2003, p.19.

distinguindo-se das demais cidades do Estado de São Paulo e cumprindo a função de antecipar para o interior as transformações nos padrões sociais e urbanísticos próprios da industrialização e as transformações que inicialmente manifestavam-se na capital.

Considerando as afirmações dos informantes a respeito de uma pronúncia “intermediária” e da posição ocupada por Campinas no cenário econômico, político e social é que se questiona se, em relação ao aspecto linguístico que aqui se discute – a variação do /R/ em posição de coda silábica –, Campinas estaria, também nesse âmbito, à frente das demais cidades do interior paulista, isto é, em um “estágio mais avançado” em se tratando do processo de variação linguística do rótico que se suspeita ocorrer, de forma semelhante ao que ocorre nas capitais brasileiras citadas na pesquisa realizada por Callou, Moraes e Leite (2002). A hipótese que norteou a pesquisa, portanto, é que o rótico que ocupa a posição de coda silábica no falar campineiro encontra-se em um estado mais avançado, se comparado a outras cidades do interior paulista, no que se refere ao enfraquecimento desse segmento, tendendo à vocalização ou ao apagamento. Esse enfraquecimento seria o responsável pela impressão, de oitiva, dos informantes que julgam pronunciar uma variante de /R/ avaliada como “intermediária” e indicada como característica do falar campineiro.

Os informantes campineiros entrevistados argumentam que pronunciam um /R/ “intermediário”. Haveria fundamento nessa afirmação? Os informantes entrevistados seriam sensíveis o suficiente para captar a variação do rótico e, com essa afirmativa, estariam se referindo às possíveis variantes do /R/ no falar campineiro? Pode-se, ainda, formular a hipótese de que o campineiro apenas idealize essa pronúncia, de forma semelhante ao que foi registrado nos trabalhos de Trudgill (1974) e de Labov (1982) em que o informante se vê como quem utiliza a forma a que aspira, forma esta que, para ele, é prestigiosa.

A partir dessas proposições, buscou-se analisar o processo de variação linguística do /R/ em posição de coda silábica medial e final que parece ocorrer em Campinas e investigar as atitudes linguísticas manifestadas pelos informantes, procurando descrever os estereótipos e as atitudes relacionados à variável linguística em questão. Como desdobramento desses objetivos principais, propôs-se: (i) realizar análises auditiva e acústica no intuito de verificar quais as variantes que concorrem em posição de coda silábica no falar campineiro; (ii) averiguar se as análises empreendidas fornecem alguma informação em que se possa apoiar com o intuito de compreender os depoimentos dos informantes campineiros, uma vez que estes afirmam que realizam um /R/ “intermediário”, que os distingue do falar do interior paulista.

O texto, a seguir, expõe questões importantes do referencial teórico adotado para, em seguida, apresentar a descrição e a análise dos dados, realizadas no

intuito de responder as questões que nortearam esta pesquisa e comprovar, ou refutar, as hipóteses suscitadas.

Róticos: o /R/ caipira em foco

O estudo dos róticos, classe de sons do arquifonema /R/, suscita muitas discussões no âmbito da investigação linguística⁵. Os estudos sociolinguísticos mostram que os róticos exibem um alto grau de polimorfismo, prestando-se exemplarmente a estratificações sociais e regionais, por exemplo. Já as descrições fonéticas salientam a grande variabilidade dessa classe de sons, tornando difícil a tarefa de agrupá-los sob um mesmo conjunto de características.

Entre as possibilidades de realização dos róticos no dialeto do interior paulista, destaca-se a ocorrência da variante /R/ caipira, um dos traços remanescentes do dialeto caipira, que pode ser considerada como a característica mais evidente desse dialeto e também como uma das mais estigmatizadas sendo, portanto, alvo de constantes comentários, chacotas e desprestígio – resultado, principalmente, das avaliações negativas das comunidades externas aos limites dialetais do /R/ caipira.

Quanto às possibilidades de realização dos róticos, neste estudo a atenção estará voltada para as variantes que concorrem em posição de coda silábica no falar campineiro.

O /R/ caipira: bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos...

Amaral (1982), em *O Dialeto Caipira*, descreve o dialeto da antiga província de São Paulo⁶. Esse dialeto caipira, segundo o autor, apresentava um sistema distinto e inconfundível e era falado pela grande maioria da população. A influência desse falar estendia-se à minoria culta da capital e, desde então, já era avaliado de forma pejorativa, a ponto de ser apontado como o responsável por corromper o vernáculo e considerado como vício de linguagem.

Além das inúmeras características fonéticas, sintáticas, morfológicas e do vasto vocabulário elencado por Amaral (1982) que particularizam o dialeto caipira frente ao português falado pela população letrada no Brasil do início do século XX,

⁵ Conforme tratamos em Leite (2004), os estudos fonológicos também suscitam discussões acerca da classe de sons dos róticos, uma vez que não há um consenso em precisar quantos são os fonemas róticos. A respeito dessa questão, consultar Harris (1969, 2002), Bonet e Mascaró (1996), Abaurre e Sandalo (2003), dentre outros.

⁶ No prefácio de *O Dialeto Caipira*, Paulo Duarte indica que os informantes de Amaral (1982) eram provenientes das regiões de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos.

há também características comportamentais que marcam o modo de vida caipira⁷. Assim, conforme o autor, “[...] o caipirismo não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana.” (AMARAL, 1982, p.41).

Além de Amaral (1982), estudiosos da linguagem como Rodrigues (1974), Head (1987), entre outros, apontam a pronúncia do /R/ retroflexo como característica do dialeto caipira. Os trabalhos dos referidos autores que tratam do dialeto caipira descrevem a articulação que envolve o /R/ típico desse dialeto de maneiras distintas. No entanto, como alerta Head (1987), embora nem todos os estudiosos o denominem como /R/ retroflexo, a exemplo de Amaral⁸ (1982), o vocábulo “retroflexo” para descrever o rótico típico do dialeto caipira figura ao lado de “/R/ caipira” como termos sinônimos para caracterizar a pronúncia típica desse dialeto.

O caráter retroflexo do erre típico do dialeto caipira, conforme descrito por Amaral (1982), demanda para a sua produção uma posição mais retraída da língua. É possível observar que a posteriorização da língua requerida para a produção dessa pronúncia retroflexa não se limita apenas à produção do rótico, mas se estende à articulação de outros segmentos, produzindo sons retroflexos⁹ e conferindo uma qualidade de voz retroflexa ao dialeto em questão. Dessa forma, ao descrever as variações dos fonemas do dialeto caipira, Amaral (1982) aponta a presença do /R/ caipira, tanto intervocálico quanto pós-vocálico. Assim, até mesmo na posição intervocálica, própria do *tap* alveolar, como ocorre no vocábulo **arara**[arara] o autor registra a ocorrência do /R /caipira.

É sabido que muito das características do dialeto caipira, particularmente a qualidade de voz retroflexa desse dialeto, perdeu-se com o passar do tempo. Para Amaral (1982), o desenvolvimento da população, a intensificação do comércio,

⁷ Os genuínos caipiras são descritos por Amaral (1982) como sendo os roceiros ignorantes e atrasados. Assim, com essa denominação, Amaral (1982) procura caracterizar o dialeto do homem do interior paulista, de hábitos simples e voltado ao meio rural.

⁸ Amaral (1982, p.47) assim descreve o /R/, uma das variantes típicas do dialeto caipira: “r inter e post-vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é linguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico.” Apesar de não ser denominado como retroflexo, a descrição apresentada, segundo Head (1987), deixa claro que se trata do aspecto retroflexo de articulação. Assim, a realização do /r/ caipira pode se dar através do contato entre a ponta da língua (virada para cima) e o palato ou por uma articulação posterior realizada pelo levantamento do dorso da língua, ou seja, guturalizado. Quanto a essa descrição feita por Amaral (1982), Head (1987) acrescenta que apesar da diferença entre a produção de uma consoante retroflexa (linguopalatal) e de uma consoante gutural, é possível apontar semelhanças entre essas articulações, pois “[...] ambas representam processos de produção num sentido posterior, com realizações mais retraídas do que seriam sem a virada da ponta da língua ou sem o levantamento do dorso.” (HEAD, 1987, p.10).

⁹ Cagliari (1981, p.43) afirma que encontramos sons retroflexos no dialeto paulista e, sobretudo, no dialeto caipira. Em suas palavras: “No dialeto caipira, além da constrictiva, não é raro encontrar também sons oclusivos, nasais e laterais retroflexos.”

enfim, o contato da província de São Paulo com outras localidades, entre outras causas, contribuiu para que o dialeto caipira sofresse grandes alterações. Dessa forma, se, em 1982, Amadeu Amaral já indicava que exemplos do dialeto caipira só poderiam ser encontrados em pequenas localidades, o que se percebe atualmente é que uma das marcas que se mantém representativa desse dialeto é a pronúncia do /R/ caipira¹⁰. Essa pronúncia é encontrada no interior paulista e é apontada como típica do falar caipira, “bastante característica para ser notada pelos mais desprevenidos”, nas palavras de Amaral (1982, p.41). Além do dialeto paulista, o /R/ caipira pode, também, ser percebido, ainda que com algumas alterações, na fala da população que reside em estados¹¹ como Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás, como atesta Rodrigues¹² (1974).

Avaliação social, insegurança linguística e estereótipos: gatilhos para a variação e/ou mudança linguística

Entre as muitas indagações não respondidas e que permanecem como objeto de investigação nos estudos linguísticos destacam-se as questões que se referem ao mecanismo pelo qual as línguas mudam, bem como ao processo que conduziu à grande diversidade de línguas que se conhece no mundo atual (LABOV, 1974). No que se refere à variação e mudança linguística, os estudos sociolinguísticos têm mostrado que, longe de ser casual, esse processo é fortemente condicionado por fatores sociais, estilísticos e avaliativos, por exemplo.

Quanto aos fatores avaliativos, Labov (1974, p.50) destaca que estes são complexos, uma vez que os falantes reagem à fala como um todo e dificilmente demonstram consciência a respeito do padrão de fala dos outros. Apesar dessa dificuldade, questiona: “Haverá alguma conexão entre o padrão de desempenho, as atitudes e os julgamentos de valor dos falantes?”

Essa é uma questão que concerne aos objetivos deste estudo. Sendo assim, as conclusões alcançadas por pesquisadores que levam em conta indagações como essas serão retomadas adiante.

¹⁰ Talvez ainda possam ser encontrados exemplos do /R/ caipira – particularmente de sua realização linguopalatal, conforme descreve Amaral (1982) – além de toda a retroflexão que caracterizava a pronúncia dos verdadeiros falantes desse dialeto, no interior paulista, fazendo parte do idioleto de falantes mais velhos. Assim, não pretendemos afirmar que a variante retroflexa que nos dias atuais pode ser apontada como representativa do dialeto paulista tenha as mesmas características da variedade descrita por Amaral (1982).

¹¹ O fato de os falantes realizarem em diversas localidades do país o denominado erre caipira não significa que esses falantes sejam representantes do dialeto em questão. O que pode ser percebido é que apenas um dos traços do dialeto caipira, a realização do /r/ retroflexo, ainda pode ser encontrado como uma variante em alguns dialetos.

¹² Quanto à origem, distribuição geográfica e à vitalidade da pronúncia do /R/ caipira, pode-se dizer que não há um consenso entre os autores. Para uma investigação mais detalhada a esse respeito, vale consultar Amaral (1982), Melo (1946), Rossi (1963), Cunha (1972), Rodrigues (1974), Head (1987), Brandão (1991; 2007), Ferreira e Cardoso (1994), entre outros.

Quando a avaliação social e insegurança linguística desencadeiam a variação

A literatura sociolinguística registra um grande número de pesquisas que retratam a complexidade do sistema linguístico das línguas e a pertinência de tais sistemas à conveniência de seus usuários. Em função dos objetivos deste estudo, três dessas pesquisas serão retomadas e comentadas adiante. Trata-se de três trabalhos representativos: dois deles executados por William Labov, publicados em 1963¹³ e em 1982, e um deles realizado por Peter Trudgill, datado de 1974.

Em *Martha's Vineyard*, uma isolada ilha do estado de Massachusetts, Labov (1972) observou que as mudanças sociais ocorridas naquela comunidade desencadearam uma mudança linguística: a alteração na posição dos primeiros elementos dos ditongos /aj/ e /aw/. Assim, o pesquisador pôde observar que havia duas diferentes pronúncias para as palavras *right* e *house*, por exemplo. Uma das pronúncias é não-prestigiosa e típica dos nativos da ilha ([rɔɪt], [həʊs]) – trata-se da pronúncia centralizada –, enquanto a outra é mais recente ([raɪt], [haʊs]) e se assemelha à pronúncia encontrada em variedades prestigiosas do inglês americano e do inglês britânico, também denominado por *Received Pronunciation* (RP). Para surpresa do pesquisador, as análises dos dados indicavam que havia um aumento no número de ocorrências da pronúncia não-prestigiosa. A pronúncia centralizada, portanto, ocorria com mais frequência e até se tornava exagerada, especialmente em dados de fala de informantes mais jovens, caracterizando a hipercorreção.

A proposta do autor para interpretar essa mudança sonora assenta-se no entendimento das forças sociais que afetam a vida dos viniardenses. A investigação revelou que havia uma distribuição social dos ditongos, de forma que os que desejavam ficar na ilha adotavam uma pronúncia mais centralizada, conservadora e não prestigiosa, enquanto aqueles que desejavam partir e não estabeleciam uma relação tão próxima à ilha e à sua história adotavam a pronúncia valorativa, ou seja, não-centralizada. Portanto, para interpretar a centralização dos referidos sons, propõe, dentre outros fatores, que sejam consideradas questões relacionadas, principalmente, às aspirações sociais e às atitudes subjetivas que os moradores manifestaram diante da vida na ilha, da falta de trabalho e diante dos veranistas. Assim, conclui: “*In summary, we can then say that the meaning of centralization, judging from the context in which it occurs, is positive orientation towards Martha's Vineyard.*” (LABOV, 1972, p.38).

Esse estudo mostra o quanto as diferenças fonéticas podem significar muito mais do que se pode captar apenas através da análise estritamente formal; nesse

¹³ A pesquisa realizada em *Martha's Vineyard* foi inicialmente publicada em 1963. No presente texto, as referências a esse estudo serão feitas a partir da versão dessa pesquisa publicada em Labov (1972).

caso, o exame dos padrões dos formantes que caracterizam a centralização dos ditongos. A linguagem pode ser um fator preponderante na identificação de uma comunidade, no estabelecimento de solidariedade entre os membros de um grupo, bem como para preservação e delimitação dos espaços dos membros desses grupos no momento em que se sentem ameaçados pelo “outro”.

Diferentemente do que ocorreu em *Martha's Vineyard*, é a pronúncia prestigiosa que é almejada pelos nova-iorquinos, como comprova Labov (1982). Entretanto, nem sempre a forma prestigiosa e desejada é aquela que ocorre com frequência na fala dos informantes.

Ao analisar a estratificação do inglês na cidade de Nova Iorque, Labov (1982) mostra que as variantes linguísticas são determinadas por um padrão de normas sociais e estilísticas. O /R/ pós-vocálico¹⁴, em final de palavra e pré-consonântico – como em *beer*, *board* – é uma das cinco variáveis fonológicas selecionadas. A investigação realizada pelo referido pesquisador demonstrou que a não realização do /R/ pós-vocálico é referência da fala casual e de baixo *status* social; não sendo essa, portanto, a pronúncia prestigiosa e nem aquela que é requerida para o estilo formal, já que a pronúncia do rótico é a principal manifestação do novo padrão de prestígio que prevalece nessa cidade.

Os padrões de prestígio mudam em função dos acontecimentos sociohistóricos. O estudo de Labov (1982) é, também, um bom exemplo para verificar a reversão ocorrida nos padrões de prestígio de uma determinada variante linguística. Segundo o autor, o dialeto da cidade de Nova Iorque caracterizava-se pela presença do /R/ no século XVIII e tornou-se um dialeto sem o /R/ no século XIX, provavelmente por influência da fala londrina¹⁵. No entanto, desde o período após a segunda guerra mundial¹⁶, tem aumentado o uso do /R/ pós-vocálico na fala da classe média alta devido ao grande fluxo de pessoas que se deslocaram em direção à cidade de Nova Iorque, cuja pronúncia padrão era marcada pela realização do /R/.

A avaliação positiva conferida à pronúncia do /R/ causou, então, um aumento no uso dessa variante entre os falantes da classe média alta, conforme descreve

¹⁴ Foram excluídos os casos em que o /R/ em final de palavra é seguido por palavra iniciada por vogal, assim como as ocorrências em que o rótico é antecedido por vogal central média, como em *her* e *bird*.

¹⁵ Na Inglaterra, os dialetos em que não há a pronúncia do /R/ têm mais prestígio e são considerados mais “corretos” do que aqueles em que não há a pronúncia do rótico. A pronúncia prestigiosa é adotada na mídia e compõe o sotaque do Inglês Padrão, também denominado por RP. Por outro lado, a pronúncia do /R/ pós-vocálico é adotada na televisão e no teatro para caracterizar personagens de origem rural, com pouco nível de instrução e com o intuito de caracterizar personagens cômicos. Em alguns dialetos do inglês americano, bem como da América Central, da Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul, o /R/ pós-vocálico também não é pronunciado, conforme esclarece Trudgill (2000).

¹⁶ Segundo Labov (1972), antes da segunda guerra mundial era a tradição anglófila que dominava nas escolas de Nova Iorque. Com isso, era ensinado às crianças que a pronúncia do /R/ era um traço provinciano e, portanto, a pronúncia adequada para *car*, por exemplo, seria sem o /R/.

Labov (1982). Nesse caso, a mudança processada ocorreu em direção à norma, à forma prestigiosa. Mas, como se sabe, nem sempre esse é o rumo da mudança.

O exame das reações subjetivas dos falantes em relação à pronúncia ou ao apagamento do /R/ final e pré-consonantal (*car*, *card*, etc.) indicou que essas reações são mais uniformes que o desempenho. A análise dos dados mostrou que todos os grupos sociais concordavam que a pronúncia de um /R/ constrictivo em palavras como *car*, por exemplo, era apropriada para contextos mais formais. No entanto, a grande maioria dos nova-iorquinos não pronunciava o /R/, de forma que apenas os falantes da alta classe média mostravam algum grau de pronúncia do rótico na fala casual. Resultados como esses conduziram à seguinte interpretação:

New Yorkers also showed a systematic tendency to report their own speech inaccurately. Most of the respondents seemed to perceive their own speech in terms of the norms at which they were aiming rather than the sound actually produced. (LABOV, 1982, p.336).

Diante de resultados como esse – que se repetiram no estudo de Trudgill (1974) – Labov (1982) propõe que as variações encontradas em comunidades de fala devem ser entendidas como decorrentes das variações pertencentes às avaliações subjetivas e não como flutuações no desempenho dos falantes.

Trudgill (1974) conduziu na cidade de Norwich, na Grã-Bretanha, uma pesquisa em que uma das variantes fonológicas investigadas foi a presença ou ausência do glide [j] em palavras como *tune*, *music*, entre outras, focalizando as duas variantes coexistentes nessa cidade: /ju:/ e /u:/, sendo que /tju:n/ é considerada mais prestigiosa que /tu:n/. Através das gravações dos dados, pôde observar qual variante era mais pronunciada pelos entrevistados e, através do teste de auto-avaliação, verificou qual a opinião dos informantes acerca da sua própria pronúncia. Ao comparar os resultados dos testes com aqueles obtidos através das gravações, observou que havia discrepâncias entre a variante produzida e aquela que julgavam produzir. Os resultados indicaram que, entre os informantes que não usaram o glide, 16% argumentaram que pronunciaram esse segmento, enquanto 84% afirmaram o contrário. Por outro lado, entre os informantes que, realmente, pronunciaram o glide, 60% admitiram essa pronúncia, ao passo que 40% deles acreditavam não pronunciá-la. Através desse resultado, concluiu que 16% dos que pronunciavam a variante “desvalorizada” tendiam a superavaliar a própria pronúncia, enquanto que 40% dos entrevistados que realizavam a pronúncia tida como “prestigiosa” subavaliavam essa pronúncia. Com isso, concluiu Trudgill (2000, p.76): “*Speakers, that is, report themselves as using the form at which they are aiming and which has favourable connotations for them, rather than the form they actually use. (No conscious deceit is involved, it seems.)*”

Essas avaliações – que não correspondem aos aspectos linguísticos proferidos, mas sim às normas almejadas por cada falante – denotam uma grande insegurança linguística. Segundo Labov (1972), além da percepção inexata de sua própria fala, indícios de insegurança linguística são identificados quando há grande oscilação na variação estilística e quando há hipersensibilidade a traços estigmatizados por parte dos falantes. Para ilustrar a profunda situação de insegurança linguística observada em Nova Iorque, segue o seguinte trecho:

In general, New Yorkers show a strong dislike for the sound of New York City speech. Most have tried to change their speech in one way or another, and would be sincerely complimented to be told that they do not sound like New Yorkers. Nevertheless, most of the respondents have been identified by their speech as New Yorkers whenever they set foot outside of the metropolitan area. They firmly believe that outsiders do not like New York City speech, for one reason or another. Most New Yorkers show a strong belief in correctness of speech, and they strive consciously to achieve such correctness in their careful conversation. (LABOV, 1972, p. 132).

Mudanças na avaliação dos falantes podem ser a causa e não o efeito de uma mudança nos padrões da fala. Assim, aspectos linguísticos avaliados positivamente podem ser evidenciados, imitados, tomados como formas padrão pelos membros de uma comunidade de fala, por exemplo. É preciso estar atento a essas questões quando se quer entender, e não apenas diagnosticar, a variação linguística.

Estereótipos linguísticos: outro estágio na avaliação das variáveis linguísticas

Nem todas as variáveis linguísticas envolvidas na variação e/ou mudança linguística em uma comunidade de fala são prestigiosas e nem todas são avaliadas da mesma maneira. Segundo Labov (1974, 1972), as informações advindas das avaliações sociais dessas variáveis linguísticas podem ser empregadas para classificá-las em três categorias: indicadores, marcadores e estereótipos.

Os indicadores são os traços linguísticos que refletem a variação social (idade, grupo social), mas, geralmente, não mostram variação estilística e têm pouco efeito sobre o julgamento do ouvinte quanto ao *status* social do falante. Os marcadores são os traços que mostram tanto variação social quanto estilística e têm efeitos consistentes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte sobre o *status* do falante, enquanto os estereótipos são os tópicos externos de impacto social na comunidade de fala, rotulados socialmente e que podem, ou não, corresponder ao comportamento linguístico real.

Apesar de serem estigmatizados, os traços linguísticos estereotipados podem ser muito resistentes e duradouros. Labov (1972) lembra que a difusão desses traços pode se dar em direção a vários sentidos e demanda um considerável espaço de tempo – o que possibilita que, no intervalo de tempo transcorrido, muitas mudanças sociais possam ocorrer, podendo impulsionar ou deter tal propagação. Caso haja uma forte reação social contra esses traços linguísticos, essa reação pode desencadear um rápido processo de eliminação e, conseqüentemente, desaparecimento dos mesmos. Por outro lado, caso o grupo ou comunidade de fala que faça uso de tais traços passem a ser avaliados positivamente, e obtenham notoriedade na sociedade, o movimento contrário pode ocorrer, e o traço linguístico antes estigmatizado pode se tornar alvo de avaliações positivas, chegando mesmo a ser copiado. A respeito da propagação desses traços no sistema linguístico, o autor observa que:

As the original change acquires greater complexity, scope, and range, it comes to acquire more systematic social value, and is restrained or corrected in formal speech (a marker). Eventually, it may be labeled as a stereotype, discussed and remarked by everyone. The future prospects of this stereotype depend upon the fortunes of the group it is associated with. If the group moves into the mainstream of society, and is given respect and prominence, then the new rule may not be corrected but incorporated into the dominant dialect at the expense of the older form. If the group is excluded from the mainstream of society, or its prestige declines, the linguistic form or rule will be stigmatized, corrected, and even extinguished. (LABOV, 1972, p.320).

As avaliações sociais a respeito do /R/ caipira permitem a classificação dessa variável como pertencente à categoria estereótipo. Trata-se do último patamar na escala avaliativa proposta por Labov (1972).

Antes de proceder à análise dos dados, apresentam-se, adiante, exemplos da larga estereotipização do rótico no dialeto paulista.

Estigma e estereótipos acerca do dialeto caipira, do /R/ caipira e do /R/ “intermediário”

O /R/ denominado caipira é largamente estereotipado no dialeto paulista, como atestam as pesquisas realizadas por Amaral (1982), Head (1973, 1978), Leite (2004, 2010), Castro (2006), entre outras.

Já em 1920, Amadeu Amaral ressaltava a forma pejorativa pela qual era avaliado o dialeto caipira e, conseqüentemente, os aspectos linguísticos típicos desse dialeto, entre os quais se destaca o /R/, ao qual denominava “caipira”. O falar

caipira, avaliado como distinto e inconfundível, era estigmatizado e considerado um vício de linguagem. Como era considerado um vício¹⁷, havia a preocupação com a possibilidade de difusão desse traço linguístico que deveria ser evitado, pois mesmo as pessoas bem educadas poderiam ser corrompidas sob a sua influência. Evidências dessa preocupação podem ser notadas através da seguinte afirmação de Amaral (1982), ao relatar que havia certa apreensão em relação ao estabelecimento dos cursos jurídicos em São Paulo devido à influência do falar caipira. Segundo o autor:

Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem. Quando se tratou, no Senado do Império, de criar os cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais, que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis, oriundos de diferentes circunscrições do país [...] (AMARAL, 1982, p.41).

As pesquisas desenvolvidas por Head (1973, 1978) discutem a estigmatização do /R/ caipira. No primeiro estudo, o autor afirma que o decréscimo na frequência relativa de ocorrências desse segmento estava relacionado ao aumento do grau de reflexão. Assim, no estilo de fala monitorada, entre informantes de uma mesma classe socioeconômica e faixa etária, havia menor número de realizações do rótico, o que confirma o caráter estigmatizado dessa pronúncia. No segundo estudo, esses resultados são confirmados e acrescidos das seguintes considerações: (i) os informantes de áreas urbanas apresentam uma maior diminuição na frequência da variante estigmatizada, se comparados aos informantes rurais; (ii) a variação na frequência do /R/ é maior nas cidades do que nas áreas rurais e (iii) são os informantes de áreas urbanas e mais favorecidos economicamente que revelam maior sensibilidade em relação ao caráter estigmatizado do /R/ caipira, quando comparados aos informantes de classes desfavorecidas e/ou áreas rurais.

Leite (2004), por sua vez, também demonstra a ampla estigmatização e estereotipização acerca do /R/ do dialeto caipira tanto em dados coletados junto a informantes naturais da cidade de São José do Rio Preto (SP) quanto em propagandas televisivas. Nesses dados, ao referido segmento são atribuídos os seguintes rótulos, sempre negativos: “feio”, “marcado”, “puxado”; além da designação “pronúncia carregada”.

¹⁷ Amaral (1982, p.41) traz uma citação de autoria de Joaquim M. de Macedo, em que este afirma que o magistrado José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente (Santos, 4 de dezembro de 1803 – 19 de fevereiro de 1878) tinha “vícios desagradáveis de pronúncia” devido “ao desmazelo e maus costumes” e não a nenhum defeito nos órgãos da fala. Esse magistrado, natural do interior paulista, foi aluno da primeira turma da Faculdade de Direito de São Paulo. Macedo observa, ainda, que, apesar das particularidades da pronúncia do magistrado “falando na tribuna, impunha silêncio, obrigava a atenção...”.

Além dessas designações atribuídas ao rótico, os dados coletados via enquete indicam uma pronúncia menos marcada, designada como “intermediária”. Essa seria mais uma crença estereotipada ou haveria, de fato, uma variação em progresso já percebida pelos informantes mais sensíveis às questões linguísticas?

Os estudos da psicologia social selecionados por Hewstone e Giles (1997) demonstram que os estereótipos são mais facilmente noticiados, guardados na memória e ativados se comparados com a evidência que os contradiz. Também geram expectativas e aqueles que os percebem parecem querer que as expectativas se confirmem. Por isso, afirma:

People tend to see behaviour that confirms their expectancies, even when it is absent. When stereotypes set up expectations of behaviour, disconfirming evidence tends to be ignored, but confirming evidence remembered. (HEWSTONE; GILES, 1997, p.276).

Essas características dos estereótipos se somam a outra: “*stereotypes become self-fulfilling prophecies*”, como afirmam Snyder, Tanke e Berscheid (1977)¹⁸. Conforme definição de Watzlawick (1994, p.97), “[...] uma profecia que se autocumpra é uma suposição ou vaticínio que tão-só por ter sido feito converte em realidade o evento suposto, esperado ou profetizado, e dessa forma confirma sua própria ‘exatidão’.” Trata-se, portanto, de uma assertiva inicialmente falsa que evoca um novo comportamento, este sim capaz de tornar verdadeira essa formulação inicial.

Os estereótipos apresentam uma dinâmica de autojustificação e autopropetuação que conduz aqueles que são objetos da estereotipia a comportarem-se de forma a corresponderem à imagem estereotipada que deles se tem. Essa dinâmica é atestada em diversos estudos conduzidos pelas ciências humanas, especialmente pela psicologia social, tais como o estudo de Snyder, Tanke e Berscheid (1977). Esses estudos retratam, também, que o pensamento de causa-efeito tradicional não é obedecido¹⁹ quando se trata de profecia que se autocumpra. A propósito dessa questão, Watzlawick (1994) afirma que:

¹⁸ Nesse estudo, os autores demonstraram que estereótipos podem se transformar em profecias que se autocumprem. O experimento consistia em observar o comportamento de um grupo de homens que iniciavam uma conversa telefônica com várias mulheres depois de terem visto uma suposta foto delas: em algumas fotos eram mostradas mulheres bastante atrativas e, em outras, mulheres não tão atrativas. Os homens que julgavam que estavam falando com mulheres atraentes eram mais sociáveis, calorosos e extrovertidos. Por sua vez, as mulheres tomavam-se, elas também, mais sociáveis, animadas e confiantes. Segundo os autores, os estereótipos podem criar a sua própria realidade social, de tal forma que nas interações sociais o estereótipo dos homens que faziam parte do experimento era confirmado pelo comportamento do alvo estereotipado (a mulher). Afirmando, então, que a pessoa fisicamente atraente pode comportar-se de uma forma simpática e agradável, não por possuir realmente essas características, mas porque o comportamento dos outros desencadeia e mantém comportamentos considerados como manifestações desses traços.

¹⁹ Exemplos do fracasso da linearidade da relação causa-efeito são apresentados por Watzlawick (1994). O autor afirma que a inversão do fluxo temporal dessa relação pode ocorrer quando se trata de profecias que

[...] um ato decorrente de uma profecia que se autocumpra cria primeiro as condições para que ocorra o evento esperado, e nesse sentido forja exatamente uma realidade que não se produziria sem aquele [ato]. Tal ato, portanto, nem é verdadeiro nem falso: simplesmente cria uma situação e, com ela, sua própria “verdade”. (WATZLAWICK, 1994, p.98-99).

Os estudos descritos acima, assim como aqueles citados por Watzlawick (1994) e Hewstone e Giles (1997), por exemplo, indicam como os indivíduos colocam os estereótipos em ação e como esses estereótipos podem se transformar em uma profecia que se autocumpra. Entretanto, só muito poucas profecias se cumprem, explica Watzlawick (1994). Segundo o autor, apenas quando se crê numa profecia de tal forma que esta possa alcançar “o futuro” é que ela pode influir no presente e, então, se confirmar. Nas palavras do autor: “Ausente esse fator crença, esse fator convicção, falta também o efeito.” (WATZLAWICK, 1994, p.101).

Considerando que os estereótipos exercem um importante papel no que se refere à manutenção, à variação e à mudança das línguas, e que o /R/ caipira é claramente estereotipado, buscamos verificar quais variantes do rótico ocorrem em posição de coda silábica nos dados de fala dos campineiros entrevistados e investigar quais juízos de valor são atribuídos a essas variantes. O estigma atribuído ao /R/ caipira será determinante para impulsionar a variação e o consequente desaparecimento desse segmento? E quanto à imagem estereotipada em relação ao falar “intermediário” do campineiro, ela se confirmará?

Antes de prosseguir à análise dos dados, segue, na próxima seção, uma descrição dos procedimentos metodológicos empregados na execução da pesquisa que originou este trabalho.

Caracterização e descrição acústica dos dados

Ladefoged e Maddieson (1996) afirmam que as semelhanças entre os róticos podem ser mais de ordem acústica e auditiva do que articulatória. Acrescentam que não é o modo nem o ponto de articulação que definem a classe dos róticos,

se autocumprem. A passagem seguinte pode esclarecer essa afirmativa: “Em março de 1979 os jornais da Califórnia passaram a difundir notícias espalhafatosas sobre uma iminente redução no abastecimento da gasolina. Os motoristas californianos se precipitaram aos postos para encher os tanques. O abastecimento de 12 milhões de tanques (75% dos quais, aproximadamente, estavam vazios naquele momento) esgotou as enormes reservas do produto, e da noite para o dia provocou a escassez prevista; por outro lado, no afã de encher a maior quantidade de tanques possível (em vez de mantê-los quase vazios, como até então), formaram-se longas filas de carros, e a população ficava horas esperando diante dos postos: com isso aumentou o pânico. Logo depois, acalmados os ânimos, verificou-se que o abastecimento e a distribuição de gasolina do estado da Califórnia não tinham sofrido nenhuma redução.” (WATZLAWICK, 1994, p.98) O autor argumenta que exemplos como esse mostram o quanto um evento futuro pode determinar efeitos no presente.

pois segmentos de diferentes articulações, como dorsais e coronais, por exemplo, estão agrupados como róticos. Dessa forma, esclarecem: “[...] *most important as evidence that they belong in a single class, at least from a phonological point of view, is the fact that rhotics of one type often alternate with other rhotics.*” (LADEFOGED; MADDIESON, 1996, p.216).

Róticos e vogais se assemelham, conforme Ladefoged e Maddieson (1996), por apresentarem variantes silábicas ou por se fundirem (coarticularem) com vogais contíguas. Os autores apresentam, ainda, outra evidência dessa similaridade ao mencionarem que nas línguas germânicas – dinamarquês e sueco – as vogais seguidas do rótico tendem a ser alongadas, além de terem a qualidade “colorida” pelo rótico seguinte, apresentando, portanto, modificações acústicas. Ao final, concluem:

Thus, the rhotics form a heterogeneous group from the phonetic point of view, exhibiting a wide variety of manners and places of articulation. We find rhotics that are fricatives, trills, taps, approximants, and even ‘r-colored’ vowels, as well as articulations that combine features of several of these categories. The most common places of articulations are in the dental-alveolar area, although post-alveolar (retroflex) /r/’s are not unusual, and in some languages /r/’s have a uvular articulation. (LADEFOGED; MADDIESON, 1996 p.217).

As vogais coloridas pelo r (*r-colored vowels*) a que Ladefoged e Maddieson (1996) se referem são observadas por Ladefoged (2001) no inglês americano. Este autor afirma que essas vogais invocam um traço adicional chamado rotacização, uma vez que os traços: alto (*high*)/ baixo (*low*), anterior (*front*)/ posterior (*back*) e arredondado (*rounded*)/ não arredondado (*unrounded*) não são suficientes para descrevê-las. Ladefoged (2001) define uma vogal rotacizada como se segue:

Rhotacization is an auditory quality, which, like height and backness, is most appropriately defined in acoustic terms. In a rhotacized vowel (or portion of a vowel) there is a marked lowering of the frequency of the third formant. (LADEFOGED, 2001, p.212).

Os róticos formam uma classe de sons com um grande número de diferenças fonéticas e apresentam frequências de formantes²⁰ relacionadas aos pontos de

²⁰ Os formantes são picos de energia acústica que representam as frequências de ressonância do ar no trato vocal e são denominados como F₁, F₂, F₃, etc., iniciando a partir da menor frequência de ressonância, segundo Ladefoged (2001). A estrutura formântica é o principal traço dos sons da fala. Todas as vogais e algumas consoantes têm formantes e é o padrão dos formantes (especialmente a disposição dos dois primeiros formantes) que nos habilita a diferenciar vogais ou a reconhecer repetições de uma vogal e a classificá-la, mesmo que sejam produzidas por diferentes falantes.

construção no trato vocal. Lindau (1980a) discute algumas diferenças fonéticas entre várias línguas nigerianas abordando a classe dos róticos, implósivas e vogais. Ao descrever os sons de **r**, afirma que o primeiro e o segundo formantes parecem refletir a qualidade da vogal que ladeia esse segmento, enquanto o terceiro e quarto formantes são indicadores importantes do ponto de construção nesse tipo de som. No que se refere a essa descrição, a autora chama a atenção para o correlato acústico que se tem quando ocorre uma construção em uma região mais posterior ou mais anterior do trato vocal:

According to acoustic theory, a lowered third formant, close to the second formant, indicates a constriction fairly far back in the postalveolar-midpalatal region with strong retroflexion. This happens in Izon. As the constriction moves forward in the mouth the third formant increases. A relatively high third formant, close to the fourth formant indicates a dental place, as happens in the Kalabari example. (LINDAU, 1980a, p.107).

A pesquisa de Lindau (1980a) indica que o abaixamento de F_3 é característico apenas dos róticos produzidos na região pós-alveolar, apresentando, assim, uma grande retroflexão. Por outro lado, os róticos produzidos em uma região mais anterior do trato vocal, em relação a essa área mediana do palato (*mid palate area*), apresentam uma elevação de F_3 e não um abaixamento.

Em inglês e espanhol, segundo Lindau (1980b), é possível verificar, acusticamente, um abaixamento de F_3 para a realização dos róticos²¹. No entanto, o abaixamento de F_3 não é uma característica dos róticos em outras línguas. Segundo a autora, nas realizações do *tap* e da aproximante referente à fala de falantes da língua degema, originária da Nigéria, não era verificado um abaixamento de F_3 , mas sim uma elevação, de forma que o terceiro formante apresentava-se próximo do quarto formante.

Através desses estudos, Lindau (1980b) aponta para o fato de que um abaixamento do terceiro formante pode ser obtido por retroflexão e por uma construção na região palatal pós-alveolar. Esse abaixamento pode, ainda, ser produzido com a ponta da língua abaixada e por uma construção na faringe. Os estudos também confirmam o fato de que o arredondamento dos lábios contribui para o abaixamento de F_3 .

Ao final, as pesquisas de Lindau (1980a, 1980b) indicam que as relações de semelhança ou de parentesco é que podem agrupar a classe dos róticos, antes mesmo que uma característica acústica. Dessa forma, vibrantes e *taps* assemelham-se quanto à duração do fechamento, vibrantes apicais e uvulares

²¹ Lindau (1980b) aponta um abaixamento de F_3 na realização de *trills* (vibrantes), *taps* e aproximantes.

assemelham-se no que se refere ao padrão rápido e consecutivo das vibrações, *taps* apicais e aproximantes apresentam semelhanças em relação à escala articulatória de fechamento e talvez em relação à posição do terceiro formante; enquanto vibrantes uvulares e fricativas uvulares apresentam padrões de formantes parecidos. Em suas palavras:

Thus there is no physical property that constitutes the "essence" of all rhotics. Instead, each member of the class of r-sounds resembles some other member with respect to some property, but not with respect to the same property across all r-sounds. (LINDAU, 1980b, p.118).

As similaridades entre os róticos devem-se muito mais a razões acústicas ou auditivas do que articulatórias, pois há uma grande abrangência em relação aos modos e pontos de articulação que envolvem tais segmentos.

Considerando os parâmetros acústicos descritos pelos teóricos acima relatados, seguem, adiante, os critérios metodológicos adotados e os resultados e discussão de parte dos dados que compõem o corpus deste trabalho.

Procedimento metodológico

O corpus da pesquisa que originou este trabalho é composto por dados de doze informantes naturais de Campinas. As variáveis sociais consideradas para seleção dos informantes foram: sexo, faixa etária e grau de escolaridade, selecionadas da seguinte maneira:

- (i) Sexo: feminino e masculino;
- (ii) Faixa etária: (1) 20 a 30 anos; (2) 37 a 47 anos; (3) acima de 54 anos de idade. Foi estipulado um intervalo de sete anos entre as faixas etárias;
- (iii) Grau de escolaridade: médio e superior, concluído ou em curso.

As características dos informantes apresentam-se resumidas no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descrição dos informantes conforme variáveis sociais selecionadas

Informante	Gênero	Faixa Etária/Idade	Escolaridade
MC	F	1/ 23 anos	M
GP	M	1/ 20 anos	M
CL	F	2/ 47 anos	M
JC	M	2/ 46 anos	M
LH	F	3/ 54 anos	M
JP	M	3/ 56 anos	M
TG	F	1/ 20 anos	S
OE	M	1/ 29 anos	S
LB	F	2/ 37 anos	S
EG	M	2/ 37 anos	S
JB	F	3/ 56 anos	S
AL	M	3/ 68 anos	S

Fonte: Elaboração própria.

Para este trabalho, serão considerados os dados de nove dos doze informantes²². Também serão considerados, apenas os dados que refletem o padrão geral de configuração das variantes encontradas. Sendo assim, não serão exploradas as diferenças em função das variáveis sociais elencadas acima²³.

O *design* experimental, composto por palavras reais e por pseudopalavras, foi elaborado com o objetivo de obter os mesmos contextos para a sequência CVR (consoante, vogal, rótico) em posição de coda medial /*t*V.R.CV/ e final /CV.*t*V.R/. As palavras selecionadas, conforme quadro 2 abaixo, foram inseridas na frase-veículo: “diga _____ pra ela” e em sentenças. As palavras e frases foram lidas por cada informante em 3 repetições.

²² As variantes encontradas nos dados dos doze informantes foram divididas em duas amostras: amostra 1 e amostra 2. A amostra 1 contém os dados de nove informantes coletados através de leituras de palavras e sentenças e a amostra 2 é composta de dados coletados mediante entrevistas de todos os informantes – doze. Neste trabalho serão apresentados os dados da amostra 1. Para outros esclarecimentos acerca da totalidade dos dados, ver Leite (2010).

²³ Para maiores informações acerca dessas diferenças, vale consultar Leite (2010).

Quadro 2 – Palavras e pseudopalavras selecionadas para compor o *design* experimental

Vogais	Coda Medial /ˈtVR. CV/	Coda Final /CV. tVR/	Vogal em sílaba CV
/a/	Tarto	Qatar ²⁴	Pato
/e/	Terto	Bater	Beco
/i/	Tirto	Tatir	Tipo
/o/	Torto	Tutor	Toco
/u/	Turta	Tutur	Tuço

Fonte: Elaboração própria.

A gravação dos dados foi realizada em uma sala acusticamente tratada no Estúdio de Gravação do Instituto de Estudos Linguagem (IEL/Unicamp). A captação dos dados foi feita através de um microfone AKG, modelo 420 PP *headset*, conectado a uma placa de som externa com pré-amplificação da M-Audio, modelo MobilePre Usb. Essa placa foi conectada a um computador portátil Toshiba, modelo M-45 Satellite, de última geração. Para a gravação, foi utilizado um *software* livre de gravação e edição de áudio, o Audacity, a uma taxa de amostragem de 22050 Hz e resolução de 24 bits, digitalizado em PCM (*Pulse Code Modulation*).

Os dados foram transcritos²⁵, segmentados manualmente e analisados com o auxílio do *software* Praat. Os parâmetros adotados para a análise acústica basearam-se na frequência dos três primeiros formantes da sequência VR (em três posições – PI, PM e PF²⁶). As frequências dos três primeiros formantes foram aferidas a partir dos algoritmos FFT (*Fast Fourier Transformation*) e LPC (*Linear Predictive Coding*), sobrepostos. Os valores obtidos através dessas análises foram submetidos à análise acústica. Os resultados encontrados a partir da análise acústica são apresentados adiante.

²⁴ Refere-se ao país árabe, conhecido oficialmente como um emirado do Oriente Médio.

²⁵ De acordo com Marcuschi (1986).

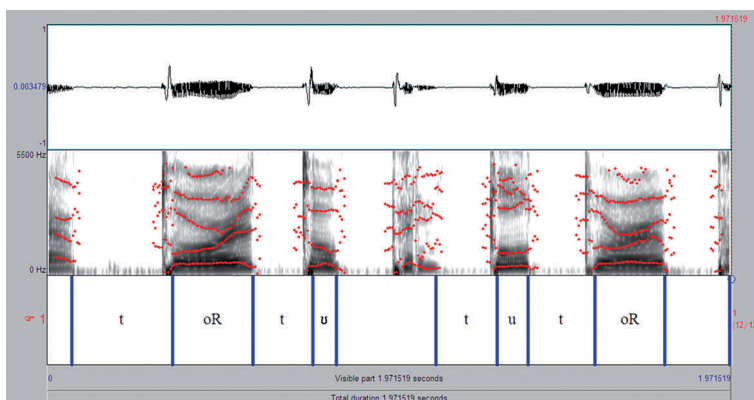
²⁶ As frequências formânticas dos róticos são difíceis de serem aferidas. Em se tratando dos róticos aproximantes e das vogais rotacizadas, as dificuldades são maiores, uma vez que estes se apresentam coarticulados às vogais que os antecedem. Em função dessa interação, estabeleceu-se uma estratégia metodológica para aferir os valores das frequências dos formantes com o intuito de contemplar pontos importantes na trajetória VR, com o objetivo de delimitar a vogal e o rótico. Sendo assim, a trajetória foi subdividida em três posições – posição inicial (PI), medial (PM) e final (PF) – das quais foram obtidos os valores das frequências dos formantes. Para maiores detalhes, consultar Leite (2010).

Resultados e discussão

A variante mais frequente no dialeto campineiro é o /R/ caipira. Essa variante é estigmatizada e avaliada negativamente por grande parte dos informantes entrevistados.

A análise acústica das 540 repetições²⁷ do /R/ em coda silábica medial e final revelou a predominância da variante /R/ caipira, tanto na fala de informantes circunscritos na faixa etária 1 quanto para aqueles localizados na faixa etária 3. O /R/ caipira apresenta F3 baixo (cuja média em coda medial é de 2096 Hz e em coda final é de 2070 Hz) em posição medial ou final, mesmo quando ocorre depois de vogais anteriores. Como exemplo das realizações dessa variante, seguem, abaixo, os espectrogramas²⁸ 1 e 2. No primeiro espectrograma (em que se encontram concatenadas as realizações de duas palavras: “torto” e “tutor”), verifica-se a ocorrência da variante depois de vogais posteriores enquanto no segundo espectrograma (em que se encontram duas palavras concatenadas: “terto” e “tutor”) é possível visualizar a realização do /R/ caipira depois de vogal anterior e posterior.

Figura 1 – Espectrograma TG 1: “torto” e “tutor” concatenados

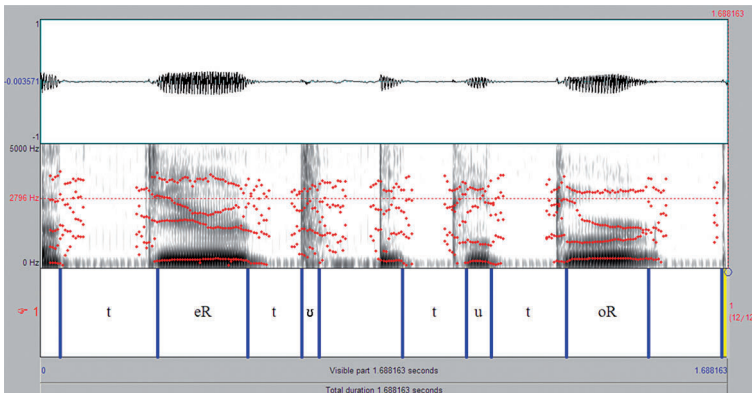


Fonte: Elaboração própria.

²⁷ Esse número corresponde ao total de ocorrências do /R/ nos dados de nove informantes – foram descartados os dados de três dos informantes em função das variantes encontradas. As 60 repetições do /R/ para cada informante (sendo 30 em coda medial e 30 em coda final) distribuem-se em função das cinco vogais selecionadas, conforme ilustra o quadro 2.

²⁸ Os espectrogramas trazem dados de três informantes: TG, GP e LB, já descritos no quadro 1.

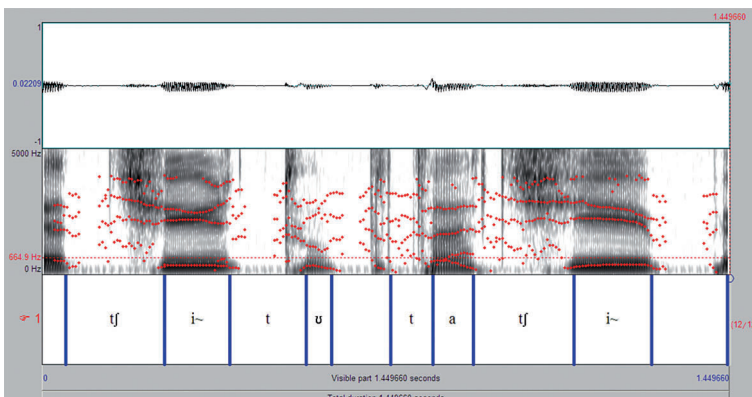
Figura 2 – Espectrograma GP 1: “terto” e “tutor” concatenados



Fonte: Elaboração própria.

Além do /R/ caipira, foi encontrada nos dados a ocorrência da variante vogal rotacizada. Entre as características da vogal rotacizada elencadas por Ladefoged e Maddieson (1996) e por Ladefoged (2001), apenas a primeira delas está presente nos dados analisados, qual seja: F3 baixo²⁹. A segunda característica, que corresponde à qualidade da rotacização presente desde o início da vogal, não é encontrada em todas as ocorrências classificadas neste estudo como vogais rotacizadas, pois o que prevalece é a qualidade da vogal, e não do rótico. A figura 3, abaixo, ilustra a ocorrência dessa variante:

Figura 3 – Espectrograma LB 1: “tirtu” e “tatir” concatenados

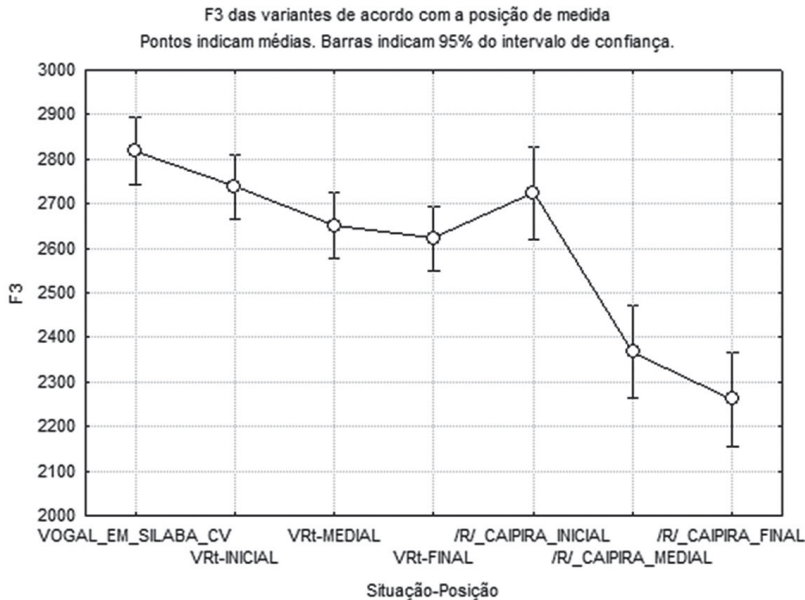


Fonte: Elaboração própria.

²⁹ Seria adequado dizer que o valor de frequência do F3 é relativamente baixo, pois não é tão baixo quanto aquele que se observa para a variante /R/ caipira.

Na análise estatística das médias das frequências dos formantes do /R/ caipira, VRt (vogal rotacizada) e vogal em sílaba CV, o teste Kruskal-Wallis indicou diferença estatisticamente significativa na soma de postos de F1 e F3. Por se tratar de uma trajetória, é a posição final que mais interessa observar. As médias de frequência de F1 em posição final encontradas para VRt se situam entre as médias encontradas para o /R/ caipira e entre aquelas que correspondem à vogal em sílaba CV. Quanto ao F3, formante que melhor caracteriza o /R/ caipira, a análise localizou diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis comparadas (que correspondem ao F3 do /R/ caipira, da vogal em sílaba CV e de VRt, ou vogal rotacizada). As menores médias de frequência do terceiro formante foram aquelas correspondentes à posição final da variante /R/ caipira, seguido pela posição final de VRt e, por fim, a vogal em sílaba CV. Se, auditivamente, a qualidade do rótico não era percebida desde o início da trajetória, os resultados obtidos através das médias de frequência de F3 mostram que, desde a posição inicial, a frequência da VRt é inferior àquela encontrada para a vogal em sílaba CV. É possível verificar, também, que as médias de frequência de VRt, em todas as posições, são superiores às médias da variante /R/ caipira. A figura 4 ilustra esses resultados.

Figura 4 – Médias de frequência do F3 em PI, PM e PF para a vogal em sílaba CV, VRt e /R/ caipira



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados alcançados nesta pesquisa mostram que há variação linguística do rótico e que a variante mais frequente é o /R/ caipira. Esse resultado contraria a alegada existência de um /R/ característico do falar campineiro.

A análise acústica dos dados mostrou que é o /R/ caipira que eles produzem, mesmo quando procuram estabelecer distinções entre as formas de pronúncia do rótico. Assim, há uma contradição entre a afirmação encontrada na maioria dos depoimentos e a pronúncia do rótico emitida por esses informantes. Pode-se dizer que essa contradição é apenas aparente, pois os falantes costumam se referir às formas linguísticas que consideram prestigiosas socialmente e não àquelas que, de fato, fazem parte do seu repertório linguístico. Os informantes campineiros se veem como se produzissem a pronúncia que julgam prestigiosa. Esse resultado confirma a segunda hipótese desta pesquisa.

Apesar da estereotipização acerca do /R/ caipira no dialeto paulista, essa pronúncia mantém-se ativa no falar campineiro. Não se pode esquecer que os estereótipos exercem uma grande influência em relação à manutenção ou mudança linguística e que uma das principais características atribuídas a eles diz respeito à persistência, rigidez e resistência à mudança. Sendo assim, os estereótipos agregados ao /R/ caipira tendem a se manter ativos. Mas, há que lembrar, também, que outra crença estereotipada é encontrada nos depoimentos dos informantes: aquela que atribui ao falar campineiro uma pronúncia intermediária.

As opiniões estereotipadas também exercem um papel muito importante na sociedade, uma vez que resguardam o homem de enxergar a realidade quando esta é perturbadora e desconcertante, como afirma Lippmann (2008). Assim, pode-se argumentar que essa crença, relacionada a uma pronúncia suave, intermediária ou menos marcada, funciona como um escudo, que protege aqueles que se abrigam sob ele. Não é à toa que se sustenta esse estereótipo, pois, uma vez mantido, passa a funcionar como defesa da posição que se quer assegurar na sociedade: no caso da maioria dos campineiros, estabelecer um limite entre Campinas – a capital do interior – e as demais cidades do interior paulista. As questões relacionadas a essa temática, que estão estreitamente relacionadas ao aspecto linguístico que aqui se discute, serão retomadas futuramente em outras pesquisas.

Considerações finais

Em depoimento, os informantes afirmam que o /R/ campineiro distingue-se do rótico característico do dialeto paulista – o /R/ caipira – por ser mais suave ou “intermediário”. Entretanto, a análise acústica desses dados mostrou que é o /R/ caipira que eles produzem, mesmo quando procuram estabelecer distinções entre as formas de pronúncia do rótico. Assim, há uma contradição entre a afirmação

encontrada na maioria dos depoimentos e a pronúncia do rótico emitida por esses informantes. Pode-se dizer que essa contradição é apenas aparente, pois os falantes costumam se referir às formas linguísticas que consideram prestigiosas socialmente e não àquelas que, de fato, fazem parte do seu repertório linguístico. Os informantes campineiros se veem como se produzissem a pronúncia que julgam prestigiosa. Esse resultado confirma a segunda hipótese desta pesquisa.

LEITE, Cândida Mara Britto. Study of the linguistic variation of rhotics in Campinas native accent. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.129-155, 2015.

- **ABSTRACT:** *This article presents the results of a research study that investigated a variation in a linguistic segment of the Campinas native accent found in the city of Campinas, SP, Brazil: the /R/ in the syllabic coda position. The hypothesis that guided this research is that the rhotic in the Campinas native accent is in a more advanced state in relation to its attenuation than in speech in other towns in the interior of São Paulo state, causing it to be either vocalized or erased. This attenuation would account for the auditory impression of the study's informants, who believe they utter a variation of /R/ assessed as 'intermediate' and which they view as proper to Campinas native accent. The selected corpus comprises data collected from twelve informants from the interior of the state of São Paulo. The data were recorded and analyzed acoustically and statistically. The theoretical foundation adopted was that of Fant's Acoustic Theory of Speech Production (1960) in conjunction with a sociolinguistic framework. The results show that there is linguistic variation of the rhotic and that the most frequent variety is the caipira /R/. These findings contradict the alleged existence of an /R/ characteristic of Campinas native accent.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic variation. Rhotics. Acoustic phonetics.*

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; SANDALO, M. F. S. Os róticos revisitados. In: DA HORA, D.; COLLISHONN, G. (Org.). **Teoria linguística: fonologia e outros temas**. João Pessoa: Editora Universitária: UFPB, 2003. p.144-180.

AMARAL, A. **O dialeto caipira: gramática, vocabulário**. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

BONET, E.; MASCARÓ, J. **On the representation of contrasting rhotics**. Universidade Autônoma de Barcelona, 1996.

BRANDÃO, S. F. Nas trilhas do -r retroflexo. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v.10, n.2, p.265-283, 2007.

_____. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

CAGLIARI, L. C. **Elementos de fonética do português brasileiro**. 1981. 185f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CALLOU, D.; MORAES, J. A.; LEITE, Y. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado**. v.VIII. Campinas: Ed. da UNICAMP: FAPESP, 2002. p.537-555.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Coord.). **A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. v.2. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

CASTRO, V. S. **A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros**. 2006. 285f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CUNHA, C. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

FANT, G. **Acoustic theory of speech production**. 2.ed. The Hague; Paris: Mouton, 1970.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

HARRIS, J. Flaps, trills, and syllable structure in Spanish. **MIT Working Papers in Linguistics**, Cambridge, MA, v.42, p.81-108, 2002.

_____. **Spanish phonology**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1969.

HEAD, B. F. Propriedades fonéticas e generalidades de processos fonológicos: o caso do “r caipira”. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.13, p.5-39, 1987.

_____. Subsídios do atlas prévio dos falares baianos para o estudo de uma variante dialetal controvertida. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.1, p.21-34, 1978.

_____. O estudo do “r-caipira” no contexto social. **Revista de Cultura Vozes**, [s.l.], v.67, n.8, p.43-49, 1973.

HEWSTONE, G.; GILES, H. Social groups and social stereotypes. In: COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. (Org.). **Sociolinguistics: a reader**. New York: St. Martin's Press, 1997. p.271-283.

LABOV, W. **The stratification of English in the New York City**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1982.

_____. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolinguística**, Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p.49-85.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

LADEFOGED, P. **A course in phonetics**. 4.ed. New York: Harcourt College Publishers, 2001.

LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. Rhotics. In: LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. **The sounds of the world's languages**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. p.215-245.

LEITE, C. M. B. **O /R/ em coda silábica no falar campineiro**. 2010. 225f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. **Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco**. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LINDAU, M. Phonetic differences in Nigerian languages. **UCLA Working Papers in Phonetics**, Los Angeles, n.51, p.105-113, 1980a.

_____. The Story of /ɾ/. **UCLA Working Papers in Phonetics**, Los Angeles, n.51, p.114-119, 1980b.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Trad. J. A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MELO, G. C. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

RODRIGUES, A. N. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

ROSSI, N. et al. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SELKIRK, E. The Syllable. In: HULST, H.; SMITH, N. (Ed.). **The structure phonological of representations: part II**. Dordrecht: Foris, 1982. p.337-383.

SEMEGHINI, U. C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

SNYDER, M.; TANKE, E. D.; BERSCHEID, E. Social perception and interpersonal behavior: on the self-fulfilling nature of social stereotypes. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v.35, n.9, p.656-666, 1977.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. 4.ed. London: Penguin Books, 2000.

_____. **The social differentiation of English in Norwich**. London: Cambridge University Press, 1974.

WATZLAWICK, P. Profecias que se autocumprem. In: WATZLAWICK, P. (Org.). **A realidade inventada**: como sabemos o que cremos saber? Trad. J. P. Santos. Campinas: Editorial Psy II, 1994. p.95-116.

Recebido em março de 2012

Aprovado em fevereiro de 2014

PERCEPÇÃO E PRODUÇÃO DOS PADRÕES DE VOT DO INGLÊS POR APRENDIZES BRASILEIROS: O PAPEL DE MÚLTIPLAS PISTAS ACÚSTICAS SOB UMA PERSPECTIVA DINÂMICA

Ubiratã Kickhöfel ALVES*
Márcia Cristina ZIMMER**

- RESUMO: Neste trabalho, a partir de uma concepção dinâmica de aquisição fonético-fonológica de L2, investigamos a percepção (identificação e discriminação) e a produção dos padrões de *Voice Onset Time* (VOT) das plosivas iniciais do inglês por 32 aprendizes do Sul do Brasil. Partimos da premissa de que, sobretudo entre aprendizes com nível básico de proficiência, o VOT não se mostra como pista acústica prioritária para as distinções funcionais de sonoridade. Os resultados dos testes de percepção mostram que, independentemente do nível de proficiência dos aprendizes (básico ou avançado), o VOT tomado unicamente não se faz suficiente para a distinção entre /p/, /t/, /k/ e /b/, /d/, /g/. Tais resultados, que exercem influência sobre os dados de produção, corroboram uma visão dinâmica de aquisição de L2, a partir da qual múltiplas pistas acústicas agem em conjunto nas distinções entre sons, cabendo ao aprendiz saber selecionar aquelas pistas com caráter mais primordial no sistema a ser adquirido.
- PALAVRAS-CHAVE: Percepção de L2. Produção de L2. Língua inglesa. VOT. Pistas Acústicas.

Introdução

O processo de aquisição fonético-fonológica de uma Segunda Língua (L2)¹ caracteriza-se como complexo e dinâmico por natureza. Muitas variáveis, agindo em conjunto, mostram-se fundamentais para o entendimento desse complexo quadro. No que diz respeito à percepção e à consequente produção dos sons da língua-alvo, múltiplas pistas acústicas podem agir em conjunto no estabelecimento das diferenças funcionais entre os sons a serem adquiridos. Nesse sentido, adquirir uma LE implica a capacidade do aprendiz de detectar, em termos de percepção, aquelas pistas acústicas que se mostram produtivas no

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre – RS – Brasil. 91501-970 – ukalves@gmail.com.

** UNIRITTER – Centro Universitário Ritter dos Reis. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre – RS – Brasil. 90840-440 – marcia.zimmer@gmail.com.

¹ No presente trabalho, não se faz distinção entre os termos Segunda Língua e Língua Estrangeira, ou entre os termos 'Aquisição' e 'Aprendizagem'.

sistema-alvo, e, posteriormente, no que concerne à produção, fazer uso majoritário dessas pistas acústicas, de caráter não redundante, para o estabelecimento das diferenças fonológicas do sistema de LE.

Um exemplo bem claro, a ser discutido no presente trabalho, diz respeito à aquisição dos padrões de *Voice Onset Time* (VOT) do inglês por aprendizes brasileiros. No inglês, as plosivas surdas /p/, /t/, /k/ são produzidas com um intervalo de VOT longo, também chamado de VOT Positivo (aspiração). Esse aspecto fonético constitui a pista principal para a distinção entre segmentos surdos e sonoros, na língua alvo (SCHWARTZHAUPT; ALVES; FONTES, 2013). Entretanto, em um estudo piloto prévio, Alves e Zimmer (2012) sugeriram que a duração do VOT, entre aprendizes brasileiros, não parecia ser a pista fundamental para a distinção entre segmentos surdos e sonoros do inglês, ao contrário do que ocorre com falantes nativos dessa língua, em que a presença/ausência de aspiração se revela como a pista majoritária para que os segmentos sejam identificados como surdos ou sonoros. No caso do falante de Português Brasileiro, outras pistas acústicas, tais como a intensidade da explosão do segmento plosivo e o valor de F0 da vogal seguinte, podem estar exercendo um papel majoritário nessas diferenças funcionais. Com base em tal possibilidade, seria possível explicar, também, o fato de que aprendizes brasileiros, mesmo em nível avançado de proficiência, acabam por não produzir valores de VOT semelhantes àqueles encontrados no padrão nativo (ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011).

Em outras palavras, seguindo-se premissa estabelecida no estudo piloto de Alves e Zimmer (2012), é possível que a pista acústica VOT, ao ser tomada isoladamente, não seja suficiente para a distinção, em termos perceptuais, entre /p, t, k/ e /b, d, g/ do inglês. Casos semelhantes têm sido discutido em estudos recentes, como os de Sundara (2005), Oh (2011) e Kong, Beckman e Edwards (2012). Nos trabalhos em questão – que se voltam à investigação do francês canadense, do coreano e do japonês, respectivamente – pistas acústicas adicionais, tais como a intensidade de explosão do segmento plosivo e o valor de F0 da vogal seguinte, mostram-se determinantes, como os detalhes acústicos principais, na distinção entre os segmentos surdos e sonoros.

Tal constatação tem implicações diretas no que diz respeito ao entendimento do processo de aquisição de uma língua estrangeira (LE). Ao considerarmos que os segmentos constituem conjuntos de múltiplas pistas acústicas, falantes das diferentes línguas do mundo (ou ainda, em escala menor, dos seus dialetos) tendem a selecionar algumas pistas acústicas prioritárias para caracterizar as distinções funcionais entre os segmentos naquele dado sistema. Em termos de modelos perceptuais de aquisição de L2, tal constatação pode ser explicada satisfatoriamente pelo *Perceptual Assimilation Model-L2* (PAM-L2 – BEST;

TYLER, 2007). Conforme explicam Antoniou et al. (2011), tal proposta tem por base o modelo da Fonologia Gestual de Browman e Goldstein (1992, 1993, 2000). Considerando-se o arcabouço da Fonologia Gestual, seguindo-se Goldstein e Fowler (2003), pode-se pensar no gesto como “moeda comum” de análise entre conhecimento fonológico, percepção e produção. Nesse sentido, “[...] ao adquirirem uma L2, os aprendizes estão sendo expostos a um novo conjunto de gestos articulatórios, incluindo novas relações de faseamento e padrões de coordenação entre estes gestos.” (ANTONIOU et al., 2011, p.560).

A partir da premissa de que “[...] os átomos fonológicos são ações públicas, então eles são diretamente responsáveis pela estrutura nos sinais acústicos de fala, que, por sua vez, provêm informação diretamente a respeito dos átomos fonológicos.”, (GOLDSTEIN; FOWLER, 2003, p.179), verificamos, neste trabalho, de que modo a exposição a uma pista acústica, que constitui evidência de um gesto de status distintivo na língua-alvo, pode exercer modificações na percepção e na produção do sistema de interlíngua do aprendiz.

Dessa forma, no presente trabalho, com base em testes de percepção e produção, discutimos o possível caráter redundante do VOT para a distinção entre plosivas surdas e sonoras do inglês por parte de aprendizes brasileiros. O trabalho apresenta, portanto, os seguintes objetivos principais: (i) Avaliar se os aprendizes, em dois diferentes níveis de proficiência, se mostram capazes de distinguir diferentes padrões de VOT, produzidos por falantes nativos do inglês; (ii) Investigar se os aprendizes dos dois grupos de proficiência produzem padrões de VOT que se mostrem semelhantes àqueles encontrados na língua-alvo; (iii) Com base nos resultados dos dois objetivos anteriores, discutir o papel do VOT como uma pista acústica suficiente, entre aprendizes brasileiros de inglês, para determinar distinções funcionais entre plosivas surdas e sonoras.

Metodologia

Participantes

O estudo contou com 34 participantes, todos naturais da cidade de Porto Alegre – RS. Os aprendizes foram organizados, de acordo com o *Oxford Placement Test Online*², em dois níveis de proficiência: 24 aprendizes de nível básico (níveis A1 e A2, de acordo com o Marco Comum Europeu) e 10 avançados (níveis C1 e C2). Nenhum participante havia recebido instrução formal sobre pronúncia até a

² O *Oxford Placement Test Online* é um teste de nivelamento validado, realizado de forma online a partir do *site* <www.oxfordenglishtesting.com>. Para maiores informações a respeito do teste, vejam-se os artigos de Pollitt (2007) e Purpura (2007).

data de realização dos testes. Todos os informantes realizaram testes de Percepção (Identificação e Discriminação) e Produção.³

Testes de Percepção

Os estímulos foram gravados, em um estúdio profissional, por seis falantes nativos de inglês norte americano (3 homens e 3 mulheres), que se encontravam vivendo no Sul do Brasil há menos de 6 meses. Esses seis falantes leram uma lista contendo três pares mínimos do inglês (*bit – pit, dick – tick, gill – kill*), sendo cada par iniciado por um diferente ponto de articulação, seguido por uma vogal alta, contexto que facilita a produção de intervalos de VOT mais longos (YAVAS; WILDERMUTH, 2006). Para que fosse garantida a qualidade dos estímulos de áudio, solicitamos, a cada um dos falantes, que a lista de palavras-alvo fosse lida três vezes, para que os melhores *tokens* pudessem ser escolhidos para a construção dos testes de percepção.

As plosivas produzidas pelos seis falantes nativos de inglês apresentaram três diferentes padrões de VOT. As plosivas surdas (*pit, tick, kill*) foram sempre realizadas com VOT Positivo (aspiração), enquanto que /b, d, g/ (*bit, dick, gill*) foram produzidos com pré-vozeamento, ou seja, vibração de pregas vocais durante a etapa da closura (VOT Negativo) e com VOT Zero (sem pré-vozeamento ou aspiração, de modo que o vozeamento do segmento vocálico seguinte iniciasse logo após a explosão), uma vez que esses dois padrões ocorrem, variavelmente, na produção de tais plosivas do inglês (LISKER; ABRAMSON, 1964; ABRAMSON; LISKER, 1973; DOCHERTY, 1992; SIMON, 2010).

Além de termos incluído esses três padrões de VOT nas tarefas perceptuais, contamos, também, com estímulos manipulados no software *Praat – Version 5.3.48* (BOERSMA; WEENINK, 2013), para que pudéssemos obter o padrão que denominamos de VOT Zero Manipulado. Para a construção desse padrão, foram reduzidos os intervalos de VOT dos segmentos aspirados (VOT Positivo), de modo que obtivéssemos uma plosiva que apresentasse a mesma duração de VOT de um segmento sonoro do inglês (padrão VOT Zero), mas que, ao mesmo tempo, mantivesse as outras pistas acústicas que caracterizam uma plosiva surda da língua inglesa. Esse padrão se mostra de grande importância, pois, do contraste de tal padrão manipulado com o Zero Natural, poderemos obter insumos que nos permitam avaliar se o VOT constitui a pista acústica majoritária, empregada por aprendizes brasileiros, na distinção entre plosivas surdas e sonoras.

³ Com relação aos aspectos éticos da pesquisa, cabe informar que todos os participantes preencheram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a partir do qual os aprendizes foram informados dos procedimentos de coleta de dados, bem como dos riscos e benefícios da pesquisa, além de terem sido informados acerca do fato de que poderiam retirar sua participação em qualquer uma das etapas do desenvolvimento do estudo.

Tanto o teste de Identificação quanto o de Discriminação contaram, portanto, com os quatro padrões de VOT supracitados: VOT Negativo, VOT Positivo, VOT Zero Natural e VOT Zero Manipulado. Ambos os testes de percepção foram elaborados no *software Praat* versão 5.3.48 (BOERSMA; WEENINK, 2013). Nas seções que seguem, descreveremos cada um dos testes.

Teste de Identificação

No Teste de Identificação, os aprendizes foram expostos a estímulos que consistiam em palavras individuais (um dos membros de um dos três pares mínimos descritos acima) e eram convidados a clicar em um botão que indicasse a consoante inicial da palavra que haviam escutado (/p/, /b/, /t/, /d/, /k/ or /g/). Os estímulos foram apresentados em ordem aleatória. A tarefa contava com 48 questões de identificação, sendo que cada um dos padrões de VOT testados (Negativo, Positivo, Zero Natural e Zero Artificial) era apresentado em 12 questões cada (com 4 questões para cada um dos pontos de articulação).

Teste de Discriminação

O Teste de Discriminação apresentava o formato AxB. Nessa tarefa, os estímulos apresentados aos aprendizes eram caracterizados por tríades de palavras. Os participantes deviam indicar se a consoante inicial da segunda palavra é a mesma daquela apresentada na primeira (ex. *bit – bit – pit*) ou na terceira palavra (*bit – pit – pit*), ou se as três palavras eram iniciadas com a mesma consoante (ex. *pit – pit – pit*).

Três tipos de contrastes entre os padrões foram testados na tarefa AxB: (i) VOT Negativo vs. Zero VOT Manipulado (12 questões – 4 para cada ponto de articulação); (ii) VOT Negativo vs. VOT Positivo (12 questões); e (iii) VOT Zero Manipulado vs. VOT Positivo (12 questões). Outros possíveis contrastes, tais como VOT Zero Não Manipulado vs. VOT Negativo, bem como VOT Zero Não-Manipulado vs. VOT Zero Artificial, não foram incluídos no experimento por fins de delimitação, visto que estudos anteriores (ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011) já haviam evidenciado que os aprendizes tendem a discriminar o último desses dois contrastes. Além dos três tipos de contrastes empregados, o teste também contou com nove questões do tipo *catch trial* (três para cada tipo de articulação).⁴

⁴ Os *catch trials* são questões que apresentam a mesma consoante inicial na tríade (ex. *pit – pit – pit*) e têm o objetivo de testar a atenção dos aprendizes à tarefa. Como as respostas obtidas para os *catch trials* apresentaram altos índices de acurácia, indicando, dessa forma, o envolvimento dos participantes com a tarefa, os resultados dessas questões não serão discutidos neste artigo, por fins de delimitação.

Testes de Produção

Os mesmos aprendizes que participaram dos testes de percepção realizaram dois testes de produção, em língua portuguesa e em língua inglesa, cujas descrições serão apresentadas no que segue.

Produção de palavras em português brasileiro

Os aprendizes foram solicitados a ler palavras dissilábicas, apresentadas isoladamente, iniciadas pelos segmentos /p/, /k/, /b/, /g/ e seguidas por uma vogal anterior alta, correspondente ao mesmo contexto fonético-fonológico utilizado nos testes de percepção. Palavras iniciadas por /t/ e /d/ não foram incluídas no instrumento pelo fato de o dialeto de L1 dos aprendizes apresentar o fenômeno de palatalização da alveolar frente a [i] como praticamente categórico (KAMIANECKY, 2002). Para fins de delimitação, neste trabalho, apresentaremos os resultados referentes às plosivas surdas /p/ e /k/.

O teste contou com dois *types* para cada uma das consoantes-alvo (além de 8 *types* de palavras distratoras, iniciadas por segmentos que não os plosivos). Cada um dos *types* era produzido duas vezes, totalizando 4 *tokens*, produzidos por cada participante, para cada uma das consoantes. As palavras eram apresentadas em um arquivo do Microsoft PowerPoint (.ppt), cada uma em um slide diferente. A gravação em áudio foi realizada com um microfone *headset* Philips modelo SHM 3550, em um laptop da marca Sony Vaio, modelo PCG-31311X, com o uso do *Software Audacity* (2015) – Versão 2.0.5.

Produção de palavras em inglês

Neste instrumento, também caracterizado pela leitura de palavras-alvo apresentadas individualmente em slides de um arquivo .ppt, as palavras-alvo eram iniciadas pelos segmentos /p/, /t/, /k/, /b/, /d/, /g/ e seguidas por uma vogal frontal alta (ex. *pit*, *tip*, *kit*). Tendo em vista os objetivos do presente estudo, neste artigo, reportaremos apenas os valores de VOT das palavras iniciadas pelas plosivas surdas /p/, /t/, /k/.

Além das palavras distratoras, o teste contava com 3 *types* para cada consoante. Cada *type* era produzido duas vezes, o que totalizava 6 *tokens* para cada consoante por participante. Assim como no teste em português, as gravações foram feitas num computador Sony Vaio PCG-31311X, com um microfone *headset* Philips, modelo SHM 3550.

Hipóteses

Apresentamos, no que segue, as hipóteses que serviram de base para o estudo. Todas as hipóteses seguem a premissa de que, em um nível mais básico de proficiência, os aprendizes não apresentam o VOT como a principal pista acústica para a distinção entre plosivas surdas e sonoras, ao passo que, em um nível avançado de adiantamento de LE, tal pista já tenha assumido um status prioritário.

As hipóteses serão apresentadas de acordo com o teste a que se referem (Identificação, Discriminação ou Produção).

Hipóteses do Teste de Identificação

H1: No que diz respeito à tarefa de identificação dos padrões VOT Negativo (/b/, /d/ /g/ do inglês) e VOT Positivo (/p/, /t/, /k/ do inglês, com aspiração), não haverá diferenças significativas entre os resultados obtidos dos dois grupos de proficiência.

Motivação para a hipótese: mesmo que não guiados pelo VOT, os aprendizes de nível básico identificarão o padrão de VOT Negativo como vozeado e o VOT Positivo como surdo, uma vez que tais aprendizes baseiam suas respostas em outras pistas acústicas, tais como a intensidade da explosão (plosivas surdas apresentam intensidade mais forte), que os leva a uma correta caracterização do vozeamento dessas consoantes. Os aprendizes mais avançados, por provavelmente seguirem o VOT como pista majoritária, também identificarão os dois padrões como caracterizadores de segmentos surdos e sonoros, respectivamente.

H2: Com relação à identificação do padrão de Zero VOT Não Manipulado, não haverá uma diferença significativa entre os grupos básico e avançado.

Motivação: alunos de nível mais básico de proficiência não tenderão a identificar tais consoantes como surdas, uma vez que eles podem estar sendo guiados, na identificação, pela pista acústica referente à intensidade da explosão (*burst*). Aprendizes de nível mais avançado também estarão sendo guiados pelo padrão de VOT da L2, de modo que a pequena duração do intervalo de VOT os leve a identificar essas consoantes como vozeadas.

H3: No que concerne à identificação do padrão de VOT Zero Manipulado, haverá uma diferença significativa entre os estudantes nos dois níveis de proficiência.

Os aprendizes de nível elementar basearão a identificação nas pistas que se mostram prioritárias na L1 (pistas outras que não o VOT) e, portanto, não identificarão tal padrão como surdo, uma vez que, com exceção da redução do intervalo de aspiração, todas as outras propriedades acústicas desse som manipulado levam à identificação desse padrão como /p/, /t/, /k/; por sua vez, os participantes com um grau mais avançado de proficiência irão identificar tais segmentos como vozeados, uma vez que tomarão o VOT como pista acústica prioritária na identificação, e seguirão o padrão de VOT do inglês, de acordo com o qual plosivas com VOT Zero caracterizam segmentos sonoros.

Hipóteses do Teste de Discriminação

H4: No que diz respeito à discriminação entre os padrões VOT Negativo vs. VOT Positivo, hipotetizamos que não haverá uma diferença estatisticamente significativa entre os resultados obtidos dos participantes de nível básico e avançado de proficiência.

Motivação: os aprendizes dos dois grupos de proficiência serão capazes de discriminar entre *tokens* de /b/, /d/, /g/ e /p/, /t/, /k/, mesmo que por meio de diferentes pistas acústicas, uma vez que hipotetizamos que apenas os aprendizes avançados fazem uso dos padrões de VOT.

H5: Quanto à discriminação entre VOT Negativo e VOT Zero Manipulado, hipotetizamos que haverá uma diferença estatisticamente significativa entre os resultados obtidos dos dois grupos de proficiência.

Motivação: esperamos que os aprendizes de nível básico apresentem altos índices de discriminação, uma vez que eles estarão sendo guiados por pistas outras que o VOT, o que os levará a considerar o padrão de VOT Negativo (com intensidade de explosão fraca) como vozeado, e o VOT Zero Manipulado (com intensidade de explosão forte) como surdo. Os aprendizes avançados, por outro lado, serão guiados pela pista de VOT: uma vez que ambos os padrões são caracterizados por uma duração de VOT bastante curta, esperamos que os dois padrões não sejam discriminados por esses aprendizes.

H6: Com relação à discriminação entre VOT Zero Manipulado e VOT Positivo, também hipotetizamos que haverá uma diferença estatisticamente significativa entre os resultados obtidos dos dois grupos de proficiência.

Motivação: os aprendizes com proficiência básica apresentarão baixos índices de discriminação, uma vez que eles não tomam o VOT como o principal fator em suas respostas. Já os aprendizes de nível de proficiência alta, guiados pelo VOT como pista prioritária, discriminarão esses dois padrões, uma vez que

o primeiro apresenta um VOT curto, enquanto que o segundo é caracterizado pela aspiração.

Hipóteses referentes ao teste de produção

H7: Em cada um dos grupos (considerados separadamente), haverá uma diferença significativa entre as durações de VOT de /p/ e /k/ encontradas em português e em inglês.

Motivação: ainda que os aprendizes possivelmente não tenham atingido valores de VOT semelhantes àqueles encontrados na língua inglesa, em função, inclusive, de o VOT não ser tomado como pista majoritária em termos perceptuais, os participantes já fazem uso parcial da pista de VOT para sinalizar, com uma duração maior, as plosivas surdas do inglês.

H8: Não haverá diferenças significativas entre as durações de VOT produzidas pelos dois grupos no que diz respeito à produção do padrão de VOT Positivo.

Motivação: a hipótese em questão segue a literatura prévia (ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011), que tende a mostrar que, independentemente do nível de proficiência dos aprendizes, os valores de VOT não chegam a ser produzidos de acordo com o padrão nativo. Embora tanto aprendizes de nível básico quanto de nível avançado já consigam identificar plosivas aspiradas como surdas (conforme estabelecido em nossa primeira hipótese), e mesmo que o VOT já seja a pista prioritária apresentada (pelo menos entre os aprendizes de nível avançado), partimos da hipótese de que tais fatos não necessariamente se mostram como condições que garantam valores de VOT próximos do padrão nativo, de modo que não haja diferenças significativas nos valores produzidos por ambos os grupos.

Descrição e discussão dos dados

Esta seção está subdividida em três partes que tratam da descrição e discussão dos dados de identificação, discriminação e produção, respectivamente.

Identificação

Apresentamos, nesta seção, os dados referentes aos testes de Identificação. Como se observa na Tabela 01, independentemente do nível de proficiência dos aprendizes o padrão VOT Negativo (pré-vozeamento) é identificado, quase que categoricamente, como vozeado (99,31%, $m=12^5$ – nível básico e 96,67%,

⁵ m =mediana;

m=12 – nível avançado). Testes de Mann-Whitney não apontaram diferença significativa entre os dois grupos nas identificações dos segmentos como surdos (U=108,00, p= ,121) ou sonoros (U=112,5; p=,487). Tal fato não surpreende, uma vez que na própria língua materna dos aprendizes, o pré-vozeamento já corresponde a uma pista que indica a presença de um segmento vozeado. Dados recentemente coletados por nosso grupo de pesquisa evidenciam que, pelo menos no dialeto gaúcho do Português Brasileiro, o pré-vozeamento dos segmentos /b/, /d/, /g/ não se mostra como categórico, havendo, portanto, instâncias de produção desses segmentos exibindo o padrão VOT Zero. Isso fortalece o argumento de que, ainda que importante, o pré-vozeamento talvez não seja uma pista autossuficiente para a distinção entre segmentos surdos e sonoros nesse dialeto. Estudos sobre a identificação de plosivas /b/, /d/, /g/ sem vozeamento de PB (ALVES; ZIMMER, 2012) são fundamentais para o aprofundamento das discussões a respeito do efetivo papel exercido por essa pista acústica nas distinções funcionais de sonoridade em nossa língua. Assim, mesmo que o VOT não venha a ser a única pista para a identificação de tais segmentos como vozeados, pistas adicionais, tais como a força de explosão do segmento plosivo, explicariam os resultados, pois segmentos vozeados, tanto em português quanto em inglês, são produzidos com uma força de explosão mais fraca (LISKER; ABRAMSON, 1964).

Tabela 1 – Resultados do Teste de Identificação⁶
(12 questões por padrão de VOT).

Padrões de VOT	Grupo Básico		Grupo Avançado	
	Surdo	Sonoro	Surdo	Sonoro
Negativo	0% 0/288	99,31% 286/288	3,33% 4/120	96,67% 116/120
Zero Natural	27,43% 79/288	69,1% 199/288	25% 30/120	71,67% 86/120
Zero Artificial	57,29% 165/288	39,93% 115/288	76,67% 92/120	16,67% 20/120
Positivo	91,67% 264/288	2,78% 8/288	98,33% 118/120	0% 0/120

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados dos autores.

⁶ São apresentados aqui os índices referentes às respostas corretas com relação à escolha do ponto de articulação das consoantes. Não são apresentados os percentuais de escolha das alternativas [t], [d], [k], [g] em casos em que o estímulo consistia em uma bilabial surda ou sonora, por exemplo) Tal fato explica o porquê de a soma dos índices percentuais não corresponder a 100% das respostas fornecidas.

No que diz respeito à identificação do padrão VOT Positivo (aspiração), os resultados também confirmam o esperado: em ambos os níveis de proficiência, a identificação de tais segmentos como surdos se mostra praticamente categórica (básico – 91,67%, m=12; avançado – 98,33%, m=12). Testes de Mann-Whitney não demonstraram haver diferenças significativas entre os dois grupos, em suas identificações dos segmentos como surdos ($U=76,500$; $p=,051$) ou sonoros ($U=100,00$; $p=,175$). Este resultado confirma o observado em estudos prévios (ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011; ALVES; ZIMMER, 2012), que sugerem que segmentos aspirados do inglês são facilmente identificados pelos aprendizes. Ressaltemos, nesse sentido, que os segmentos do inglês, assim como as plosivas surdas de nossa língua, são produzidos com grande força de explosão – dessa forma, mesmo que o VOT não seja a pista prioritariamente usada pelos aprendizes, as respostas tenderão a apontar, praticamente de forma categórica, tais segmentos como surdos. Com base nesses resultados, confirma-se, assim, a Hipótese 1: independentemente de qual a pista majoritariamente seguida, não houve diferenças entre os dois grupos de proficiência no que diz respeito à identificação do vozeamento referente aos padrões de VOT Negativo e VOT Positivo.⁷

No que diz respeito ao padrão Zero Não Manipulado, verificamos que os aprendizes em ambos os níveis de proficiência preferem identificá-lo como sonoro (básico: 69,71%, m= 8,00; avançado: 71,67, m=10,00). Testes de Mann-Whitney demonstraram não haver uma diferença significativa entre os dois grupos, no que diz respeito à identificação dos segmentos como surdos ($U=111,00$; $p=,727$) ou sonoros ($U=103,00$; $p=,510$). Estes resultados vão ao encontro do que era por nós hipotetizado, uma vez que prevíamos que não haveria diferenças significativas entre os dois grupos na identificação do vozeamento das consoantes com esse padrão. Entretanto, comentários adicionais precisam ser feitos com relação à motivação da nossa hipótese inicial: conforme havíamos previsto, os dois grupos tenderiam a identificar tal padrão como vozeado por diferentes vias: os aprendizes de nível básico fundamentariam suas respostas em pistas que não o VOT (tal como a intensidade da explosão), enquanto que os participantes de nível avançado, por já atentarem ao VOT como pista principal e por já terem aprendido que o padrão de VOT Zero Não Manipulado equivaleria a consoantes sonoras no inglês, fariam uso dos padrões da L2 para responder à tarefa. Cabe, dessa forma, verificar se as respostas fornecidas pelos aprendizes fundamentam-se, efetivamente, nessas possibilidades levantadas. Para tal tarefa, a observação do padrão Zero Manipulado, a seguir, se mostrará de grande valia.

⁷ Nas discussões da identificação dos próximos padrões, retomaremos essa questão para sugerirmos que o VOT não é efetivamente seguido por nenhum dos dois grupos de proficiência.

Com relação ao padrão VOT Zero Manipulado, os dados da Tabela 01 nos mostram que, frente a esse padrão artificial, os aprendizes apresentam maior dificuldade ao tentarem identificar os segmentos como ‘surdos’ ou ‘sonoros’. Essa indefinição mostra-se ainda mais clara no nível básico, em que 57,29% dos dados (m=6,00) são identificados como surdos, ao passo em que 39,95% dos *tokens* (m= 5,00) são identificados como sonoros. A preferência fica um pouco mais clara entre aprendizes de nível avançado, cujos 76,67% dos dados são identificados como surdos (m= 9,00). De acordo com a Hipótese 3, esperávamos que os aprendizes de nível avançado já seguissem a pista de VOT e, por conseguinte, já identificassem tais segmentos como sonoros, diferentemente do que ocorreria com os aprendizes básicos, que identificariam o Zero Manipulado como surdo por seguir pistas como a intensidade de explosão do segmento. Isso não ocorreu em nossos dados; pelo contrário, aprendizes avançados apresentam, ainda que discretamente, índices mais altos de preferência pela identificação de tais segmentos como /p/, /t/, /k/. Nossa terceira hipótese, portanto, não foi confirmada. Mais do que isso, os dados aqui relatados sugerem, também, pistas outras, além do VOT, que exercem ação na identificação das consoantes surdas e sonoras, de modo que os participantes não tomem por base unicamente a presença ou ausência de aspiração para fornecer suas respostas. Cabe mencionar que o mesmo experimento, quando realizado com falantes nativos de inglês, obteve altos índices de identificação do padrão Zero Manipulado como sonoro, confirmando a tendência de que os falantes nativos de inglês se baseiam na ausência/presença de aspiração para identificar sonoridade, mesmo frente a segmentos de natureza híbrida (SCHWARTZHAUPT; ALVES; FONTES, 2013).

Tal constatação leva-nos a retomar, ainda, os resultados referentes ao Padrão Zero Natural, para o qual não havíamos previsto diferença significativa entre grupos, ainda que os aprendizes de diferentes proficiências baseassem suas respostas em diferentes pistas acústicas. De fato, considerando-se que o padrão VOT Zero se encontra presente nas consoantes /p/, /t/ e /k/ do sistema de L1 dos aprendizes,⁸ poderíamos ter previsto uma preferência pela identificação das consoantes com padrão Zero Não Manipulado como surdas, o que tampouco foi verificado nos dados. A identificação desse padrão como sonoro também serve, de antemão, como um argumento para a possibilidade de os aprendizes estarem sendo guiados por outros aspectos além do VOT, ao basearem suas respostas. Ademais, os dados do padrão Zero Manipulado parecem indicar que, independentemente do grau de proficiência dos aprendizes, a duração de VOT não é a pista considerada para as respostas providas pelos aprendizes. Nesse sentido, a ausência de diferenças significativas entre os dois grupos talvez

⁸ E, conforme já exposto anteriormente, pelo menos em menor grau, em alguns casos de produção de /b/, /d/ e /g/, no dialeto gaúcho, o que representaria uma evidência adicional para o fato de o VOT não constituir, tampouco nos seus dialetos de L1, a pista principal entre esses aprendizes.

não se deva ao fato de que os aprendizes estejam seguindo pistas prioritárias diferentes, que, ainda assim, resultem em um mesmo padrão de identificação, mas, sim, que, independentemente do nível de proficiência dos aprendizes, o VOT não constitui a pista prioritária para a distinção entre segmentos surdos e sonoros. Frente a essa constatação, concluímos, também, que tampouco os padrões VOT negativo e VOT positivo são identificados como sonoro e surdo, respectivamente, através do VOT, independentemente do nível de proficiência dos aprendizes.

Evidências adicionais para a constatação de que o VOT não corresponde à pista prioritariamente atentada por nenhum dos dois grupos de proficiência poderão ser verificadas na seção que segue, ao tratarmos dos dados de Discriminação.

Discriminação

Apresentamos, nesta seção, os resultados referentes ao Teste de Discriminação, detalhados na tabela 02. No que diz respeito ao contraste VOT Negativo vs. VOT Positivo, os dados da Tabela 02 nos mostram altos índices de discriminação nos níveis básico (acuidade=76,74%, $m=9,00$; igualdade=9,72%, $m=.50$) e avançado (acuidade=93,33%, $m=11,50$; igualdade=2,5%; $m=0$). Testes de Wilcoxon não apontaram diferenças significativas entre os grupos (Acuidade: $U=76,500$, $p=.087$; Igualdade: $U=79,000$, $p=0,082$). De fato, conforme havíamos previsto, independentemente se fosse por meio da mesma pista acústica ou por pistas acústicas diferenciadas (ou seja, em que apenas o grupo avançado atentaria à pista acústica do VOT), os resultados se mostrariam os mesmos, de modo que os padrões de VOT Negativo e VOT Positivo fossem altamente discriminados.

No que tange ao contraste entre o VOT Negativo vs. Zero Manipulado, esperávamos encontrar uma diferença significativa entre grupos, uma vez que, ao seguirem o VOT como pista prioritária, os aprendizes de nível avançado não diferenciariam entre os dois padrões (pois, no falar nativo, tanto o VOT Negativo quanto o Zero Natural são usados nas produções das plosivas sonoras), ao passo que os aprendizes de grau básico, ao serem guiados por pistas tais como a intensidade do *burst*, discriminariam entre o VOT Negativo (com explosão fraca) e o Zero Manipulado (que, apesar de ter um curto intervalo de VOT, apresentava uma explosão forte). Contudo, os resultados da tabela 02 parecem ir de encontro à quinta hipótese, pois apontam para índices de respostas de igualdade ainda mais baixos para aprendizes de nível avançado do que para os básicos.

Tabela 2 – Resultados do teste de discriminação (12 questões por contraste).⁹

Padrões de VOT	Grupo Básico		Grupo Avançado	
	Acuidade	Igualdade	Acuidade	Igualdade
Negativo x Zero Artificial	45,49% 131/288	29,51% 85/288	64,17% 77/120	25% 30/120
Negativo x Positivo	76,74% 221/288	9,72% 28/288	93,33% 112/120	2,5% 3/120
Zero Artificial x Positivo	34,03% 98/288	45,49% 131/288	38,33% 46/120	50,83% 61/120

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados dos autores.

De fato, ambos os grupos (com uma supremacia do grupo avançado – 64,17%, $m=8,00$) tendem a julgar os dois padrões como diferentes. Tal fato constitui argumento adicional para a proposta de que o VOT não está sendo tomado como pista prioritária para a distinção entre segmentos surdos e sonoros, e ainda deixa claro que tal fato não abrange unicamente aprendizes de nível básico, mas, também, participantes com grau avançado de proficiência.

Finalmente, observemos os dados referentes ao contraste VOT Zero Manipulado vs. VOT Positivo. Os dados da Tabela 02 evidenciam que esse foi o contraste para o qual os aprendizes se mostraram mais inseguros em suas respostas, ao considerarmos tanto os aprendizes de nível básico (acuidade = 34,03%, $m= 4,00$; igualdade = 45,49%, $m= 5,00$) quanto os de nível avançado (acuidade = 38,33%, $m = 5,50$; igualdade = 50,83%, $m= 6,50$), sendo que ambos os grupos apresentam uma leve preferência por considerar esses dois padrões como iguais. Testes de Mann-Whitney demonstraram não haver uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos (acuidade: $U=104, 500$, $p=,555$; igualdade: $U=105,000$, $p=,569$). É contrariada, assim, nossa Hipótese 6, que previa que haveria uma diferença significativa entre os dois grupos, uma vez que esperávamos que, ao passo em que os aprendizes avançados, guiados pelo VOT, discriminassem entre os dois padrões, os participantes básicos apontassem um alto índice de igualdade entre os padrões. Entretanto, o que verificamos é que os aprendizes de ambos os níveis de proficiência, frente a tal contraste,

⁹ Na Tabela 02, 'acuidade' corresponde aos índices de respostas corretas fornecidas na tarefa AxB (por exemplo, em [p]at, [p]at and [b]at, os aprendizes deveria responder que X apresenta a mesma consoante que em A, não B); 'Igualdade1' corresponde às ocorrências em que os aprendizes não discriminaram X de A ou B, de modo a considerarem que as consoantes iniciais das três consoantes eram iguais. Nesta tabela, não apresentamos os índices de respostas incorretas, que correspondem àquelas escolhas em que os aprendizes escolheram a opção A ao invés da resposta correta B, ou vice-versa.

tendem a apresentar a mesma preferência, de modo a preferirem a responder que os dois padrões se mostram iguais.

Em suma, os resultados do teste de Discriminação corroboram os índices previamente verificados nos resultados do teste de Identificação, de modo a corroborar que o VOT não se mostra como a pista prioritariamente seguida por aprendizes de nível básico e, nem mesmo, pelos aprendizes de grau avançado na LE, para os quais pensávamos que, assim como verificado entre falantes nativos (SCHWARTZHAUPT; ALVES; FONTES, 2013), a presença/ausência de aspiração corresponderia ao fator preponderante para as respostas por eles fornecidas. Na seção que segue, verificaremos as possíveis implicações de tais resultados nos dados de produção dos segmentos.

Teste de Produção

Os resultados do Teste de Produção em Português Brasileiro (PB) são apresentados na Tabela 03, na qual são reportados valores de VOT surpreendentemente altos para o Português Brasileiro. Ainda que estudos prévios (GEWEHR-BORELLA; ZIMMER; ALVES, 2011; VEIGA-FRANÇA, 2011; ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011; SCHWARTZHAUPT, 2012) já tenham evidenciado a possibilidade de ‘semiaspiração’ da plosiva velar no dialeto gaúcho, surpreende-nos, sobretudo, os valores médios de 24,33 ms ($m = 24,00$) no nível básico e 33,00 ($m = 33,5$) no nível avançado, no que diz respeito à produção de palavras iniciadas pelo segmento bilabial /p/.

Tabela 3 – Resultados do teste de produção de palavras em PB

Consoante	Básico (24)		Avançado (10)	
	<i>Tokens</i>	Média (DP)	<i>Tokens</i>	Média (DP)
/ p /	133	24,13 (5,44)	51	33,00 (7,18)
/ k /	139	55,71 (20,09)	57	51,7 (23,09)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados dos autores.

Frente a esses dados, não se pode negar a possibilidade de que, sobretudo entre os aprendizes de nível avançado, a fala em L1 dos aprendizes esteja sofrendo transferência dos padrões de VOT da L2 (SANCIER; FOWLER, 1997; COHEN, 2004), de modo que os intervalos de VOT em L1 expressos na Tabela 03 não reflitam as durações efetivamente produzidas por falantes monolíngues do dialeto do Sul do Brasil. Tal possibilidade, de fato, não se mostra imprevisível frente a uma perspectiva dinâmica de aquisição de linguagem, de acordo com

a qual qualquer mudança em um dos sistemas linguísticos do falante podem implicar modificações substanciais em todos os demais sistemas linguísticos, refletindo-se, portanto, em termos de influência não somente da L1 para a L2, mas, também, da L2 para a L1, ou sobre as diversas línguas utilizadas pelo aprendiz (L3 e assim por diante), (DE BOT; LOWIE; VERSPOOR, 2007; BECKNER et al., 2009; BLANK, 2013).

A observação dos dados da Tabela 4, referente à produção de palavras da língua inglesa, deixa claros valores mais altos para /p/ (básico: 45,04, m=45,50; avançado: 34,4, m=31,5) e /k/ (básico: 68,87, m=67,50; avançado: 79,8, m=82,5) na L2 do que na L1. Corrobora-se, parcialmente, a nossa Hipótese 7, que previa que, em cada um dos níveis de proficiência, haveria uma diferença estatisticamente significativa entre os valores de VOT encontrados na L2 e aqueles encontrados na L1. De fato, testes de Wilcoxon demonstraram haver uma diferença significativa nas produções tanto no nível básico ($Z=-2,702$, $p=,007$) quanto em nível avançado ($Z=-2,193$, $p=,028$) nas produções de /k/, resultado esse não plenamente verificado no caso de /p/, em que uma diferença significativa foi encontrada, apenas, na comparação dentro do nível básico (/p/: $Z=-4,03$, $p=,000$), provavelmente pelo fato de os intervalos de VOT dessa consoante se mostrarem bastante altos já na própria L1 dos aprendizes de grau avançado.

Tabela 4 – Resultados do teste de produção de palavras em língua inglesa

Consoante	Básico (24)		Avançado (10)	
	<i>Tokens</i>	Média (DP)	<i>Tokens</i>	Média (DP)
/ p /	136	45,04 (16,71)	53	34,40 (15,25)
/ t /	131	59,04 (13,56)	57	58,40 (17,52)
/ k /	131	68,87 (21,42)	60	79,80 (14,95)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados dos autores.

Questionamentos poderiam ser feitos a respeito das diferenças significativas encontradas. Afinal, já que o VOT, conforme discutido nos resultados referentes aos testes de percepção, não se mostra como a pista prioritariamente adotada pelos aprendizes, como explicar o fato de as produções em L2 já se encontrarem com intervalos de aspiração mais longos do que aqueles encontrados na L1? Como resposta a esse questionamento, julgamos necessário considerar, primeiramente, o fato de os participantes não tomarem o VOT como pista acústica prioritária, conforme discutido nas seções anteriores. Isso não implica que tais aprendizes não possam perceber e reconhecer a pista em questão como um aspecto da fonologia do inglês. Em outras palavras, é possível que a aspiração já seja percebida como um

detalhe alofônico, necessário para a produção de fala “sem sotaque” do inglês, mas que não seja tomada como pista acústica funcionalmente prioritária na distinção fonológica entre segmentos surdos e sonoros, conforme já diferenciamos. Dessa forma, os aprendizes poderiam, até certo grau, produzir a aspiração como um detalhe de redução de sotaque, porém uma necessidade de produção de tal pista como necessária para o estabelecimento de distinções fonológicas ainda não se faria sentir. Tal distinção funcional estaria sendo instanciada, dessa forma, a partir da ação conjunta de múltiplas pistas acústicas, corroborando uma concepção dinâmica de aquisição de linguagem, ou, ainda, a partir de uma pista prioritária outra que não o VOT.

Além disso, também é necessário levar em conta que, apesar de apontadas tais diferenças estatisticamente significativas, os dados sugerem que, ainda que as durações de aspiração na L2 se mostrem mais longas do que aqueles intervalos de tempo encontrados nos dados de L1, as produções em L2 não são, ainda, semelhantes ao padrão nativo. Conforme explicam Cho e Ladefoged (1999), os valores de VOT padrão, na língua inglesa, equivalem a 55 ms para /p,/ 70 ms para /t/ e 80 ms para /k/. Ao verificarmos que, ainda que os aprendizes já não mais produzam os valores de VOT que realizam na L1, os intervalos de duração de aspiração apresentam, na L2, um valor intermediário entre L1 e L2, o que serve como argumento adicional para o fato de que o VOT possui, entre os aprendizes, um caráter de importância alofônica, mas não prioritário, para a distinção funcional entre segmentos surdos e sonoros.

Foi justamente o valor intermediário de VOT, já vastamente descrito pela literatura de interlíngua português-inglês (ALVES; SCHWARTZHAUPT; BARATZ, 2011), que nos motivou elaborar nossa oitava e última hipótese. De acordo com a Hipótese 8, não haveria diferenças significativas entre as durações de VOT produzidas por aprendizes básicos e avançados de inglês. Ao formularmos tal hipótese, encontramos embasamento não somente nos dados empíricos dos trabalhos supracitados, mas, também, na própria concepção dinâmica de aquisição de linguagem que norteia o presente estudo. Considerando-se que, embora o aprendiz seja capaz de perceber e discriminar os sons da língua-alvo, a produção dos segmentos da língua-alvo exige que o aprendiz consiga abandonar o *timing* dos articuladores da L1, de modo a ser capaz de orquestrar os articuladores de acordo com a temporalidade e o ritmo da L2 (ZIMMER; ALVES, 2012). Assim, parecia-nos possível que, a despeito do fato de os aprendizes proficientes já seguirem o VOT como pista prioritária, diferenciando segmentos surdos de sonoros em função da presença/ausência de aspiração, esses participantes com proficiência apropriada ainda não teriam adquirido a temporalidade do VOT na língua estrangeira, uma vez que a percepção dos padrões de VOT implicaria um requisito necessário, mas não suficiente, para a produção de aspiração.

Testes de Mann-Whitney demonstraram não haver, realmente, diferenças significativas entre níveis de proficiência para /p/ (U=74,000, p=,082), /t/ (U=114,500, p=,835) ou /k/ (U=84,000, p=,173). A discussão já realizada sobre os dados de percepção na seção anterior, entretanto, nos possibilita considerar outra explicação para esses dados: uma vez que, conforme visto, o VOT não se mostra como a pista prioritária para a identificação e a discriminação de segmentos em nenhum dos dois níveis de proficiência, tal fato provavelmente esteja sendo refletido nos próprios dados de produção. Em outras palavras, a pouca diferença entre os dois níveis de proficiência, no que concerne aos intervalos de VOT produzidos, não diz respeito unicamente à dificuldade de adquirir a temporalidade da L2, mas, sobretudo, provavelmente se deve ao fato de, mesmo em termos perceptuais, a distinção entre segmentos surdos e sonoros estar sendo instanciada por pistas acústicas outras além do VOT. Uma vez que o VOT, pelo menos entre os aprendizes aqui investigados, não parece ser a pista prioritária para a percepção dos sons, tampouco tal detalhe fonético será o fundamental para a distinção entre os sons produzidos por esses aprendizes, de modo que percepção e produção se encontrem altamente relacionados.

Os aprendizes, então, podem estar assumindo que a não produção, ou a produção parcial, da duração longa do VOT no inglês não necessariamente desempenhará papéis detrimenais para a inteligibilidade. Tal fato pode ser reforçado em um contexto de comunicação entre brasileiros (o que é o caso da maior parte dos contextos de instrução em língua estrangeira em nosso país, em que os aprendizes tendem a compartilhar a mesma L1), que, ao compartilharem das mesmas pistas acústicas majoritárias, dispensariam da duração do VOT para a distinção entre /p/, /t/, /k/ e /b/, /d/, /g/. Uma efetiva necessidade do emprego majoritário de tais pistas somente se faria sentida em casos de comunicação entre falantes brasileiros e falantes nativos (ou aprendizes) de inglês que fazem efetivo uso da pista de VOT para o estabelecimento da distinção funcional entre os sons, ou, a partir de um trabalho de instrução explícita acerca do fenômeno (MOTTA; ALVES, 2013), cujos efeitos ainda precisam ser mais amplamente investigados.

Em suma, os resultados do teste de produção evidenciam que, na língua-alvo, os valores de VOT produzidos pelos aprendizes de ambos os níveis de proficiência já se mostram superiores aos da L1. Tais valores, entretanto, não se mostram ainda semelhantes aos encontrados no falar nativo, o que nos levou à sugestão de que, embora o aprendiz já reconheça a necessidade de produção de um VOT mais longo para a redução do sotaque, de modo que tal pista acústica adquira um caráter “alofônico”, tal detalhe fonético ainda não é tomado, pelos participantes, como o principal para a distinção entre segmentos surdos e sonoros.

Considerações finais

Neste trabalho, partimos da premissa inicial de que aprendizes básicos de inglês não tomam o VOT como pista primordial para a distinção entre segmentos surdos e sonoros do inglês. Todas as hipóteses elaboradas relacionavam-se à ideia de que haveria uma diferença entre aprendizes de nível básico e avançado de proficiência, uma vez que, enquanto o VOT não se caracterizaria como a pista principal para iniciantes na L2, participantes de nível avançado de proficiência, por sua vez, fariam uso da presença/ausência de aspiração para distinguir segmentos surdos de sonoros do inglês, tanto em termos de percepção quanto de produção.

Os resultados apresentados neste trabalho, entretanto, evidenciam que, apesar de nossas expectativas iniciais, nem mesmo os participantes com alto nível de proficiência parecem ter feito uso do VOT como pista principal para a distinção entre /p, t, k/ e /b, d, g/. Independentemente do grau de adiantamento do aprendiz, parece-nos que, sem instrução formal, os aprendizes continuam fazendo uso das pistas acústicas que se mostram prioritárias para a distinção de sonoridade em seus sistemas de L1. Tal fato refletiu-se, conforme evidenciado na seção anterior, tanto nos dados de percepção quanto nos de produção.

É preciso deixar claro, entretanto, que o objetivo do presente trabalho foi mostrar se o VOT poderia ser caracterizado, entre aprendizes de VOT, como uma pista suficiente para as distinções de vozeamento. Ao termos verificado a importante ação de outra(s) pista(s) acústica(s), estudos adicionais precisam, ainda, ser desenvolvidos, para que possamos determinar, claramente, quais aspectos acústicos estão em jogo. Interessa sobretudo determinar se a distinção de sonoridade, para tais aprendizes, se instancia através do somatório de diversas pistas acústicas que agem em conjunto, ou, ainda, se há uma pista acústica que se mostra prioritária e autossuficiente, que, tomada unicamente, se mostre capaz de dar conta de tais distinções. Conforme já mencionado, estudos de Sundara (2005), Oh (2011) e Kong, Beckman e Edwards (2012) levam-nos a sugerir que pistas como a intensidade da explosão e as transições de F0 desempenham um papel fundamental no que diz respeito a essa questão, em termos acústicos. Ao ressaltarmos a importância de estudos futuros sobre a questão, cabe-nos evidenciar a importância do presente estudo, por ter confirmado nossa hipótese de que o VOT, tomado isoladamente, não se mostra como uma pista suficiente para a distinção de sonoridade entre aprendizes brasileiros de inglês.

Os resultados aqui apresentados vão ao encontro de uma perspectiva gestual, de acordo com a qual a moeda comum, tanto da percepção quanto da produção, seria o gesto fonológico (GOLDSTEIN; FOWLER, 2003). Considerando-se o fenômeno analisado neste trabalho, a simples exposição à pista do VOT não se mostrou suficiente para que os aprendizes adquirissem o gesto da L2. Uma possível

explicação talvez resida no fato de que, conforme apontado por Goldstein e Fowler (2003), vários são os estudos, na própria aquisição de L1, que apontam para uma dificuldade maior de aquisição de contrastes referentes a ações de órgãos menos visíveis. No caso do presente estudo, o papel distintivo da laringe possivelmente não foi adquirido em função de o aprendiz basear suas distinções fonológicas em constelações gestuais e *timing* (duração ou tempo de execução/faseamento gestual) proceduralizados em sua L1. A formação gestual que resultaria na aspiração, para esses aprendizes, pode estar assumindo um caráter meramente alofônico, de modo que, frente à ação de outros órgãos envolvidos na pauta gestual, para os aprendizes, na língua-alvo, a ação da laringe não venha a assumir um caráter distintivo. É possível que, no caso da L2, a abstração dos movimentos usados para atingir determinada articulação na L2 sofra a influência da abstração gestual da L1, já automatizada pela memória procedimental. Assim, no caso do VOT, o aprendiz pode muito bem interpretar que uma duração mais longa da laringe com grau de constrictão aberta não assumiria um caráter distintivo, mas, sim, estaria assumindo o mesmo papel frente a um único objetivo articulatório, que corresponde ao da sua língua materna.

Os resultados deste estudo chamam a atenção para uma série de outros artigos acerca do tema, cujas questões têm sido investigadas pelos membros de nosso grupo de pesquisa. Primeiramente, a observação dos dados de produção deste trabalho deixa claro que efeitos da L2 sobre a produção na língua materna precisam ser mais amplamente investigados. Além disso, não sendo o VOT a principal pista seguida por brasileiros, julgamos necessário, portanto, chamar a atenção do aprendiz para que ele passe a atentar para a importância da pista acústica do VOT na distinção entre plosivas surdas e sonoras na língua-alvo, estudos que versam sobre o papel da instrução explícita (MOTTA; ALVES, 2013) e do treinamento perceptual se fazem, portanto, de grande relevância. Nesse sentido, podemos mencionar outra contribuição da área de Aquisição Fonético-Fonológica de LE: contribuir, direta ou indiretamente, com a Linguística Aplicada de Ensino de Línguas Estrangeiras (ALVES, 2012). As conclusões obtidas no presente trabalho, portanto, abrem caminho para uma série de discussões e uma vasta agenda de investigações acerca do papel de pistas acústicas majoritárias, tais como o VOT, nas distinções funcionais em sistemas de língua materna e de interlíngua.

ALVES, U. K.; ZIMMER, M. C. Perception and production of English VOT patterns by Brazilian learners: the role of multiple acoustic cues in a DST perspective. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.157-180, 2015.

- **ABSTRACT:** *In this study, departing from a dynamic conception of L2 phonetic-phonological acquisition, we investigate 32 Southern Brazilian learners' perception (identification and discrimination) and production of VOT patterns of initial stops in English. We initially*

hypothesized that, especially among learners with a basic level of L2 proficiency, VOT was not the main acoustic cue employed in the perception of voicing distinctions. Our results show that, regardless of the learners' proficiency level (basic or advanced), VOT is not a sufficient cue for the distinction between /p/, /t/, /k/ and /b/, /d/, /g/. These results, which have an influence on the lower VOT values found in our production data, conform with a dynamic view of L2 acquisition, according to which multiple acoustic cues play a role in language acquisition, forcing learners to tune in to the most important cue(s) in the target language.

- **KEYWORDS:** VOT. Second language acquisition. Acoustic cues.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, A.; LISKER, L. Voice-Timing Perception in Spanish Word-Initial Stops. **Journal of Phonetics**, London, n.1, p.1-8, 1973.

ALVES, U. K. Pesquisa em aquisição de L2 e ensino: um relacionamento possível (mas não necessariamente garantido). In: LEFFA, V.; ERNST, A. (Org.) **Linguagens: Metodologias de Ensino e Pesquisa**. Pelotas: EDUCAT, 2012. P.233-252.

ALVES, U. K.; SCHWARTZHAUPT, B. M.; BARATZ, A. H. Percepção e produção dos padrões de VOT do inglês (L2) por aprendizes brasileiros. In: FERREIRA-GONÇALVES, G.; BRUM-DE-PAULA, M. R.; KESKE-SOARES, M. **Estudos em Aquisição Fonológica**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011. p.3-4.

ALVES, U. K.; ZIMMER, U. K. The Dynamics of Perception and Production of VOT Patterns in English by Brazilian Learners. In: MELLO, E.; PETTORINO, M.; RASO, T. (Ed.). **Proceedings of the VIIth GSCP International Conference: Speech and Corpora**. Firenze: Firenze University Press, 2012, p.223-227.

ANTONIOU, M. et al. Inter-Language Interference in VOT Production by L2-Dominant Bilinguals: Asymmetries in Phonetic Code-Switching. **Journal of Phonetics**, London, v.39, p.558-570, 2011.

AUDACITY. Software livre. Disponível em: <www.audacity.sourceforge.net>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BECKNER, C. et al. Language is a Complex Adaptive System: Position Paper. **Language Learning**, Ann Arbor, v.59, suppl.1, p.1-26, 2009.

BEST, C. T.; TYLER, M. D. Nonnative and Second-Language Speech Perception: Commonalities and Complementarities. In: BOHN, O.-S.; MUNRO, M. J. **Language Experience in Second Language Speech Learning: Studies in Honor of James Emil Flege**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p.13-34.

BLANK, C. A. **A influência grafo-fônico-fonológica na produção oral e no processamento de priming em multilíngues**: uma perspectiva dinâmica.

2013. 226f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat**: Doing Phonetics by Computer. Version 5.3.48. 2013. Disponível em <www.praat.org>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Competing Constraints on Intergestural Coordination and Self-Organization of Phonological Structures. **Bulletin de la Communication Parlee**, Cedex, n.5, p. 25-34, 2000.

_____. Dynamics and Articulatory Phonology. In: VAN GELDER, T.; PORT, R. F. (Ed.). **Mind as motion**. Cambridge: MIT Press, 1993, p.51-62.

_____. Articulatory Phonology: An overview. **Phonetica**, Basel, n.49, p.155-180, 1992.

CHO, T.; LADEFOGED, P. Variation and Universals in VOT: Evidence from 18 Languages. **Journal of Phonetics**, London, n.27, p.207-229, 1999.

COHEN, G. **The VOT Dimension**: a Bidirectional Experiment with English and Brazilian-Portuguese Stops. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Língua Inglesa) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DE BOT, K.; LOWIE, W.; VERSPOOR, M. A Dynamic Systems Theory approach to second language acquisition. **Bilingualism: Language & Cognition**, Cambridge, v.10, n.1, p.7-21, 2007.

DOCHERTY, G. J. **The Timing of Voicing in British English Obstruents**. Berlin; New York: Foris Publications, 1992.

GEWEHR-BORELLA, S.; ZIMMER, M. C.; ALVES, U. K. Transferências grafo-fônico-fonológicas: uma análise de dados de crianças monolíngues (Português) e bilíngues (Hunrückisch-Português). **Gragoatá**, Niterói, v.30, p.201-219, 2011.

GOLDSTEIN, L.; FOWLER, C. A. Articulatory Phonology: a Phonology for Public Language Use. In: MEYER, A. S., SCHILLER, N. O. (Ed.). **Phonetics and Phonology in Language Comprehension and Production**: Differences and Similarities. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.159-207.

KAMIANECKY, F. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades de Porto Alegre e Florianópolis**: uma análise quantitativa. 2002. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

KONG, E. J.; BECKMAN, M. E.; EDWARDS, J. Voice Onset Time is Necessary but not Always Sufficient to Describe Acquisition of Voiced Stops: The Cases of Greek and Japanese. **Journal of Phonetics**, London, v.40, p.725-744, 2012.

LISKER, L.; ABRAMSON, A. A Cross-Language Study of Voicing in Initial Stops: Acoustical Measurements. **Word**, New York, n.20, p.384-422, 1964.

MOTTA, C.; ALVES, U. K. Percepção de padrões de Voice Onset Time por aprendizes brasileiros de inglês: dados de discriminação e identificação. In: JORNADA DE JÓVENES LINGUISTAS, 2., 2013, Buenos Aires. **Resumos...** Buenos Aires, 2013. v.1. p.140.

OH, E. Effects of speaker gender on voice onset time in Korean stops. **Journal of Phonetics**, London, n.39, p.59-67, 2011.

POLLITT, A. **The meaning of OOPT Scores**. 2007. Disponível em: <https://www.oxfordenglishtesting.com/uploadedFiles/Buy_tests/oopt_meaning.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PURPURA, J. **The Oxford Online Placement Test: What does it Measure and How?**. 2007. Disponível em: <http://www.oxfordenglishtesting.com/uploadedfiles/6_New_Look_and_Feel/Content/oopt_measure.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SANCIER, M. L.; FOWLER, C. A. Gestural drift in a bilingual speaker of Brazilian Portuguese and English. **Journal of Phonetics**, London, n.25, p.421-436, 1997.

SCHWARTZHAUPT, B. **Factors influencing Voice Onset Time: analyzing Brazilian Portuguese, English and Interlanguage data**. 2012. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHWARTZHAUPT, B.; ALVES, U. K.; FONTES, A. B. L.; O VOT como pista suficiente para a distinção surdo/sonoro: dados de falantes do inglês americano. In: BRUM DE PAULA, M. (Org.). **4º Seminário de Aquisição Fonológica: Resumos e Programação**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2013. p.26.

SIMON, E. **Voicing in Contrast: Acquiring a Second Language Laryngeal System**. Ghent, Belgium: Academia Press, 2010.

SUNDARA, M. Acoustic phonetics of coronal stops: a cross-language study of Canadian English and Canadian French. **Journal of the Acoustical Society of America**, New York, n.118, p.1026-1037, 2005.

VEIGA-FRANÇA, K. V. **A aquisição da aspiração das plosivas surdas do inglês por falantes do Português Brasileiro: Implicações teóricas decorrentes de duas formas de descrição dos dados**. 2011. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

YAVAS, M.; WILDERMUTH, R. The effects of place of articulation and vowel height in the acquisition of English aspirated stops by Spanish speakers. **IRAL**, Heidelberg, n.44, p.251-263, 2006.

ZIMMER, M. C.; ALVES, U. K. Uma visão dinâmica da produção da fala em L2: o caso da Dessonorização Terminal. **Revista da Abralín**, Brasília, v.11, n.1, p.221-272, 2012.

Recebido em janeiro de 2014

Aprovado em abril de 2014

A FORMALIZAÇÃO DA ASSIMETRIA DA LATERAL EM ONSET E EM CODA DE SÍLABA NO PORTUGUÊS DOS CAMPOS NEUTRAIS PELA OT ESTOCÁSTICA

Aline NEUSCHRANK*
Carmen Lúcia B. MATZENAUER**
Javier E. S. LUZARDO***
Miriam C. CARNIATO****
Raquel Menezes VAZ*****
Roberta Quintanilha AZEVEDO*****

- RESUMO: O foco de análise do presente estudo é a assimetria que a líquida lateral apresenta nas posições de *onset* e de coda de sílaba, uma vez que mostra estabilidade fonética no *onset* e variação na posição de coda. Como o funcionamento da lateral pré e pós-vocálica apresenta diferenças no português e no espanhol, este estudo elegeu, como objeto de análise, o português dos Campos Neutrais, na fronteira Brasil-Uruguai, por seu contato com o espanhol. A base empírica é o português dos Campos Neutrais, emprestada de Espiga (2001), já que, segundo o autor, nessa região a lateral em posição de *onset* se manifesta como alveolar, enquanto pode assumir cinco formas fonéticas na posição de coda: alveolar, velarizada, labializada, vocalizada e zero fonético. A explicitação e a formalização da assimetria da líquida lateral são propostas com base na Teoria da Otimidade Estocástica, por meio de restrições. Com base no mecanismo de alinhamento relacional, o presente estudo propõe restrições de distância de sonoridade inspiradas em Gouskova (2004), dela diferenciando-se por ter a particularidade de considerar a relação entre o *onset* e o núcleo e entre o núcleo e a coda de sílaba.
- PALAVRAS-CHAVE: Líquida lateral. *Onset*. Coda silábica. OT Estocástica. Português dos Campos Neutrais.

* UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil. 96010-000 CP402 – neuschralkaline@gmail.com.

** UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil. 96010-000 CP402 – carmenluc@terra.com.br.

*** UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil – 96010-000 CP402 – javierufpel@gmail.com.

**** UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil – 96010-000 CP402 – mcarniato@bol.com.

***** UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil – 96010-000 CP402 – raquelmvaz@gmail.com.

***** UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas – RS – Brasil – 96010-000 CP402 – robertaquintanilhaa@gmail.com.

Introdução

A líquida lateral é um dos segmentos licenciados, no português, para ocupar as posições de *onset* e de coda de sílaba. Em razão da especificidade de cada constituinte silábico, o comportamento dessa consoante se mostra assimétrico, evidenciando estabilidade fonética no *onset* e variação na posição de coda. Na busca da explicitação e da formalização dessa assimetria, o foco do presente estudo é a discussão da lateral pré e pós-vocálica em uma variante do português que tem contato com o espanhol, com os fundamentos da Teoria da Otimidade Estocástica (OT Estocástica).

O comportamento variável da líquida lateral pós-vocálica é característica compartilhada pelas outras três consoantes que podem ocupar essa posição na sílaba do português. Estudos sobre a lateral em coda silábica, como os de Quednau (1993), de Tasca (1999) e de Espiga (1997, 2001), discutem essa variação e expressam seus condicionamentos linguísticos e sociais, particularmente considerando o português do sul do Brasil. Dentre as motivações sociais para as diferentes formas fonéticas da lateral está o contato linguístico, recorte eleito pelo presente artigo.

Com o objetivo de atribuir tratamento formal, com o suporte da Teoria da Otimidade Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001), ao fenômeno da variação da lateral em posição de coda silábica em razão de contato linguístico, bem como da assimetria que pode haver, no comportamento de segmentos, nas posições de *onset* e de coda silábicos, este estudo selecionou como foco o português dos Campos Neutrais,¹ na fronteira Brasil-Uruguai, por seu contato com o espanhol. Na língua espanhola, a lateral pós-vocálica tende a apresentar, com significativa predominância (ESPIGA, 2001), a forma fonética de lateral alveolar (ex.: du[l] ce, arbo[l]), enquanto no português brasileiro (PB), segundo Quednau (1993) e Collischonn e Quednau (2008), se manifesta preponderantemente com a forma fonética vocalizada [w], em variação com a forma velarizada [ɰ] (ex.: a[w]ma ~ a[ɰ] ma, fina[w] ~ fina[ɰ]). De acordo com Espiga (2001), no PB dos Campos Neutrais, a lateral posvocálica pode assumir cinco formas fonéticas: alveolar [l], velarizada [ɰ], labializada [lʷ], vocalizada [w] e zero fonético. Diferentemente, na posição de *onset*, a lateral manifesta-se como alveolar [l], tanto no espanhol (ex.: [l]ja.na; cons. te.[l]ja.CIÓN) como no português (ex.: [l]ja.ta; es.tre.[l]ja), inclusive no português dos Campos Neutrais.

A opção pela apresentação formal do fenômeno da variação da lateral em *onset* e em coda de sílaba e da assimetria entre tais constituintes silábicos com

¹ **Campos Neutrais** é a designação que recebeu, por portugueses e espanhóis em 1777, uma faixa de terra que se estendia dos banhados do Taim ao Arroio Chuí, no extremo sul do Brasil, onde hoje se localizam duas cidades: Santa Vitória do Palmar e Chuí.

base na OT Estocástica tem o fundamento na reflexão sobre o funcionamento das línguas e sua representação em modelos de análise linguística que operam com restrições em lugar de regras. No presente estudo, busca-se verificar – e este objetivo é somado ao acima exposto – como a OT Estocástica mapeia as relações entre *input* e *output* na gramática dos falantes da variante do PB aqui examinada, levando em conta as restrições de marcação e de fidelidade, tendo em vista o contato com o espanhol.

A base empírica deste estudo é emprestada da Tese de Doutorado de Jorge Espiga (ESPIGA, 2001), considerando-se a acurácia metodológica no tratamento dos dados pelo autor, bem como o seu foco no português falado nos Campos Neutrais.

Base empírica do artigo

Ao longo de toda a fronteira política do Brasil com o Uruguai, fala-se o português, porém um português heterogêneo, que varia de acordo com a região de fronteira considerada. Porque pouco coincide essa fronteira política com a fronteira linguística entre o português e o espanhol, o grau de contato entre ambas as línguas também é variável, sendo essa variabilidade uma das causas da heterogeneidade.

Com foco na região dos Campos Neutrais, o estudo de Espiga (2001) utilizou, como referenciais teóricos, a fonologia e a sociolinguística Laboviana, a fim de discutir aspectos inerentes à representação da lateral pós-vocálica, à sua variação e às condições estruturais dessa variação, bem como os condicionamentos sociais ou extralinguísticos relevantes ao fenômeno. Para a posição de coda silábica, o autor descreve a existência de cinco possibilidades: a lateral alveolar [l], a semivogal [w], um alofone velarizado simples [ɫ], um alofone coronal labializado [l^w] e zero fonético.

A presença de [l^w], como forma interposta entre [ɫ] e [w], foi constatada no plano da variação, e o caráter intermediário e transicional postulado para esta variante permite inseri-la, ainda, na regra telescópica, cujos estágios foram todos detectados na região pesquisada.

A seguir apresentaremos alguns fundamentos básicos da OT Estocástica, posto que é um modelo teórico capaz de dar conta de fenômenos variáveis.

A Teoria da Otimidade Estocástica

A Teoria da Otimidade (OT), modelo proposto por Alan Prince e Paul Smolensky, em 1993, é um modelo de análise linguística que opera através da interação entre

restrições universais. Basicamente, o modelo realiza um mapeamento do *input* (representação subjacente) até o *output* (realização de superfície), através de três componentes: GEN – gera uma lista de candidatos possíveis a *output*, a partir de um *input*; CON – forma um conjunto de restrições violáveis, ordenado de maneira a decidir o “melhor” candidato a *output*; EVAL – faz a escolha do candidato ótimo, a partir das restrições. Nessa abordagem teórica, o processamento linguístico se dá em paralelo, ou seja, a partir de um *input*, vários candidatos a *output* são analisados ao mesmo tempo. O candidato ótimo será aquele que obedecer às restrições que ocupam o lugar mais alto em um *ranking*, sem levar em consideração o número de violações que este candidato incorre às restrições que ocupam uma posição mais baixa.

Temos um exemplo neste *tableau* em (1) abaixo:

Tableau 1 – Quase

<i>/input/</i>	Restrição 1	Restrição 2
☞ <i>output 1</i>		****
<i>output 2</i>	*!	

Fonte: Elaboração própria.

No *tableau* do exemplo anterior, temos, na primeira coluna, o *input* dado e os candidatos a *output* (*output 1* e *2*). Nas demais colunas, temos as restrições dispostas em uma hierarquia de dominância – na qual a restrição 1 está dominando (>>) a restrição 2 – e temos as marcas de violação incorridas por cada candidato a *output* (*). O ponto de exclamação está indicando, ainda, que o candidato a *output 2* teve uma violação fatal e, por isso, está fora da competição pelo candidato ótimo. A mão apontado ao candidato a *output 1* indica que ele foi o vencedor dessa disputa.

Este tipo de relação entre restrições é chamado de dominância estrita, uma noção fundamental na OT. Havendo, por exemplo, um *ranking* do tipo Restrição 1>> Restrição 2>> Restrição 3, o candidato que violar a Restrição 1 estará automaticamente eliminado.

Na proposta apresentada pela OT Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001), os componentes da gramática (CON, GEN e EVAL) têm as mesmas funções da OT Clássica, no entanto, às restrições são atribuídos valores numéricos e é através desses valores que as restrições serão ordenadas em uma hierarquia. Cada restrição receberá dois valores ou pesos numéricos: valor central (*ranking value*) e ponto de seleção (*disharmony*). O valor central representa o centro de uma faixa de valores, que será uma escala composta de 10 pontos; por exemplo:

se o valor central de uma restrição é 20, isto quer dizer que a faixa de valores desta restrição vai de 15 a 25, conforme mostra a representação em (2) abaixo, inspirada em Azevedo (2011).

Figura 1 – Exemplo de faixa de valores para uma restrição



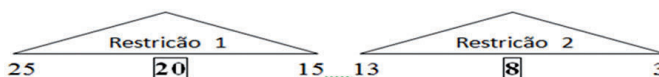
Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, o valor central da restrição não muda (no exemplo acima, será sempre 20), mas o valor de ponto de seleção, a cada momento de produção linguística, poderá ser qualquer valor dentro da faixa (poderá ser 15, 16, 17... 25).

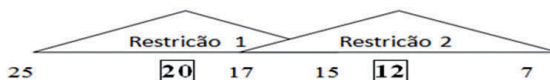
Um aspecto importante da OT Estocástica relaciona-se ao fato de ela estar acompanhada de uma teoria de aprendizagem, sendo vinculada a um algoritmo chamado de Algoritmo de Aprendizagem Gradual (GLA, do inglês *Gradual Learning Algorithm*). A gramática é considerada estocástica porque, a cada avaliação do grupo de candidatos, um ruído é temporariamente adicionado ao valor de ranqueamento de cada restrição, de modo que a gramática possa produzir *outputs* variáveis se o valor central de alguma restrição estiver próximo ao de outra restrição – representações, inspiradas em Azevedo (2011), mostram-se como exemplos em (3) na Figura 2.

Figura 2 – Exemplos de ranqueamentos entre restrições

Exemplo a.:



Exemplo b.:



Fonte: Elaboração própria.

No exemplo (3a), vemos que os valores centrais 20 (restrição 1) e 8 (restrição 2) têm uma diferença superior a 10 ($20 - 8 = 12$). Isso quer dizer que, independentemente do valor de ponto de seleção que a simulação fornecer às restrições 1 e 2, elas sempre manterão a mesma hierarquia: restrição 1 >> restrição 2. Já no exemplo (3b), vemos que a proximidade dos valores centrais das restrições – 20 (restrição 1) e 12 (restrição 2) –, faz com que elas tenham a possibilidade de inverter de posição na hierarquia se o ponto de seleção da restrição 2 for superior ao valor da restrição 1.

O algoritmo terá a função de guiar o sistema linguístico do aprendiz através da remoção de uma restrição, conforme havia sido proposto por Tesar e Smolensky (1998), com a diferença de que o algoritmo GLA vai remover e promover restrições (BOERSMA; HAYES, 2001). Esta proposta serve para dar conta da variação apresentada pelos aprendizes: de acordo com Alves (2009), segundo os fundamentos do algoritmo em questão, o aprendiz recebe um mapeamento *input-output* de cada vez e o estado corrente da gramática é que determina o *output* ótimo.

O algoritmo GLA é sensível aos erros do aprendiz, sendo, portanto, do tipo *error-driven* (BOERSMA; HAYES, 2001). Assim, ele altera o valor das restrições quando o *output* da sua gramática se apresenta diferente do padrão encontrado na linguagem ambiente (erro). Assim, é por meio dos valores fornecidos às restrições que o GLA representa *outputs* variáveis ou categóricas. Valores centrais bem afastados (com distância superior a 10 pontos) representam o resultado categórico, pois diferentes momentos de produção linguística não causam cruzamento na faixa de valores destas restrições (veja-se (3a)). Porém, quando os valores centrais das restrições se apresentam com uma distância inferior a 10 pontos, haveria tendência a cruzamento da faixa de valores, o que poderia alterar o ordenamento das restrições e, conseqüentemente, o candidato ótimo, caracterizando a variação nos *outputs* (veja-se (3b)).

Um apontamento muito importante na interpretação dos resultados se faz necessário quando estamos tratando de probabilidade: o valor central não muda nunca, mas o ponto de seleção varia, e essa variação vai ocorrer com maior probabilidade com valores mais próximos ao do valor central, ou seja, se a faixa de valores de uma restrição vai de 0 a 10 (valor central = 5), é mais provável que tenhamos valores de ponto de seleção próximos a 5 do que próximo aos limites da faixa de valores (0 ou 10). É através desse conceito que o algoritmo consegue não só demonstrar candidatos variáveis (ex.: [saw] ou [sal]), mas também consegue captar a diferença de probabilidade de aparecimento entre eles.²

Desse modo, em se tratando de um trabalho que considera o fenômeno da variação, justifica-se a análise feita nesta pesquisa baseada nos pressupostos da OT Estocástica, vinculada ao GLA, proposto por Boersma e Hayes (2001), capaz de lidar com os *outputs* variáveis presentes nos dados do português dos Campos Neutrais.

² Para executar essas ideias mais precisamente, as faixas de valores das restrições são explicadas como uma distribuição probabilística (BOERSMA, 1997, 1998; HAYES; MACEACHERN, 1998) – distribuição normal (curva de Gauss).

Dados da análise

No presente estudo, são analisados os fatos empíricos da Tese de Doutorado de Espiga (2001), conforme referência na Seção 1 deste artigo. Os dados são originários do projeto BDS Pampa – Banco de Dados Sociolinguísticos da Campanha Sul-Rio-Grandense, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPEL.

A amostra do estudo de Espiga (2001) era composta por 2.963 dados da lateral em posição de coda, submetidos ao sistema VARBRUL.³ Foram analisadas cinco variantes de /l/ pós-vocálico. Dessas análises, é mostrada pelo autor a distribuição das variantes detectadas no escopo da variação, o que demonstra a presença de todos os estágios da regra telescópica na região, conforme está registrado na tabela 1 (ESPIGA, 2001, p.109):

Tabela 1 – Distribuição das variantes da lateral pós-vocálica na região dos Campos Neutrais

	[l]	[ɫ]	[lʷ]	[w]	∅	Total
N	1297	701	903	41	21	2963
%	44	24	30	1	1	100

Fonte: Espiga (2001, p.109).

Os valores que serão utilizados na análise final, no modelo da OT Estocástica, são os percentuais. Tais valores na tabela 1 foram produzidos a partir dos programas IVARB, TVARB e MVARB e encontram-se descritos na última linha da tabela (%). O número de ocorrência para cada variante encontra-se na linha acima do percentual, sob o rótulo de N. O Total (última coluna) descreve a soma da ocorrência de todas as variantes juntas (2963), que resulta nos 100% de frequência.

Apesar de a tabela demonstrar apenas os dados das variantes em coda, o presente estudo não se restringe ao tratamento da lateral nessa posição da sílaba, mas busca diferenciar o comportamento da líquida lateral na coda com aquele observado em *onset* de sílaba. Em posição de *onset*, a líquida lateral mantém a forma fonética como alveolar, tanto no espanhol (“**l**ejos”), como no PB (“**l**ei”) e, conseqüentemente, também no PB dos Campos Neutrais.

Assim, este trabalho busca formalizar a assimetria entre *onset* e coda, considerando o comportamento da líquida lateral na variante do PB falada nos Campos Neutrais.

³ O sistema VARBRUL foi proposto por Cedergren e Sankoff (1974).

A formalização das restrições

A proposição das restrições teve sua base na busca de estabelecer a melhor análise para cada forma fonética que pode representar a lateral pós-vocálica nas margens da sílaba, explorando restrições comprometidas com uma gramática universal – restrições presentes na gramática de qualquer língua, mas diferenciadas por seu *ranking*. Nesse sentido, a escala de harmonia de ponto, dorsais > labiais > coronais (PRINCE; SMOLENSKY, 2004) pareceu ser adequada para estabelecer as diferenças de ponto de articulação entre as líquidas laterais [l, ɭ, lʷ], que são o foco da análise. Como o presente estudo apresenta o comportamento da lateral em posição de coda silábica e em *onset*, a escala de harmonia de ponto será utilizada de modo a respeitar as assimetrias presentes entre os limites das sílabas.

De acordo com o Ciclo de Soância (CLEMENTS, 1990), enquanto na relação *onset* em direção ao núcleo da sílaba a soância aumenta maximamente, do núcleo para a coda, há um decréscimo leve. Isto quer dizer que há uma clara preferência interlinguística por sílabas que iniciem com segmentos menos soantes no *onset* – no caso das laterais, o segmento alveolar seria o mais harmônico [l], com relação às demais possibilidades dadas [ɭ, lʷ, w] – enquanto, na relação núcleo-coda, a preferência é por menor diferença de soância; nesse caso, o segmento mais harmônico seria o glide [w], depois o labial [lʷ], o dorsal [ɭ] e, por fim, o coronal [l].

Logo, a distinção de ponto de articulação entre as variantes encontradas no dialeto dos Campos Neutrais, neste estudo, será dada pelas restrições *lateral{dorsal}, *lateral{dorsal, labial} e *lateral{dorsal, labial, coronal}. A representação de marcação empregada sugere relação de estringência⁴ entre as restrições, o que vai fazer com que a dominância entre os pontos de articulação dorsal >> labial >> coronal esteja presente na análise em forma de subconjuntos de violação, nos quais estruturas mais marcadas causarão a demção das demais restrições na hierarquia.

A partir da reflexão sobre as assimetrias entre as diferentes possibilidades em *onset* e coda silábicos, seria necessário ainda estabelecer e delimitar as distâncias de sonoridade, de um lado, entre o *onset* e o núcleo e, de outro, entre o núcleo e a coda, a partir de uma escala de sonoridade. Uma adaptação à escala de Bonet e Mascaró (1996) serviu, assim, para, além de caracterizarmos as assimetrias existentes entre a coda e o *onset* das sílabas, estabelecermos os segmentos mais harmônicos, de acordo com dada posição silábica.

⁴ A relação de estringência expressa a relação de marcação existente entre os membros de uma escala, formalizada a partir de uma ordem de aquisição de cada um dos membros. Assim, através de subconjuntos, é possível demonstrar aquelas formas mais harmônicas sendo adquiridas primeiro (uma discussão detalhada da relação de estringência pode ser encontrada em Alves, 2008; McCarthy, 2002; Prince, 1997a e 1997b).

As restrições de distância de sonoridade foram baseadas no mecanismo de alinhamento relacional de Gouskova (2004), porém, enquanto Gouskova tenta estabelecer uma relação de distância de sonoridade entre coda e *onset* da sílaba seguinte ou entre *onsets* e codas complexas, a partir de uma escala de sonoridade, neste trabalho, pretendemos retratar as distâncias mais harmônicas entre o *onset* e o núcleo e entre o núcleo e a coda. Assim, na escala de Bonet e Mascaró (1996), temos:

(4)

0 1 2 3 4 5
Oclusivas - r-forte, fricativas – nasais - laterais – r-fraco, glides – vogais

E, na escala de sonoridade que adaptamos para considerar as variantes da lateral alveolar [l] ~ [ɭ e lʷ], teremos a representação mostrada em (5):

(5)

0 1 2 3 4 5 6 7
Oclusivas - r-forte, fricativas – nasais – lateral alveolar – lateral dorsal – lateral labial – r-fraco, glides – vogais
laterais

Dessa forma, será possível dar conta das variantes das laterais presentes na região dos Campos Neutrais, conforme retratam os dados de Espiga (2001).

A partir dos mesmos valores de sonoridade estabelecidos, diferenciamos a distância entre o *onset* e o núcleo e entre o núcleo e a coda, através de valores positivos e negativos.⁵ Como são dados referentes a uma região de fronteira entre as línguas portuguesa e espanhola, podemos afirmar que teremos um núcleo sempre vocálico (ALARCOS LLORACH, 1994; HARRIS, 1983; BISOL, 2005; CÂMARA JÚNIOR, 1985) – valor igual a 7, conforme nossa escala. Por conseguinte, a relação de distância entre o *onset* e o núcleo e entre o núcleo e a coda da sílaba em foco ficou assim estabelecida:

⁵ Os valores positivos e negativos são uma convenção dos autores deste texto para indicar que do *onset* para o núcleo teremos uma diferença de um valor menor para um valor maior (ex.: alveolar[onset] – vogal[núcleo] = 3 – 7 = -4), que faz com que matematicamente o resultado seja negativo. Do núcleo para a coda, essa diferença passa a ser sempre de um valor maior para um menor, fazendo com que o resultado seja sempre positivo (ex.: vogal[núcleo] – alveolar[coda] = 7 – 3 = + 4).

(6)

Distância de sonoridade do onset para o núcleo (ex.: **la.ta**)

Lateral alveolar [l] (valor = 3) – vogal (valor = 7) = Distância = -4

Lateral dorsal [ɭ] (valor = 4) – vogal (valor = 7) = Distância = -3

Lateral labial [lʷ] (valor = 5) – vogal (valor = 7) = Distância = -2

Distância de sonoridade do núcleo para a coda (ex.: a.ni.**mal**)

Vogal (valor = 7) – lateral alveolar [l] (valor = 3) = Distância +4

Vogal (valor = 7) – lateral dorsal [ɭ] (valor = 4) = Distância +3

Vogal (valor = 7) – lateral labial [lʷ] (valor = 5) = Distância +2

Como estamos trabalhando com distâncias de sonoridade entre o núcleo e as posições silábicas *onset* e coda, optamos por representar essa restrição como "Dist_{ONC}⁶", diferentemente das restrições Dist dadas em Gouskova (2004). Assim como tratamos as restrições de ponto (*lateral{ dorsal, labial, coronal}), as restrições DIST_{ONC} também trazem uma relação de estringência, demonstrando na análise as estruturas de caráter menos marcado emergindo primeiro.

As representações que vamos seguir para as restrições de fidelidade estão dentre as três restrições básicas de fidelidade elencadas por McCarthy e Prince (1995, 1999) e são elas: MAX – proibido apagamento e IDENT_{lateral} – proibida a mudança de valores característicos às laterais. A primeira restrição tratou de fazer com que as estruturas com apagamento fossem excluídas da possibilidade de ganharem a disputa pelo candidato ótimo, visto que representam uma variedade estrutural possível, mas muito pouco frequente nos Campos Neutrais. Isso quer dizer que, na organização das restrições, esta restrição deve procurar sempre as posições mais acima ranqueadas. Assim também deve ocorrer com a restrição IDENT_{lateral}, que vai violar aquelas estruturas que não estiverem condizentes com a presença das líquidas laterais, tanto em coda como em *onset* e, dessa forma, aparecerá acima no *ranking*, já que vai violar o que é menos frequentes nas situações consideradas para os Campos Neutrais, como, por exemplo, em coda [a.ni.maø ou a.ni.maw].

O comportamento do *onset* no Português Brasileiro e no Espanhol é o mesmo, porém, quando tratamos de coda, vemos que o Espanhol apresenta uma característica mais marcada com relação ao PB, no que se refere à presença da lateral. A partir do levantamento de dados realizado na região dos Campos Neutrais – região brasileira que faz fronteira com falantes nativos do Espanhol –, tivemos a presença predominante do marcado em coda (alveolar [l]), pelo contato

⁶ ONC = Onset/Núcleo/Coda.

Importante ressaltar que as distâncias entre *onset* lateral dorsal *[ɭa.ta], lateral labial* [lʷa.ta] e glide *[wa.ta], com o núcleo, não são possibilidades na região dos Campos Neutrais, conforme podemos ver na tabela 1; assim, ocultaremos essas distâncias das análises demonstradas nos *tableaux*, já que estariam exercendo um papel redundante, em detrimento da restrição que envolve a distância *onset* lateral alveolar e núcleo [la.ta].

linguístico (veja-se tabela 1). Essa situação inesperada faz com que a relação de estringência não possa captá-la, o que tornou necessária a proposição de uma restrição conjunta, que relaciona as restrições de ponto de articulação e distância de sonoridade ($*DIST_{ONC(2)}$ & $*lateral\{d,l,c\}$), para podermos diferenciar o comportamento da lateral em coda no PB e no Espanhol.

Assim, as restrições responsáveis pela representação dos dados são as seguintes:⁷

- (7)
- IDENT_{lateral}
 MAX
 $*lateral_{(dorsal)}$ $*lateral_{(dorsal, labial)}$ $*lateral_{(dorsal, labial, coronal)}$
 $*DIST_{ONC(-4)}$ $*DIST_{ONC(4)}$ $*DIST_{ONC(3,4)}$ $*DIST_{ONC(2,3,4)}$ $*DIST_{ONC(1,2,3,4)}$
 $*DIST_{ONC(2)}$ & $*lateral\{d,l,c\}$

Descrição e análise dos resultados

A análise dos dados pretende dar conta, à luz da OT Estocástica, da assimetria que há, no comportamento da líquida lateral, nas posições de *onset* e de coda silábicos, na variante do PB falada nos Campos Neutrais.

Em se tratando da lateral na posição de coda de sílaba, a partir da pesquisa de Espiga (2001), foram detectados os estágios da regra telescópica no PB dos Campos Neutrais. No Português Brasileiro, a lateral em posição pós-vocálica tem comportamento predominante de semivogal [saw], enquanto no Espanhol, nesta mesma posição silábica, teremos a presença da alveolar [sal].

Considerando o estágio primitivo da regra – a variante alveolar [l] –, foi detectada a presença de duas outras variantes, a velarizada [ɫ] e a labializada [l^w], como estágios intermediários no processo de vocalização, o que caracterizaria a naturalidade do processo de mudança linguística, na avaliação do estágio de transição entre a forma alveolar e a vocalizada. Conforme a tabela 1, da distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais, vemos que a lateral alveolar [l] predomina, com 44%, seguida das variantes [l^w] e [ɫ], respectivamente com 30% e 24%.

Nos *tableaux* a seguir, fornecidos pelo *software* PRAAT, demonstraremos a hierarquia das restrições para cada possibilidade de candidato ótimo, conforme os dados levantados. Os *tableaux* foram dispostos em ordem de frequência de ocorrência de cada estrutura, da mais frequente [l] para as menos frequentes [w]

⁷ As siglas das restrições nos *tableaux* apresentados no capítulo 3 tiveram de ser adaptadas ao espaço permitido pelo programa PRAAT.

e [ø]. Nos *tableaux* 2 (a) e (b), desde logo são mostradas as duas posições silábicas discutidas neste estudo: a posição de *onset* (2a) e a posição de coda (2b).

(a) *Tableaux* 1 (a) e (b) – Distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais [l]

1(a)

/lama/	IDENT (lat)	*lateral (dors, lab)	*DIST ONC(4)	MAX	*DIST ONC(3,4)	*DIST ONC(1,2,3,4)	*lateral (dors)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST ONC(2,3,4)	*lateral (dor, lab,cor)	*DIST ONC(-4)
ɸlama										*	*
wama	*!										
l ^w ama		*!								*	
ɬama		*!					*			*	
ama	*!			*							

1(b)

/alma/	IDENT (lat)	*lateral (dors, lab)	*DIST ONC(4)	MAX	*DIST ONC(3,4)	*DIST ONC(1,2,3,4)	*lateral (dors)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST ONC(2,3,4)	*lateral (dor, lab,cor)	*DIST ONC(-4)
ɸalma			*		*	*			*	*	
awma	*!					*					
al ^w ma		*!				*		*	*	*	
aɬma		*!			*	*	*		*	*	
ama	*!			*							

Nos *tableaux* 1 (a) e (b), demonstramos o candidato ótimo mais frequente nos Campos Neutrais, que é o candidato com a lateral alveolar [l] tanto na posição de coda (44%) quanto em *onset* (100%). Conforme podemos ver nesses *tableaux*, nossa suspeita de que as restrições de fidelidade (MAX e IDENT_{lateral}) encontrariam seu lugar ranqueadas acima na organização da hierarquia foi confirmada. Como o resultado mais frequente se refere à presença da alveolar [l], seria necessário que as restrições que violassem as estruturas diferentes dessa forma estivessem mais acima ranqueadas para que não ganhassem a disputa pelo candidato ótimo.

Em contraposição, a restrição DIST_{ONC(-4)}, que reflete a distância entre a lateral alveolar [l] e o núcleo vocálico em *onset* – como em [l_a.ta] – vai estar sempre no final da hierarquia nos Campos Neutrais, já que em 100% das vezes essa forma apareceu nos dados de produção da lateral em *onset*. Essa afirmação se

confirma pelo valor central da restrição (88.983), que é o mais baixo com relação às demais – o fato de esse valor ser mais baixo implica que, independentemente do candidato ótimo para a coda, a forma alveolar sempre será o candidato ótimo para o *onset*. Aqui, então, está um registro da assimetria entre *onset* e coda de sílaba. Com esse fato, vemos também que os valores fornecidos pela análise via OTEst são capazes de apresentar diferentes informações sobre o fenômeno da variação. E, para que fosse possível a emergência da lateral alveolar em coda [a_l.ta], as restrições IDENT_{lateral} e *lateral_{dorsal, labial}, bem acima ranqueadas, foram decisivas.

Levando em conta a nossa proposta de trabalhar as restrições em estringência, outra observação deve ser feita com referência à organização das restrições no *ranking*. As restrições menos marcadas, considerando a relação dos subconjuntos de estringência, devem estar ranqueadas mais abaixo. Temos o exemplo da restrição *lateral_{dorsal, labial, coronal} que estará sempre abaixo na hierarquia, com relação à *lateral_{dorsal} *lateral_{dorsal, labial}.

Como o que se quer demonstrar é um fenômeno variável e a emergência de uma regra telescópica, não podemos deixar de notar a configuração dos valores centrais (*ranking value*) dos pesos das restrições, com distância inferior a 10 pontos. Apesar de a restrição *lateral_{dorsal, labial}, representada nos *tableaux* por *lat_{d,l}, estar acima no *ranking* (valor central = 102.066), junto à restrição IDENT_{lateral} (valor central = 106.601), seus valores centrais estão evidenciando que, em outra simulação, podem inverter sua posição com outras restrições, dando espaço à emergência de outro candidato a *output* ótimo, conforme veremos nas demais simulações a seguir.

(b) *Tableaux 2* (a) e (b) – Distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais – escolha de *output* com a variante [ɹ] em coda

2(a)

/lama/	IDENT (lat)	MAX	*DIST ONC(4)	*DIST ONC(1,2,3,4)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*lateral {dors, lab}	*DIST ONC(2,3,4)	*lateral {dors}	*DIST ONC(3,4)	*lateral {dor, lab, cor}	*DIST ONC(-4)
ɹlama										*	*
wama	*!										
l ^w ama						*!				*	
ɬama						*!		*		*	
ama	*!	*									

2(b)

/alma/	IDENT (lat)	Max	*DIST ONC(4)	*DIST ONC(1,2,3,4)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*lateral {dors, lab}	*DIST ONC(2,3,4)	*lateral {dors}	*DIST ONC(3,4)	*lateral {dor, lab, cor}	*DIST ONC(-4)
alma			*!	*			*		*	*	
awma	*!			*							
al ^w ma				*	*!	*	*			*	
ᶲalma				*		*	*	*	*	*	
ama	*!	*									

Nos *tableaux 2* (a) e (b), que demonstram a outra forma ótima possível em coda, a lateral dorsal [ɫ - aɫma], com 24% de ocorrência nos dados, vemos que as restrições de fidelidade permanecem acima no *ranking*. Esta hierarquia, em que fidelidade >> marcação, está sendo fundamental para que possamos demonstrar, como ótimas, aquelas formas que contenham a consoante lateral, tanto em posição de coda, quanto em *onset*.

Interessante observar que, no estágio inicial, trabalhamos com um peso inicial igual a 100 para todas as restrições. Levando em conta que, após a simulação, as restrições não tiveram valores altíssimos, mas valores próximos a 100, podemos afirmar que o algoritmo convergiu em direção ao estágio final. Os valores altos representam que, na busca da gramática alvo, o algoritmo teve de promover as restrições várias vezes sem nunca alcançar o estágio final.

Como os dados dos Campos Neutrais estão revelando que a proximidade física entre os países está impactando na língua dos informantes, e que é o espanhol que está emergindo em maior grau no que se refere à lateral em coda (lateral alveolar), esperaríamos que, após a frequência de 44% nas produções de alveolar em coda, tivéssemos a presença da dorsal (24%) em maior número com relação à labial (30%) – esse seria o ordenamento esperado, considerando o grau de marcação relativo a ponto de articulação dos segmentos. Nesse sentido, os dados mostraram uma quebra do índice decrescente do grau de marcação, e esse fato representa um problema em uma formalização de restrições representadas em relação de estrinência. Para resolver essa situação, a restrição conjunta *DIST_{ONC(2)}&*lateral{d,l,c} teve caráter fundamental, a fim de não permitir que a labial (menos marcada) emergisse antes da lateral dorsal.

A restrição DIST_{ONC(4)}, nesta simulação, justifica a sua importância para a representação do *output* [ɫ] em posição de coda. É o ranqueamento dessa restrição, imediatamente após as restrições de fidelidade IDENT_{lateral} e MAX, que faz com que a alveolar seja desclassificada, dando espaço para que a forma dorsal [ɫ] surja

como candidato a *output* ótimo. E, conforme foi previsto na primeira simulação, a restrição referente à lateral alveolar em *onset* [l] – *DIST_{ONC(-4)} – permanece no final da hierarquia, para que possamos, em todas as simulações, presenciar formas como [l̥o.do], ou seja, com a forma alveolar em *onset*.

(c) *Tableaux* 3 (a) e (b) – Distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais – escolha de *output* com a variante [l^w] em coda

3(a)

/lama/	IDENT (lat)	MAX	*DIST _{ONC(4)}	*lateral _{dors, lab}	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	*DIST _{ONC(3,4)}	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*lateral _{dors}	*lateral _{dor, lab, cor}	*DIST _{ONC(-4)}
ɸlama										*	*
Wama	*!										
l ^w ama				*!						*	
ɬama				*!					*	*	
Ama	*!	*									

3(b)

/alma/	IDENT (lat)	MAX	*DIST _{ONC(4)}	*lateral _{dors, lab}	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	*DIST _{ONC(3,4)}	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*lateral _{dors}	*lateral _{dor, lab, cor}	*DIST _{ONC(-4)}
Alma			*!		*	*		*		*	
Awma	*!				*						
ɸal ^w ma				*	*		*	*		*	
aɬma				*	*	*!		*	*	*	
Ama	*!	*									

A lateral labial [l^w], inserida na regra telescópica entre a lateral dorsal e o glide na posição de coda silábica, atribuiu maior naturalidade à regra, já que impõe simplicidade à derivação entre uma forma velarizada e uma forma vocalizada *ɪ* > *w*. Porém, a partir dos dados, vimos que a forma labial [l^w] é mais frequente do que a dorsal [ɬ], mesmo numa região na qual a influência do espanhol se tem manifestado com maior evidência. Assim, a restrição conjunta, que propusemos para proibir a manifestação da labial, teve que cair no *ranking*, com relação à simulação anterior, para que obtivéssemos como resposta [aɬ^w.ta].

Nesta simulação, temos a restrição IDENT_{lateral} ranqueada bem acima, eliminando da concorrência a candidato ótimo codas com a lateral; temos também

*DIST_{ONC(4)} ranqueada acima para eliminar a lateral alveolar [l] e, ainda, *DIST_{ONC(3,4)} decidindo a disputa e eliminando a lateral dorsal [ɭ], permitindo a emergência da lateral labial.

Conforme vínhamos confirmando nas demais simulações, a restrição *DIST_{ONC(-4)} está bem abaixo no *ranking* e as restrições IDENT_{lateral} e *lateral{d,l} permanecem configuradas de maneira a eliminar qualquer candidato ótimo diferente da lateral alveolar em *onset*, fazendo com que tenhamos, na disputa, vencedores como [li.vro] em *onset* e [paɭv̄.co], em coda.

(d) *Tableaux* 4 (a) e (b) – Distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais – escolha de *output* com a variante [w] em coda

4(a)

/lama/	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	IDENT (lat)	*DIST _{ONC(4)}	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*lateral _{dors,lab}	MAX	*DIST _{ONC(3,4)}	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*lateral _{dors}	*lateral _{dor,lab,cor}	*DIST _{ONC(-4)}
ɸlama										*	*
wama		*!									
l ^w ama					*!					*	
ɭama					*!				*	*	
ama		*!				*					

4(b)

/alma/	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	IDENT (lat)	*DIST _{ONC(4)}	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*lateral _{dors,lab}	MAX	*DIST _{ONC(3,4)}	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*lateral _{dors}	*lateral _{dor,lab,cor}	*DIST _{ONC(-4)}
alma	*!		*				*	*	*	*	
awma	*!	*									
al ^w ma	*!			*	*			*	*	*	
aɭma	*!				*		*	*	*	*	
ɸama		*				*					

(e) *Tableaux* 5 (a) e (b) – Distribuição das variantes na região dos Campos Neutrais – escolha de *output* com o zero fonético na coda

5(a)

/lama/	*DIST _{ONC(4)}	*lateral _{dors, lab}	IDENT _(lat)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST _{ONC(3,4)}	MAX	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	*lateral _{dor, lab, cor}	*lateral _{dors}	*DIST _{ONC(-4)}
lama									*		*
wama			*!								
l ^w ama		*!							*		
ɬama		*!							*	*	
Ama			*!			*					

5(b)

/alma/	*DIST _{ONC(4)}	*lateral _{dors, lab}	IDENT _(lat)	*DIST _{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}	*DIST _{ONC(3,4)}	MAX	*DIST _{ONC(2,3,4)}	*DIST _{ONC(1,2,3,4)}	*lateral _{dor, lab, cor}	*lateral _{dors}	*DIST _{ONC(-4)}
alma	*!				*		*	*	*		
awma			*					*			
al ^w ma		*!		*			*	*	*		
aɬma		*!			*		*	*	*	*	
ama			*			*!					

Apesar da relação de dominância que as restrições mantêm entre si, são os seus valores centrais (*ranking value*) que nos permitem concluir que está havendo variação no resultado final. Podemos ver em todas as simulações realizadas, dos *tableaux* 1 a 5, que as restrições receberam valores centrais tão próximos – com diferença inferior a 10 pontos – que uma restrição que está mais abaixo no *ranking* pôde, em outro momento, estar dominando a hierarquia. Essa é a situação de que estamos nos valendo para demonstrar os resultados variáveis que aconteceram na região dos Campos Neutrais para palavras que tenham a lateral em coda (al₁ma, a.ni.mal).

Porém, conforme Boersma e Hayes (2001), apesar de o ponto de seleção poder receber qualquer valor dentro da faixa de valores, a probabilidade de assumir pesos mais próximos do valor central é maior. Fica claro por que uma possibilidade de variação entre a restrição IDENT_{lateral} (valor central igual a 106.601) e uma restrição como a conjunta (*DIST_{ONC(2)} & *lateral{d,l,c}), com valor central igual a 98.237, é menor do que com relação a uma restrição como DIST_{ONC(4)}, que tem valor central igual a 102.350.⁸ Isso explica por que resultados variáveis, mas menos frequentes,

⁸ Lembramos que os valores centrais (*ranking value*) das restrições não mudam. O que faz com que as restrições alterem sua posição na hierarquia é o valor de ponto de seleção (*disharmony*), que deve mudar a cada simulação

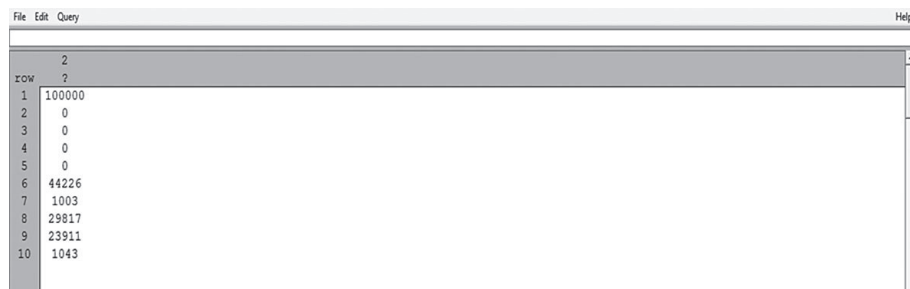
como são os dados de apagamento (1%) e vocalização (1%) em coda no lugar da lateral, devem emergir como ótimos, mas com menor probabilidade.

Se compararmos a hierarquia das restrições resultantes das simulações realizadas (*tableaux* 1 a 5), veremos que as restrições de fidelidade MAX e IDENT_{lateral} mantiveram uma posição alta para todas as simulações em que o *output* ótimo era uma consoante lateral em *onset* e coda [l, ɭ ou lʷ], diferentemente do que podemos perceber nesses últimos *tableaux* 4 e 5, que se referem aos candidatos com apagamento e vocalização da lateral em coda. Assim, vemos a importância das restrições de fidelidade, especialmente IDENT_{lateral}, para a escolha do candidato ótimo.

Para que tivéssemos a forma com apagamento, foi necessário que as restrições de fidelidade MAX e IDENT_{lateral} caíssem no *ranking* e que a restrição *DIST_{ONC(1, 2, 3, 4)} em oposição, subisse, para que as estruturas com a presença de lateral em coda ou vogal fossem imediatamente eliminadas. Para a vitória da forma com a vocalização da lateral em coda (*tableau* 5b), a restrição MAX foi decisiva, com a ajuda de *DIST_{ONC(4)} – que proíbe a lateral alveolar – e *lateral_(dorsal, labial) – que proíbe o aparecimento da lateral dorsal e labial.

A figura 3, a seguir, representa a distribuição probabilística dos *outputs*, realizada a partir do comando “*to output distributions*” no próprio *software* PRAAT, que comprova se a gramática em questão está resultando nos índices percentuais desejados.

Figura 3 – *Output distributions* das variantes na região dos Campos Neutrais



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Boersma e Hayes (2001), temos condições de submeter os nossos candidatos a 100.000 avaliações, para comprovar se a gramática em questão está resultando nos índices percentuais desejados. Pelos resultados representados na tabela 1, podemos confirmar que os valores fornecidos pelo

(cada momento de produção linguística).

algoritmo confirmam exatamente o índice de 100% da produção da lateral alveolar em *onset*, esperado para todas as simulações, bem como os demais percentuais para as estruturas [l, ɭ, l^w e w], esperados em coda. Tais evidências demonstram a acuidade dos valores que o algoritmo nos forneceu.

Considerações finais

Retomando o objetivo de dar tratamento formal, com o suporte da Teoria da Otimidade Estocástica, ao fenômeno da variação da lateral em posição de coda silábica na região dos Campos Neutrais, lembramos que o tratamento dado para a lateral em *onset* no português e no espanhol é o mesmo, porém, temos diferenças significativas quando estamos tratando da coda. Sabendo que os Campos Neutrais são uma região de fronteira entre as duas línguas consideradas e que o contato linguístico se fez evidente nos dados estudados, o resultado da análise mostrou-se pertinente, sendo que as restrições propostas para representar a gramática dos falantes se fizeram fundamentais, tendo sido capazes de explicitar e formalizar tanto a assimetria entre *onset* e coda como as formas de *output* para a posição de coda.

As restrições propostas foram fundamentais para a determinação de algum candidato ótimo – destacamos, a seguir, a relação entre restrições que foi relevante para a escolha dos diferentes *outputs* para a lateral pós-vocálica:

- a) *output* com Alveolar [l] – $\text{Ident}_{\text{lateral}} \gg * \text{lateral}_{\text{(dorsal, labial)}}$
(Fidelidade \gg Marcação);
- b) *output* com Dorsal [ɭ] – $\text{Ident}_{\text{lateral}} \gg * \text{Dist}_{\text{ONC(4)}} \gg * \text{DIST}_{\text{ONC(2)}} \& * \text{lateral}\{\text{d,l,c}\}$
(Fidelidade \gg Marcação);
- c) *output* com Labial [l^w] – $\text{Ident}_{\text{lateral}} \gg * \text{Dist}_{\text{ONC(4)}} \gg * \text{Dist}_{\text{ONC(3,4)}}$
(Fidelidade \gg Marcação);
- d) *output* Vocalizada [w] – $* \text{Dist}_{\text{ONC(4)}} \gg * \text{lateral}_{\text{(dorsal, labial)}} \gg \text{Ident}_{\text{lateral}} \gg \text{MAX}$
(Marcação \gg Fidelidade);
- e) *output* com Zero fonético [ø] – $* \text{DIST}_{\text{ONC(1,2,3,4)}} \gg \text{Ident}_{\text{lateral}}$
(Marcação \gg Fidelidade).

As hierarquias (a, b, c), que representam a presença das laterais em coda, demonstram que é preciso que a restrição de Fidelidade $\text{Ident}_{\text{lateral}}$ esteja acima no ranqueamento para que as outras formas possíveis – [w] e zero fonético – sejam excluídas da disputa. Do contrário, para que tivéssemos as formas vocalizadas e com apagamento, $\text{Ident}_{\text{lateral}}$ teve de cair na hierarquia e deixar que as restrições

de marcação a dominassem (d, e). Com os *outputs* em (a, b, c), o português dos Campos Neutrais mostra a influência que sofre do espanhol, já que nas outras variantes da língua predomina a forma fonética vocalizada para a lateral pós-vocálica. Merece destaque o fato de que todas as restrições que tiveram sua posição alterada na hierarquia, a fim de que os *outputs* em variação pudessem ser escolhidos como ótimos, mostravam valores centrais com diferença inferior a 10, o que confirma a propriedade da análise aqui proposta.

Com a esquematização dos resultados apresentada, fica clara a diferença da organização das restrições no espanhol (Fidelidade>>Marcação), que apresenta predominantemente a lateral alveolar em coda (forma mais marcada), com relação ao português (Marcação>>Fidelidade), que apresenta preponderantemente a forma vocalizada (menos marcada). Assim, é possível observar como se dá, na OT Estocástica, essa presença forte do Espanhol no PB dos Campos Neutrais.

Para representar o fato de que as laterais alveolar, dorsal e labial estão em variação e são muito mais frequentes do que as outras formas, o algoritmo GLA forneceu, às restrições de fidelidade, valores centrais bem altos ($Ident_{lateral} = 106,601$ e $MAX = 100,518$), mas com distância inferior a 10 pontos das restrições de marcação (ex.: $lateral_{(dorsal,labial)} = 102,066$), para que, na maior parte das simulações (ou momentos de produções linguísticas), mantivessem um ranqueamento alto, permitindo que as laterais pudessem emergir em coda.

Esse poder de generalização do modelo teórico utilizado na análise foi essencial para que pudéssemos não só captar o caráter variável dos dados nos Campos Neutrais, mas distinguir a frequência de aparecimento de cada uma das formas. Por fim, com as mesmas restrições foi possível formalizar as assimetrias entre a presença da lateral em *onset* – que apresenta a lateral alveolar [l] em 100% dos casos –, o caráter variável da lateral em coda e, ainda, o índice de aparecimento de cada forma na coda silábica. Justifica-se, portanto, a pertinência da escolha da Teoria da Otimidade Estocástica para a formalização da análise.

NEUSCHRANK, A. et al. The formalization of the lateral asymmetry in the syllable onset and coda by the stochastic OT in Portuguese spoken in the southern Campos Neutrais. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.181-203, 2015.

- *ABSTRACT: The focus of this study is the asymmetry of the lateral liquid in syllable onset and coda positions, since it shows phonetic stability in onset position and variation in coda position. Taking into account that the pre- and postvocalic laterals perform differently in Portuguese and in Spanish, this study aims at analyzing the Portuguese spoken in the Campos Neutrais, a region on the Brazil-Uruguay border, because of its contact with Spanish. Its empirical basis, which was taken from Espiga (2001), is the Portuguese spoken in the Campos Neutrais, since this author states that, in this region, the lateral in onset position performs as an alveolar whereas it may take five phonetic forms in coda position, i.e., alveolar, velar, labial, glide and*

phonetic null. The explanation and the formalization of the asymmetry of the lateral liquid have been based on the Stochastic Optimality Theory (StOT), through constraints. Having the mechanism of relational alignment as its background, this study proposes sonority distance constraints adapted from Gouskova (2004). However, differences lie in the fact that this study takes into account the relation between the onset and the nucleus, besides the one between the nucleus and the syllable coda.

- **KEYWORDS:** *Lateral liquid. Syllable onset and coda. Stochastic OT. Portuguese spoken in the Campos Neutrais.*

REFERÊNCIAS

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1994.

ALVES, U. K. **A aquisição das seqüências finais de obstruintes do inglês (L2) por falantes do Sul do Brasil: análise via Teoria da Otimidade**. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **A epêntese vocálica na aquisição das plosivas finais do inglês (L2): tratamento pela OT Estocástica e pela Gramática Harmônica**. Belo Horizonte, 2009. Trabalho apresentado ao II SIS Vogais.

AZEVEDO, R. O. **A epêntese no português brasileiro (L2), em segmentos plosivos em codas mediais, por falantes nativos do espanhol colombiano (L1): uma análise via Teoria da Otimidade Estocástica e Gramática Harmônica**. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

BISOL, L. (Org.). **Introdução aos estudos da fonologia do português brasileiro**. 4.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

BOERSMA, P. **Functional Phonology: formalizing the interactions between articulatory and perceptual drives**. 1998. 504p. Tese (Doutorado em Língua) – University of Amsterdam, Holland Academic Graphics, Amsterdam, 1998.

_____. How we learn variation, optionality, and probability. In: INSTITUTE OF PHONETIC SCIENCES OF THE UNIVERSITY OF AMSTERDAM. **Proceedings**. Amsterdam, University of Amsterdam, 1997. p.43–58.

BOERSMA, P.; HAYES, B. Empirical Tests of the Gradual Learning Algorithm. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v.32, p. 45-86, 2001.

BONET, E.; MASCARÓ, J. **On the Representation of Contrasting Rhotics**. Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 1996. Unpublished ms.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CEDERGREN, H. J.; SANKOFF, D. Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. **Language**, Baltimore, v.50, n.2. p.333-355, 1974.

CLEMENTS, G. N. The Role of the Sonority Cycle in Core Syllabification. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. (Org.). **Papers in laboratory phonology 1**. Cambridge: CUP, 1990. p.283-333.

COLLISCHONN, G.; QUEDNAU, L. R. Variantes da lateral pós-vocálica na região sul: o papel das variáveis linguísticas envolvidas. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL 2008. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.12.

ESPIGA, J. W. da R. **O português dos campos neutrais**: um estudo sociolinguístico da lateral posvocálica nos dialetos fronteiriços de Chuí e Santa Vitória do Palmar. 2001. 154f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

_____. **Influência do espanhol na variação da lateral pós-vocálica do português da fronteira**. 1997. 213f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 1997.

GOUSKOVA, M. Relational Hierarchies in Optimality Theory: the Case of Syllable Contact. **Phonology**, Cambridge, v.21, n.2, p. 201-250, 2004.

HARRIS, J. **Syllable Structure and Stress in Spanish**: A Non Linear Analysis. Cambridge, Mass.: MIT, 1983.

HAYES, B; MacEACHERN, M. Quatrain Form in English Folk verse. **Language**, Baltimore, n. 64, p.473-507, 1998.

McCARTHY, J. J. **A Thematic Guide to Optimality Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. Faithfulness and identity in Prosodic Morphology. In: KAGER, R.; VAN DER HULST, H.; ZONNEVELD, W. (Ed.). **The Prosody-Morphology Interface**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p.218-309.

_____. Faithfulness and Reduplicative Identity. In: BECKMAN, J. et al. (Ed.). **University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 18**. Amherst, MA: GLSA Publications, 1995. p.249-384.

PRINCE, A. **Paninian relations**: Handout. Amherst: University of Massachusetts, 1997a. Disponível em: <<http://ruccs.rutgers.edu/~prince/gamma/talks/umass1997.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. **Stringency and anti-Paninian hierarchies**: unpublished manuscript. Ithaca, NY: Cornell University, 1997b. Disponível em: <<http://rucss.rutgers.edu/~prince/gamma/talks/insthdt2.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

PRINCE, A; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory**: Constraint Interaction in Generative Grammar. Oxford: Blackwell, 2004. [Disponível: ROA-573].

QUEDNAU, L. R. **A lateral pós-vocálica no português gaúcho**: análise variacionista e representação não-linear. 1993. 150f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

TASCA, M. **A lateral em coda silábica no sul do Brasil**. 1999. 147f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

TESAR, B.; SMOLENSKY, P. Learnability of Optimality Theory. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v.29, n.2, p.229-268, 1998.

Recebido em novembro de 2013

Aprovado em fevereiro de 2014

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- (Inter)subjetivização, p.29
Candidatos a término, p.113
Coda silábica, p.181
Condicionais, p.89
Conjunto contextual de alternativas, p.59
Efeitos de exaustividade, p.59
Enunciação, p.11
Espaços mentais, p.89
Estrutura, p.11
Extracción automática, p.113
Fonética acústica, p.129
Funcionalismo, p.29
Identificação por exclusão, p.59
Inconsciente, p.11
Inferências pragmáticas, p.59
Información lingüística, p.113
Intersubjetividade, p.89
Língua inglesa, p.157
Linguagem, p.11
Linguística Cognitiva, p.89
Líquida lateral, p.181
Modalização, p.29
Negação, p.11
Onset, p.181
OT Estocástica, p.181
Percepção de L2, p.157
Pistas acústicas, p.157
Pode ser, p.29
Português dos Campos Neutrais, p.181
Produção de L2, p.157
Róticos, p.129
Sentenças clivadas, p.59
Subjetividade, p.89
Tempo verbal, p.89
Terminología Médica, p.113
Variação linguística, p.129
VOT, p.157

SUBJECT INDEX

- (Inter)subjectification*, p.29
Acoustic cues, p.157
Acoustic phonetics, p.129
Automatic extraction, p.113
Cleft sentences, p.59
Cognitive Linguistics, p.89
Conditionals, p.89
Contextual set of alternatives, p.59
Enunciation, p.11
Exhaustiveness effects, p.59
Functionalism, p.29
Identification by exclusion, p.59
Language, p.11
Lateral liquid, p.181
Linguistic information, p.113
Linguistic variation, p.129
Medical terminology, p.113
Mental spaces, p.89
Modalization, p.29
Negation, p.11
Podé ser, p.29
Portuguese spoken in the Campos Neutrais, p.181
Pragmatic inferences, p.59
Rhotics, p.129
Second language acquisition, p.157
Stochastic OT, p.181
Structure, p.11
Subjectivity, p.89
Syllable onset and coda, p.181
Tense, p.89
Terms candidate, p.113
Unconsciousness, p.11
VOT, p.157

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ALMEIDA, P.de, p.89

ALVES, U. K., p.157

AZEVEDO, R. Q., p.181

CARNIATO, M. C., p.181

FERRARI, L., p.89

KOZA ORELLANA, W., p.113

LEITE, C. M. B., p.129

LUZARDO, J. E. S., p.181

MACHADO, B. F. V., p.11

MATZENAUER, C. L. B., p.181

MENUZZI, S., p.59

NEUSCHRANK, A., p.181

SOUZA, C. N. de, p.29

TEIXEIRA, M., p.59

VAZ, R. M., p.181

ZIMMER, M. C., p.157

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Linguística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –, Brasil, publica, em edições *online*, bilíngues e quadrimestrais, trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, com titulação mínima de doutor, e de doutorandos em coautoria com professores e pesquisadores doutores vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. O número máximo de coautores não deve ser maior que três. Os números regulares são organizados com base no sistema de fluxo contínuo, e os números especiais, quando editados, são organizados em chamadas específicas, de acordo com a conveniência do(s) organizador(es). A revista publica artigos, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos estudos linguísticos.

A contribuição dos artigos deve ser original e inédita e não pode ser avaliada simultaneamente para publicação por outra revista. As resenhas devem referir-se somente a obras recentemente publicadas: no Brasil, nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos; as traduções devem ser, de preferência, de artigos científicos e de capítulos de livros publicados até

doze meses antes da data da submissão; as entrevistas devem ser realizadas com pesquisadores de prestígio acadêmico reconhecido tanto no Brasil quanto no exterior.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho é enviado a um terceiro parecerista, que também não tem acesso ao nome do(s) autor(es). Depois da análise, cópias dos pareceres são encaminhadas ao(s) autor(es) juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

Os trabalhos podem ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto devem ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Todos os artigos são publicados num formato bilíngue tendo, necessariamente, o inglês como língua da segunda versão. Os autores que submeterem à aprovação um artigo

originalmente em inglês devem, caso ele seja aceito, providenciar sua versão em português, seguindo as mesmas orientações indicadas para a versão em língua inglesa. Só são publicados os artigos que tiverem aceitas as versões em português (ou outra língua escolhida) e em inglês. A não aceitação de uma das versões por parte dos revisores implica a não publicação do artigo.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista são devolvidos aos autores, ou são solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista, na seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção “AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve(m) ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está(ão) de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e

da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;

2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia com a titulação completa do(s) autor(es), título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice do texto principal ou como anexo a ele, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si;
5. Confirmação: concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos descritos, o(s) autor(es) deve(m) aguardar o e-mail do editor e, nesse ínterim, pode(m) acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, reedição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou pelos editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5 no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão mínima de 15 e máxima de 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices. Devem ser submetidas duas versões do trabalho: uma contendo o nome e a filiação do(s) autor(es) e outra em que estejam apagadas todas as menções ao(s) autor(es), inclusive citações e referências bibliográficas.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o(s) autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

Título: o título do artigo deve aparecer em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples;

Nome do(s) autor(es): o(s) nome(s) do(s) autor(es) devem vir à direita da página, na terceira linha abaixo do título, com asterisco remetendo à nota de rodapé para apresentação dos metadados do(s) autor(es). Esses metadados correspondem às seguintes informações, na ordem: sigla e nome por extenso da instituição a que o(s) autor(es) está(ão) vinculado(s); cidade; estado; país; CEP; e-mail;

Resumo: texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, na terceira linha abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;

Palavras-chave: inserir um máximo de sete palavras-chave, separadas por ponto, precedidas do termo PALAVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, na segunda linha abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave devem corresponder a conceitos mais gerais da área do trabalho;

Texto: o corpo do texto inicia-se na terceira linha abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio;

Subtítulos: os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do(s) autor(es), devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de 1,5 depois do texto que os precede e um espaço 1,5 antes do texto que os segue;

Agradecimentos: quando houver, os agradecimentos seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra “**Agradecimentos**” **destacada em negrito**;

Título do artigo em inglês: para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano, insere-se o título

em inglês duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito;

Abstract: versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em caixa alta e em itálico, em espaçamento simples, na terceira linha depois do título do artigo em inglês;

Keywords: versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em caixa alta e em itálico, em espaçamento simples, na terceira linha depois do abstract;

OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem inserir a versão em português do título, do *resumo* e das palavras-chave.

Referências: sob o subtítulo **REFERÊNCIAS, em caixa alta**, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas as referências em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, na terceira linha abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 a seguir);

Bibliografia consultada: na terceira linha abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**, em caixa alta, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, na terceira linha abaixo das Referências, podem ser indicadas, também em

ordem alfabética e cronológica, obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, é necessário informar o nome do tradutor.

Exemplos:

Livro

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

LUCHESE, D. **Sistema, mudança e linguagem.** Um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Capítulos de livro

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e tese

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos online

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: <...>. Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, P. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2007. Ilustrada, p.6.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP.

Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: <...>. Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...**São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

Filmes:

Macunaíma. Direção (roteiro e adaptação) de Joaquim Pedro de Andrade. Filmes do Serro/Grupo Filmes/Condor Filmes. Brasil: 1969. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1969. Versão restaurada digitalmente, 2004. [DVD]. (105 minutos), colorido.

Pinturas, fotos, gravuras, desenhos:

ALMEIDA JÚNIOR. **Caipira picando fumo.** 1893. Óleo sobre tela. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Discos e partes de discos:

CALAZANS, T. **Teca Calazans canta Villa Lobos** [CD]. Rio de Janeiro: Kuarup Discos, 1999.

CALAZANS, T. Modinha. In: CALAZANS, T. **Teca Calazans canta Villa Lobos** [CD]. Rio de Janeiro: Kuarup Discos, 1999.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deve(m) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de “p.” (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a; 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos podem ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de “et al.” (GILLE et al., 1960).

Citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaçamento simples. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e vir destacadas apenas entre aspas. As citações de textos estrangeiros devem ser traduzidas para o português. Usar, sempre que possível, as traduções já existentes. O original deve aparecer em nota de rodapé.

3.3.3. Uso de recursos tipográficos: itálico, negrito, sublinhado e aspas

Itálico: deverá ser utilizado em três situações: palavras de língua estrangeira, citação de títulos de obras no corpo do texto, ênfase ou destaque de palavra ou trecho do texto.

Negrito: evitar esse recurso tipográfico. Utilizá-lo apenas no título do artigo, nas seções e subseções.

Sublinhado: evitar esse recurso tipográfico.

Aspas: devem ser empregadas no corpo do texto para citações de trechos de obras; jamais em títulos de artigos, canções, partes de obras ou capítulos, que virão sem destaque. Exemplo:

A linguística é uma disciplina que “se baseia na observação dos factos e se abstém de propor qualquer escolha entre tais factos, em nome de certos princípios estéticos e morais” (MARTINET, 1972, p.3).

3.3.4. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.5. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem

ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas, na mesma fonte e tamanho do corpo do texto. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi). As ilustrações devem ser designadas, no texto, na forma abreviada da palavra “Figura”: Fig. 1, Fig. 2 etc. É inteiramente do(s) autor(es) a responsabilidade pela veiculação de imagens, inclusive as que envolvem direitos autorais.

3.3.6. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas insere-se na parte superior, centralizado, iniciado pela expressão “**Tabela 1**” em negrito, seguido por hífen e pelo título sem destaque, na mesma fonte e tamanho do corpo do texto; o título de **ilustrações** e **quadros** deve ser apresentado na parte inferior, alinhado à esquerda. A numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte de dados, esta deve ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

3.3.7. Anexos e/ou Apêndices

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e dentro do limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo a formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.8. Formato da resenha

A resenha deve conter, no início, a referência completa da obra resenhada, incluindo o número de páginas, em fonte *Times New Roman*, tamanho 14, espaçamento simples, sem título, sem resumo, sem palavras-chave. O(s) nome(s) do(s) autor(es) da resenha, em corpo 12, deve(m) vir na terceira linha abaixo da referência da obra resenhada, precedido(s) pela expressão “Resenhado por [nome(s) do(s) autor(es)]”. Deve(m) ser seguido(s) de asterisco(s) que remeta(m) a uma nota de rodapé contendo as seguintes informações: sigla e nome por extenso da instituição a que o(s) autor(es) está(ão) vinculado(s); cidade; estado; país; CEP; e-mail. O texto da resenha deve vir na terceira linha abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es) em *Times New Roman*, corpo 12 e espaçamento 1,5.

A configuração da página é a seguinte: tamanho do papel: A4 (21,0x 29,7 cm); margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm; extensão mínima de 4 e máxima de 8 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices; adentramento: 1,25cm para assinalar início de parágrafo; espaçamento: 1,5.

3.3.9. Formato da tradução

Os artigos traduzidos são submetidos ao processo de avaliação pelos pares, que decidem sobre a oportunidade e a conveniência de sua publicação. Devem seguir o formato de artigo, no que couber. Na segunda linha abaixo do nome do autor do texto traduzido, alinhado à direita, deve(m) aparecer o(s) nome(s) do(s) tradutor(es) no seguinte formato: “Traduzido por [nome(s) do(s) tradutor(es)]”, com asterisco que remeta a uma nota de rodapé com as seguintes informações: sigla e nome por extenso da instituição a que o(s) tradutor(es) está(ão) vinculados; cidade; estado; país; CEP; e-mail.

3.3.10. Formato da entrevista

As entrevistas são submetidas ao processo de avaliação pelos pares, que decidem sobre a oportunidade e a conveniência de sua publicação. A configuração formal da entrevista é a mesma que se requer para artigos, mas o título deve conter, além do tema geral, a expressão “Entrevista com [nome do entrevistado]”, sem destaque, com asterisco remetendo a uma nota de rodapé que contenha uma breve resenha da biografia do entrevistado, que demonstre claramente sua relevância científica. O(s) autor(es) da entrevista deve(m) aparecer em seguida, de acordo com as normas estabelecidas para Artigos.

3.3.11. Normas para a versão em inglês

O(s) autor(es) de artigo aceito para a publicação em português, francês,

espanhol ou italiano deve(m) providenciar a versão em inglês do texto até o dia estipulado no e-mail de notificação da aceitação. As normas para citação de autores no corpo do texto e para as referências bibliográficas da versão em inglês são as mesmas da versão em português. A *Alfa* designa revisores para a avaliação da versão em inglês do artigo. A revisão se restringe a conferir a qualidade da tradução, isto é, sua adequação ao padrão de uso da língua inglesa no gênero artigo científico.

Nas citações no corpo do texto de obras que têm edição publicada em língua inglesa, deve ser utilizada essa edição tanto no corpo do texto como nas referências bibliográficas. Em caso de não haver edição em inglês, o texto citado deve receber versão em inglês, e o texto na língua original da edição utilizada deve constar em nota de rodapé.

Quando o artigo contiver figuras digitalizadas de anúncios em jornais e revistas ou similares, em português ou em outra língua, é necessário incluir a versão em inglês dos textos em nota de rodapé.

Quando o texto contiver exemplos cuja compreensão envolva a necessidade de esclarecer traços morfossintáticos, é necessário incluir uma versão literal deles em glosa, seguida pela tradução em inglês comum entre aspas simples. Exemplo:

- (1) Isso signific-a um aument-o de vencimento-s(D2-SP-360)
This mean-IND.PRS.3.SG a.M raise-NMLZ of salary-PL
'this means a raise in salary.'

Convenções para as glosas: **The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses**, editada pelo Departamento de Linguística do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Bernard Comrie, Martin Haspelmath) e pelo Departamento de Linguística da University of Leipzig (Balthasar Bickel); disponível em <http://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>.

3.3.12. Transferência de direitos autorais - Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o(s) autor(es) AUTORIZA(M) a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa*: Revista de Linguística, entenden-

do-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO(S) AUTOR(ES) do ARTIGO.

3.3.13. Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



